



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

LEANDRO MENESES MAGALHÃES

**O “RENASCIMENTO” LIBERAL BRASILEIRO (2006-2021): RELAÇÕES ENTRE O
LOCAL E O NACIONAL, SUAS CORRENTES TEÓRICAS E MOVIMENTOS
POLÍTICOS**

FORTALEZA

2022

LEANDRO MENESES MAGALHÃES

O “RENASCIMENTO” LIBERAL BRASILEIRO (2006-2021): RELAÇÕES ENTRE O
LOCAL E O NACIONAL, SUAS CORRENTES TEÓRICAS E MOVIMENTOS
POLÍTICOS

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, como requisito à obtenção do título de Mestre em Sociologia. Área de Concentração: Cultura, política e conflitos sociais.

Orientador: Prof. Dr. Fabio Gentile

FORTALEZA

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

M167^{uc} Magalhães, Leandro Meneses.
O "renascimento" liberal brasileiro (2006-2021) : relações entre o local e o nacional, suas correntes teóricas e movimentos políticos / Leandro Meneses Magalhães. – 2022.
165 f. : il.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza, 2022.
Orientação: Prof. Dr. Fabio Gentile.

1. Liberalismo. 2. Renascimento liberal. 3. Neoliberalismo . I. Título.

CDD 301

LEANDRO MENESES MAGALHÃES

O “RENASCIMENTO” LIBERAL BRASILEIRO (2006-2021): RELAÇÕES ENTRE O
LOCAL E O NACIONAL, SUAS CORRENTES TEÓRICAS E MOVIMENTOS
POLÍTICOS

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, como requisito à obtenção do título de Mestre em Sociologia. Área de Concentração: Cultura, política e conflitos sociais.

Aprovada em: 29/04/2022.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Fabio Gentile (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Jawdat Abul El-Haj
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Jakson Alves de Aquino
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Josênio Parente
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Em memória do meu amado irmão, José
Arimatéa Magalhães Neto.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, a Deus pela força espiritual e pela inspiração durante esses longos meses de reflexão e escrita.

À Capes pelo apoio financeiro, especialmente no período agudo da pandemia, sem o qual não seria possível a realização desta pesquisa.

Ao meu núcleo familiar e aos amigos mais próximos que sempre acreditaram em mim.

Ao meu orientador Fabio Gentile por ter aceitado fazer parte deste projeto desde o primeiro semestre de 2019.

Aos interlocutores que se dispuseram a ajudar com informações privilegiadas: Letícia Sampaio, Rodrigo Saraiva Marinho, Rômulo, do Instituto Liberal do Paraná, e Cibele Bastos.

Por último, a mim por ter me mantido firme em meio a tantas provações.

O liberalismo não é uma doutrina completa nem um dogma imutável. Pelo contrário, é a aplicação dos ensinamentos da ciência à vida social do homem. Assim como a economia, a sociologia e a filosofia não permaneceram imutáveis desde os dias de David Hume, Adam Smith, David Ricardo, Jeremy Bentham e Wilhelm Humboldt, assim também a doutrina do liberalismo é diferente hoje do que foi à sua época, muito embora seus princípios fundamentais tenham permanecido inalteráveis. (MISES, 2010, p. 35).

RESUMO

Visando pôr em causa o renascimento das ideias e práticas liberais no Brasil contemporâneo, estabeleceu-se para este propósito adotar o método analítico a fim de mapear, descrever e examinar as iniciativas liberais surgidas no país entre 2006 e 2021. Com efeito, a escolha pelo “renascimento liberal” em detrimento da categoria “neoliberalismo” justifica-se por haver entre ambas um objeto de conhecimento em disputa. Daí a necessidade de delimitar-se, preliminarmente, as definições críticas dos dois principais núcleos argumentativos de estudos sobre o neoliberalismo (COLLIER, 2012; ANDRADE, 2019) para, em seguida, analisar-se a sua validade conceitual com base em Venugopal (2015), Wacquant (2012), Birch (2017), Clarke (2008), Boas e Gans-Morse (2009). Feitos esses apontamentos, prosseguiu-se com a genealogia do “renascimento” anglo-europeu e asiático de 1970/1980, deslindando-se questões relacionadas às ressignificações do liberalismo, a constituição histórica dos institutos privados de difusão ideológica (*think tanks*, fundações), além de suas redes de apoio e financiamento, como a Atlas Economic Research Foundation (AERF). Discutiui-se, também, a presença do modelo de ajustes estruturais em nações periféricas e a penetração da lógica desse “liberalismo renovado” em outros segmentos, como as teorias jurídicas de Rawls, Bobbio e Nozick (MERQUIOR, 2014), a Paideia de Adler (ADLER, 1982), o movimento editorial e a indústria cultural. Ademais, fez-se um balanço das realizações dos empresários liberais brasileiros no fomento de uma cultura política voltada à remodelação dos mecanismos de Estado e das políticas públicas por intermédio da fundação dos Institutos Liberais e centros empresariais. Por fim, observou-se que, em certo período, o movimento liberal entrou em crise e retrocedeu em termos de identidade e representatividade política, até ser redescoberto por novos atores políticos dispostos a se engajarem ideologicamente. A partir de 2006, iniciou-se um novo “renascimento” dividido em três ciclos históricos que culminaram na formação de uma rede transfronteiriça de iniciativas de disseminação de ideias, ou físicas ou virtuais, inspiradas, sobretudo, pelas correntes teóricas e doutrinárias da Escola Austríaca de Economia (EAE).

Palavras-chave: liberalismo; renascimento liberal; neoliberalismo.

ABSTRACT

Aiming to question the renaissance of libertarian ideas and practices in contemporary Brazil, it was established for this purpose to adopt the analytical method in order to map, describe and examine the libertarian initiatives that emerged in the country between 2006 and 2021. “Libertarian renaissance” to the detriment of the category “neoliberalism” is justified by the fact that there is an object of knowledge in dispute between both. Hence the need to preliminarily delimit the critical definitions of the two main argumentative research cores on neoliberalism (COLLIER, 2012; ANDRADE, 2019) and then analyze their conceptual validity based on Venugopal (2015).), Wacquant (2012), Birch (2017), Clarke (2008), Boas and Gans-Morse (2009). Having made these notes, I proceeded with the genealogy of the Anglo-European and Asian “renaissance” of 1970/1980, unraveling issues related to the resignifications of libertarianism, the historical constitution of policy institutes of ideological diffusion (think tanks, foundations), in addition to its support and funding networks, such as the Atlas Economic Research Foundation. The presence of the structural adjustment model in periphery countries and the penetration of the “renewed liberalism” logic in other segments were also discussed, such as the theories of justice from Rawls, Bobbio and Nozick (MERQUIOR, 2014), Adler's Paideia (ADLER, 1982), the publishing movement and the cultural industry. Furthermore, an assessment was made of the achievements of Brazilian libertarian entrepreneurs in the promotion of a political culture aimed at the remodeling of State mechanisms and public policies through the foundation of the libertarians institutes and corporates centers. Finally, it was observed that, in a certain period, the freedom movement went into crisis and retreated in terms of identity and political representation, until it was rediscovered by new political actors willing to engage ideologically. From 2006 onwards, a new “renaissance” began, divided into three historical cycles that culminated in the formation of a cross-border network of initiatives for the dissemination of ideas, either physical or virtual, inspired, above all, by the theoretical and doctrinal currents of the Austrian School of Economics.

Keywords: classical liberalism; libertarian renaissance; neoliberalism.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Neoliberalismo como um objeto (definições e temas)	51
Quadro 2 – Curva de popularidade dos termos “neoliberalismo” e “globalização” nas pesquisas em ciências sociais	53
Quadro 3 – Citações ao termo “neoliberalismo” nas ciências humanas (1979-2016)	58

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Organizações liberais/conservadoras do renascimento liberal internacional (1947-1991)	84
Tabela 2 – Institutos Liberais contemporâneos	135
Tabela 3 – Os grupos da Rede Liberdade	137
Tabela 4 – A Rede Liberdade por estados da federação	139
Tabela 5 – Constituição dos grupos liberais de Fortaleza – Ceará	142
Tabela 6 – Grupos liberais/libertários no movimento estudantil e os seus vínculos universitários	147

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABDD	Associação Brasileira de Defesa da Democracia
AERF	Atlas Economic Research Foundation
ATTAC	Association pour la Taxation des Transactions pour l'Action Citoyenne
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
CAs	Centros Acadêmicos
CAECO-UFC	Centro Acadêmico de Economia da UFC
CEDES	Câmara de Estudos e Debates Econômicos e Sociais
CMC	Comunicação mediada por computador
CNF	Confederação Nacional das Instituições Financeiras
CNI	Confederação Nacional da Indústria
CPC	Código de Processo Civil
DCEs	Diretórios Estudantis
DEM	Democratas (Brasil)
EAE	Escola Austríaca de Economia
EPL	Estudantes pela Liberdade
ERI	Economia Recém-Industrializada
ESG	Environmental, Social and Governance
FA7	Faculdade Sete de Setembro
FADIR-UFC	Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará
FGV	Faculdade Getúlio Vargas
FIC	Faculdade Integrada do Ceará
FL	Frente Liberal
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNLI	Frente Nacional pela Livre Iniciativa
FPLM	Frente Parlamentar pelo Livre Mercado
GDAE	Grupo de Desenvolvimento Acadêmico e Empreendedor
GEDM	Grupo de Estudos Dragão do Mar
GELD	Grupo de Estudos Liberalismo e Democracia
GIFE	Grupo de Institutos, Fundações e Empresas
GMP	Grupo de Mobilização Permanente

IA	Instituto Atlântico
IDM	Instituto Dragão do Mar
IEA	Institute of Economic Affairs
IED	Investimento Estrangeiro Direto
IEDI	Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial
IFCE	Instituto Federal do Ceará
IFL	Instituto de Formação de Líderes
ILs	Institutos Liberais
IL-MG	Instituto Liberal de Minas Gerais
IL-RG	Instituto Liberal do Rio Grande do Sul
IL-RJ	Instituto Liberal do Rio de Janeiro
ILCO	Instituto Liberal do Centro-Oeste
ILIN	Instituto Liberal do Nordeste
ILIPR	Instituto Liberal do Paraná
ILISP	Instituto Liberal de São Paulo
ILTM	Instituto Liberal do Triângulo Mineiro
IMB	Instituto Ludwig von Mises Brasil
IMIL	Instituto Millenium
Índigo	Fundação de Inovação e Governança de Políticas Públicas
IPEA	Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas
IPI	Imposto sobre Produtos Importados
Líber	Partido Libertários
LIDE	Grupo de Líderes Empresariais
LUA	Livre União Acadêmica
LUBA-IFCE	Liga Universitária Bárbara de Alencar
MBL	Movimento Brasil Livre
MCRN	Movimento Cívico de Recuperação Nacional
MPL	Movimento Passe Livre
ONGs	Organizações Não-Governamentais
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PDC	Partido Democrata Cristiano
PDL	Partido Democrático Liberal da Alemanha
PFL	Partido da Frente Liberal

PPD	Partido por la Democracia
PME	Pesquisa Mensal de Emprego
PNBE	Pensamento Nacional das Bases Empresariais
PRN	Partido da Reconstrução Nacional
PRSD	Partido Radical Social-Democrata
PS	Partido Socialista
PSL	Partido Social-Liberal
PT	Partido dos Trabalhadores
PUC-RS	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
RAF	Royal Air Force
RELIAL	Rede Liberal para a América Latina
SDI	Strategic Defense Initiative
SFL	Students for Liberty
SFL-BR	Students for Liberty Brazil
SPE	Secretaria de Política Econômica
STF	Supremo Tribunal Federal
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UBE	União Brasileira de Empresários
UECE	Universidade Estadual do Ceará
UEL	Universidade Estadual de Londrina - PR
UERJ	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFSCar	Universidade Federal de São Carlos
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria - RS
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
UnB	Universidade de Brasília
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UNIFAL	Universidade de Alfenas – MG

UNIFESP

Universidade Federal de São Paulo

Unifor

Universidade de Fortaleza

USP

Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	18
1.1	Sociologia e liberalismo	18
1.2	Definição do objeto	21
1.3	Metodologia e estratégias metodológicas	24
2	OS PROBLEMAS QUANTO À POLISSEMIA DO NEOLIBERALISMO	28
2.1	A Torre de Babel dos conceitos	28
2.2	Abordagens críticas: 02 núcleos argumentativos	32
2.2.1	<i>Primeiro núcleo argumentativo: definições foucaultiana, marxista, bourdieusiana e weberiana</i>	33
2.2.2	<i>Segundo núcleo argumentativo: definições pós-colonialista, hibridismo governamental e neorregulacionista</i>	40
2.3	Contraposição às abordagens e definições críticas	45
2.4	Distinções entre o renascimento liberal e o neoliberalismo: por que escolher o primeiro?	62
3	SIGNIFICAÇÃO E GENEALOGIA POLÍTICO-CULTURAL DO RENASCIMENTO LIBERAL	69
3.1	A definição de “renascimento liberal”: história, conceito e ressignificações	69
3.2	A mutabilidade do conceito de liberalismo	74
3.3	Aspectos políticos e culturais do renascimento do liberalismo nos anos 1970/1980	79
3.4	O liberalismo desenvolvimentista e o modelo de ajustes estruturais	85
3.5	Segmentos e frentes culturais influenciados pelo renascimento liberal	91
3.5.1	<i>Acepções de Justiça e direitos</i>	92
3.5.2	<i>Reforma Educacional: a Proposta Paideia</i>	95
3.5.3	<i>A Indústria Cultural e o Movimento Editorial</i>	97
4	O RENASCIMENTO DO LIBERALISMO NO BRASIL DO SÉCULO XX: OS INSTITUTOS LIBERAIS E A BATALHA DE IDEIAS	101
4.1	Contrastes e aproximações entre os dois renascimentos	101
4.2	Mudanças na orientação do papel do Estado, crise de ideias e de representação	

	liberal	111
5	OS TRÊS CICLOS DO RENASCIMENTO LIBERAL	
	CONTEMPORÂNEO	121
5.1	O Primeiro Ciclo do Renascimento: Imil, Instituto Ordem Livre e IMB	
	(2006-2009)	122
5.1.1	<i>Instituto Millenium (Imil)</i>	<i>124</i>
5.1.2	<i>Instituto Ludwig von Mises Brasil (IMB)</i>	<i>126</i>
5.1.3	<i>Instituto Ordem Livre</i>	<i>128</i>
5.2	O Segundo Ciclo do Renascimento: o Fórum Liberdade, o Instituto Liberal do	
	RJ, os “Dragões do Mar” e a Rede Liberdade (2010-2014)	131
5.2.1	<i>O Fórum Liberdade e a volta dos Institutos Liberais</i>	<i>132</i>
5.2.2	<i>A Rede Liberdade</i>	<i>137</i>
5.2.3	<i>Os “Dragões do Mar” e a “Meca Liberal”</i>	<i>140</i>
5.3	O Terceiro Ciclo do Renascimento: NOVO, Movimento Estudantil e a	
	politização do movimento liberal (2015-2021)	143
5.3.1	<i>Os liberais no Movimento Estudantil</i>	<i>145</i>
5.3.2	<i>A representação política no renascimento liberal contemporâneo</i>	<i>148</i>
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	154
	REFERÊNCIAS	158

1 INTRODUÇÃO

Nascer liberto é a maior grandeza do homem, o que faz o ermitão humilde superior aos reis, e aos deuses mesmo, que se bastam pela força, mas não pelo desprezo dela. (Fernando Pessoa, 1986, p. 342).

1.1 Sociologia e liberalismo

O liberalismo e as ciências sociais se comprimem em muitos laços de afinidade debilmente reconhecidos. Sabe-se que seus pais fundadores constam nos programas disciplinares dos cursos de teoria política – Locke, Montesquieu, a Declaração de Independência dos Estados Unidos, Tocqueville, Benjamin Constant, Stuart Mill – e, decerto, o próprio horizonte histórico da sociologia moderna se confunde ao horizonte de saberes incorporado durante os dois séculos de Iluminismo liberal (XVII e XVIII) e a Era Vitoriana (XIX).

Raymond Boudon (1989) já atentou em várias ocasiões para a vitalidade do pensamento liberal “[...] no que tange à compreensão dos fenômenos sociais, assim como da ação social”, e, além dele, outros cientistas sociais e filósofos ocidentais se identificaram à tradição, como Karl Popper, Raymond Aron, Michel Crozier, Norberto Bobbio, Alfred Schütz, Louis Rougier, etc.

Mesmo a neutralidade axiológica, e o seu ideal de ciência neutra desvinculada de questões morais e filosóficas, é uma construção do “espírito liberal”, que visava garantir a liberdade individual de pensamento, segundo Luís Machado Neto (*apud* PENNA, 1972, p. 82). De outro modo, o que antes se havia instituído no campo moral e normativo com a separação entre Estado e Igreja, se objetivava então no plano epistemológico, apartando-se a ciência da filosofia.

Além disso, há um paradigma sociológico fundado especificamente sob o objeto de interesse do liberalismo: a liberdade¹, ou mais precisamente, a ação intencional individual (o livre agir) e suas consequências não-antecipadas, não-desejadas. Pois sendo a história uma trama de ações racionalmente compreensíveis, ela não poderia ser *ipso facto* a história do desígnio humano ou o resultado das intenções humanas, como já afirmara Hayek (BOUDON, 1977).

¹ Cf. BOUDON, 1977.

Nos aspectos metodológicos, esse conflito entre liberdade individual e determinismos sociais constitui a disputa existencial do *homos sociologicus*. Se por um lado a ação individual possui um papel ontológico central na construção da ordem social, por outro, admite-se que a dinâmica desse campo decisional está em boa parte determinada por probabilidades decorrentes de uma “moldagem sociogênica das funções psíquicas”. (ELIAS, 1994, p. 38).

Daí a dicotomia fundamental das humanidades, de seus modelos de reflexão extremados, como o individualismo moral relacionado ao “indivíduo absoluto”, suposto átomo solitário suspenso no vazio social, ou do totalitarismo filosófico, o monstro intelectual coletivista que antecedeu o seu gêmeo siamês político. Por ora, é preciso esboçar a distinção que nos coloca preferencialmente ao lado do paradigma clássico da ação.

Se o ser humano está previamente inserido em um ambiente social, político, cultural e linguístico que o antecede, é compreensível que ele disponha, conforme afirma Boudon (2016, p. 45), “[...] de recursos cognitivos e culturais variáveis em relação aos seus pares”; mas, esses dados constituem os “parâmetros, não as causas do seu comportamento”. Logo, deve-se afastar a concepção hipersocializada do agente social, conceito coletivo atualmente tão temerário quanto os que vingavam na época de Weber e Liefmann.

Essa sociologia do indivíduo intencional, cujas origens intelectuais remontam aos liberais austríacos do século XIX e aos “grandes textos epistemológicos de Weber e de Simmel” (BOUDON, 1995, p. 30), não rejeita os limites resultantes da posição social, conjuntural, estrutural (referente à estratificação por classe social, raça/etnia, sexo/gênero), cultural e histórica de cada indivíduo; ao contrário, apenas se opõe a noção de forças irracionais que condicionam o comportamento do sujeito a ponto de transformá-lo em um “indivíduo agido”. (BOUDON, 1977, p. 177).

De um ponto de vista metatéorico, o comportamento individual nunca é a consequência mecânica da socialização, embora as razões pessoais e impessoais que o sustentem estejam dosadas pelo contexto e pela crença partilhada de que os indivíduos tendem a respaldar suas ações atribuindo como signo de referência o comportamento de outras pessoas – a relação de transubjetividade aludida por Boudon (2010), e a de ação coletiva por Olson (2015).

Junto ao problema do indivíduo como “joguete absoluto de determinismos sociais” (BOUDON, 1995), persiste ainda um outro bastante frequente nas pesquisas de humanidades: o risco da hipóstase do coletivo, isto é, o vício de emprestar “uma consciência e

vontade coletivas a um grupo” (BEAUD; WEBER, 2014, p. 59), ou a determinados fenômenos coletivos, de modo a personalizá-los em um grupo-pessoa.

Por sua vez, a substancialização de categorias sociohistóricas desorganiza a discussão dos conceitos e lança suspeitas às funções nas quais estes se propõem a exprimir. Por exemplo, em qualquer texto dedicado à história intelectual do liberalismo, é fácil distinguir uma obsessão: a de que o liberalismo clássico novecentista (*Älteren Liberalismus*) teria sido renovado pelo “neoliberalismo”, o liberalismo ressurreto (*Neuen Liberalismus*), cofundado por liberais-sociais britânicos, como Michael Freedon e Leonard Hobbouse, ordoliberais alemães e “radicais austríacos de livre mercado”, em especial, Mises e Hayek.

Na atual prática das ciências sociais, sobretudo nos escaninhos das teorias críticas, o conceito de neoliberalismo assumiu a função mística que até ontem se atribuía ao fenômeno da globalização. Reproduzem-no, *ad nauseam*, como a força decisiva da pós-modernidade, hábil em engolfar uma totalidade de fenômenos materiais e simbólicos de diferentes escalas de abrangência. Noutras palavras (2015), se está diante de um “fenômeno definidor de época” (*epoch-defining phenomenon*). (VENUGOPAL, 2015).

Assim como aconteceu com o paradigma funcionalista dos anos 1960 e 1970, os efeitos de comunicação das teorias sobre o neoliberalismo auxiliaram no processo de transformação da categoria em visão de mundo.

Pressupõe-se que, para isso acontecer, o termo, ou o paradigma, deve romper as barreiras de sua comunidade científica originária, e passar a ser percebido como imagem de mundo garantida pela ciência. Após, seu *status* lógico de hipótese, mais exatamente de forma *a priori*, é esquecido num processo mais ou menos vagaroso. Então, é desse modo que as “falsas crenças (podem) fácil e normalmente se desenvolver sem que, no entanto, tivéssemos de supor um pesquisador cego ou corrupto”. (BOUDON, 1989, p. 207).

Se a sociologia se fia desde as suas origens em relações de dominação e poder, é natural que por meio dessas relações mesmas se lute para determinar os sentidos em disputa, uma vez que o conflito é entre significados e as armas são as ressignificações.

Em vista disso, sustenta-se desde já a indissociabilidade do liberalismo ético-político e do liberalismo econômico, seguindo-se, deste modo, o fio condutor que levou pensadores como Einaudi, Mises, Maciel de Barros, Manent e outros a se debruçarem sobre o problema.

Tal opção teórica, em suma, revela um raciocínio simples: a noção de que a ampliação dos interesses sob o governo representativo, objeto do liberalismo político, é, no final das contas, a concessão de um tempo racionalmente útil para que os cidadãos possam

exercer a sua autonomia e os seus talentos no mercado, a razão de existência do liberalismo econômico. (MANENT, 2018). Para fins de elucidação, essa questão será aprofundada na penúltima seção do segundo capítulo.

1.2 Definição do objeto

O principal objetivo deste trabalho é analisar e pôr em causa o atual renascimento do liberalismo brasileiro, mapeando genealogias, histórias, abordagens, grupos e práticas iniciadas entre 2006 e 2021, sem esquecer a perspectiva histórica que emoldura a gestação dessas ideias.

Em todo caso, inferimos que a pluralidade do movimento liberal contemporâneo confere ao cenário de ressurgimento elementos identitários que o desviam da noção autoevidente de “grupos neoliberais”. Veremos, assim, que a categoria de “neoliberalismo” está atrelada a inúmeros núcleos de significado e origem, cuja extensão teórico-simbólica abrange de forma indiscriminada diferentes correntes e perspectivas liberais/libertarianas.

Ante esse problema de postura, lançamos as seguintes questões preliminares: que é, afinal, o neoliberalismo? Seria a nova versão, mais refinada e radical, do liberalismo econômico clássico? Seria o ressurgimento, de tempos em tempos, das ideias liberais que justificam a exploração econômica pela acumulação desigual do capital? Seria a doutrina econômica referente à defesa intransigente do livre mercado? Seria, por outro lado, a reengenharia do Estado em prol de corporações industriais, bancos e elites financeiras mundiais? Uma lógica estruturante, um *savoir-faire*, uma agenda, uma pletora de instituições transnacionais, um projeto de desenvolvimento², etc.?

Essas perguntas não foram feitas ao acaso. Ao decidir pelo “renascimento liberal”, sabíamos desde o princípio que o uso da metáfora culminaria em uma controvérsia conceitual entre, de um lado, a preservação do *corpus* heterogêneo das teorias liberais, e de outro, a aceitação acrítica da tradição intelectual, fundamentalmente acadêmica, que valida o neoliberalismo como objeto de investigação. Porém, a análise do segundo capítulo demonstra que o conceito por vezes provém de abstrações obscuras, sem um “sujeito político coletivo”, ou seja, uma classe intelectual autoidentificada (*des intellectuels*), sociologicamente difusa e

² Ou isso tudo, conforme frisa Daniel Andrade (2019, p. 234), uma vez que as dimensões conceituais não seriam excludentes, mas complementares se percebidas sob um mesmo horizonte crítico e mobilizador que pudesse atingir “diferentes alvos e escalas de combate”. Não é difícil notar que esse tipo de escolha teórico-metodológica – sujeitar pesquisados como “alvos” e/ou inimigos públicos – compromete e prejudica a construção ética de espaços dialógicos, que podem se fechar a novos empreendimentos de pesquisa social.

proprietária de bens simbólicos (SILVA, 2019), além da ausência sentida de agentes, individuais e sociais, produtores de novas racionalidades e modelos de ação.

Assim, foi necessário encarar o mundo das representações científicas e refletir sobre as chamadas “possibilidades improváveis”, vasculhando-se arestas mal exploradas, revirando ângulos de abordagem, identificando lacunas no objeto e nuances específicas, buscando orientação a partir do que Herbert Blumer (*apud* BECKER, 2007, p. 30) havia recomendado como operação básica do estudo das sociedades: “a produção e o refinamento da imagem da ‘coisa’ que estamos estudando”.

Numa abordagem cética quanto à noção polissêmica de neoliberalismo, acreditamos que ele é mais uma palavra estigmatizante, muitas vezes associada aos propósitos politicamente orientados dos autores, do que um objeto específico e conceitualmente bem delimitado. A isto não queremos afirmar que a categoria é inadequada a determinados contextos de produção científica, apenas que assume, na maioria das vezes, um molde de força onipotente e invencível ligada a fenômenos casualmente relacionados.

Provém a ideia de “renascimento liberal” do artigo “Renascença dos liberalismos: a paisagem teórica”, de José Guilherme Merquior (1987), à ocasião em que o diplomata redigiu um manuscrito curto sobre o ressurgimento das ideias liberais anglo-europeias, e dos programas políticos por elas influenciados em um ambiente de crescente efusão democrática.

“Renascimento”, ou “renascença”, portanto, compreende um regresso, de tempos em tempos, de linguagens, valores e práticas liberais em crise, seja num processo mais orgânico e propositivo, ou como contraofensiva a circunstâncias de repressão às liberdades – sobretudo no campo das liberdades negativas e individuais.

Mas, devemos reiterar, para haver um “renascimento”, é preciso que uma situação de crise necessariamente o anteceda. A crise de identidade do liberalismo supõe a decadência desse complexo de ideias e valores que em muitas épocas é encoberto por discursos, práticas e linguagens políticas de outros campos e segmentos políticos. “Renascimento” e crise são, deste modo, expressões antípodas em permanente sucessão, construções lógico-intelectuais de um movimento de fluxo e refluxo histórico, ascensão e declínio, sem etapas temporais previamente delimitadas.

A validação desse campo se justifica, em primeiro lugar, pela insuficiência de pesquisas sociológicas empíricas no âmbito do movimento liberal contemporâneo. A rigor, a produção a este respeito é limitada, geralmente restrita à discussão sobre os centros de difusão ideológica (*think tanks*) e as redes de financiamento e cooperação transfronteiriças, como, p.

ex., em Gros (2002; 2004), Casimiro (2016), Dal Pai (2017), Tonetto (2018), Rocha (2015; 2017; 2019), Araldi e Svartman (2019), e Faria e Chaia (2020).

Além do mais, é ainda menos comum encontrar publicações onde os autores se envolvam afetivamente em contextos de interconhecimento, explorando-os sistematicamente por meio de interações pessoais de repetição. Decerto, tal supressão deliberada da experiência de campo causa fraturas no caráter participativo, ético e dialógico da pesquisa.

Por isso, tornou-se ainda mais imperativo aos critérios desta pesquisa a necessidade de estabelecer a devida comunicação, aberta e transparente, com os interlocutores do movimento liberal, concedendo-lhes o direito à autoidentificação político-ideológica. A “interação epistêmica” entre pesquisador e pesquisados é fundamental para afastar ambos os lados das prenoções e dos essencialismos de toda ordem.

Daí não tratarmos de categorias, termos e nomenclaturas que não sejam as denominações de “liberal”, “libertário” ou “libertariano”. Pois, para as pretensões desta pesquisa, devemos recusar certas hipérboles, a exemplo do termo “ultraliberalismo”, cujo uso revela muito mais o anseio de desqualificar o outro do que um efetivo desejo de conhecer e saber (*libido sciendi*).

Para uma melhor compreensão do trabalho, a estrutura dos capítulos apresenta-se da seguinte maneira: no segundo capítulo, delineamos os significados e as definições de “neoliberalismo”, articulando os diferentes núcleos argumentativos da categoria com uma contraposição crítica à sua utilização como “fenômeno total” nas ciências sociais (VENUGOPAL, 2015; WACQUANT, 2012; BIRCH, 2017; BOAS; GANS-MORSE, 2009; CLARKE, 2008; SPRINGER; BIRCH; SPRINGER 2019, *et al.*). Ao fim, será realizado um breve itinerário pela escolha de “renascimento liberal” ao invés de “neoliberalismo”.

No terceiro capítulo, elaboramos uma síntese desse renascimento a nível mundial durante os anos 1970/1980 em forma de contextualização histórica. Tal levantamento compreendeu as significações do termo, as iniciativas constituídas no âmbito dos *think tanks* americanos e europeus, até a idealização de medidas ortodoxas, inspiradas no liberalismo *hayekiano* e *friedmaniano*, e condensadas num “modelo de ajustes estruturais”. Na última parte, procedemos com a descrição dos segmentos culturais impactados por esse ressurgimento.

Dedicamos ao quarto capítulo a dinâmica do renascimento liberal na conjuntura de transição política do Brasil nos anos 1980, cujo marco de origem é a fundação do Instituto Liberal do Rio de Janeiro. Visando reforçar a tese do cenário de ressurgimento oitentista (MERQUIOR, 1987; STEWART JR., 1988; SORMAN, 1986, *et al.*), salientamos a formação

de entidades civis e empresariais a serviço do ideário liberal, as publicações dos *think tanks*, a tradução de obras lançadas no novo mercado editorial e financiadas por empresários liberais, bem como as ações de disseminação junto às elites do país, e a redefinição do papel do Estado e do pacto social durante a década de 1990.

Por fim, encerramos com o mapeamento de iniciativas e ações que perfazem concretamente o renascimento liberal contemporâneo, realizadas entre 2006 e 2021. Trata-se de novas formas de articulação político-cultural intermediadas por *think tanks* e repositórios digitais, ciberativismo, redes sociais e mídias alternativas, mercado editorial, movimento estudantil, grupos de estudos, movimentos de renovação intrapartidária, treinamento e formação de líderes, gestores públicos, etc. Essa nova fase da “renascença” foi subdividida em três ciclos históricos: o primeiro, de 2006 a 2009, o segundo, de 2009 a 2014, e o terceiro, de 2015 a 2021.

Reservamos as considerações finais para apresentar o balanço do movimento liberal na atualidade, demonstrando que, apesar de certas inovações na linguagem política adotada, observamos já um processo de introversão em curso, causado sobretudo pela dinâmica da “nova direita brasileira”, em especial a dos bolsonaristas, e pelos efeitos das medidas sanitárias decretadas durante a pandemia de sars-Cov-2, que fizeram retroceder direitos e liberdades individuais.

1.3 Metodologia e estratégias metodológicas

Quanto ao método, a pesquisa se estrutura em três eixos: 1) o individualismo metodológico e o paradigma da sociologia da ação; 2) a dimensão relacional/dialética entre o local e o nacional da rede de atores e grupos liberais brasileiros, suas práticas de liberdade, relações de poder, modos de atuação e estetização de si mesmo; 3) o método descritivo-analítico da pesquisa qualitativa.

Já em se tratando dos instrumentos complementares, aplicamos alguns princípios da História dos conceitos de Reinhart Koselleck para justificar a noção de “movimento liberal” e de sua continuidade no tempo, a fim de superar os problemas de abordagem decorrentes da polissemia do neoliberalismo.

O paradigma da tradição individualista não nega que o contexto social se impõe geralmente em larga medida aos indivíduos. Logo, não há incompatibilidade entre a vocação da sociologia em observar, examinar e explicar as mudanças sociais, e o individualismo metodológico, cuja unidade elementar de análise da sociedade é a ação humana.

Na condição de uma atividade social (PINA-CABRAL, 2012), a pesquisa qualitativa é um compósito, “uma interação complexa entre o investigador e o sujeito investigado” (MARTINS, 2004, p. 291), e um dos seus fundamentos mais basilares é a “análise dos microprocessos, através do estudo das ações sociais individuais e grupais”. (Idem, Ibidem, p. 292). Podemos defini-la como uma montagem (*assemblage*) constituída por objeto teórico, observação *in loco* de práticas sociais, e descrição densa dos elementos que integram a miscelânea do campo – detalhes, saberes, categorias êmicas, sensações, percepções, ambiguidades.

Isto dito, o ponto de partida desta pesquisa situa-se numa contraposição às múltiplas terminologias e definições críticas do neoliberalismo, sendo o próprio termo “neoliberal” uma atribuição performático-identitária insuficientemente referida entre os liberais e libertários da atualidade, quase não figurando como autoexpressão definidora de suas estéticas, crenças ideológicas e estilos de vida.

Para amadurecer essa contestação, realizamos algo semelhante ao “mergulho na vida do outro” de Malinowski (MARTINS, 2004), ainda que neste caso a submersão seja em “coisas” e não em pessoas. Por um lado, buscamos uma imersão em produções críticas dedicadas à revitalização do conceito de neoliberalismo, e, por outro, em uma literatura contrária ao seu uso imoderado. Pôde-se, com efeito, contrastar duas posições distintas e enriquecer os próprios critérios do trabalho com a fusão heterodoxa de dois campos radicalmente opostos.

Howard Becker (2007, p. 32) havia reafirmado esse papel de contestação intrínseco ao sociólogo, o qual ele denominava de “capacidade de rejeitar acordos e convenções teóricas unânimes”, de alertar aos perigos do monopólio de ideias sobre um determinado assunto especializado.

Neste campo onde são travadas as “guerras por reconhecimento” (MOREIRA; CAPELLE; CARVALHO-FREITAS, 2015), identificou-se lacunas específicas e impasses teóricos na bibliografia do objeto. Neste sentido, um desses problemas refere-se à inexistência de “sujeitos intencionais” sob o fenômeno do neoliberalismo – seja na acepção de um “poder invisível onipotente”, seja na de “sistema hegemônico” constituído sob uma ordem racional baseada em estratégias econômicas contraditórias.

Decidimos, então, fazer o levantamento bibliográfico de publicações que se debruçavam sobre o conceito do tema, incluindo artigos em periódicos, livros, publicações de eventos políticos, notas, documentos de simpósios, dossiês, etc., complementando-o com a leitura de obras nacionais e internacionais do, ou sobre o, pensamento liberal/libertariano.

Além do que, procuramos minimizar os riscos do discurso apologético mediante o uso de leituras históricas e teóricas não liberais, selecionadas com o intuito de impedir o enviesamento da pesquisa. Para tanto, lançamos mão do truque da hipótese nula (*null hypothesis*) de Becker (2007, p. 45-46), ou seja, o de afirmar hipóteses que o pesquisador acredita não serem verdadeiras, vasculhar ângulos incômodos, e “[...] tomar precauções severas para não desconsiderar quaisquer possibilidades em nossa análise apenas porque parecem improváveis ou seriam de exame muito trabalhoso”.

O truque da hipótese nula é a ferramenta metodológica mais adequada para impedir que os juízos de valor, ou aquilo que pensamos saber sobre um tema especializado, condicionem de maneira *a priori* o conhecimento do objeto, fazendo o pesquisador incorrer no erro de moldar de maneira prosaica as “imagens do mundo empírico à semelhança das imagens contidas nas teorias abstratas”. (BECKER, 2007, p. 32).

Portanto, a problematização inseriu-se no âmbito do questionamento dessas representações científicas hegemônicas e na profusão de crenças cristalizadas que conduzem aos “perigos do monopólio de ideias sobre um determinado assunto [...]” (BECKER, 2007, p. 25). Propomos, então, a substituição do termo “neoliberal” por “liberal”, “libertário”, ou “libertariano”, tendo como premissas a interlocução ética entre pesquisador e pesquisados, e o direito à autodefinição político-ideológica como estética constituinte dos indivíduos e grupos do renascimento contemporâneo.

Desde o processo de elaboração do projeto à consecução da pesquisa, mapeamos unidades e redes de atores individuais/coletivos para a realização de entrevistas exploratórias, na expectativa de lançar os “balões de ensaio” que mais à frente balizaram os roteiros semiestruturados das conversações planejadas. (BEAUD; WEBER, 2014).

A inserção no campo foi um acontecimento que antecedeu em muito a idealização deste trabalho. Por vários anos participei de palestras, aulas e eventos liberais ocorridos em Fortaleza, especialmente aqueles que foram organizados pelo Grupo de Estudos Dragão do Mar (GEDM) nos espaços da Faculdade de Direito da UFC – anfiteatro e salas de aula. Também passei a frequentar os encontros de sábado do grupo, colaborei com a constituição do GDAE, e estive presente à primeira reunião do diretório estadual do partido NOVO, em Fortaleza (Ver nota nº 141).

Paugam (2015, p. 20) se refere a isso como um “conhecimento íntimo do terreno, fundado em experiências concretas [...]” pelo qual se demanda um maior esforço de distanciamento para que sejam minimizados, deste modo, prejuízos e prenoções que condicionem o trabalho, enviesando-o.

No entanto, em razão das novas circunstâncias criadas durante a pandemia mundial, a impossibilidade de deslocar-se e “realizar a pesquisa lá” (PAUGAM, 2015, p. 12), *in loco*, limitou o trabalho de campo à incorporação de novas táticas metodológicas e meios de persuasão para captar o discurso de interlocutores privilegiados.

Decidimos, assim, recorrer às formas de negociação caracteristicamente ciberculturais: redes sociais e aplicativos de mensagens, como Whatsapp, Youtube, Instagram e Facebook, para a prospecção de interlocutores, e softwares de videoconferência virtual, como o Skype e o Google Meets, para a realização de entrevistas remotas.

A inserção dessas técnicas em meios virtuais deve ser encarada como uma flexibilização da pesquisa qualitativa (MARTINS, 2004), cujas dinâmicas interativas possuem lógicas próprias mediadas, entre outros, por entes “actantes”, como algoritmos, códigos binários/numéricos e inteligência artificial. (RIBEIRO, 2017). Na condição de campo de pesquisa, a etnografia nas redes abre uma janela de oportunidades entre a abordagem clássica, e a sua priorização de cenários externos *off-line*, e a abordagem *online*, que engaja atores humanos e não-humanos num fluxo contínuo de possibilidades.

Mas, é preciso avaliar esses novos arranjos com moderação. Pois as novas dinâmicas possibilitadas por essa “comunicação mediada por computador” (CMC) não autorizam uma transposição mecânica dos métodos clássicos para as redes, dada a efetiva participação de entes não-humanos no desenvolvimento desses contextos interacionais *online*.

Além da investigação realizada junto aos principais canais de divulgação das iniciativas e associações liberais pesquisadas – i. e., sites e perfis em redes sociais –, procuramos refinar o estado da arte com o uso de indexadores e gerenciadores de referência, sendo os principais o Google Acadêmico, o *Mendeley* e o *academia.edu*, a fim de apurar e tomar nota das publicações mais recentes sobre os tópicos discutidos.

2 OS PROBLEMAS QUANTO À POLISSEMIA DO NEOLIBERALISMO

A filosofia liberal é, na verdade, a filosofia por excelência da liberação porque é, antes de tudo, uma filosofia da liberdade. Reconhecendo cada homem, na sua singularidade, como um fundamento de ações, transcendente ao dado, pode justificar o estatuto pessoal, a responsabilidade ética que lhe concede” (Roque Spencer Maciel de Barros, 1971, p. 343).

2.1 A Torre de Babel dos conceitos

Antes de entrar no mérito da discussão sobre o significado do renascimento liberal, deve-se introduzir os critérios que levaram à sua escolha para a compreensão dos processos e práticas sociais a que se objetiva descrever e analisar. Isso contraria de modo aberto o problema semântico comum às diversas abordagens relacionadas ao conceito de neoliberalismo – conceito originalmente idealizado para “responder a necessidades analíticas”, mas por conseguinte transformado em “poderosa pilastra ideológica³”.

Significa demonstrar que, segundo a bibliografia dos últimos vinte anos, o termo “neoliberalismo” supõe na maioria dos casos o efeito de forças invisíveis inculcadoras que reduzem os sujeitos a meros repositórios de determinações hegemônicas e neocoloniais, impedindo-os de realizarem as mais nobres finalidades sociais – a adoção de um regime equânime entre as classes, o advento da justiça social, garantia de direitos coletivos adquiridos, autodeterminação dos povos, emancipação humana, etc.

Similarmente ao que Boudon havia afirmado⁴ – “[...] aqueles que acreditam dispor do monopólio dos bons sentimentos tendem, em demasia, a concluir que detêm *ipso facto* o monopólio da verdade” –, percebeu-se desde o início um exotismo na maneira pela qual os programas de pesquisa motivaram seus esquemas de investigação sobre esse objeto, a ponto de inviabilizarem um “acordo geral no interior das comunidades científicas concernidas”. (BOUDON, 1989, p. 110).

Esse exotismo se manifesta através das noções de “onipresença” e “onipotência”, da ausência de autoreferência identitária, senso de inevitabilidade, exiguidade doutrinária, e outros que serão enunciados mais adiante.

³ Cf. BOUDON, 1989, p. 191.

⁴ Op. Cit., p. 19.

Conforme frisa Venugopal (2015, p. 04), se o neoliberalismo se faz presente em tudo e em todos os lugares, então seu significado só pode ser aplicado produtivamente como um tipo de “papel de parede contextual [...] em referência a uma ‘era neoliberal’ ou a um ‘paradigma’ [...]”, em vez de servir como ferramenta analítica/empírica de atestada capacidade descritiva. Mas, ainda que esta fosse uma definição de tipo consensual, a falta de sujeitos ainda seria um problema relevante, assim como já havia sido identificado nos cursos de Foucault⁵.

A ausência de atores individuais/sociais concretos desempenhou até então um dos papéis fundamentais na polissemia do conceito. Tal noção pressupõe o consórcio de dispositivos normativos, modelos de subjetivação e tecnologias políticas que garantem o “anonimato do poder” neoliberal – *anonymity of power*, segundo Ball (2015) –, conferindo ao fenômeno a importância de categoria polimórfica dotada de múltiplas racionalidades.

Ao menos dois efeitos de comunicação jogam um papel decisivo na disseminação dessas teorias: os “efeitos de caixa-preta” e o “exoterismo natural das ciências sociais”.

Os efeitos de caixa-preta resultam da junção entre a complexidade desses construtos intelectuais e da impossibilidade de uma teoria ser objetivamente desvendada pelo ator racional, tendo em vista as disposições que o acompanham desde a sua posição sociocultural. Por isso mesmo, e também pela distribuição irregular das oportunidades e dos saberes, o indivíduo é “comumente aconselhado a apoiar-se sobre argumentos e julgamentos de autoridade” (BOUDON, 1989, p. 110), não sendo possível a ele pôr em causa, de maneira reflexiva e assertiva, cada uma das noções a que se vê implicado.

Já o exoterismo das ciências sociais deriva do “conformismo dos intelectuais” e da relativa facilidade com a qual parecem aderir a sistemas de ideias mais ou menos frágeis. Milton Friedman (*apud* Idem, *Ibidem*, p. 159) certa vez lançou luzes sobre essa discussão ao enaltecer a diferença entre o banqueiro keynesiano e o intelectual comunista: enquanto um pode militar por uma ideia falsa sem sofrer as consequências pelos seus erros, o banqueiro não pode fazê-lo, devendo, ao contrário, mostrar prudência em suas decisões para não correr o risco de ir à falência.

O atual balanço do debate nas ciências sociais sobre as significações do neoliberalismo, embora em fase de reestruturação, ainda reincide nos mesmos problemas

⁵ Os críticos da interpretação foucaultiana do neoliberalismo haviam enfatizado, além da ausência de sujeitos ativos, a escassez de referências claras ao capital e às classes sociais. Para os marxistas, desconsiderar a produção material sob as bases desse “capitalismo neoliberal” é, por isso mesmo, a fonte de quase toda a sua pobreza analítica. Cf. Wacquant, 2012.

relacionados às dimensões analíticas do fenômeno (VENUGOPAL, 2015; BIRCH; SPRING, 2019). De fato, o neoliberalismo converteu-se num conceito onipresente, semelhante a um *Kaijū*, cujo tamanho parece esmagar cada parcela da estrutura da realidade. Não se sabe ao certo a que caminhos específicos isso pode levar, se a de um objeto empiricamente observável, uma ferramenta explicativa/especulativa, uma categoria-síntese, ou outra coisa.

De acordo com Venugopal (2015, p. 04), o significado do termo expandiu-se em termos de alcance, “[...] *to encompass a growing range of economic, social, political and military phenomena at the local, national, and global scale so that it is frequently portrayed as a ubiquitous, totalizing, and epoch-defining phenomenon*”. Clarke (2008), por sua vez, enumerou uma lista de contextos, processos, objetos e práticas aos quais ele alude.

[...] states, spaces, logics, techniques, technologiques, discourses, discursive framework, ideologies, ways of thinking, projects, agendas, programs, governmentality measures, regimes, development, ethno-development, development imaginaries, globalforms of control, social policies, multiculturalism, audit cultures, managerialism, restructuring, reform, privatization, regulatory frameworks, governance, good governances, NGOs, third sector, subjects, subjectivities individualization, professionalization, normalization, market logics, market forms of calculation, the destatalization of government and the degovernmentalization of the state”. (CLARKE, 2008, p. 138).

Por outro lado, a imagem do “neoliberalismo” como objeto de aportes críticos (*critical approaches*) causou um efeito epistemológico que é necessário tornar evidente, pois nessas pesquisas há uma clara orientação combativa, uma vez que boa parte de seus procedimentos analíticos envolvem um emaranhado de discursos que postulam o enfrentamento a essa espécie de “ideia-força”.

Essa constante na bibliografia de humanidades opõe-se à incidência ocasional do termo em círculos de estudos liberais e em trabalhos de ciência econômica. Para se ter uma dimensão do contraste, uma busca avançada em artigos acadêmicos brasileiros de ciência econômica realizada na Biblioteca Virtual do *Scielo*, em 2020, retornou apenas 31 publicações que compreendiam alguma discussão sobre o neoliberalismo, enquanto em ciências sociais⁶ os resultados ultrapassaram as 150 ocorrências.

Argumenta-se, invariavelmente, que os saberes fomentados por essas fontes objetivam a construção de novas alternativas quanto aos usos do conceito. Em primeiro lugar,

⁶ O filtro das buscas em ciências sociais se realizou da maneira seguinte: Artigos > Brasil > Periódico não especificado > Ano de publicação: Todos (1998 – 2020) > Áreas Temáticas: Ciências Humanas > WoS Áreas Temáticas: Sociologia, *Political*, *Social*, Antropologia. Observa-se ainda que os resultados poderiam ser superiores se outras áreas não tivessem sido dispensadas do filtro de busca, como *research*, *cultural*, *policies*, etc.

tais alternativas evitariam o problema da “ultraespecialização científica”, permitindo que atores políticos militantes e pesquisadores interagissem ao nível da pesquisa e das lutas sociais. (ANDRADE, 2019). Um segundo ponto salientaria as características multidisciplinares e descentradas do termo, transformando-o em um tipo de potência capaz de contornar o “isolamento acadêmico” e articular diferentes disciplinas – psicologia, antropologia, sociologia, ciência política, políticas públicas, geografia, história, filosofia, pedagogia – a um só horizonte crítico onde as humanidades pudessem integrar pesquisa, ação e práxis social.

Porém, de acordo com os autores que se empenharam na questão da “validade do conceito” (CLARKE, 2008; BOAS; GANS-MORSE, 2009; VENUGOPAL, 2015), ainda persiste sobre o assunto algumas arestas não preenchidas.

Para Clarke (2008), o “neoliberalismo” sofre de promiscuidade teórica, pois suas várias abordagens argumentativas (marxista, foucaultiana, bourdieusiana, weberiana, etc.) costumam evocá-lo numa conotação “onipotente” – um “senso de inevitabilidade” que não se atenta aos seus “hibridismos”, à sua expansão desigual e às suas formas locais variadas –, além de “onipresente”, face à suposta lógica de inculcamento do fenômeno, que o capilarizaria por praticamente todas as instâncias da vida humana.

Submetido à perspectiva política e aos vieses de quem está conduzindo a pesquisa, o neoliberalismo pode adquirir a forma de um fenômeno abrangente que condensa uma infinidade de subcategorias de fenômenos sociais, geográficos, políticos e econômicos, ou de uma “força excessiva, violenta, que transcende qualquer lógica econômica e avaliativa” (DAVIES, 2014 *apud* ANDRADE, 2019, p. 228), ou até mesmo manifestar-se numa vulgata de ideologias economicistas abstraídas das necessidades coletivas.

À primeira vista, comprovou-se um abuso na extensão dos significados. Por exemplo, a hipótese do neoliberalismo como cadeia de “forças anônimas” assemelha-se a um *flatus vocis*, ou seja, aquilo que é demonstrável apenas pelos seus efeitos, jamais pela manifestação do objeto/fenômeno. Quando os sectários das teorias anti-imperialistas passaram a designá-lo, o “neoliberalismo”, como lógica predominante nos acontecimentos da nova conjuntura globalizada, eles sequer iniciaram a discussão pela sua validade conceitual, muito menos pelos limites epistêmicos já alargados pelo uso cada vez mais indiscriminado do termo.

Ao menos dois critérios parecem justificar a persistência dos que insistem na ideia de que o neoliberalismo é o eixo analítico fundamental da sociedade global: primeiro, a de que abandoná-lo envolveria demasiados “custos de saída”, uma vez que as críticas à “neoliberalização do mundo” já foram disseminadas de tal forma, que o termo se tornou uma

“vítima do próprio sucesso”, seja em razão das controvérsias internas, seja pelo fato de estar dissimulando uma crise nas ciências sociais (ANDRADE, 2019).

A segunda possibilidade indica que a variedade de significados seria antes a resultante de um processo de renovação pelo qual o conceito é modificado somente para preencher lacunas defeituosas que podem comprometê-lo politicamente. Conforme a teoria das derivações de Pareto, essa hipótese ilustra a máxima de que “uma ideia desacreditada deve assumir novas formas para ter alguma chance de se impor no mercado das ideias”. (BOUDON, 1989, p. 272). Assim, o neoliberalismo parece condenado ao mesmo destino do conceito de globalização e do “senso de inevitabilidade” a ele associado. (CLARKE, 2008).

Além de simbolizar uma força estigmatizante que é mobilizada no sentido de desqualificar filosofias, doutrinas e fenômenos econômicos intelectualmente inacessíveis ao cientista social médio, a polissemia do conceito, mediante suas inúmeras versões e contextos de realização, converge de maneira lógica para a articulação de “[...] fenômenos descentralizados, amorfos e fracamente conectados no âmbito da realidade [...]”, impedindo *de facto* o estabelecimento de uma “definição comum mínima”, e de um referente real objetivamente perceptível no mundo. (ANDRADE, 2019, p. 215).

2.2 Abordagens críticas: 02 núcleos argumentativos

Atualmente, o debate sobre a validade teórica do conceito nas ciências sociais divide-se em dois núcleos argumentativos⁷. O primeiro núcleo remete ao menos a quatro eixos interpretativos. Segundo Stephen Collier (2012), as definições deste são de matriz (1) foucaultiana, (2) marxista, (3) bourdieusiana, e (4) weberiana.

Cada uma das abordagens recorre a metodologias, formas de análise e procedimentos teóricos distintos, e, naturalmente, foram assim denominadas em conformidade com as suas fontes genealógicas. O segundo núcleo remete às chamadas “dinâmicas políticas heterogêneas do neoliberalismo”, subdividindo-se em (1) pós-

⁷ Do mesmo modo, outros esforços surgiram na esperança de organizar o debate sobre a variância do conceito. Dois merecem menção. O primeiro, de Loïc Wacquant (2015), reivindica a antropologia do neoliberalismo, que se assenta numa configuração polarizada, ou seja, segmentada entre a “concepção econômica hegemônica”, ancorada em vertentes críticas dedicadas ao fator explorador dos mercados, e a “abordagem insurgente”, mais ou menos baseada em derivações frouxas da noção de “governamentalidade” de Foucault. Por sua vez, Kean Birch (2017) enunciou sete chaves interpretativas para discutir o fenômeno: marxista, foucaultiana, ideacional, pensamento coletivo, institucionalista, teoria de Estado, e processual. Decidiu-se pela divisão apresentada por Stephen Collier e Daniel Pereira Andrade, por ser mais organizada que a de Birch, e menos genérica que a de Wacquant.

colonialista, (2) hibridismo governamental, e (3) “neorregulacionismo”, ou “des-regulacionismo”.

2.2.1 Primeiro núcleo argumentativo: definições foucaultiana, marxista, bourdieusiana e weberiana

A tradição foucaultiana refere-se à compreensão do neoliberalismo como racionalidade política e desdobra-se tanto da análise de Foucault quanto dos estudos realizados por seus seguidores – Robert Castel, Christian Laval, Pierre Dardot, Wendy Brown, etc.

Essa definição remonta a um tipo de arte de governo desenvolvida na metade do século XVIII, a “governamentalidade liberal” ou “biopolítica”, que tem por alvo uma “nova racionalização da prática do governo”, pela qual ela “simultaneamente transcende e incorpora o Estado”, baseando-se antes em critérios veridicionais – referentes à verdade estabelecida –, do que em dispositivos de soberania e justiça. (SILVA, 2019, p. 184).

O significado de liberalismo é, desse modo, posto em análise e associado à constituição de uma racionalização do exercício do poder, que deve proceder a uma reflexão contínua dos seus métodos e obedecer à regra interna de maximização dos ganhos econômicos. Segundo os princípios da nova governamentalidade liberal (alemã) do século XVIII, a *Polizeiwissenschaft* deve romper com a razão de Estado instituída desde o fim do século XVI como princípio regulador que distinguia no fortalecimento do governo a justificativa à sua existência. (FOUCAULT, 2008).

Assim, todo o problema da razão governamental se desloca da usurpação e da legitimidade da soberania para a crítica do “excesso de governo”. É por intermédio da estipulação do que é excessivo às funções de um regime político que serão delimitados os meios para medir a racionalidade das práticas governamentais – não mais avaliadas segundo critérios de legitimidade ou ilegitimidade, mas pelos seus efeitos, se são bem-sucedidas ou fracassadas.

Um dos instrumentos que possibilitou essa transformação quanto aos objetivos e às práticas de governo foi a economia política. Para Foucault, embora a significação do termo oscile durante os séculos XVIII e XIX entre diferentes polos semânticos, a “economia política” era tida por uma “espécie de reflexão geral sobre a organização, a distribuição e a limitação dos poderes numa sociedade”. (FOUCAULT, 2008, p. 19).

A partir dela, o liberalismo pode estabelecer-se como princípio geral para a construção da autolimitação da *ratio* governamental – limitação das formas de dominação política, organização dos “métodos de transação” que definem institucionalmente os limites das práticas de governo, como a constituição, o parlamento, as comissões, os inquéritos, etc.

Nesse sentido, o neoliberalismo emerge formalmente como uma racionalidade política que, estimulada pela transversalidade da lógica de mercado⁸, captura e aprisiona a vida social. Por isso, a ascensão dessa arte política é vista, para Dardot & Laval (*apud* QUEIROZ, 2018), como a atual forma de existência pela qual somos pressionados a nos comportar e a esperar atitudes semelhantes dos outros.

A novidade do neoliberalismo é a incorporação de um *modus operandi* – símile ao *habitus* de Bourdieu – que prescinde à coação externa, fazendo com que os indivíduos ajam como se estivessem perseguindo os próprios interesses. Conforme Corbanezi & Rasia (2020, p. 296), esse é o ponto mais sensível do “Nascimento da Biopolítica”: a sofisticada tecnologia de governo neoliberal ressent-se de estrategistas, e o seu dispositivo de poder opera a partir de interiorizações e assujeitamentos que levam à naturalização de “determinados atributos e disposições essenciais”, como p. ex., a competição, flexibilidade, velocidade, iniciativa individual, responsabilidade, produtividade, engajamento subjetivo, motivação.

Em seu *Cours au Collège de France*, ao menos sete aulas foram dedicadas especialmente às fontes intelectuais originárias do neoliberalismo: a “ancoragem alemã”, dos ordoliberalis da Escola de Friburgo⁹, e a “ancoragem americana”, os (neo)liberais da Escola de Chicago.

Mas, para a interpretação marxista, o neoliberalismo assume a forma de um projeto político-utópico de dimensões internacionais, cuja principal função se orienta na direção de um “reestabelecimento das condições de acumulação do capitalismo”, a que se visa reforçar a hegemonia de classe. (HARVEY *apud* ANDRADE, 2019, p. 221). Ainda que estejam mais inclinados a uma definição de natureza materialista/estruturalista, os marxistas costumam enfatizar os elementos relacionados às “ideologias do livre mercado”, e da sua tarefa de legitimar o modelo de economia política atribuído ao atual padrão de acumulação.

Daí que a tendência ao “realinhamento das burguesias”, ocorrida com a Crise do Petróleo durante a década de 1970, seria uma estratégia política de reorientação das posições favorecidas, a qual seria forjada na esteira de um compromisso regular entre as classes

⁸ Wendy Brown (*apud* SILVA, 2019, p. 190) havia definido o neoliberalismo como “uma forma peculiar de razão que configura todos os aspectos da existência em termos econômicos”.

⁹ Cf. Nota 19.

tradicionais detentoras dos meios de produção, e uma “camada superior”, a classe gerencial, ambas beneficiárias das situações político-institucionais que privilegiam o funcionamento dos mercados em detrimento dos problemas sociais.

A expansão e o aperfeiçoamento das atividades financeiras, aliadas à liberalização de investimentos em mercados derivativos e contratos de futuro, bem como a ampliação de fronteiras operacionais em escala mundial – de fundos de criptomoedas a fundos de índices, ETFs (*Exchange Traded Fund*) –, teriam fomentado na prática a “fusão dos privilégios da propriedade com os da gerência” (ANDRADE, 2019, p. 222), e a diferenciação entre o capitalismo produtivo e o capitalismo rentista/neoextrativista.

De acordo com Anderson (1995), aos efeitos de financeirização dos processos produtivos vincula-se um outro componente substancial do neoliberalismo: a desregulamentação do mercado de trabalho e dos mecanismos de seguridade das massas operárias. Ao abrir e alargar as fronteiras de investimentos e das rendas de capital, os fluxos (neo)liberalizantes aumentaram a pressão sobre o “proletariado fordista”, elevando a oferta e a competitividade aos países onde os custos da mão de obra são inferiores – os casos de China, Índia, e nações do leste asiático.

Ressalte-se ainda a função que o Estado desempenha nesses novos arranjos estruturantes. O impacto das medidas neoliberais na realidade dos viventes distorce os parâmetros teóricos do “Estado Mínimo”, que logo é substituído por uma *realpolitik* de enfrentamento social e coordenação de objetivos mercadizantes, de modo a assegurar as condições fundamentais para a satisfação dos interesses capitalistas “[...] em detrimento seja dos direitos (e da qualidade de vida) coletivos do trabalho, seja da capacidade de autorregeneração do ambiente”. (HARVEY, 2008, p. 81).

Os marxistas, então, jogaram luzes sobre problemas que se acreditavam superados desde os estágios iniciais do capitalismo. Caracterizados como “mecanismos de espoliação”, segundo Harvey (2008, p. 89-91), além da “rapinagem”, do “furto” e do “uso da violência”, esses mecanismos devem incluir:

1. Privatização e mercadorização: transferência de ativos públicos de usufruto coletivo para o domínio de agentes privados, os quais, ao seu turno, se orientam pelo desejo de acumulação e lucro. Incluem bens de utilidade pública (energia, transportes, telecomunicações), benefícios sociais (habitação, aposentadoria, educação), instituições públicas (universidades, laboratórios, patrimônios imobiliários), direitos de

- propriedade intelectual, formas culturais (museus de arte, turismo, música) e bens ambientais/territoriais (minérios, terra, água);
2. Financeirização (*financialization*): método que “empodera” as operações financeiras internacionais estruturadas sob aspectos especulativos e predatórios, como a transferência de recursos via inflação, juros e operações de *swap* cambial, endividamento estatal, fusões (*holding*) e aquisições, “ataques monetários” e contabilidade criativa;
 3. Administração e manipulação de crises: gerenciamento e disciplinamento de crises através do complexo formado pelo FMI, Departamento do Tesouro Americano e Wall Street, “que lançam a rede da dívida” no intuito de pressionar os países mais pobres com empréstimos sobre juros compostos;
 4. Redistribuição via Estado: ao “neoliberalizar-se”, o Estado retira das camadas mais necessitadas a prioridade da redistribuição, canalizando a sangria de recursos em direção às classes privilegiadas, que são enriquecidas mediante tributação regressiva, subsídios, isenções fiscais, privatizações, parcerias público-privado, sendo de inteira responsabilidade do Estado os riscos e prejuízos pertinentes às operações.

Já Wolfgang Streeck (MOURA, 2021) reduz a racionalidade neoliberal a um Estado regulador que tende a promover um tipo de “justiça de mercado” sobreposto a uma agenda moderna de “justiça social”. Pois, em função do compromisso que o complexo estatal havia assumido no conflito distributivo entre dependentes de lucro *versus* dependentes de salário durante a resolução da Crise de 2008, a marca do “capitalismo neoliberal” dos tempos atuais sugere que os credores do Estado haviam se tornado uma segunda classe de dirigentes e titulares de direito.

Esses agentes sociais teriam influenciado o desenho das políticas públicas e reconfigurado a estrutura orçamentária em direção ao equilíbrio fiscal, por meio da implementação de um programa de ajustes que compreendiam, entre outras medidas, o corte de despesas sociais e a diminuição de impostos. Por consequência, ao reduzir-se a arrecadação, mais estagnação, dívidas (pública e privada) e desigualdades seriam produzidas num círculo vicioso de retroalimentação.

Analisada sob esses termos, a estratégia mostra-se, de fato, insustentável a longo prazo, como defendem Gérard Duménil e Dominique Lévy (ANDRADE, 2019), e a sua

ruptura iminente marca o início da transição para um novo regime de acumulação, cujos proprietários dos meios de produção, gestores de negócios privados e administradores estatais se combinariam e se converteriam nas “forças sociais dominantes” dessa nova etapa intitulada “capitalismo híbrido”. (DAL ROSSO, 2020).

Já a interpretação bourdieusiana nasce dos dois volumes da coletânea “Contrafogos”, publicados em 1998 e 2002, especificamente do artigo “O neoliberalismo, utopia (em vias de realização) de uma exploração sem limites”. (ANDRADE, 2009).

Numa outra conjuntura de transformações globais, o sociólogo francês havia sugerido ações e tarefas para os “movimentos antiglobalização neoliberal” em “A miséria do mundo”, de 1993. Por conseguinte, o seu engajamento público frente à “questão neoliberal” decorre da experiência direta das grandes greves de 1995. (CARVALHO, 2020).

Bourdieu definiu o neoliberalismo, e o seu aprofundamento posterior, como uma “crise civilizacional”. Por estar imersa em um “sistema de crenças e de valores, um ethos e uma visão moral do mundo”, a teoria econômica neoclássica se privilegiaria de um “sentido comum ligado às estruturas sociais e cognitivas de uma ordem social particular”: é neste domínio do real onde ela se cristaliza e extrai suas regras fundamentais, que são em última instância formalizadas e racionalizadas como elementos universalizantes. (Idem, *ibidem*, p. 374). *Ipsa facto* a teoria neoclássica constitui-se de modelos matemáticos/científicos presumidamente reais, que ao fim são apresentados sob a forma de um projeto político utópico, responsável por “[...] uma soma extraordinária de sofrimentos de todos os tipos”. (BOURDIEU, 1998, p. 28).

Ainda segundo essa abordagem, os teoremas econômicos neoclássicos incorreriam ao menos em duas incorreções: primeiro, a de reduzir o campo das racionalidades às exiguidades da *ratio* individualista, “[...] ignorando as condições sociais que produzem a disposição calculadora” (ANDRADE, 2019, p. 224), o que *per se* bastaria para conferir à teoria o duplo incômodo de ser ao mesmo tempo “dessocializada” e “des-historicizada”.

Segundo, por ser uma ideia-força, isto é, uma “ideia que tem força social, que realiza a crença”, (BOURDIEU, 1998, p. 30), a teoria se torna verdadeira à medida que se associa a planejamentos institucionais e decisões financeiras. Logo, o conhecimento científico se converteria ele mesmo em um projeto político ajustado à sua descrição teórica, por meio da qual se criariam “[...] as condições (objetivas) de funcionamento da teoria”. (ANDRADE, 2019, p. 224).

Partindo dessa composição, o neoliberalismo conseguiria mobilizar uma “cadeia de constrangimentos” com o objetivo de destruir todas as formas de resistência coletiva que

pudessem enfrentá-lo – em nações, sindicatos, grupos de trabalho, associações, clubes, cooperativas, famílias, etc.

Tendo em vista a pressão concorrencial imposta *top-down* pela mundialização dos processos de financeirização, as empresas passariam a se ajustar em função das exigências de curto prazo dos investidores e a sua influência progressiva se traduziria em interferências quanto à gestão em matéria de contratações e salários.

Esses novos métodos de *capital management* teriam instaurado uma espécie de “darwinismo moral” cuja competição entre funcionários havia minado a solidariedade no ambiente corporativo, disciplinando os trabalhadores em um mundo de “autoexploração” e “autocontrole” onde as metas, as formas de avaliação e as remunerações individualizadas devem ser cumpridas sob a constante ameaça de demissão.

Finalmente, o resultado levaria à produção e reprodução de uma “máquina infernal”: a constituição das disposições racionais necessárias à inclusão dos agentes no sistema capitalista causaria a autonomização do campo econômico, e este, segundo a sua lógica de funcionamento, se fundamenta na precarização das relações trabalhistas, na erosão dos laços coletivos, no desaparecimento gradativo dos “universos autônomos de produção cultural”, no aumento das desigualdades, estresse, sofrimento, e na desmoralização da militância operária, já a esta altura desiludida e alienada. (BOURDIEU, 1998, p. 83-86).

Ao aprimorar a interpretação não-sistematizada de Bourdieu em sua antropologia sobre a marginalização avançada, Loïc Wacquant identificou um núcleo de articulação institucional entre Estado, mercado e cidadania, no qual o “Leviatã neoliberal” se tornaria “distinto” e “reconhecível”, vez que a reestruturação dos mecanismos estatais redesenhou efetivamente as “fronteiras” e o “caráter da cidadania” através de políticas públicas adaptadas tão somente às regras de mercado. (WACQUANT, 2012).

Para sustentar as exigências da antropologia do neoliberalismo, Wacquant (Ibidem) propôs uma interpretação *via media* que se situaria entre a “escola de ortodoxia econômica” e a “escola de governamentalidade”. Se essa é, segundo o autor, uma concepção sociologicamente mais densa e centrada no Estado, então seria fundamental interpretar as engrenagens do novo modelo institucional analisado, além de seus efeitos práticos, como diretamente referidas à sua adesão social.

A reorientação proposta pelo professor francês envolve três teses que se relacionam a uma “revolução neoliberal” imposta desde cima.

Tese 1: O neoliberalismo não é um projeto econômico, mas sim político; ele envolve não o desmantelamento do Estado, mas a sua reengenharia. [...] Tese 2: O

neoliberalismo implica uma propensão para a direita do campo burocrático e engendra um Estado-centauro. [...] Tese 3: O crescimento e a glorificação do braço penal do Estado constituem um componente essencial do Leviatã neoliberal. (WACQUANT, 2012, p. 510-513).

Com efeito, essa abordagem parece mais ocupada em esclarecer o significado de “neo” em neoliberalismo do que as outras definições. E, se se pode esperar do “neoliberalismo” uma noção esclarecedora, então deve-se estabelecê-lo como a “principal agência que conforma as subjetividades, as relações sociais e as representações coletivas”, cuja principal motivação é tornar real e relevante a “ficção dos mercados”. (WACQUANT, 2012, p. 507).

Por fim, há a definição weberiana. Destaca-se a recente pesquisa de William Davies, professor de política econômica da Universidade de Londres. O autor parte de uma análise das dimensões constitutivas da autoridade política durante o período de governo da terceira via britânica (pós-Thatcher), formada pela coalizão de partidos de centro-esquerda. Davies observou que, contrariamente às crenças ingênuas e puramente doutrinárias dos neoliberais, a racionalidade intrínseca ao modelo concebia antes o aumento do domínio da autoridade política, especialmente pela expansão de políticas pensadas para a promoção da “competitividade nacional”, ao invés de incentivar de fato a redução do poder estatal.

Portanto, a tese propõe que o Estado (regulador) é necessário ao desenvolvimento do projeto econômico neoliberal. Grosso modo, a crítica à máquina estatal, realizada por uma rede de consultores e especialistas, termina sendo reelaborada e reaproveitada de modo a legitimar e empoderar o próprio Estado.

No contingenciamento da Crise de 2008, e, de maneira distinta, durante o choque pandêmico de 2020, o Estado ressurgiu como importante força aglutinadora ao acionar pacotes de medidas emergenciais, de maneira a recuperar as finanças privadas e montar uma rede de seguros e auxílios protetivos aos impactados. Embora essas ações possam ser classificadas como “excepcionais”, Davies questiona se não há na própria “lógica neoliberal” um tipo de arranjo delicado, ou uma “violência transcendente”, que pressupõe a contradição entre dois polos, isto é, ou “uma cuidadosa lógica econômica, na qual o gasto é monitorado, a produtividade otimizada e os agentes cuidadosamente regulados”, ou “uma força excessiva, violenta, que transcende qualquer lógica econômica e avaliativa”. (DAVIES *apud* ANDRADE, 2019, p. 228).

Logo, o “neoliberalismo atualmente existente”, ao contrário do modelo embrionário da década de 1970, não seria um “pós-neoliberalismo”, mas uma nova fase do sistema capitalista, organizada sob o “ethos da punição”.

This is not the type of punishment conceived by Bentham and historicized by Foucault, namely a measured science of displeasure. Rather, it is a relentless form that acts in place of reasoned discourse, replacing the need for hegemonic consensus formation. (DAVIES, 2016).

Nessas circunstâncias, o “discurso fundamentalista neoliberal” tenderia a concentrar a sua retórica em instrumentos de avaliação econômica oferecidos pelo mercado em detrimento de uma performatividade política tradicionalmente pautada na linguagem do “bem comum” e do “público”. Essa hostilidade à política é que faz do neoliberalismo uma “busca do *desencantamento* da política pela economia”, ou uma elevação dos valores mercadológicos, respaldada pelo sistema de preços, ao nível de “normas de aprovação do Estado”. (ANDRADE, 2019, p. 229).

Os indicadores assumiriam desde já uma “autoridade semissoberana” sobre os julgamentos políticos, e os atores políticos, aqueles que definem o estabelecimento das regras do jogo e a delimitação das arenas de competição, seriam interpelados a desenvolverem técnicas de avaliação quantitativa, rankings de pontuação, consultorias para situações de imprevisibilidade (*risk management*), *coaching*, e formação de novas lideranças.

Seria em função dessa “virada tecnocrática” que a ética e a filosofia política do antigo liberalismo seriam sumariamente rejeitadas em favor de “questões técnicas mundanas”. Logo, o neoliberalismo se converteria em “força modernizadora”, semelhante à noção weberiana de racionalização. (ANDRADE, 2019).

No entanto, essa mudança fundamental, segundo Davies, se manifestaria imbuída de contradições e falhas relativas às suas promessas, pois o “discurso neoliberal” seria incapaz de justificar moralmente o argumento de que a economia compreende a base analítica mais adequada para a instituição dos compromissos de um governo.

Ainda, questiona Davies, por quais motivos determinados modelos econômicos são preferíveis a alternativas políticas mais sustentáveis, e quais “convenções de cálculo devem ser aplicadas a diferentes esferas do governo?”. (ANDRADE, 2019, p. 229). À medida que se desviam dessas e de outras perguntas, mais ilegítimas se tornariam as alegações do discurso neoliberal.

2.2.2 Segundo núcleo argumentativo: definições pós-colonialista, hibridismo governamental e neorregulacionista

O segundo núcleo de abordagens se diferencia das quatro interpretações anteriores por não reconhecer a amplitude ilimitada do referido fenômeno, ao menos no que concerne às suas formas totalizantes e estruturantes.

Por exemplo, os pós-colonialistas sustentam a tese de que o tipo de neoliberalismo colocado em prática nos países desenvolvidos tende a generalizar-se como procedimento padrão à realidade dos países periféricos¹⁰. Portanto, o processo seria distinto de uma região a outra, tendo em vista a especificidade de cada estrutura de Estado. (HILGERS, 2011).

De imediato, a noção de “Neoliberalismo”, com “n” maiúsculo e no singular, é substituída por uma forma discursiva que desloca a linguagem de análise para os “neoliberalismos” (com “n” minúsculo e no plural). Segundo eles, essa operação permitiria enunciar teorias mais deslocadas dos universais abstratos hegemônicos, sendo mais “adequada” ao imaginário político onde os conhecimentos e saberes são produzidos localmente.

Além de chamarem a atenção para a reestruturação do aparelho de Estado, sobretudo não-ocidental, os pós-colonialistas alegam que todas as teorias de pretensões universais deveriam ser reconfiguradas em função da realidade histórica, social e econômica com a qual se deparam. Mathieu Hilgers (2011) questiona a percepção mesma do significado ocidental que se dá ao neoliberalismo, apresentando para isso a sua tese sobre a configuração do aparelho estatal em países africanos. Visto que nessas regiões não houve a ascensão de um Estado de bem-estar social, logo, a implementação do neoliberalismo não ocorreria, logicamente, como uma “operação de desmonte”.

Goldstein (2012) defende que, se não há uma “teoria pura do neoliberalismo”, e sim conceitos e perspectivas em debate, então as definições incorporadas, na qualidade de “instâncias variadas de ideias globais”, não devem ser limitadas ao campo de produção original – o Norte –, mas a “realidades plenamente vividas nas quais as pessoas e os Estados possuem suas próprias teorias e elaboram seus próprios discursos e críticas sobre os mundos por eles habitados e sobre os modos pelos quais eles devem ser organizados”. (GOLDSTEIN, 2012, p. 305). Isso auxiliaria fundamentalmente a função antiessencialista da pesquisa ao não reduzir o fenômeno a um processo substantivo que reproduz *ad aeternum* suas propriedades comuns.

¹⁰ Puello-Socarrás (2021) se opõe a essa visão consagrada das origens históricas do neoliberalismo, e lembra que a “construção *in vivo* do neoliberalismo” havia ocorrido, particularmente, no que ele chama de “espacialidade periférica”. Essas nações de terceiro-mundo foram, segundo o autor, levadas a um processo de transição entre o desenvolvimentismo nacional e o capitalismo integrado.

Um outro tipo de definição desse segundo núcleo argumentativo vincula o neoliberalismo a uma lógica de governo maleável, flexível a situações onde seja viável a adoção seletiva de práticas híbridas, que por sua vez podem interagir com dinâmicas locais e racionalidades políticas alternativas. (ONG, 2007). Tal definição ficou conhecida como “hibridismo governamental”.

Nesta abordagem o neoliberalismo coexiste com tecnologias políticas concorrentes, respondendo estratégica e pragmaticamente às demandas do espaço e da população por meio da otimização de seus mecanismos de autogestão direcionados aos ganhos de capital. Desse modo, o neoliberalismo teria substituído a abordagem “desregulacionista” da década de 1980 por novos arranjos calculados de intervenção e de risco, ajustando confusamente os instrumentos do mercado global com as dinâmicas e circunstâncias locais.

Por não haver um processo uniforme de implementação, a neoliberalização derramou-se em inúmeros contextos não-ocidentais emergentes, como Estados militares, oligarquias pós-socialistas, formações autoritárias e ex-colônias, sem que as práticas políticas locais sofressem alterações significativas. Ademais, esse neoliberalismo atuaria em conjunto com especificidades regionais na reconfiguração lógica do processo político, seja através da técnica administrativa e do cálculo atuarial, seja como metáfora (de conhecimento) pela qual se modifica o foco da “produção de bens” para a produção de “subjetividades educadas”.

Ong (2007, p. 05) insiste na ideia de que o objetivo em comum de todas as formas neoliberais é a indução de uma “subjetividade empreendedora” focada em sujeitos de elite (*elite subjects*), aumentando a sua capacidade de fazer escolhas frente à expansão desordenada da indústria da informática. Porém, essa “cidadania autoempreendedora” não é distribuída de maneira equitativa. Ao invés, a estratégia efetiva define as exceções e seleciona seus alvos de acordo com a concorrência no mercado global do conhecimento.

Isso culminaria na mistura do “neoliberalismo como exceção” com a “exceção ao neoliberalismo”, produzindo rupturas, fragmentações e recombinações na espacialidade e no território das populações, dando lugar a “resultados imprevisíveis e nem sempre condizentes com as expectativas liberais”. (ANDRADE, 2019, p. 231).

A última definição refere-se ao “neorregulacionismo” – “rerregulacionismo” ou “desregulacionismo”. Sua análise orienta-se ao exame das contradições funcionais entre a práxis política e a abstração teórica do fenômeno neoliberal: um governo de mercado não-intervencionista, que, contraditoriamente, objetiva capturar e transformar a estrutura de Estado ao seu modo para reinventar-se e manter-se em funcionamento.

O geógrafo britânico e economista institucional Jamie Peck é, talvez, o principal intelectual dessa abordagem. Peck (2013, p. 140) define o neoliberalismo como um “processo aberto e contraditório de reestruturação regulatória”, fundamentado nas formas de governança orientadas ao mercado. A este procedimento ele evoca uma outra associação sinonímica, denominada de “neoliberalização”.

Essa natureza contraditória do neoliberalismo assinala duas questões seminais: primeiro, a afirmação de um “projeto utópico”, e por isso mesmo inatingível, de uma sociedade de mercado autorregulável e hostil à presença estatal; segundo, a constituição de uma zona de experimentação, cuja administração dos fracassos demandaria constantes medidas regulatórias – daí o neologismo “rerregulação” – por parte do Estado, o qual tem o intuito de suprir as falhas de mercado e “garantir a preservação de formações previamente existentes”. (ANDRADE, 2019, p. 232).

Isso por si implicaria numa frequência de despachos rerregulatórios envergonhados, sobretudo em períodos de crise, onde o discurso neoliberal seria moldado a fim de criminalizar as funções intervencionistas do Estado e as “instituições heterodoxas” pelos erros cometidos por ele mesmo. (Idem, Ibidem).

Visto projetar-se como fenômeno polimórfico, não seria possível analisar o neoliberalismo de maneira “essencialista” e “teleológica” como fazem os *rankings* de liberdade econômica e a rede internacional de *think tanks* liberais. Segundo Peck (2013), a maneira ideal de compreendê-lo decorre do esforço de rastrear os movimentos que se misturam a partir do entroncamento entre ideologias, políticas públicas e práticas institucionais. Para tanto, é preciso estudá-lo histórica e geograficamente.

O neoliberalismo se localizaria, portanto, entre a continuidade e a evolução da experiência “lesseferista” (*laissez-faire*) do século XIX, tendendo a característica revisionista que lhe é peculiar a uma permanente reestruturação do projeto e a uma dinâmica de dominância marcada por crises, falhas, correções e reinvenções.

No que se relaciona às possibilidades analíticas do fenômeno, Peck investigou três processos de aprofundamento e aumento de complexidade que determinariam as particularidades geográficas segundo o processo de neoliberalização: 1) movimentos de retração e expansão, 2) dinâmica autoconstituente fundamentada na contestação ao projeto, e 3) inter-relação entre diferentes escalas de espacialidade. (ANDRADE, 2019).

Quanto ao primeiro, foram observadas alternâncias nas fases de retração e expansão do neoliberalismo. Durante a retração, realizavam-se operações de desmonte de instituições e centros de poder alternativos alheios à sua lógica, e incursões regulatórias a

zonas de controle administrativo-normativo, com o objetivo de discipliná-los em favor da neoliberalização. Privatizações, propostas de reformas trabalhistas, cortes orçamentários e o “enxugamento da máquina pública” (*downsizing*), por exemplo, se situam nessa fase.

Porém, frustradas as expectativas em torno da autorregulação dos mercados e da sua capacidade de fazer frente ao investimento público como principal ferramenta de crescimento, as limitações desta etapa logo são compensadas pelo desencadeamento de outro processo de expansão, dessa vez apoiado em concessões pragmáticas às demandas de apelo social e à realização de melhorias nos mecanismos de mercado.

Seria através dessa nova perspectiva pela qual o neoliberalismo cooptaria um conjunto de “sujeitos coletivos ingovernáveis” dentro da estratégia de conformação ao mercado, a exemplo do reconhecimento de ONGs e associações comunitárias como provedoras de serviços não-estatais, gestão pública por auditoria e governança, parcerias público-privadas, e, acrescentando-se, o selo ESG dado a companhias inclusivas e sustentáveis¹¹.

Além da disfuncionalidade do desmonte e das falhas de mercado, a reconstrução da governabilidade neoliberal se dá também por conta da reverberação da nova regulação sobre outros suportes institucionais e políticos previamente existentes, articulando-se na construção de híbridos. (ANDRADE, 2019, p. 233).

No segundo processo, as contestações ao projeto acabam desempenhando o papel de “metrônomo” das reformas de mercado. Isto porque, a depender das circunstâncias e dos lugares, muitas vezes elas ditam o ritmo, a esfera e os públicos impactados por essas injunções.

Pois as micro-resistências locais produzem uma rede de mobilizações coletivas hostis ao projeto hegemônico, o que garante incursões leves a determinados segmentos de interesse social – as chamadas *no-go areas*. Os governos neoliberais estariam, dessa maneira, pressionados a se corrigirem sempre que necessário, a reverem estratégias de reengenharia institucional e modificarem o tipo de racionalidade administrativa empregado.

Face à inter-relação entre diferentes escalas de espacialidade, Peck (2013) frisa que as mudanças estruturais nas territorialidades são de via dupla: tanto as modificações

¹¹ Empresas ESG (em inglês, *Environmental, Social and Governance*) são companhias que atendem às novas métricas de investimentos sustentáveis definidas pelo mercado financeiro e suas instituições satélites. Esses critérios se baseiam em três pilares: 1) *ambiental*, focado na preocupação com os impactos no meio ambiente, como a utilização de matrizes energéticas renováveis, uso consciente da água e créditos de carbono; 2) *social*, referente à cultura corporativa, à inclusão e admissão de minorias sociais nos quadros da companhia, e ao (bom) relacionamento da empresa com fornecedores, colaboradores e clientes; 3) *governança corporativa*, consiste na forma com que os interesses dos acionistas se alinham à administração dos negócios.

estruturais produzidas pela globalização quanto as transformações locais influenciaram e influenciam na dinâmica do conjunto.

Nesse sentido, pouco afeta o revezamento entre governos de “esquerda” ou de “direita”: as regras do jogo são negociadas em contextos de dominação onde as práticas políticas se definem tendo como principais linguagens o mercado financeiro e o comércio global. Contudo, em função da “inventividade política” a que cada Estado se sujeita para adequar-se a essas regras, as dinâmicas entre as regiões e as nações se modificam em vários níveis de importância, interferindo dessa maneira na configuração geral do mundo globalizado. (ANDRADE, 2019, p. 234).

Essa abundância de definições e significados do neoliberalismo provém de um dilema que ameaça as potencialidades do conceito, pois ou ele é uma complexidade heteróclita que, em razão de sua natureza multifacetada, justifica e autoriza a expansão do termo para inúmeras abordagens, ou ele é um “conceito malandro” (*rascal concept*), frágil demais para manipular as razões transubjetivas e as crenças partilhadas, e demasiadamente superficial para ser uma ideia onipotente e onipresente, muitas vezes empregada de maneira abusiva.

Propõe-se uma interpretação conforme à segunda sentença desse dilema, e ainda, a uma crítica das teorias e definições críticas, sem, no entanto, desconsiderá-las ou não validar as suas descobertas. Em vez disso, o assunto será examinado à luz de todos os ângulos teóricos disponíveis, quer liberal, quer marxista, quer foucaultiano, etc., para que se possa alcançar a fusão de horizontes: o esforço de construir pontes epistêmicas sólidas ao invés de separar o conhecimento em divisões estanques politicamente orientadas.

2.3 Contraposição às abordagens e definições críticas

Por assumir a forma contemporânea de “dinâmicas políticas heterogêneas”, o conceito de neoliberalismo ganhou em complexidade, de um lado, revitalizando-se no âmbito da discussão sobre a validação da teoria. Por outro, obscureceu-se a ponto de ser dado ou como morto-vivo¹², ou como uma categoria em vias de extinção, no momento em que, contraditoriamente, se enunciava o alcance desse projeto civilizacional a todas as zonas de interesse econômico nacionais, regionais e locais.

¹² Referente à sentença do antropólogo Neil Smith: *Dead yet still dominant* (morto, porém, dominante). Cf. SMITH, 2017.

Quando avaliadas sob o ponto de vista de um saber estratégico e coletivamente mobilizador, as abordagens críticas, de fato, alcançaram patamares interdisciplinares e metateóricos indiscutíveis. A popularização do termo no imaginário social testemunha a favor do seu sucesso, considerando-se a sua notoriedade em editais de seleção e concursos públicos, artigos de opinião, tópicos de radiodifusão, documentários, podcasts, séries, debates televisionados, conteúdos de *streaming*, discursos políticos, charges, entre outros meios que reforçam o seu prestígio, especialmente entre as classes letradas.

Designados como invólucro dos fenômenos de mundialização do capital, os processos de neoliberalização forneceram o horizonte ideal para a articulação e mobilização organizada de seus críticos, – os “sujeitos coletivos ingovernáveis” dos quais menciona Peck (2013) –, as instituições de embate político, sindicatos, universidades e centros acadêmicos, setores jurídicos progressistas, etc., cada qual sob os cuidados de integrar os dissidentes desse projeto em frentes amplas de lutas e táticas políticas de resistência, associadas a uma “sensibilidade moral” (ANDRADE, 2019) refratária à civilização do capital, e aberta a novas possibilidades de organização social.

Mas esse poder avassalador que bem ou mal se confere ao aprofundamento das chamadas “injunções neoliberais”, por vezes mistifica a manifestação de desequilíbrios sociais, de mudanças estruturais e efeitos transformadores ao reduzi-los a uma espécie de monocausalidade primária da qual derivam epifenômenos, processos sociais e forças históricas.

Ou seja, está-se diante de uma imprecisão conceitual, ou nas palavras do próprio Peck (2013), de um “conceito malandro”, utilizado com “intenções pejorativas”, e por isso, a cada momento mais “promíscuo” em sua aplicação. Se para uns o neoliberalismo é uma “aranha” no centro da “teia hegemônica” das regras do comércio global, para outros o agigantamento do conceito deflagra os limites teóricos da definição estruturalista para as ciências sociais (COLLIER, 2012), e, infausto destino, essa pletora de significados pode levar a justificativas e “[...] alegações cruamente deterministas que equivalem a teorias da conspiração ou a um estruturalismo oculto¹³”. (PECK, 2013, p. 133).

No entanto, alguns críticos dessa abrangência ilimitada não veem problemas nas interpretações que o postulam como fenômeno “onipotente” e “onipresente” da realidade

¹³ Muitas vezes o conceito é discutido na clave de um catalisador de grandes catástrofes financeiras, a exemplo do *Crash de Wall Street*, da Crise de 2008, e do choque pandêmico de 2020, corroborado, também, por pesquisas que anunciam a sua “morte prematura” em meio a rumores e hipóteses controversas. Cf.: RUGITSKY, 2020, p. 597-601, especificamente a seção “*Third (Health) Act: The Death And The Death Of Neoliberalism*”.

social. Para Clarke (2008), p. ex., há uma distinção fundamental entre a presença do neoliberalismo em quase todos os lugares e a sua dominância nestes, embora isso não invalide o fato d'ele ser identificável na maioria dos “discursos e formas de pensamento” – não havendo qualquer referência a um indicador de potência¹⁴ nessas manifestações particulares. (CLARKE, 2008, p. 138).

Esta sedução ao termo conduz seguramente a impasses de difícil resolução. Se se admite que o fenômeno está em todos os lugares, guarnecido por um conjunto de instituições “aparentemente infectadas pelo vírus neoliberal” (WACQUANT, 2012, p. 507), então é lícito afirmar que “não há forma não contaminada de, ou espaço para, a resistência política” antineoliberal (BONDI; LAURIE, 2005, p. 399), i. e., uma resistência que possa estar compreendida fora dos limites do fenômeno.

A referida noção ainda é autodestrutiva, pois subestima a “independência da produção intelectual dos seus condicionamentos sociais” (BOUDON, 1989, p. 274). A rigor, isso faz surgir uma dramática *contradictio in terminis*: a de que, se a classe intelectual se mostra indefesa ante a “lógica de produção e reprodução neoliberal”, ela não poderia produzir, por uma óbvia incapacidade intelectual, nenhuma confrontação teórica ao objeto, muito menos oferecer qualquer oposição cognitiva à sua irreversibilidade.

Dito de outra maneira, o neoliberalismo converteu-se de maneira inapropriada em um tipo de “força fantasmática”, na acepção a que Boudon (2016) conferiu à expressão.

Como já citado anteriormente, para Venugopal (2015) o superdimensionamento do conceito também supõe problemas indesejáveis de significação. Pois, se o neoliberalismo é um fato onipresente, atinente a diferentes níveis e realidades da vida social, então ele só pode ser discutido de maneira produtiva como um “pano de fundo contextual”, algo semelhante a uma “era neoliberal”, em vez de servir como técnica analítica. Mas, quando o termo manifesta-se dessa forma, perde em especificidade, eficiência analítica e eficácia descritiva, vez que se negligenciam os aspectos contingenciais de cada formação política pré-existente.

A noção de “onipresença” se aplica a um vício retórico comum às abordagens críticas: o de negar, num primeiro momento, a presença do neoliberalismo na totalidade do real, evitando-se assim a “narrativa do inevitável” e a condição de “força estruturante

¹⁴ Clarke (2008) estabeleceu como paradigma uma suposta “neoliberalização das coisas”, que seria a forma com a qual o neoliberalismo rearticulava locais, processos e práticas pré-existentes em novas formações, partindo tanto da “composição interna” (modos de fazer inovadores, novas formas de ordenação, legitimação e exercício do poder), quanto da “configuração externa”, por meio de determinadas instituições políticas. O gerencialismo, por sua vez, teria sido um caso de prática pré-existente ao neoliberalismo que foi desarticulada e rearticulada em um novo tipo de agenciamento.

invencível”, para em seguida validar a “transversalidade” e a extensão *a priori* do fenômeno a “todas as esferas da vida”, conforme sugerem Dardot & Laval (2009 *apud* QUEIROZ, 2018).

Mesmo se reforçada a ideia de que essas formas de regulação baseadas na lógica de mercado não atingem os países e as regiões como “tsunamis econômicos” vertidos em recipientes inertes (ONG, 2007), ainda assim pode-se reconhecer a onipresença dissimulada do termo, dessa vez oculto sob o véu do “hibridismo”. O hibridismo governamental rejeita o binarismo analítico (ou seja, examinar se este ou aquele governo é ou não neoliberal), ao mesmo tempo que apela para uma “leitura transversal” do fenômeno, centrada no conjunto de práticas migratórias que reconfigura total ou parcialmente territórios e espaços.

Já se mencionou que Clarke (2008) havia pinçado uma lista de adjetivações associada aos usos do conceito. No Quadro 1 da página 49, elencou-se definições, objetos e instituições aos quais o conceito alude, a fim de demonstrar a imensidão semântica na qual ele se insere. Se esses significados não são inteiramente imprecisos quando confrontados pelo viés da análise discursiva, a proliferação de inúmeras definições e associações sinonímicas terminou por limitar a presença de outros modelos teóricos voltados à interpretação dos fenômenos da realidade social. Trata-se, sem dúvida, de um efeito de hipérbole conceitual.

Deve-se reconhecer de antemão que a conversão da hipótese em objetividade, no sentido de uma objetivação histórica, não constitui novidade no campo das ciências sociais. Depois do funcionalismo nas décadas de 1960 1970, foi o utilitarismo que, a partir de 1980, havia se insinuado como imagem do mundo tanto no pensamento político prático, quanto na filosofia social. (BOUDON, 1989).

A guerra declarada por esses modelos de observação conferiu uma situação de quase-monopólio às teorias críticas – epistemologicamente distintas, ainda que convergentes nos objetivos políticos almejados. Mas, ao contrário do que se admite, a validade desse conjunto teórico é restritiva, sua potência explicativa tem alcance limitado e, além do mais, se dissimulam aí parâmetros e hipóteses invisíveis à primeira impressão. (VENUGOPAL, 2015).

Como discutem Boas e Gans-Morse (2009), à medida que se avolumam os usos do “neoliberalismo”, o termo passa a ser assimetricamente utilizado na arena das disputas ideológicas: de um lado, os que questionam as políticas de mercado validam-no com uma frequência a cada ano mais persistente (V. Quadro 2, p. 52); de outro, os liberais tendem a se afastar dessa noção alegando que a formação de uma organização social baseada numa economia competitiva de livre mercado não culminaria, necessariamente, na aceitação do que se conhece por “fundamentalismo de mercado”, nomenclatura a qual nenhum deles quer estar associado.

A indefinição quanto aos limites do neoliberalismo na pesquisa empírica, mesmo por aqueles que o empregam como uma variável independente ou variável dependente-chave, é igualmente perceptível. Weyland (*apud* BOAS; GANS-MORSE, 2009, p. 141) sublinhou as diferenças fundamentais, muitas vezes omitidas, entre a categoria moderada de “reformas de mercado” – ou “políticas em favor do capital”, no sentido marxista –, cujo contributo do Estado no processo de formalização é relevante em todas as fases, e do “objetivo radical” de se estruturar uma política de livre mercado por meio de medidas drásticas desvinculadas das instituições públicas, e sem precedentes no que tange à ambição, à velocidade, e à execução de planos e metas institucionais estratégicas.

Ainda sobre a problemática relacionada à abrangência do termo, Boas & Gans-Morse (2009, p. 154) ressaltaram que outras categorias e representações já haviam disputado os mesmos objetos e definições do neoliberalismo, a exemplo do “Consenso de Washington”, “monetarismo”, “neoconservadorismo”, e, igualmente, a agenda de reformas de mercado (*market friendly convergence policies*). A isso denominaram de “contestação terminológica”, espécie de objeção feita por estudiosos para referir-se a um determinado conceito por intermédio de termos alternativos. (BOAS; GANS-MORSE, 2009, p. 155).

As muitas definições em jogo, estilizadas de maneira a cumprir funções combativas, revelam uma postura alheia à observação de propriedades comuns – a definição via método indutivo a que se refere Boudon (1976) –, a fim de se abrir às possibilidades e aos riscos da viabilização de um fenômeno genérico e multidimensional, cujos significados assumem diferentes características em cada problematização, produzindo, invariavelmente, o distanciamento dos critérios científicos ideais de um objeto passível de verificação e falseabilidade.

Os pesquisadores (BIRCH, 2017; BIRCH; SPRINGER, 2019) que investigaram as definições da categoria admitiram ter dificuldades de defini-lo ou empregá-lo como ferramenta analítica, a julgar-se pela proliferação de significados que impregnaram diferentes coisas, pessoas e instituições, e pela impossibilidade de esclarecer essas noções por meio do debate acadêmico, que, ao contrário, só as reforçou em sua expansão ilimitada e em sua “linguagem politicamente carregada” (BOAS; GANS-MORSE, 2009, p. 158).

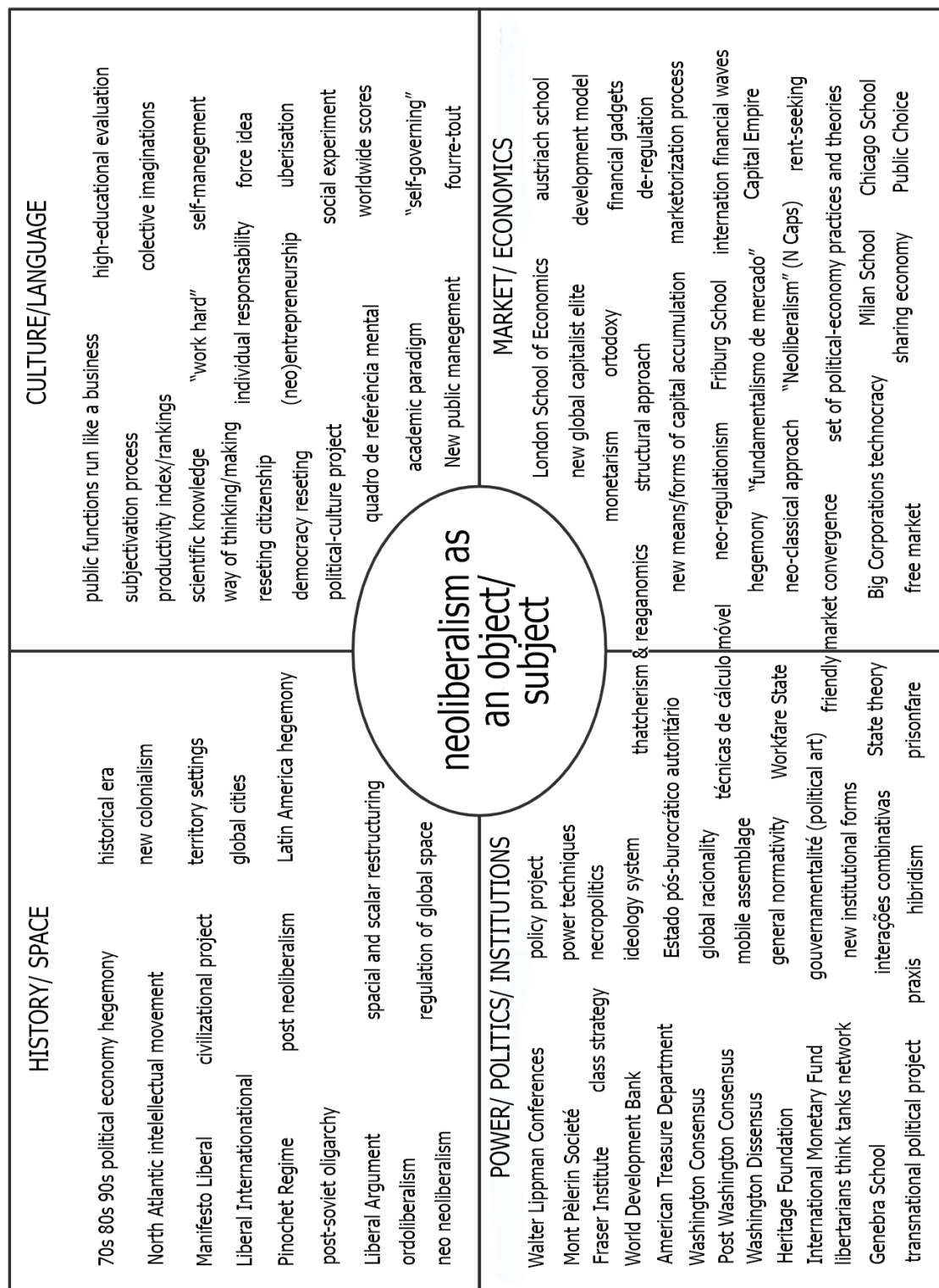
Diferente de outros termos polissêmicos¹⁵, sobretudo os especificados por Venugopal (2015, p. 06), o neoliberalismo foi o único em que a debilidade semântica, a fragmentação, e a inconsistência terminológica produziram um campo de sentidos em disputas, sobretudo políticas, em que as teorizações se voltaram mais à orientação de atores políticos e movimentos sociais (anticapitalistas, alter-mundialistas, emancipatórios, feministas), cada qual engajado segundo a definição estrategicamente mais eficiente para a sua própria perspectiva de luta, do que à elaboração de modelo(s) teórico(s) ajustado(s) à observação científica da realidade social.

Essa multiplicidade de objetos e sentidos do termo ajudou a propagar a ojeriza aos efeitos indesejáveis desse “novo modelo de acumulação e reprodução”, aliado do “imperialismo econômico” e de um sistema linguístico/científico legitimador de suas práticas. Ao fim, o “neoliberalismo realmente existente”, argumentam seus críticos, apresenta-se como uma “profecia autorrealizadora”, ou predição criadora, para se referir a um arcabouço de conhecimento falso, capaz de domesticar as subjetividades e de sustentar-se pela criação de instrumentos financeiros aparentemente razoáveis, mas que conduzem as nações e os povos a crises estruturais que a teoria supõe evitar. (ANDRADE, 2019).

De fato, a crítica à “hipótese dos mercados eficientes” – afirmação provisória logicamente relacionada a um modelo estacionário – por vezes resulta em mera antítese, ou seja, numa negação superficial da linguagem matemática aplicada a modelos equacionais e econométricos do *mainstream* econômico, acusado em última instância de servir aos interesses obscuros, e raramente comprovados, de uma “manutenção da posição dominante no campo dos saberes científicos”. (ANDRADE, 2019, p. 217).

¹⁵ Rajesh Venugopal atentou para um processo endêmico de conceitos das ciências sociais, especialmente na sociologia política, que ocupam um terreno fluido de significados, carentes de definição adequada e utilizados de forma inconsistente, a exemplo de “classe”, “populismo”, “democracia”, “poder”, “conflito”, “governança”.

Quadro 1 – Neoliberalismo como um objeto (definições e temas)



Fonte: Autoria Própria.

Venugopal (2015, p. 09) sustenta que a abundância semântica se concentrou no lado do superdimensionamento dos elementos da “cultura”, do “poder”, da “ideologia”, enquanto os fundamentos econômicos foram pouco articulados na maioria dos casos. Seguiu-se daí o desequilíbrio entre uma “superestrutura ideológico-política” extremamente teorizada e bases econômicas subteorizadas, além da expropriação de lacunas lógicas que poderiam conectar o fenômeno ideológico/material a um modelo de causalidade desejável (*desired direction of casuality*).

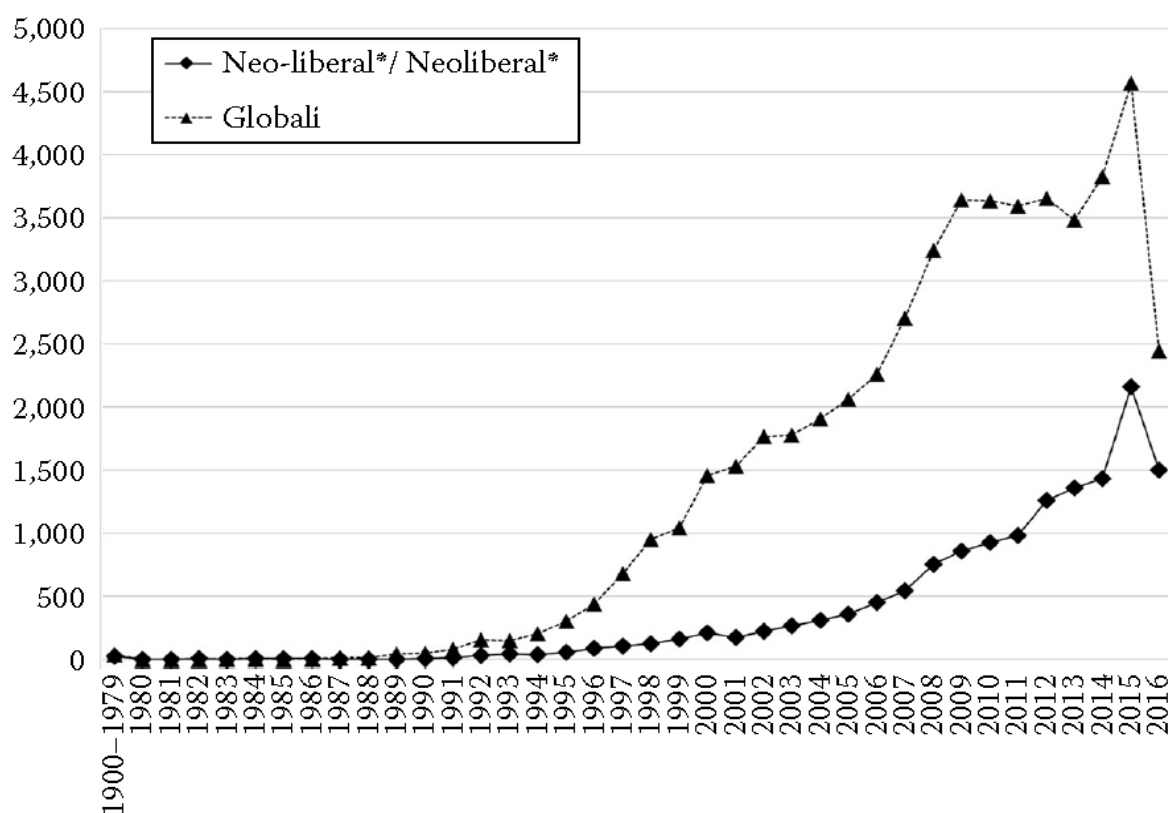
Nesse cenário de significações em expansão, há situações em que claramente o neoliberalismo não se manifesta como “categoria analítica unificadora”. Por exemplo, Babb (*apud* VENUGOPAL, 2015, p. 10) defende que a desregulação promovida pelas reformas de mercado, noção fundamental para o “modelo neoliberal clássico”, foram encorajadas pelas elites do *showbusiness* no Reino Unido e Chile, mas não na França, e apenas parcialmente no México. Sob esses termos, o conceito se esfuma. Pois, ou ele deve ser designado como uma “agenda pró-mercado, tecnocrática e despolitizada”, ou como uma “lógica política de dominação de classe” – nunca por ambas ao mesmo tempo.

No que se refere à hipótese dos sentidos em disputa, constata-se um movimento de distribuições assimétricas entre a utilização de “neoliberalismo” e “globalização” no ambiente acadêmico-universitário. A partir de meados da década de 1990, a curva de popularidade dos conceitos nas ciências sociais passa a se alterar em favor do primeiro, confirmando uma trajetória ascendente até 2016 (V. Quadro 2, p. 52).

Isso fez com que Clarke (2008, p. 137) desconfiasse de que o neoliberalismo se tornaria a “globalização” da atual geração: um conceito pesado, avassalador, e que carregaria um “senso de inevitabilidade” associado ao seu uso. O tempo, ao que parece, deu-lhe razão e a outros que colocaram em xeque a potência do termo¹⁶.

¹⁶ Embora Peck (2013, p. 133) não descartasse a utilização do neoliberalismo como “conceito útil” para a análise do mundo contemporâneo, reconhece “[...] *neoliberalism has always been an unloved, rascal concept, mainly deployed with pejorative intent, yet at the same time apparently increasingly promiscuous in application*”. Quase da mesma maneira, refere-se Wacquant (2012, p. 507) a uma “categoria fugidia, nebulosa e controversa” em “constante busca de especificidade e legitimidade analítica”.

Quadro 2 – Curva de popularidade dos termos “neoliberalismo” e “globalização” nas pesquisas em ciências sociais



Fonte: *Web of Science* (BIRCH, 2017).

Nem mesmo Bourdieu conseguiu desviar-se das armadilhas da polissemia, de modo que ele mesmo evocara uma série de termos correlatos para representar sinonimicamente o objeto de investigação.

As análises de Bourdieu sobre o neoliberalismo representam muito mais uma coleção de textos ocasionais do que um tratado teórico ou uma espécie de “sociologia do neoliberalismo” [...] Além disso, cabe ressaltar que, muitas vezes, Bourdieu utiliza os termos “*globalização neoliberal*”, “*globalização*”, “*revolução neoliberal*”, “*mundialização*”, “*revolução conservadora*”, “*culto ao mercado*”, para se referir ao “neoliberalismo”. (CARVALHO, 2020, p. 374, grifos nossos).

Em relação à proximidade entre as duas categorias de fenômenos, “globalização” e “neoliberalismo”, Octavio Ianni (1998) havia discutido o momento epistemológico fundamental a que atravessavam todas as humanidades em função da emergência do novo paradigma fundado na reflexão sobre a sociedade global. Afirmava ele que os cientistas sociais deviam não apenas se envolver nas controvérsias entre macro e microteoria, mas também na de megateoria, a qual deveria ser incorporada a um bloco de interpretações abrangentes, integrativas, e fundamentalmente metateóricas.

Diante da “nova configuração do social”, desigual e contraditória, os estudos sobre as trajetórias da sociedade global assinalaram uma “visão múltipla, polifônica, babélica ou fantástica” dos acontecimentos, que demandavam compreensão, interpretação, fabulação e explicação em medidas iguais. Portanto, antes mesmo da popularização do neoliberalismo como força social e antropolítica, a globalização já era percebida como uma “totalidade histórico-teórica”, igualmente fragmentária, complexa e contraditória, capaz de subsumir “[...] indivíduos e coletividades, povos e tribos, nações e nacionalidades, grupos sociais e classes sociais, partidos políticos e movimentos sociais, etnias e raças, línguas e religiões, culturas e civilizações”. (IANNI, 1998, p. 03).

Mas, se ambos os fenômenos são claramente distinguíveis, não seria difícil apontar algumas zonas de intercessão onde os dois programas metateóricos se cruzassem e se revelassem oblíquos, enviesados. Este é o caso, por exemplo, das chamadas condições institucionais ideais para o aprofundamento da globalização financeira, que em muito se assemelham às “pressões isomórficas” (CLARKE, 2008) exercidas pelas companhias estrangeiras transnacionais sob a hegemonia neoliberal.

A economia global é o sistema gerado pela globalização da produção e das finanças. A produção global beneficia-se das divisões territoriais da economia internacional, jogando com as diferentes jurisdições territoriais, de modo a reduzir custos, economizar impostos, evitar regulamentos antipoluição e controles sobre o trabalho, bem como obtendo garantias de políticas de estabilidade e favores. (COX *apud* Ianni, 1998, p. 04).

O processo de internacionalização ocorre quando o capital considera os recursos mundiais como um todo e *aloca os elementos da complexa produção globalizada nos pontos de melhor vantagem de custos* [...]. As multinacionais têm encorajado esse tipo de pensamento e planejamento”. (COX *apud* ESPÓSITO, 2010, p. 172, grifos nossos).

Longe de constituir-se como exceção, essas zonas de intercessão lançam uma cortina de fumaça no estudo de outros fenômenos que deveriam sobrepor-se ao neoliberalismo, ao menos em termos de alcance teórico/empírico e dimensão histórica. Quando Saad Filho (2015) afirma ser este o “atual modo de existência do capitalismo”, ele está se referindo a uma forma lógico-estrutural (modo) dominante que viabiliza a existência mesma do capitalismo contemporâneo. Dessa maneira, o ente (capitalismo histórico/ a coisa) e a entidade (neoliberalismo/ a essência) se confundem e passam a ser designados por termos e elementos em comum, não se sabendo ao certo em que ponto um se diferencia do outro.

O neoliberalismo também surge associado, p. ex., a um “sistema de acumulação”, à “necropolítica” (“políticas de assassinio indireto”), e à “mercantilização da vida”, assim como o capitalismo já foi, ou ainda é, associado a um “processo de acumulação”, ao

“necropoder”, ou ao “controle de corpos”, e, nas palavras do próprio Marx (2011, p. 104, grifos nossos), à “*dissolução de todas as relações fixas (históricas) de dependência pessoal na produção*”, ou mais especificamente, à substituição de *todas* as relações de dominação e subordinação pessoais pela “produção de valor”, de “riqueza universal”, de “dinheiro”, e, por consequência, de “mercadorias”.

Outro argumento a ser discutido é o da sua complexidade intrínseca, que por si só justificaria as inúmeras definições estilizadas do objeto.

Peck (2013, p. 15) defende que a falta de especificidade do significado se ampara na ausência de estabilidade a que se manifestam os processos, as práticas e os fenômenos associados ao neoliberalismo. Essa interpretação implica a heterogeneidade das abordagens críticas, pois a confusão nos usos do conceito poderia ser um efeito previsto da natureza confusa do neoliberalismo em si.

O problema dessa tese é que, de acordo com Venugopal (2015), sendo o neoliberalismo um fenômeno extraordinariamente intrincado – uma “montagem migratória útil” (*mobile assemblage helpful*) de práticas, agências e conhecimentos itinerantes (CLARKE, 2008) –, deveriam se sobressair da discussão “características definidoras mínimas”, reconhecidas por defensores e difamadores do termo, que justificassem a sua preservação como categoria interpretativa e explicativa¹⁷.

Do mesmo modo, Wacquant (2012, p. 509) desconfia desse “impulso analítico”, sobretudo associado à definição foucaultiana, que conduz a noção de neoliberalização a uma “forma fluida, sem substância, padrão ou direção”, ao reduzir de maneira inadequada técnicas e procedimentos administrativos de eficiência (auditorias, indicadores de desempenho e parâmetros de referência) a “tecnologias de conduta neoliberal”, as quais poderiam ser usadas para incentivar e sustentar outras lógicas, inclusive as socialistas, a partir de instrumentos atuariais modernos, normas de transparência, *accountability*, prestação de contas, sem converter-se, necessariamente, em uma mercadorização das ações de governo.

O problema com a abordagem da governamentalidade é que a sua caracterização operacional do neoliberalismo como “governar através do cálculo” (Ong, 2007, p. 4) é tão desprovida de especificidade que o torna coetâneo com qualquer regime

¹⁷ Clarke (2008) menciona indiretamente um princípio comum a todas as abordagens, da materialista (regime de acumulação) à foucaultiana (arte política e governamentalidade liberal), qual seja a de que a maior parte do trabalho político do neoliberalismo envolveria práticas de desarticulação e rearticulação, mediante a reorganização de princípios, políticas, e discursos em novas configurações, dinâmicas e constelações.

minimamente competente, ou com as forças de racionalização e individualização características da modernidade ocidental *in globo*¹⁸. (WACQUANT, 2012, p. 509).

Além do mais, ao contrário do que se havia postulado a respeito de outros conceitos clássicos das ciências sociais – os casos de “democracia”, “populismo”, “poder”, etc. –, o neoliberalismo se distingue pela ausência de atores neoliberais autoidentificados, que se declarem abertamente como pertencentes a esse sistema ideológico.

Segundo Boas & Gans-Morse (2009), a exceção se deu durante o período entreguerras com os ordoliberais da Escola de Friburgo, para quem o termo neoliberalismo (*Neuen Liberalismus*) serviu como autoidentificação positiva, porquanto simbolizava um conjunto de alternativas político-econômicas moderadas em comparação à lógica do antigo liberalismo *laissez-faire* (*Älteren Liberalismus*).

Diferentemente dos pares contemporâneos, os ordoliberais¹⁹ dedicaram-se desde a origem à especificação do termo, aplicando-o pragmaticamente aos princípios de sua filosofia econômica – uma doutrina que de fato exibia novas concepções liberais e, por isso mesmo, justificava o uso de “neo” em “neoliberalismo”.

Mas, se por um lado o apelo à essa categoria vincula um número cada vez maior de objetos, assuntos e instituições no domínio das ciências sociais, por outro lado, são insuficientes as referências a um corpo de conhecimento contemporâneo que se autodenomine neoliberal, também não havendo teóricos neoliberais autoidentificados que o elaborem, muito menos formuladores de políticas públicas. (VENUGOPAL, 2015, p. 13).

Sem qualquer evidência de “didática pedagógica”, de cartilhas avançadas, ou de cursos e estudantes dedicados ao seu desenvolvimento, essa corrente de ideias exterioriza-se na prática como uma lógica a ser desmantelada antes mesmo de implementada. Desse modo, o significado do termo acaba sendo encapsulado somente por aqueles que se opõem politicamente a ele, de maneira que o uso da palavra tem o duplo efeito de, em primeiro lugar, não estigmatizar por “neoliberal” quem a utiliza, e, por consequência, de evitar para si um julgamento moral negativo. (VENUGOPAL, 2015, p. 13).

¹⁸ Wacquant (2012, p. 509) demonstrou claramente essa inconsistência partindo de um raciocínio muito simples: “Se o neoliberalismo é uma seleção de ‘tecnologias calculistas’ oriundas da economia e que migraram para outros domínios da vida social, então seu nascimento data de 1494, com a invenção do livro contábil de dupla entrada [...] e o grande teórico do neoliberalismo não é Ludwig von Mises, Friedrich von Hayek nem Milton Friedman, mas Max Weber [...] para quem a supremacia da racionalidade instrumental separou o Ocidente do restante do mundo...”

¹⁹ De início, a filosofia econômica do ordoliberalismo, também conhecida como “economia social de mercado” (*Soziale Marktwirtschaft*) havia sido arquitetada pela Escola de Friburgo, ainda no século XIX, mas notabilizou-se no pós-Guerra, como a doutrina responsável pelo “milagre alemão” – conduzido pelo chanceler da Alemanha Ocidental, Konrad Adenauer, e pelo ministro da economia, Ludwig Erhard. (BIRCH, 2017).

Ainda que seja comum que se estabeleça uma ligação do conceito a racionalidades calculistas do campo econômico – veja-se a este propósito a hipótese do “império do capital” de Meiksins²⁰, um representante típico dessa linhagem de significados economicistas –, a inobservância do termo em tratados de macroeconomia contraria diretamente a definição sugerida por James Ferguson (2009, p. 170), em que o neoliberalismo é postulado como uma espécie de doutrina macroeconômica *stricto sensu*.

Antes, Venugopal (2015) constatou que os manuais de referência de macroeconomia não registram sequer uma menção ao termo. São eles: 1. *Principles of Macroeconomics*, de Gregory Mankiw; 2. *Foundations of International Macroeconomics*, de Maurice Obstfeld & Kenneth Rogoff; 3. *International Economics*, de Paul Krugman, Maurice Obstfeld & Marc Melitz; 4. *Development Macroeconomics*, de Pierre-Richard Agénor & Peter Montiel; 5. *Development Economics*, de Debraj Ray; 6. *Poor Economics*, de Abhijit Banerjee e Esther Duflo; 7. *Economics of the Welfare State*, de Nicholas Barr; e, por fim, 8. “Macroeconomia – Teoria e Política Econômica”, de Olivier Blanchard²¹.

No entanto, mesmo diante desse cenário, não se pode inferir que o neoliberalismo é um tema estranho às ciências econômicas. O que se deve fazer é diferenciá-lo, primeiro, quanto ao uso de uma palavra-síntese – adotada como estêncil mobilizador que unifica num só diapasão crítico o discurso de intelectuais, atores políticos, movimentos sociais, e instituições antineoliberais – e a sua relação atécnica com a análise econômica contemporânea²².

Em resumo, demonstra-se de maneira categórica que as formas de utilização separam economistas de não-economistas. Notável a esse respeito o fenômeno editorial da última década, “O Capital do Século XXI”, de Thomas Piketty (2019). Nele não há qualquer menção ao neoliberalismo como doutrina macroeconômica, muito menos como chave explicativa da história econômica ou da globalização financeira.

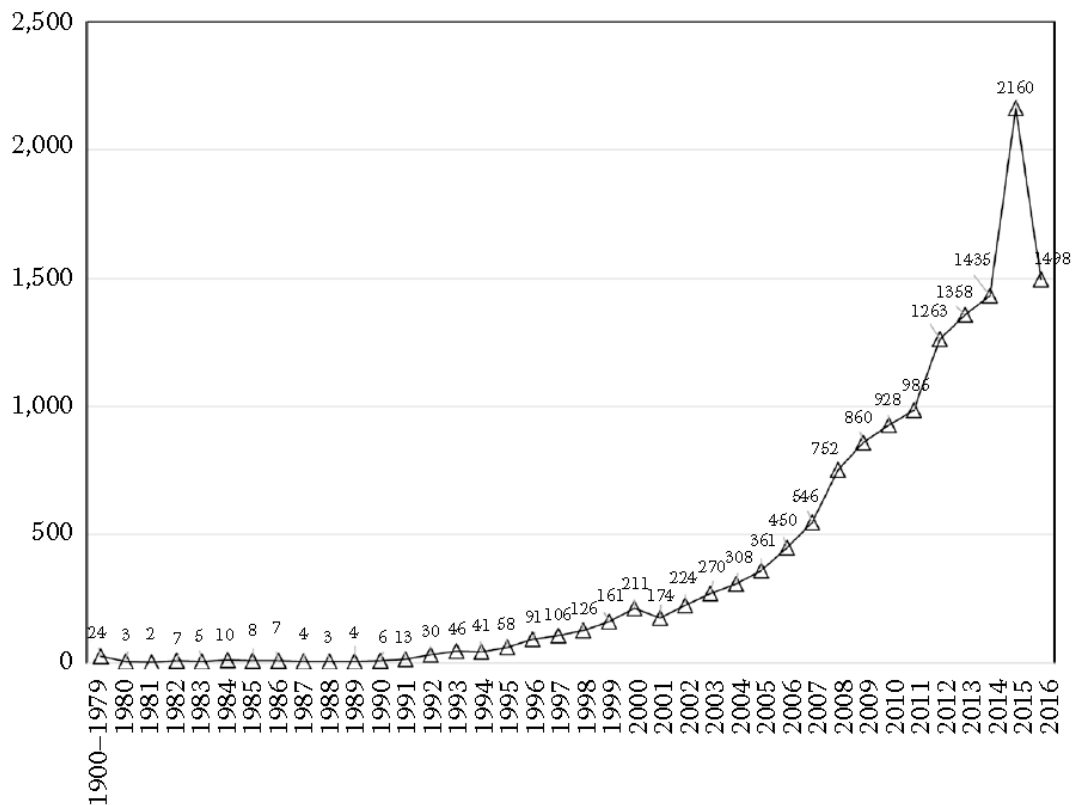
²⁰ Cf. WACQUANT, 2012, p. 507.

²¹ Cf. BLANCHARD, 2003.

²² Segundo Andrade (2019), as críticas de Ha-Joon Chang acerca do “iletrismo econômico” dos trabalhos de ciências humanas sobre o neoliberalismo seriam injustas, embora ele tenha citado apenas dois trabalhos economicamente “letrados” que pudessem contrapor-se aos argumentos replicados por Venugopal: a pesquisa de Mary Poovey sobre a hipótese dos mercados eficientes, em 2011, e “A crise do neoliberalismo”, de Duménil & Lévy, em 2014. Mesmo Paul Krugman e Joseph Stiglitz, ambos prêmios Nobel e economistas heterodoxos, só tratam do neoliberalismo mais abertamente em artigos para jornais de grande circulação, como o *The Guardian*. Em obras de cunho científico, as entradas para o neoliberalismo mostram-se inexpressivas, por exemplo, em “*The Price of Inequality*”, de Stiglitz, e ausentes em “*End This Depression Now*”, de Krugman. (VENUGOPAL, 2015, p. 14).

De fato, a incidência do termo em trabalhos de ciências sociais sempre foi enviesada, dividindo-se assimetricamente entre o conjunto das humanidades e as ciências econômicas. Enquanto na primeira as citações ao termo cresceram extraordinariamente a partir de 1992 (V. Quadro 3), a segunda registra resultados inexpressivos: de 1966 até outubro de 2015, ele apareceu apenas duas vezes na *American Economic Review*, e ambas como notas de rodapé. (VENUGOPAL, 2015).

Quadro 3 – Citações ao termo “neoliberalismo” nas ciências humanas (1979-2016)



Fonte: *Web of Science* (BIRCH, 2017).

Também não constam quaisquer menções no *Quarterly Journal of Economics*, de 1960 a 2015, e no *Journal of Political Economy*, de 1956 a 2015. (VENUGOPAL, 2015). Em agosto de 2021, as buscas online do *Journal of Development Economics* retornaram somente três resultados, embora não houvesse entre os títulos, os resumos e as palavras-chaves exibidos informações diretamente relacionadas ao assunto pesquisado.

Venugopal (2015, p. 14) ainda examinou, como simples medida comparativa, a incidência da palavra em outros periódicos mais tendentes às abordagens críticas e o contraste foi revelador: somente em 2012, constatou-se o uso do termo em “[...] 10 artigos do *Journal*

of Development Studies, 08 artigos do *World Development*, 17 artigos do *Development and Change*, e 10 artigos do *Journal of International Development*".

Não se quer a partir disso legitimizar uma superioridade do pensamento econômico em relação às demais ciências sociais. No entanto, deve-se demonstrar que, mesmo com a associação do neoliberalismo a fenômenos de ordem material, as divisões nesse sentido são inegáveis, quer pela disfuncionalidade do conceito para a técnica analítica econômica, quer pelos conflitos teóricos e metodológicos que se interpõem entre ambos.

Pois a frequência com a qual empregam o termo no intuito de fornecer os elementos heurísticos fundamentais para decodificar, simplificar e tornar compreensível o "terreno hostil" da economia sem a presença do seu arcabouço científico, acoberta uma operação intelectual inadequada, semelhante a um tipo de "despacho de guerra de trincheiras", cujas "atividades inimigas" são relatadas através de uma "nebulosa e intransitável terra de ninguém", longe de um quadro de orientações teóricas que contenha instrumentos de verificação apropriados. (VENUGOPAL, 2015, p. 15).

Por isso, é imprescindível insistir numa questão controversa: existe realmente uma teoria neoliberal?

Se, de fato, ela é, segundo Harvey (*apud* WACQUANT, 2012, p. 508), "[...] uma teoria de práticas políticas econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser alcançado mais plenamente pela emancipação das liberdades e competências empresariais individuais [...]", quais seriam as publicações que enunciam os seus postulados, o sistema de classificações, os esquemas conceituais, as generalizações empíricas, a uniformidade, as inter-relações entre proposições, basilares a qualquer teoria?

[...] o livro (de David Harvey) não contém nenhuma citação a qualquer trabalho acadêmico contemporâneo do que pretende ser a teoria neoliberal. Isso, é claro, não é surpreendente porque *não existe, para todos os efeitos práticos, tal coisa como teoria neoliberal*: é um artifício desejado à existência não por seus teóricos, mas por seus críticos, e pode, como tal, ser moldado para se ajustar a qualquer variante conceitual que sirva a seu propósito. (VENUGOPAL, 2015, p. 15, grifos nossos).

De todas essas variações conceituais, ao menos duas manifestações específicas merecem uma investigação mais detida²³. A primeira, de acordo com Duménil & Lévy (2014 *apud* ANDRADE, 2019), é a proposição que associa o neoliberalismo a uma aliança de

²³ Antônio Paim havia chamado a atenção para essa "nebulosa conceitual" que aos poucos parecia envolver o significado de neoliberalismo ainda durante a década de 1990. De maneira similar, também só admitia duas situações para a sua "aplicação correta": 1) como "políticas públicas", quando na alvorada do século XX o Partido Liberal inglês encarregou-se de liderar uma efetiva estatização dos serviços públicos municipais; 2) como "movimento intelectual", especialmente durante a renovação ocorrida na década de 1930, pela qual se abriram as fronteiras para o êxito do Colóquio Walter Lipmann, em 1938. (*apud* BARROS, 1998, pp. 75-77).

interesses entre os múltiplos segmentos de apropriação e rentabilidade do capital, objetivada para a constituição de uma ordem socioeconômica orientada à lógica de mercado e ao sistema financeiro internacional. A segunda relaciona-se a uma linguagem transversal partilhada por um conjunto de fenômenos, que deve ser combatida a partir de mobilizações e articulações táticas capazes de desnaturar as suas várias lógicas, racionalidades e modelos de subjetivação.

Mas se se admitem essas duas vias conceituais como teoricamente válidas, dois problemas se sucedem à primeira vista. No primeiro caso, a função do neoliberalismo como ferramenta analítica ficaria à mercê do erro estruturalista no qual as ações servem em última instância de muleta a forças históricas irracionais e anônimas, sempre inacessíveis ao sujeito inconsciente da ação. Daí que, seguindo-se o raciocínio de Tocqueville²⁴, “[...] quanto mais geral uma ideia for, tanto menos ela morde o real”. (*apud* BOUDON, 2016, p. 41).

No segundo caso, o conceito supõe a integração entre diversas frentes de luta (epistemológicas, simbólicas, subjetivas e até físicas), e a estigma do inimigo público, a quem se deve suprimir imediata ou gradualmente, corrigindo distorções, revertendo programas e incursões “pesadas”, aparando arestas até a sua total eliminação.

O problema é que os abusos provenientes da extensão do termo levaram a um superdimensionamento dos alvos, fazendo com que não somente o “sistema de acumulação desigual e excludente” estivesse na mira dessa militância combativa, mas também pessoas, associações cívicas e grupos ideológicos autoidentificados com as doutrinas de livre mercado fossem estigmatizados eles mesmos como “inimigos públicos”.

Além do mais, a proximidade desse radicalismo com discursos e tecnologias políticas do campo revolucionário – Stuart Hall (2011, p. 10) se refere a um termo “politicamente necessário” para infundir resistência contra a marcha irresistível do neoliberalismo – opõe-se uma outra visão menos sequaz da atividade científica: um sistema de modelagem cognitiva e prática que prioriza, em etapas sucessivas de investigação e apreensão, os referentes reais, a observação, a validade empírica, a análise teórica e, por fim, a explicação²⁵.

²⁴ A este respeito também comentou Max Weber (2001, p. 130): “No campo das ciências da cultura, o conhecimento do geral nunca tem valor por si próprio”, e ainda que [...] “todo o conhecimento da realidade infinita, realizado pelo espírito humano finito, baseia-se na premissa tácita de que apenas um fragmento limitado dessa realidade poderá constituir de cada vez o objeto da compreensão científica e de que só ele será essencial no sentido de “digno de ser conhecido”. (2001, p. 124).

²⁵ Definição parcialmente baseada em Boudon (2016). Não se quer dizer com isso que o pesquisador deve apoiar-se em razões e circunstâncias abstraídas do concreto, i. e, social e existencialmente nulas. Trata-se, contrariamente, da afirmação dos pressupostos científicos como princípios predominantes na pesquisa,

Em contraposição às pesquisas que propõem a requalificação do conceito (ANDRADE, 2019; BIRCH, 2017; WACQUANT, 2012, *et al.*), não se percebe no atual momento razões que possam validar esse propósito, levando em consideração a quantidade de ambivalências, contradições e disfuncionalidades já descritas.

Disso não se infere que se pretende recomendar a supressão do termo, muito menos repreender o seu uso como variável simplificadora. Da mesma forma que Venugopal (2015), acredita-se que esses estudos merecem atenção, embora necessitem de uma reformulação a fim de evitar a manifestação da noção de “entidade todo-poderosa” que habitualmente se confere ao objeto.

Veja-se, por exemplo, a proposição de Aihwa Ong (2007), para quem o neoliberalismo é um fenômeno amorfo, ou conjunto de práticas mutantes que articulam tecnologias migratórias e se integram a diversas possibilidades de reconfiguração.

Essa definição de “neoliberalismo” (com “n” minúsculo) é tão estranha à definição regular de “Neoliberalismo” (com “n” maiúsculo), ou seja, o “projeto de classe” e/ou “tsunami econômico-global”, que não está definitivamente claro por que ambos deveriam competir pela mesma nomenclatura. Assim como sugere o próprio Venugopal (2015), compreende-se que a tese da antropóloga permaneceria praticamente intacta se ela abandonasse o “neoliberalismo” em favor de outro termo.

Propõe-se, ao contrário, a ângulos mal explorados, de maneira ética e responsável²⁶, e mais solidária às produções culturais legítimas dos sujeitos pesquisados: estilos de vida, discursos, redes de apoio institucional e fraternal, crenças, exegéticas, apologéticas, lugares de pertença, etc.

Contudo, é preciso estabelecer novas rotas epistemológicas e alternativas teóricas que preservem a complexidade e a amplitude de ideias e práticas sociais sem desviar-se do problema da autoidentificação, e sem cair no vício, já observado por Jules Payot²⁷, de se examinar palavras que não correspondam a realidade alguma.

Ademais, ao investigar-se o neoliberalismo, é necessário sempre revisitar as derradeiras palavras de Weller e O’Neill (2014) sobre o assunto: “o papel da pesquisa

neutralizando, assim, a captura da lógica analítica da sociologia por outros valores afirmados no espaço social, incluindo as motivações políticas, quer progressistas, quer revolucionárias, quer reacionárias, etc.

²⁶ Segundo uma das diretrizes do Código de Ética da Sociedade Brasileira de Sociologia, sociólogos e sociólogas devem desenvolver uma prática científica sem “discriminação com base em [...] opções políticas”, e, ainda, em conformidade com os critérios e objetivos de cada pesquisa, guiarem-se no sentido de uma contestação aos monopólios dos saberes, de modo que “nenhum pressuposto sociológico deve ser apresentado como verdade indisputável”. (CÓDIGO..., 2020).

²⁷ Cf. PAYOT, 2018, p. 125.

acadêmica é explicar o mundo vivido e desenvolver abstrações para auxiliar esse processo explicativo, ao invés de projetar uma abstração e então ajustar o mundo vivido aos seus contornos”.

2.4 Distinções entre o renascimento liberal e o neoliberalismo: por que escolher o primeiro?

Demonstrou-se até o momento que a complexidade do “neoliberalismo” é ela mesma a fonte de obscuridade do termo. Com efeito, Saad Filho & Johnston (*apud* VENUGOPAL, 2015) admitiram a impossibilidade de compreendê-lo em termos puramente teóricos, enquanto Tretjak e Abrell (2011 *apud* PECK, 2013, p. 141) o definiram como um fenômeno “contraditório, contingente e contextual”, de modo que teorizá-lo numa chave essencialista seria incorrer no erro de simplificá-lo ante a sua condição “caótica, instável e polimórfica”.

Mas, deve-se questionar se a variância conceitual do neoliberalismo é demasiadamente maleável a ponto de dispensar definições mínimas e parâmetros comuns, e por quais razões se deve associá-las, com o risco de encobrir outras complexidades em jogo, a uma única categoria-síntese genericamente definida como a “atual forma de existência do capitalismo” (SAAD FILHO, 2015), ou a “maneira como a sociedade contemporânea se apresenta a si mesma” (ANDRADE, 2019) social, política e economicamente.

Em outras palavras, quais seriam as vantagens (teóricas, empíricas, epistemológicas, metodológicas) de se preservar um conceito largo (*jumbo concept*), inflado, “[...] espécie de *fourre-tout*, que captura e envolve tudo, sem, porém, discernir e precisar o que compõe esse todo”? (CORBANEZI; RASIA, 2020, p. 289). Parece, claramente, uma escolha resultante de critérios político-ideológicos, que lança poucas luzes no debate do conceito e do jogo de poder a ele implicado.

Defende-se, também, que o liberalismo é preferível ao “Neoliberalismo” (com “n” maiúsculo), tendo em vista a trajetória não-linear desse sistema político-filosófico surgido durante os séculos XV e XVI, fundamentado no “progresso” do humanismo e na tradição jurídica dos direitos naturais.

Pois “a liberdade é uma só²⁸”, como afirmavam tanto Benjamin Constant quanto Hayek, ainda que esse “sistema clássico da liberdade” não tenha se organizado de um arremate só, como um bloco monolítico, mas a partir de uma série de movimentos lentos nem sempre encadeados de forma lógica, e definidos por ao menos quatro etapas fundamentais, a saber: i) o princípio da liberdade de consciência, que nega as hierarquias medievais e proclama o novo lugar do homem no *Cosmos*; ii) o liberalismo político-jurídico, assentado no desenvolvimento das garantias constitucionais da liberdade e pelos acontecimentos da história inglesa moderna; iii) o liberalismo econômico, ou a aplicação da ideia de liberdade aos domínios da economia política; iv) o liberalismo ético, no qual se legitima o sistema moral de intuição fundamental que nutre a concepção de indivíduo moderno *uti singuli*. (BARROS, 1971).

Ao nível das institucionalidades, sabe-se que a dissolução da personalidade humana em um todo fechado serviu, simetricamente, como inspiração para uma forma de organização política e uma orientação para a realidade. (MANENT, 2018).

Se por um lado esse liberalismo contemporâneo – ou “neoliberalismo” – parece distante desse sistema fechado, seja pela negação do monismo cientificista das leis naturais – fonte de engessamento das liberdades humanas –, pela crítica que faz à pretensão objetivista de quem exaure os problemas sociais no bojo das ciências da natureza, ou ainda pelo repúdio ao totalismo filosófico – que confundiu construtos intelectuais (“nação”, “classe”, “fase histórica”) com entidades reais, dando origem ao totalitarismo político –, por outro lado, sobressaem dois elementos que consubstanciam a ideia de continuidade e refinamento da filosofia liberal clássica: o primado do indivíduo como unidade elementar da sociedade e fonte doutrinária da juridicidade ocidental.

A defesa do indivíduo²⁹ é, portanto, o fio lógico que une liberais *old-style* a libertarianos “austriacos”, minarquistas, utilitaristas, objetivistas, e outros tantos.

²⁸ Embora nem sempre tenha sido essa a regra, pois à prática do liberalismo político na Europa não se seguiu paralelamente o despertar das economias livres. Ao invés, “a economia das monarquias absolutas do início da era moderna até o fim do século XVIII era o que se conhece, em geral, como ‘mercantilismo’, uma forma de organização econômica em que o governo decidia mais ou menos tudo: quem podia produzir, comerciar, exportar ou importar o quê, tendo em vista exclusivamente o aumento máximo da riqueza e do poder do Estado”. (CAMPOS, 1996, p. 202).

²⁹ Argumenta Manent (2018, p. 09) que “uma das ideias principais do liberalismo, como é sabido, é a ideia de o ‘indivíduo, não do indivíduo como este ser de carne e osso, não como Pedro, que é distinto de Paulo, mas como aquele ser que, porque é homem, é naturalmente titular de ‘direitos’ que podem constar numa lista, direitos que lhe estão ligados independentemente da sua função ou do seu lugar na sociedade, e que o tornam igual a qualquer outro homem”.

Mas, antes de concluir esta etapa, convém analisar um problema que advém da seguinte controvérsia: a de que o neoliberalismo teria um percurso intelectual independente da trajetória histórica do liberalismo no século XX.

Ressalte-se que, diferente de outros conceitos estáticos, a sociogênese do liberalismo não se restringe nem aos seus pensadores originários – Locke, Montesquieu, Smith, Kant e Mandeville, p. ex. –, nem à cunhagem da palavra em 1812, na ocasião em que os membros do partido *Cortes* da Espanha passaram a se intitular como *liberales*.

No que concerne à classificação dos contextos de origem do liberalismo, Voegelin (1974) observou algumas questões que implicam a 1) interdependência a outros fenômenos políticos – socialismo, conservadorismo, reacionarismo, restauração; 2) as experiências e atitudes de tolerância religiosa; 3) a fase histórica do secularismo político na Europa. Do mesmo modo, a história intelectual do liberalismo constitui-se de uma miscelânea de eventos políticos e filosóficos, alguns ainda enraizados, outros já superados. E, porquanto não sejam “atemporalmente válidos”, eles só encontram a verdade ideal na situação que os motivam. (VOEGELIN, 1974, p.).

Por isso Hayek pode ser tão clássico quanto Locke, segundo Manent (2018, p. 91), pois se a propriedade individual é, conforme Locke, o “fundamento de tudo que é justo”, bastando que seja garantida e protegida pela sociedade política³⁰, Hayek não é menos fiel à inspiração original do “pai do liberalismo” ao repudiar a concepção de “justiça social”, isto é, a percepção de que a reivindicação por justiça econômica, guiada pela ação intervencionista do Estado, não é necessária devido à própria noção de justiça já se encontrar realizada nos mecanismos garantidores criados pelas leis e pelo direito.

Quanto às “origens intelectuais”, os foucaultianos e os liberais brasileiros (ao menos Barros e Paim) concordam a respeito da sociogênese das ideias do neoliberalismo ser o Colóquio Walter Lippmann, organizado em 1938 por uma casta de intelectuais politicamente engajados para a renovação das ideias liberais.

[...] (O Colóquio Walter Lippmann) marca o local de nascimento formal do neoliberalismo como um movimento intelectual [...] que como um conjunto de ideias, mas também como uma *rede intelectual e doutrinal*, o neoliberalismo nasceu – formalmente cristalizado – em Colóquio realizado entre 26 e 30 de agosto de 1938 em Paris. (REINHOUDT; AUDIER, 2018 *apud* SILVA, 2019, p. 202, grifos nossos).

³⁰ Adam Smith (1987, p. 555) também era caudatário dessa posição, e por isso acreditava que a liberdade natural deveria ser garantida pelo direito: “[...] a lei tem por missão não infringir, mas assegurar”.

Jacques Cross (*Le Néo-Libéralisme*, 1951), que embora não houvesse assistido às cinco sessões dos cinco dias que durou o Colóquio, estudou-o a fundo, ressaltando as discrepâncias entre os vários participantes, chegando mesmo a opor o que ele chama a Agenda de Lippmann e a de Röpke que, no entanto, parecem-nos bem mais próximas do que aquele autor admite e que dão a mais nítida e clara versão desse *liberalismo renovado*, do qual, aliás, os nossos atuais críticos do “neoliberalismo” parecem não ter a mais remota noção. (BARROS, 1998, p. 93, grifos nossos).

Inicialmente, a denominação de “neoliberal” não causava aversão entre os apologistas da economia de mercado. Antes de a vulgata se popularizar entre os críticos do termo, os liberais foram mais receptivos à palavra, especialmente nos casos em que realmente havia uma remodelagem do sistema clássico.

Por exemplo, Hayek e seus pares da *Mont-Pèlerin Societé*³¹ se autodenominavam “neoliberais” – ao menos por algum tempo. Na ocasião do discurso de abertura proferido durante a primeira reunião da Sociedade, em 1947, o austríaco havia afirmado: “[...] se tivessem uma possibilidade de renascer os ideais que acredito que compartilhamos e para os que, apesar do que se tem abusado do termo, não há um melhor nome que o de neoliberalis”. (HAYEK, 1992 *apud* PUELLO-SOCARRÁS 2021, p. 41).

No Brasil, a carta de princípios da Sociedade Tocqueville, cujos signatários foram Osvaldo de Meira Penna, Antônio Paim, Ubiratan Borges de Macedo, e outros intelectuais de projeção nacional, reconhecia que, naquele momento, sucedia “um importante debate de ideias animado por neoliberalis”. (PENNA, 1988, p. 351–356). Muitas vezes a incorporação do termo entre os liberais brasileiros era acompanhada por ambiguidades.

Não existe uma teoria "neoliberal" [...] O que existe hoje é a concepção filosófica antitotalitária, democrática – e só isso é que é liberalismo. Em matéria econômica, o que há é um retorno à boa e velha economia de mercado, sacudindo o despotismo daqueles que querem mandar na vida da gente, porque acham que só eles têm o privilégio de saber o que é melhor para nós. (CAMPOS, 1996, p. 180, grifos nossos).

Não há razões no cenário mundial para que o Brasil deixe de perseguir a *visão neoliberal* – uma utopia distante – para se manter na visão corporativista, comprovadamente ineficaz. (CAMPOS, 1996, p. 211, grifos nossos).

³¹ Não raramente as conferências da *Mont Pèlerin Societé* (1947) também aparecem referidas como marco fundador desse sistema de ideias. As proposições de Hayek e de outros 36 intelectuais de orientação liberal teriam delimitado os novos desafios do liberalismo enquanto pensamento e prática diante de um cenário acentuadamente intervencionista e keynesiano no plano político-econômico. Alguns dos membros ilustres da Sociedade foram os economistas Ludwig von Mises, Milton Friedman, Louis Baudin, Bertrand de Jouvenel, Jacques Reuff, Wilhelm Röpke, Alexander Rüstow, e o próprio Hayek; de filósofos e cientistas sociais, participaram Louis Rougier, Raymond Aron, Alfred Schütz, Michael Polanyi e Bruce Hooper. A Sociedade mantém suas atividades até os dias de hoje.

De maneira similar ao liberalismo historicista de Benedetto Croce, Merquior (2014, p. 174) desmerecia o que ele designava por “culto radicalizado às liberdades econômicas neoliberais”, comparando-o a uma degradação dos princípios do liberalismo ético, e também a um “baixo hedonismo utilitário”. Essa perversão teria ofuscado as reivindicações mais que justas das sociedades contemporâneas por eficiência e consumo, substituindo-as por formas extremas e virulentas de “estadofobia generalizada” e discursos apolíticos, por vezes antidemocráticos. (MERQUIOR, 1987).

Com efeito, a disputa parece resolvida. O neoliberalismo teria à sua disposição um núcleo intelectual discernível, além de estar integrado a um repertório de variações que legitimam o discurso sobre a sua condição *sui generis* de força anônima, atuante em ao menos quatro dimensões da realidade social: a economia globalizada, os dispositivos de governamentalidade, a legitimidade teórico-simbólica e as disposições subjetivas. (ANDRADE, 2019, p. 235).

Logo, se os próprios liberais reconhecem a presença do fenômeno, seja na história política contemporânea, seja nos embates internos da *intelligentsia*, a questão já não estaria, por isso mesmo, encerrada? Não seria o atual renascimento do movimento liberal apenas um pálido ponto encerrado na imensidão do universo neoliberal?

Antes, é preciso refletir sobre dois momentos do “movimento intelectual liberal”. É que essa renovação do liberalismo clássico, no sentido de uma transformação paradigmática, já havia antecedido em alguns anos as reuniões do Colóquio Walter Lippmann e a fundação da *Mont-Pèlerin Société*.

Primeiro, com a nova abordagem econômica desenvolvida pela revolução marginalista no século XIX e o contributo dado à teoria da utilidade marginal – a “teoria do valor subjetivo”. A princípio elaborada por economistas neoclássicos, e posteriormente refinada por Carl Menger e Friedrich von Wieser, a teoria estabelece uma ruptura entre o método clássico da economia política de Adam Smith e David Ricardo e a constituição de uma ciência econômica assentada em uma heurística subjetivista, cujos “objetos são avaliados (valorados) a partir do cálculo do prazer (utilidade) que eles proporcionam”. (DE PAULA, 1977, p. 38).

Ademais, a EAE, se examinada detalhadamente, já estava fortemente representada nos quadros docentes das universidades da Europa e dos EUA durante os anos vinte e trinta do século passado. Ludwig von Mises (Universidade de Viena e Nova Iorque), Friedrich von Wieser (Universidade de Viena e Carolina de Praga), Fritz Machlup (Universidade de Princeton e Nova Iorque), Gottfried von Haberler (Universidade de Harvard e Viena), Ludwig

Lachmann (Universidade de Zurique e Universidade das Witwatersrand), por exemplo, são alguns dos seus representantes mais notáveis.

Percebe-se, assim, que antes mesmo da emergência dos ordoliberalis na paisagem intelectual alemã, as teorias austríacas há muito já delineavam um movimento academicamente robusto, reconhecidas pela sua ruptura com a teoria do valor-trabalho da economia política clássica, além de manterem um certo grau de continuísmo em relação ao sistema filosófico do Antigo liberalismo.

Se essas constatações podem ser consideradas válidas, então se chegaria necessariamente às seguintes conclusões: 1) a não-inclusão das teorias austrolibertárias (*austrolibertarians*) na gênese intelectual/ideológica do neoliberalismo; 2) a mudança no contexto formal que estabelece a demarcação entre o “velho” e o “novo” liberalismo.

Haveria, então, um impasse no conjunto dos estudos críticos, pois a supressão dos “libertários austríacos” como fonte ideológica do neoliberalismo, e, por consequência, dos seus mais proeminentes teóricos (Mises e Hayek), produziria um efeito cascata que inviabilizaria as interpretações materialistas que postulam Hayek como o “profeta messiânico” dessas ideias, sobretudo quanto ao seu papel de ativista liberal e principal responsável pela constituição de uma rede internacional de *think tanks* pró-liberdade econômica³².

Veja que as variações conceituais do neoliberalismo desconhecem limites de abordagem, decidiu-se pelo “renascimento do liberalismo”, tendo em vista a força da expressão cunhada por Merquior, a preservação da complexidade dos segmentos liberais/libertarianos envolvidos, e o respeito à autoidentificação dos interlocutores da pesquisa.

Mesmo diante de inconciliáveis diferenças teóricas, a Escola de Chicago (e os “*Chicago Boys*”), a Escola de Friburgo e a economia social de mercado, a Escola Austríaca, a Escola de Virgínia, a Teoria da Escolha Pública, e, mais recentemente, a Escola de Milão (e os “*Bocconi Boys*”) e a Escola de Genebra (governança institucional) são, em muitas oportunidades, indevidamente associadas a um mesmo caldo retórico, e emolduradas como

³² Também é comum o conceito de neoliberalismo surgir vinculado a centros de pesquisa e difusão do pensamento liberal, os *think tanks*, vistos pelos seus críticos como instrumentos de dominação e doutrinação político-ideológica da classe burguesa. (CASIMIRO, 2016). Esses núcleos de disseminação implicam, igualmente, os departamentos universitários e os institutos estrangeiros que se opuseram ao *mainstream* econômico de matriz keynesiana, como a Heritage Foundation, Institute of Economic Affairs, Adam Smith Institute, Cato Institute, Fraser Institute, London School of Economics, Instituto Econômico de Paris, Instituto da Universidade de Stanford, etc. Uma lista mais detalhada pode ser conferida na Tabela 1, p. 81-82.

representações discursivas de uma premissa totalizante, que “se estende a uma infinidade de lugares, situações, práticas e processos”. (ANDRADE, 2019, p. 214).

Se um termo científico está plasmado por tantas propriedades ambíguas, contraditórias, paradoxais, quando não alçado à condição de princípio explicativo monocausal, a desconstrução a que se propôs nesta seção é um imperativo de consciência derivado da honestidade intelectual tão essencial a Popper. Pois, conforme o próprio filósofo austríaco afirmara, “nenhuma teoria está isenta do ataque da crítica”. (POPPER, 2004, p. 16).

De fato, o sucesso do termo “neoliberalismo” parece ir de encontro a uma outra clássica advertência, dessa vez de Weber (1999, p. 130), a quem se deve lembrar para fins de conclusão: “[...] quanto maior a extensão de um campo abrangido pela validade de um conceito genérico, tanto mais (ele) nos afasta da riqueza da realidade”.

3 SIGNIFICAÇÃO E GENEALOGIA POLÍTICO-CULTURAL DO RENASCIMENTO LIBERAL

A liberdade, Sancho, é um dos mais preciosos dons que os céus deram aos homens. Com ela não se podem igualar os tesouros que a terra encerra ou o mar encobre. Pela liberdade, assim como pela honra, pode-se e deve-se arriscar a vida. (Miguel de Cervantes Saavedra, 2016, p. 449).

3.1 A definição de “renascimento liberal”: história, conceito e ressignificações

Deve o renascimento ser necessariamente sucedido por um período de crise de ideias. Identifica-se na história do Ocidente vários momentos onde essas duas categorias se alternaram de maneira relativamente clara. Nomeia-se o esforço de mapeá-las, registrá-las e interpretá-las como “dinâmica dos renascimentos”.

A dinâmica dos renascimentos³³ serve como orientação epistêmica para a realização de uma análise compreensiva, segundo o entendimento adquirido da sociologia da ação, mais de acordo às manifestações do liberalismo na História. Preserva-se, desse modo, o sentido de continuidade do fenômeno no tempo, diminuindo os abusos provenientes do uso imoderado de outros conceitos laterais, especialmente o neoliberalismo, sem assujeitá-lo a critérios apologéticos e exegéticos de defesa desta ou daquela tradição de pensamento.

Por exemplo, o liberalismo da França oitocentista, se examinado segundo os seus critérios de institucionalidade política, atravessou fases de distensão e contração durante quase todo o século XIX: reversão à época das guerras napoleônicas e ascensão do I Império; ressurgimento com a supremacia burguesa sob o reinado de Luís Felipe até o estabelecimento do sufrágio universal após a Primavera dos Povos (1848); crise no regime de Luís Bonaparte até a derrota nacional na guerra franco-prussiana (1870), e assim por diante.

Da mesma forma é possível remanejar essas categorias interpretativas para a análise de outras sociedades que, paralelamente à França, compartilham historicidades e processos de formação político-jurídicos semelhantes. Isto nos leva à afirmação provisória de que o liberalismo é uma espécie de *forma mentis* da modernidade, uma configuração

³³ Essa dinâmica consiste numa análise temática, um mapeamento no qual serão inscritos os aspectos conceituais, ideológicos e históricos do objeto ao qual se pretende investigar.

histórico-social mais ou menos abrangente³⁴, ou sistema ideológico/científico/utópico que abasteceu, e ainda abastece, os quadros de referência do Ocidente com seus esquemas disposicionais de organização social, postulados filosóficos, jurídicos, políticos, econômicos, institucionais, além das várias racionalidades que perfazem a arquitetura estatal, e dos padrões, sentimentos e expectativas contemporâneas quanto à felicidade, consumo e bem-estar de pessoas, grupos e nações.

Certa vez Merquior (1972, p. 13) afirmou que o princípio fundante do renascimento (cultural) havia sido a “[...] revivescência de certos valores culturais a que os homens de determinada época enxergam como peculiaridade sua”.

Mais adiante, o próprio Merquior parece ter reaproveitado essa definição para por em causa a renascença das ideias liberais em um artigo no qual deslindava as mudanças na atmosfera política do final dos anos 1980, especificamente com o ressurgimento das mais variadas tendências e correntes do liberalismo. Segundo ele, as matrizes dessa tradição de pensamento haviam realizado a transição de uma postura defensiva para uma ofensiva no campo das disputas culturais e ideológicas. (MERQUIOR, 1987).

Além do referido autor, outros intelectuais liberais brasileiros acompanharam atentamente a agitação desse movimento de ideias e práticas que reacendeu a moda do liberalismo nas décadas de 1980/1990. Entre eles destacaram-se três nomes: Og Francisco Leme (1988), Donald Stewart Jr. (1988) e José Osvaldo de Meira Penna (1988; 1991).

Na França, Raymond Boudon (*apud* BASTOS; ARRIADA; 2007, p. 06) havia percebido a “influência crescente do liberalismo” no último quarto do século passado, algo já descrito e pormenorizado anos anteriores por outro liberal, o jornalista Guy Sorman (1986; 1989).

Antes mesmo da euforia nos anos oitenta, a ossatura desse renascimento já se desenhava desde a constituição da Internacional Liberal – esforço global de coordenação política dos liberais organizado em 1947 sob o pós-Guerra – e das resoluções funcionais que lhe servem de base, como o Manifesto Liberal³⁵, em 1947, a Declaração de Oxford, em 1967, e o Apelo Liberal (*Liberal Appeal of Rome*), em 1981.

³⁴ Aqui, buscou-se ampliar a definição que Ianni (2010, p. 183) deu ao liberalismo como simples “corrente de pensamento”, aproximando-se da “mundividência liberal” rapidamente esboçada por Darcy Ribeiro (1995).

³⁵ O Manifesto Liberal de 1947, fruto da Conferência da Internacional Liberal no Wadham College (Oxford), enumera de maneira sucinta o conjunto de intenções que, doravante, deveriam guiar as sociedades europeias e americanas através de um caminho onde os princípios liberais de prosperidade econômica, paz mundial e liberdades fundamentais não seriam mais esquecidos.

De modo geral, a relevância política da Internacional Liberal é minimizada pelos acontecimentos econômicos que desorientaram as nações desenvolvidas na década de 1970. Mas ela jogou um papel decisivo na reestruturação partidária dos liberais alemães no imediato pós-Guerra, a partir da unificação de 13 agremiações regionais que deram origem ao Partido Democrático Liberal (*Freie Demokratische Partei*). Por causa desses acontecimentos, o PDL conseguiu inaugurar em 1958 o seu órgão de estudos, a Fundação Friedrich-Naumann, um dos *think tanks* mais atuantes na rede cooperativa de núcleos de disseminação das ideias liberais no mundo³⁶.

Inicialmente, esse ressurgimento alcançou múltiplos domínios de práticas e conhecimentos (culturais, jurídicos, políticos), indo ao encontro do processo de revigoração dos princípios clássicos do liberalismo jusnaturalista, embora buscasse aperfeiçoá-los, sobretudo com a admissão de novidades que reconheciam a participação dos operários no processo decisional das empresas, direitos civis femininos, e demandas de proteção e assistência social.

No entanto, o renascimento não produziu símbolos e valores direcionados a uma criação disruptiva, como se mostraram as investidas de Adam Smith e Jeremy Bentham contra o sistema feudal de propriedade fundiária, os manuscritos econômicos de Menger a respeito dos aspectos subjetivos da teoria do valor, ou ainda a discussão inovadora dos doutrinários franceses ao “desfrute pacífico da independência individual” no espaço privado. (CONSTANT *apud* BARROS, 1971, p. 132).

A renascença liberal se assemelha mais a um *revival*: renovação de tempos em tempos dos sistemas de ideias, cujos elementos teóricos, ideológicos e semânticos, embora em constante refinamento, não sofrem modificações suficientes a ponto de serem transformados em algo novo.

Para ilustrar o que foi dito acima, deve-se lembrar do que Milton Friedman afirmava sobre o radicalismo liberal. Se “o liberal oitocentista era um radical”, argumentava ele, “tanto no sentido etimológico de ir à raiz da questão quanto no sentido político de defender grandes mudanças nas instituições sociais”, então o seu “herdeiro moderno também deveria sê-lo”. (FRIEDMAN *apud* POSNER; WEYL, 2019, p. 13). Ou seja, é necessário atentar-se à dinâmica das contradições e tensões internas do liberalismo, situando nesse contraste a antinomia entre os conceitos e as realizações na História.

³⁶ Semelhante papel cumpriria o Instituto Tancredo Neves no Brasil, na qualidade de órgão de estudos do antigo Partido da Frente Liberal (PFL).

Uma das facetas do liberalismo se dá a partir de um processo de formação formalmente vinculado ao secularismo político revolucionário, e o seu “grande e poderoso inimigo” seria, de acordo com Rothbard (1988, p. 25), “a Velha Ordem” dos aristocratas, a inércia e o horror à mudança dos conservantistas³⁷. A liberalização pertenceria, neste caso, ao “partido da revolução³⁸”, e sua missão histórica (o “messianismo secular”) não poderia ser alcançada se não existissem defensores em número suficiente para “conduzir os povos ao caminho certo”. (ROTHBARD, 1988, p. 64).

Esse código genético revolucionário não implica necessariamente uma constante às suas realizações históricas. Diferentemente da Europa, p. ex., onde os liberais se sublevaram contra o Antigo Regime e os movimentos de restauração, não houve nos Estados Unidos um clero politicamente íntimo do Estado, ou “um princípio monárquico sobrevivente” (VOEGELIN, 1974, p. 508) que justificasse uma tomada de posição radical contra a ordem constituída.

Visto projetar-se na prática como teoria de Estado, o liberalismo aos poucos passou a adquirir determinadas tonalidades “conservadoras”, porquanto a classe burguesa, de início revolucionária, havia percebido que as revoluções eram demasiadamente perigosas, e algumas de suas exigências, em especial as econômicas, poderiam ser atingidas sem elas. (HOBSBAWM, 2015, p. 36). Por isso, as reivindicações socializantes dos levantes proletário-popular do século XIX acabaram empurrando os burgueses para a posição de guardiões da ordem vigente³⁹, distanciando-os do protagonismo das transformações institucionais e sociais do Velho Mundo.

No período de ascensão dos coletivismos, os liberais foram politicamente pressionados à medida que se engajaram na defesa das reformas, e sobretudo quando se negaram a legitimar e a participar da tempestade revolucionária que se prolongou durante o século XX⁴⁰. Ao invés disso, preferiram seguir pela via da assimilação de conquistas e

³⁷ “Conservantista” pode se referir tanto a um “conservadorismo político pragmático”, quando este não dispõe de princípios definidos, sendo apenas uma imagem malformada do ethos político-cultural dominante, ou de tipo “situacional”, quando adota certa postura defensiva em respeito a normas e práticas políticas já institucionalizadas. Cf. VARES, 2016, p. 81-82.

³⁸ Com efeito, conservadores e liberais se confrontam desde a Revolução Francesa diante do problema fundamental da liberdade humana. É a partir desse período que o conservadorismo se traduz, no plano das ideias, em “esforço antitético e simétrico ao liberalismo”; em outras palavras, antiliberal. (PENNA, 1988, p. 201).

³⁹ Burke se referia ao Estado (liberal) como uma obra histórica, “[...] que há de *mudar conservando* e *conservar mudando*, garantindo a *continuidade* em que se fundamenta a liberdade”. (*apud* BARROS, 1971, p. 104, grifos nossos). Em seus ensaios, Osvaldo de Meira Penna (1972, p. 136) também acentuou essa dupla noção ao enfatizar a natureza ambígua da acumulação de riquezas: “a coisa econômica é conquistada pela aventura da intuição criadora, mas conservada e multiplicada pelo cálculo frio e metódico do puritanismo pragmático”.

⁴⁰ “A “liberalização”, ao contrário da “revolução”, não é geralmente violenta”. (PENNA, 1972, p. 82).

rupturas como “parte de um processo harmonizado com o desenvolvimento progressivo das instituições e da sociedade europeia” (CASSIMIRO, 2018, p. 03), afastando-se definitivamente dos meios destrutivos em prol de uma atitude positiva relacionada às mudanças pacíficas e lentas no interior dos sistemas.

Essas mudanças nos programas ideológicos resultam, a nível microssociológico, da negociação entre atores políticos e intelectuais, e não representam necessariamente “contradições em si”. Não se pode compreender o conteúdo das ideologias apenas no que tange às concepções originais do modelo de porvir elaboradas *in abstracto* – ou seja, à síntese de dados científicos, filosóficos e míticos do juízo ideológico –, mas, acima de tudo, no confronto destas com a “situação fatídica” que pode aprová-las ou rejeitá-las para o “cemitério das ideias superadas”. (MACEDO, 1978, p. 16).

Se a realização das ideias na História tem o poder de modificar e reelaborar a estrutura programática dos sistemas ideológicos, então é plausível que os conceitos não disponham de uma existência objetiva e incondicional. As ideias não são e não podem ser, como sugeriam os iluministas, uma “realidade histórica, única e singular que se materializa no tempo” (BENTIVOGLIO, 2010, p. 117); elas, ao contrário, estão sujeitas a inúmeros processos de ressignificação.

Por isso a noção de “renascimento liberal” se opõe à conceituação evasiva do “neoliberalismo”, especialmente quando se manifesta na forma de sistema ideológico e corrente de pensamento, ou ainda como meio de renovação do discurso liberal. Isto porque 1) o liberalismo contemporâneo não pressupõe “significados preexistentes e imutáveis subjacentes ao pensamento e à ação humana⁴¹” (BENTIVOGLIO, 2010, p. 121); 2) os conceitos são objetos imersos na temporalidade e na linguagem, e por isso assumem a forma de “representações em marcha”, como frisa Dilthey (PALTI, 2003 *apud* BENTIVOGLIO, 2010, p. 124); 3) por fim, já se observou que as funções ambivalentes assumidas pelas variações conceituais de neoliberalismo levam à indesejável onipresença e onipotência do termo, as quais lhe conferem, por vezes, o status de princípio monocausal de diferentes classes de fenômenos sociais, culturais, políticos, geográficos e históricos.

Face a essas condições, a definição de liberalismo neste trabalho consistirá basicamente da união de duas proposições. A primeira infere um tipo particular de

⁴¹ Hayek (2010, p. 42) também sugeria o mesmo: “os princípios básicos do liberalismo não contêm nenhum elemento que o faça um credo estacionário, nenhuma regra fixa e imutável”.

“configuração histórico-social”, embora numa acepção menos abrangente que outros construtos históricos, como a modernidade, o humanismo, o capitalismo, etc.

Já a segunda confere ao termo uma pluralidade de expressões inter-relacionadas – os “liberalismos”, que se assemelham pela comunhão de princípios em comuns, e se diferenciam pela bifurcação de projetos filosóficos e interesses práticos.

3.2 A mutabilidade do conceito de liberalismo

De acordo com Voegelin (1974, p. 507), além das dificuldades no que concerne à sistematização histórica do liberalismo, está-se diante de um objeto de conhecimento em que a definição não é imediatamente clara e inteligível. Tais problemas de delimitação pressupõem mudanças de significado que são incorporadas a partir da fricção com outros elementos ideológicos, resultando na adição de princípios reacionários e revolucionários no longo processo de mutabilidade das ideias.

A metamorfose do termo nos Estados Unidos revela que os conceitos “não devem ser jamais tomados como um sistema textual autônomo, mas sempre relacionados a uma *dada realidade social* [...]”. (BENTIVOGLIO, 2010, p. 118, grifos nossos). Por isso mesmo, as palavras *liberalism* e *liberal* aos poucos passaram a caracterizar o campo progressista (*leftism; left-wing*), enquanto *classical-liberal* e *old-style liberal*, atualmente, ainda fazem alusão ao *liberalismus* de cujo conteúdo doutrinário se constitui todo o “[...] programa (liberal) dos séculos XVIII e XIX”. (MISES, 2010, p. 207).

A corruptela das palavras é, ainda de acordo com Mises (2010, p. 203), o resultado do descompromisso teórico de John Stuart Mill com a tradição filosófica do liberalismo, fato que teria desencadeado a mistura controversa entre as ideias liberais e o “esquerdismo”.

Mas em contraposição a essa noção histórica, Rothbard (1988, p. 32-34) defendia que os *libertarians*⁴² (anarcocapitalistas) estavam politicamente mais próximos dos socialistas do que dos conservadores. Na realidade, enquanto o conservadorismo rejeitava a liberdade, o socialismo, “embora à ‘esquerda’ do conservantismo, era um movimento confuso, de cunho intermediário”, pois buscava alcançar “fins liberais pelo uso de meios conservadores”. Esses meios incluíam uma constelação de objeções à propriedade privada e a captura das forças

⁴² Segundo Posner & Weyl (2019, p. 45), *libertarians* constituem a chamada “direita” política moderna, o campo político que prioriza o livre mercado e a eficiência em detrimento da igualdade (material). São chamados de “libertários” nos Estados Unidos e de “neoliberais” na Europa.

produtivas através da dominação do complexo estatal-burocrático, o qual deveria, ao menos em tese, desaparecer após a conclusão das fases intermediárias da Revolução.

Ainda que não seja nada simples delimitar os parâmetros comuns às várias vertentes e correntes do liberalismo, quer históricas, quer doutrinárias, é possível concebê-lo segundo um nível de coesão interna satisfatório, com centros teóricos relativamente estáveis e pressupostos definidos.

Porém, isso *per se* não elimina a diversidade constitutiva dos programas e das finalidades proclamadas pelas correntes liberais. Afinal, é pela reunião desse ecossistema de ideias que irromperam os mais diversos modelos de ação e pensamento, a consagração de instituições e referenciais normativos duradouros, como o conjunto das garantias fundamentais – liberdade de expressão, objeção de consciência, direitos das minorias⁴³, tolerância⁴⁴, liberdade de credo e de imprensa, etc. – e as limitações e controles do poder instituído – império da lei (*rule of law*), estado de direito, separação de poderes, freios e contrapesos (*checks and balances*)⁴⁵, etc.

A desordem do conceito se relaciona mais à natureza do poder do que ao seu objeto, uma vez que o liberalismo ora encarnou uma força transformadora que instituiu novas lógicas de poder, ora serviu como retórica protetora a regimes imperialistas, colonizadores e escravagistas. (LOSURDO, 2006).

Decerto, as nomenclaturas enfrentam sérias provações no plano da lexicologia e da historicidade das palavras (linguística e história social), assim como no campo da história das ideias (teoria política) e dos conceitos (história/sociologia).

Daí a necessidade, em atenção a um esforço de ordenação, orientar-se no sentido de um politelismo do liberalismo; de outro modo, para as inúmeras possibilidades teleológicas das ideias e práticas liberais, seja ou na realidade social da sua *intelligentsia* ou na realidade concreta da ação de estadistas e agentes políticos⁴⁶.

⁴³ Ortega y Gasset (2006, p. 149, grifos nossos) foi quem sintetizou essa defesa com louvor: “O liberalismo [...] é a suprema generosidade: *é o direito que a maioria outorga à minoria* e é, portanto, o mais nobre grito que souo no planeta. Proclama a decisão de conviver com o inimigo; mais ainda, com o inimigo débil. Era inverossímil que a espécie humana houvesse chegado a uma coisa tão bonita, tão paradoxal, tão elegante, tão acrobática, tão antinatural. Por isso, não deve surpreender que tão rapidamente pareça essa mesma espécie decidida a abandoná-la”.

⁴⁴ [...] devemos tolerar todas as opiniões, menos aquelas que não admitem a tolerância”. (LOCKE *apud* BARROS, 1971, p. 39).

⁴⁵ “[...] mas é uma experiência eterna a de que todo homem que tem poder é levado a abusar dele; ele vai em frente até encontrar limites”. (MONTESQUIEU, 2010, p. 168).

⁴⁶ “De fato, a história de sua aplicação não está consumada e jamais estará, mesmo nas democracias mais bem implantadas. Foi retida porque permite o exercício do poder político, não menos, mas mais eficazmente:

Segundo, essa orientação deve guiar-se a uma situação de permanente ressignificação do conceito. Pois é através da ressignificação das ideias que se pode relacionar, em termos simbióticos, a aliança ainda em vigência entre o progresso tecnocientífico do capitalismo pós-industrial e os arranjos político-institucionais das democracias liberais – algo evidente para os dias de hoje, mas sem dúvida estranho para os tempos do liberalismo de Spencer.

Porém, se houvesse um “liberalismo autêntico⁴⁷”, da maneira estabelecida por Croce (*apud* MERQUIOR, 2014, p. 174), e ele fosse, segundo esse autor, apenas um princípio ético hostil ao desenvolvimento dos negócios e à produção comercial do *laissez-faire*, então sequer se admitiria a presença dessa modalidade de pensamento entre as correntes hegemônicas que dominaram a ciência econômica no século XX.

Ao contrário, as teses favoráveis à economia de mercado se mostraram fundamentais para manter vivo o liberalismo na Europa e na América pós-crise de 1929. Foram os defensores do liberalismo econômico (os “liberistas”, segundo Croce), da economia social de mercado (ordoliberalis), do liberalismo social (“novos liberais” e liberais sociais), e até do keynesianismo, os responsáveis por salvaguardar a herança liberal-capitalista das investidas totalitárias, especialmente as que se dirigiam ao objetivo da planificação socioeconômica. Num tempo em que o processo civilizatório do capitalismo se aprofundou e se dinamizou, a economia de mercado constituiu-se como “condição necessária (*mas insuficiente*) para a democracia política”. (LEME, 1988, p. 74, grifos nossos).

Mesmo Keynes, geralmente associado a injunções no plano do intervencionismo e ao desaparecimento do padrão-ouro clássico⁴⁸, jogou um papel fundamental durante a crise do sistema capitalista na Grande Depressão de 1929 e na fase crítica de deslegitimação das instituições liberais.

No campo econômico, ninguém foi mais emblemático dessa inflexão do pensamento liberal que o economista inglês John Maynard Keynes (1883-1946), considerado por muitos como *salvador do capitalismo* industrial de um potencial colapso advindo da intensificação de suas crises cíclicas, o que quase se deu com a Grande Depressão de 1929, irradiada pelo mundo inteiro a partir da quebra da Bolsa de Valores de Nova York, nos Estados Unidos. (PAIM (Org.), 2019, p. 246, grifos nossos).

proporcionando garantias ao cidadão contra os abusos que o Estado pode estar tentado a cometer, ela afirma a dignidade do cidadão e torna o poder exercido sobre ele mais aceitável”. (BOUDON, 2010, p. 62).

⁴⁷ À essa noção totalizante e de liberalismo distingue-se uma outra de “ideal liberal”. Esta fundamenta-se na “aspiração de resguardar a cada ser humano o direito de realizar-se em toda a sua integralidade e extensão”. (MACIEL, 1985, p. 67).

⁴⁸ Cf. HOPPE, 2014, p. 90.

Mais do que evitar o colapso de um bem de ordem, o keynesianismo havia contornado a ameaça totalitária, bem como os seus modelos coletivistas e planificadores, ao assegurar um “amplo ciclo de crescimento ininterrupto às economias desenvolvidas”. Não foi por acaso que entre 1951 e 1973 as principais nações capitalistas – Estados Unidos, Europa Ocidental e Japão – registraram expansão na ordem de 5% ao ano nas taxas médias de crescimento do produto interno. (PAIM (Org.), 2019, p. 180).

Por essas razões, parece equivocada a premissa que separa essas duas manifestações do liberalismo, político e econômico, evocadas como se fossem categorias não complementares. Se, de fato, a tradição do liberalismo político (de Locke, Montesquieu, Humboldt, Constant, Mill, os federalistas, Tocqueville, etc.) se desenvolveu em paralelo à análise dos processos produtivos capitalistas (tradição de Smith, Ricardo, Guizot, Bastiat, Menger, Schumpeter, Mises, etc.), não seria exagero afirmar que aos poucos esse afastamento seria minimizado pela constituição de novos horizontes deontológicos pelos quais as liberdades se refundaram.

Na introdução da obra magna de Merquior, Roberto Campos (MERQUIOR, 2014, p. 21) acreditava que a “vitória do liberalismo” como paradigma de organização política e social seria ainda mais avassaladora do que aquela atestada por Francis Fukuyama em “O Fim da História”. Para ele, a economia de mercado havia superado de maneira absoluta os regimes dirigistas, e o “capitalismo democrático”, espécie de forma universal de governo, seria a “conjugação (definitiva) do liberalismo político com o liberalismo econômico”.

Há muito o movimento liberal se refugia no primado da racionalidade econômica capitalista, legitimando-o como requisito indispensável para as demais formas de liberdade. A economia de mercado, por assim dizer, transforma-se em um bem de necessidade que, embora insuficiente, revela-se vital para o amadurecimento da democracia política. Essa dupla face das liberdades, econômica e política, seria assim um “sistema compacto”, segundo Barros (1971, p. 150): quando uma de suas partes fosse afetada, o todo também o seria⁴⁹.

Significa dizer que a realidade social encontra sua plena realização no domínio da representação política, e, simultaneamente, pelo sistema de oferta e demanda de bens e serviços numa economia capitalista. A junção entre liberdade comercial e política é, *ipso facto*, o corolário do ideal liberal de unificação do projeto racionalista baseado no jusnaturalismo e na maximização do interesse individual via ordem de mercado.

⁴⁹ “O que é verdade para o liberalismo econômico, é também para o liberalismo político, doutrina que também se apoia sobre um corpus de teoremas clássicos”. (BOUDON, 1989, p. 37).

A constatação de que os esforços empreendidos pelos indivíduos de modo espontâneo e não dirigido pela autoridade eram capazes de produzir uma complexa ordem de atividades econômicas só poderia ocorrer depois que esse processo de desenvolvimento tivesse avançado até certo ponto. A elaboração de uma tese coerente de defesa da liberdade econômica resultou do livre desenvolvimento das atividades econômicas que tinham sido um *subproduto imprevisto e não planejado da liberdade política*. (HAYEK, 2010, p. 41, grifos nossos).

Já se assinalou que o liberalismo converteu-se progressivamente de um liberalismo *old-style* – de linhagem protestante e aristocrática – a uma realidade concreta capaz de interconectar o conjunto das liberdades econômicas às reivindicações políticas de minorias identitárias (étnicas, raciais, de gênero) no direito civil e no usufruto de espaços públicos e privados.

Para que isso se tornasse real, os liberais tiveram de provocar mudanças na sensibilidade dos tempos (*temporal sensibility*) até ao ponto de influenciarem as disposições e efeitos de perspectiva de outros intelectuais, a chamada “linha de frente herética” responsável por contrapor-se às práticas correntes. Essa natureza puramente intelectual do fenômeno antecedeu em décadas a transformação das correntes teóricas em ação política. (MERQUIOR, 2014, p. 20).

Por fim, consagra-se a essa análise das mudanças de significado do liberalismo outras duas variáveis que não podem ser negligenciadas: 1) as “camadas temporais”, que determinam as variações estruturais de valor e de sentido do objeto de conhecimento; 2) a “diversidade hermenêutica”, resultante do quantum de interpretações e definições a que cada círculo intelectual se enxerga no dever de defender e incorporar.

Ambas sinalizam para as conversões e renovações semânticas, simbólicas e sistêmicas que estão atreladas à passagem do tempo e às práticas desenvolvidas no núcleo das *intelligentsias*. A dinâmica interativa desses espaços de articulação ou modifica ou retém o valor e a estrutura dos conceitos a partir de disputas internas⁵⁰ e a interlocução com fontes de conhecimento adversárias.

No primeiro caso, o conceito tende a superar as suas circunstâncias de sociogênese, misturando-se a outros fenômenos históricos que, por sua vez, se articularão a

⁵⁰ Essas disputas por vezes tendem a engendrar rupturas inconciliáveis. Os “anarcocapitalistas”, um nicho libertário radical baseado na hiperplasia da noção de propriedade privada, costumam provocar fraturas no movimento liberal, agravando as divisões já existentes. Para eles, a autoridade legal-racional do Estado moderno é uma criação contratualista ilegítima, assentada sob a usurpação e a violência contra os indivíduos. Todos os seus órgãos, aparelhos, instâncias, etc., são imorais e devem perecer imediatamente mediante as táticas mais diversas, desde a ocupação de espaços na política municipal à implosão do Estado através da moratória da dívida pública: “Proponho, portanto, uma maneira aparentemente drástica, porém na realidade muito menos destrutiva de se quitar a dívida pública de uma vez só: um total e imediato repúdio (calote)”. (ROTHBARD, 2010).

novas redes de ação e de sentido, e assim sucessivamente. Quanto ao segundo, a fantasia iluminista de uma objetividade autoconstitutiva das ideias é revelada, demonstrando-se a impossibilidade de elas se materializarem como “sistema textual autônomo” produzido dentro de uma “realidade histórica objetiva”. (BENTIVOGLIO, 2010, p. 117).

3.3 Aspectos políticos e culturais do renascimento do liberalismo dos anos 1970/1980

Antecipou-se num primeiro momento as razões que levaram à escolha do termo “renascimento liberal” (sendo “renascença” a sua outra contração lícita): o respeito à autoexpressão identitária e ideológica dos interlocutores, a preservação da pluralidade/heterogeneidade constitutiva do liberalismo, a negação ao “senso de inevitabilidade” associado à “neoliberalização das coisas”, etc.

Deve-se, porém, lembrar uma vez mais que, segundo o paradigma da sociologia da ação, as mudanças sociais são em boa parte causadas pela justaposição de comportamentos individuais em situação de interdependência. (BOUDON, 1989).

Desse modo, não só os grupos e as redes de difusão de ideias jogam um papel de relevância na transformação do movimento liberal, mas também as iniciativas individuais são vistas como determinantes para esse ressurgimento.

No atual estágio de organização, a composição das atividades liberais se manifestou de maneira mais horizontalizada e descentrada, sem a intermediação ativa de partidos políticos, e funcionando à base de novos arranjos colaborativos e práticas informais no âmbito de uma teia de conexões distribuídas. Essas mudanças simbolizaram um deslocamento radical das antigas formas de estruturação do movimento liberal.

Contudo, nem sempre os liberais se movimentaram por meio de uma rede cooperativa e espontânea que agregasse novos estilos de vida e modelos de liderança. Na década de 1980, antes do renascimento liberal contemporâneo, um outro tipo de organização monolítica e centralizada fora instituída como prática regular dessas redes de ação e sentido.

A renascença liberal de 1980 resulta das transformações sociais provenientes do reordenamento das forças de direita na conjuntura política internacional. De 1948 até o fim dos anos 1970, *think tanks*, departamentos acadêmicos, sindicatos patronais, institutos empresariais e industriais, associações de militares reformados e veteranos de guerra, grupos de políticos profissionais, órgãos de estudos partidários, e outros setores de ação coletiva se juntaram a iniciativas intelectuais, isoladas ou agrupadas, com o objetivo de alinhar interesses e mudar os destinos da ordem internacional.

O famoso conselho de Hayek – o de que os liberais deveriam combater o coletivismo e o estatismo primordialmente no terreno das ideias – foi seguido à risca por um ex-piloto da *Royal Air Force* (RAF), Antony Fisher. Hayek o desencorajou a disputar cargos eletivos em prol de uma agenda favorável à constituição de centros de difusão do pensamento liberal.

Fisher consentiu e fundou, em 1948, o Institute of Economic Affairs (IEA), o primeiro de dezenas de *think tanks* que surgiram até o fim da Guerra Fria com o propósito de divulgar as ideias liberais, estabelecer núcleos de formação doutrinária, além de fornecer às elites a instrução necessária à formulação de políticas públicas alternativas. (STEWART JR, 1988). Desde então, os liberais inspirados pelo modelo de Fisher se dispuseram a cumprir com a estratégia de multiplicar essas associações civis, no intuito de comunicarem os seus anseios ideológicos e de estabelecerem efeitos de dominância na conjuntura global.

Por um efeito ricochete, a publicização desse liberalismo econômico *out of the mainstream*⁵¹ acabaria associada a um senso de exploração enraizado nos interesses de curto e médio prazo das elites transnacionais e das principais instituições do capitalismo financeiro internacional – o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e o Banco Mundial.

Mas, de fato, as primeiras organizações desse tipo foram estruturadas em um contexto desfavorável aos dogmas de livre mercado, especialmente com o fim da Segunda Guerra e início do Plano Marshall, a emergência de um novo Sistema Monetário Internacional de inspiração marcadamente keynesiana⁵², e ainda sob as distorções provocadas pelo *New Deal* de Roosevelt.

Três décadas depois, as políticas de *market friendly convergence* na Grã-Bretanha de Margaret Thatcher, de 1979 a 1990, e nos Estados Unidos de Ronald Reagan, de 1981 a 1989, elevaram a liberalização econômica (“hegemonia neoliberal”) ao patamar de ideário dominante no mundo desenvolvido. Em 1987, no evento de comemoração dos 40 anos de

⁵¹ Segundo Harvey (2004, p. 130), “[...] reunindo recursos oferecidos por corporações que lhe eram simpáticas e fundando grupos exclusivos de pensadores, o movimento (liberal) produziu um fluxo constante mas em permanente expansão de análises, textos, polêmicas e declarações de posição política nos anos 1960 e 1970. Mas ainda era considerado amplamente *irrelevante* e mesmo desdenhado pela corrente principal de pensamento político-econômico”.

⁵² Os Acordos de Bretton Woods, de 1944 a 1971, estabeleceram diretrizes e procedimentos regulatórios para o sistema capitalista internacional e compreendiam ao menos três instâncias de peso no gerenciamento financeiro das nações: o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio (em inglês, *GATT, General Agreement on Tariffs and Trade*), e o Banco Mundial.

fundação do IEA, Thatcher havia reconhecido que seu governo não seria possível sem a formação ideológica oferecida pelo instituto de Fisher. (STEWART JR., 1988, p. 33).

Na Grã-Bretanha, os liberais se insurgiram contra o modelo institucional de Estado previdenciário implementado pelo Partido Trabalhista, já agonizante em seus derradeiros anos. Diferente do caso americano, onde não havia um *welfare state* e a ação coletiva dos trabalhadores não tinha o “viés classista dos britânicos”, o desafio se concentrou no enfrentamento direto e indireto das tradicionais massas sindicalizadas, e na “[...] oposição trabalhista, única alternativa ao Partido Conservador”. (GROS, 2002, p. 28-30).

Afirmava Robert Blake (*apud* GROS, 2002, p. 29) que os “ventos da mudança” começavam a soprar na Inglaterra dos 1970 e as pulsões daquele lado do Atlântico favoreciam uma aliança estratégica entre conservadores e liberais. Antes do pleito que elegeu Thatcher, houve um amadurecimento do movimento ideológico do qual faziam parte, e igualmente um envolvimento direto na discussão relacionada às medidas anticíclicas adotadas pelos governos trabalhistas. Contrários a esse prognóstico, os liberais definiram os quatro requisitos para um ciclo de prosperidade duradouro: estabilização monetária, competitividade na microeconomia, abertura internacional e investimento em capital humano. (CAMPOS, 1996).

Para viabilizá-lo, os liberais tiveram de se impor internamente para renovarem o Partido Conservador inglês⁵³. Essa ruptura impôs uma derrota histórica aos refugos do trabalhismo, do reformismo keynesiano e do conservadorismo aristocrático *tory*, abrindo o programa da organização partidária ao liberalismo de inspiração monetarista (Milton Friedman) e austríaca (Hayek).

Na vigência do thatcherismo, as medidas estabilizadoras se revelaram ainda mais austeras do que as praticadas pela administração Reagan (*reagonomics*). Perry Anderson (1995, p. 11) diria se tratar, no caso inglês, do “pioneiro e mais puro modelo neoliberal”: um projeto político pensado para a restauração dos padrões de acumulação capitalista exauridos após a crise econômica da década de 1970. (VENUGOPAL, 2015).

Os dois mandatos da Primeira-Ministra britânica, cujas políticas de ajustes seriam intensificadas com o anúncio do *Omega Project*⁵⁴, notabilizaram-se pela aplicação de um repertório de medidas estruturantes orientadas ao mercado: diminuição da emissão monetária,

⁵³ “Reagan, Thatcher, Schlüter só superaram efetivamente a deriva socialdemocrata através de uma revolução prévia no seu próprio campo, livrando-se dos *wets*, as galinhas chocas do liberalismo, para usarmos o vocabulário britânico”. (SORMAN, 1986, p. 40).

⁵⁴ *Omega Project* é o nome de batismo do plano de governo do segundo mandato de Margaret Thatcher (1982-1986), reputado entre seus críticos como responsável pelo aprofundamento da “cartilha neoliberal” nos países desenvolvidos.

elevação das taxas de juros a fim de diminuir a inflação e aumentar o nível de poupança, eliminação de controles financeiros, imposto regressivo e aprofundamento do processo de privatizações, concentrado sobretudo nas indústrias pesadas – aço, gás, petróleo.

Além disso, a “Dama de Ferro” reprimiu com firmeza os movimentos sindicais, instituindo por meio de leis antissindicalistas a proibição de greves em setores públicos essenciais⁵⁵. (ANDERSON, 1995, p. 11-12).

Diferentemente da Inglaterra, os Estados Unidos tinham à frente dois desafios geopolíticos: a deflagração da Segunda Guerra Fria e a corrida armamentista contra a União Soviética (U.R.S.S.), ambos relacionados à sua posição dominante de primeira potência mundial.

Mas antes de a revolução conservadora reaganiana tornar-se realidade, os membros da *Heritage Foundation* elaboraram um documento intitulado “*Mandate for a Leadership*”, sob inspiração das teses da Escola de Virgínia e Escola de Chicago. As diretrizes simplificadas do programa do futuro governo republicano visavam reconduzir a América aos meios que lhe garantiram a supremacia econômica e militar: livre-mercado, liberdade de empresa, defesa dos contratos de propriedade privada, valores judaico-cristãos e forte presença no mundo.

Apesar da força mobilizadora dos seus discursos, Reagan instrumentalizou o livre mercado mais como peça oratória do que plano de desenvolvimento. Se no âmbito doméstico houve redução de impostos e elevação da taxa de juros, o protecionismo americano prevaleceu como interesse fundamental nas relações internacionais, e a indisciplina fiscal, resultante do aumento das despesas do orçamento militar no período, só se mostrou eficiente como estratégia para a dissolução do regime comunista da União Soviética⁵⁶.

⁵⁵ Roberto Campos havia relatado em suas memórias a estratégia de desmobilização planejada por Thatcher frente aos poderosos sindicatos britânicos, as *trade-unions*. Primeiro, promoveu a reforma da legislação trabalhista e criou o voto postal para a decretação de greves: estas teriam de ser deflagradas por maioria absoluta dos trabalhadores, contabilizando-se os votos presenciais e os votos via correios. Com efeito, os líderes sindicais radicais foram gradualmente substituídos pelas lideranças moderadas. Segundo, após o recuo tático de 1981, Thatcher decidiu enfrentar os mineiros de carvão em uma segunda confrontação, em março de 1984. Liderada pelo trotskista Arthur Scargill, a greve dos mineiros durou nove meses e só foi vencida pela liberalização das importações, e em virtude dos estoques acumulados, fundamentais para o funcionamento da indústria e da energia inglesa. Cf. CAMPOS, 1993, pp. 986-1056.

⁵⁶ Tais estratégias envolviam até mesmo “blefes” para desestabilizar o poder comunista. Notável a esse respeito o projeto “Guerra nas Estrelas” de 1983 (*Strategic Defense Initiative* ou SDI), ou seja, a instalação de uma rede de sistemas de defesa equipados com satélites, radares e *lasers* inteligentes projetados para interceptarem os mísseis balísticos intercontinentais dos soviéticos. Naturalmente, esse programa militar não saiu do papel, mas o truque fazia parte da tática de guerra psicológica dos conservadores americanos, cuja função dissuasiva impelia gradualmente a União Soviética ao desfiladeiro econômico e à falta de governabilidade.

Sendo assim, é inegável que a atuação dos *think tanks* mostrou-se fundamental nesse momento de realinhamento das direitas na conjuntura política internacional. Se a *Heritage Foundation* se sobressaiu como o “centro da revolução reaganiana” (GROS, 2002, p. 33), o *Institute of Economic Affairs* foi, sem dúvida, o principal núcleo ideológico do *thatcherismo*.

Essas organizações se desenvolveram e estreitaram laços com outros espaços de dominação e poder, seja em universidades, centros de pesquisa, mídias de massa, fundações, etc. Também desenvolveram funções de alocação, em especial na distribuição de recursos para o ativismo de países em desenvolvimento (o “terceiro-mundo atrasado”), mediante repasses, firmação de convênios e financiamentos de atividades em filiais, eventos, colóquios e fóruns.

Significativas são as parcerias, por exemplo, entre os institutos brasileiros e os principais *thinks tanks* e fundações do eixo anglo-americano, como por exemplo a Atlas Economic Research Foundation (AERF), a Liberty Fund, a Tinker Foundation, o Pacific Research Institute, e o Center for International Private Enterprise. (GROS, 2004).

Segundo a publicação do Atlas Network (LIPS, 2018), o “movimento pela liberdade” (*Freedom Movement*) desabrochou durante o pós-Guerra a partir da reunião da *Mont Pèlerin Societé*, e com a publicação do artigo “Os intelectuais e o socialismo” de Hayek, em 1949.

Nesta publicação, Hayek afirma que a política formal é a última etapa de um processo que se principia pelos *ideas originators*, ou seja, os intelectuais “vendedores de segunda mão” – jornalistas, professores, divulgadores científicos, representantes da mídia. Seu apelo se dirigia a lideranças intelectuais dispostas a aderirem aos princípios liberais e a lutar pela sua plena realização, ainda que de forma remota e aparentemente utópica (FARIA; CHAIA, 2020), sem, no entanto, se resignarem a possibilidades eleitorais de curto prazo.

Até a segunda metade dos anos 2000, liberais e conservadores já haviam constituído uma vasta rede internacional de 500 institutos a serviço de seus objetivos político-ideológicos, dispondo de receitas anuais milionárias, publicações e relatórios periódicos, materiais informativos para distribuição, estudos revisados por pares, compêndios de propostas para políticas públicas, além de ampla equipe de colaboradores, patrocinadores e doadores.

De acordo com Lips (2018, p. 14), essas instituições – apartidárias, autônomas e inspiradas pelos mecanismos de mercado – não eram mais de 12 até 1981, fato que teria influenciado Anthony Fisher a instituir a Atlas Network, seguindo a crença na qual “uma

profusão de *think tanks* independentes iria promover a liberdade de maneira mais eficaz que qualquer esforço isolado”.

Tabela 1 – Organizações liberais/conservadoras do renascimento liberal internacional (1947-1991)

Entidade/País	Início/Fim das atividades
Hoover Institution/EUA	1919 -
American Enterprise Institute/EUA	1938 -
Volker Foundation/EUA	1938 - 1962
(British) Institute of Economic Affairs/Reino Unido	1955 -
Freedom School/EUA	1957 - 1968
Liberty Fund/EUA	1960 -
The Reason Foundation/EUA	1968 -
The Heritage Foundation/EUA	1973 -
Cato Institute/EUA	1974 -
Fraser Institute/EUA	1974 -
The Freedom Association/Reino Unido	1975 -
Center for Libertarian Studies/EUA	1976 -
Manhattan Institute for Policy Research/EUA	1977 -
Adam Smith Institute/Reino Unido	1977 -
Libertarian Alliance/Reino Unido	1977 - 2017
Centre for Policy Studies/Reino Unido	1977 -
Claremont Institute/EUA	1979 -
Pacific Research Institute/EUA	1979 -
Mercatus Center at George Mason University/EUA	1980 -
Atlas Economic Research Foundation/EUA	1981 -
Mises Institute/EUA	1982 -
Center for International Private Enterprise/EUA	1983 -
Competitive Enterprise Institute/EUA	1984 -
Heartland Institute/EUA	1984 -
Ayn Rand Centre/Reino Unido	1985 -
Acton Institute/EUA	1990 -
Discovery Institute/EUA	1990 -
Cascade Policy Institute/EUA	1991 -

Fonte: Aatoria Própria com base em The Best Schools e Wikipedia.

Mesmo antecedendo o período estabelecido para a análise, os *think tanks* Hoover Institution, American Enterprise Institute e Volker Foundation foram incluídos na Tabela 1 em função do seu engajamento estratégico durante o período de ressurgimento. Os dois primeiros se consagraram dentro do movimento pela inserção de quadros políticos durante a “revolução reaganiana”, e o terceiro, por ter sido um dos principais financiadores das iniciativas liberais americanas de 1947 a 1962.

A partir da configuração dessa nova rede transfronteiriça de “institutos, fundações, centros de pesquisa, jornais e agências de relações públicas” (FARIA; CHAIA, 2020, p. 1060), o liberalismo já se situava no argumento de coerência entre as forças de mercado e a ideia de representatividade política das democracias. Não havia mais retorno: “liberalismo é liberdade política e liberdade econômica”, como frisava Donald Stewart Jr. (1988, p. 17). Podia-se discutir a natureza, os limites, as regras de funcionamento e a extensão dos mercados na vida em sociedade, mas não seria mais possível ignorá-los ou eliminá-los do ideal liberal contemporâneo.

Isso bem se exemplifica com a *perestroika* da Europa Oriental em 1989, processo pelo qual se revelou a vontade oriental pela liberdade como “[...] um movimento amplo (que) parece valorizar a liberdade civil e política tanto quanto os mais altos padrões de vida dependentes de grandes influxos de liberdade econômica”. (MERQUIOR, 2014, p. 263).

Toda essa atmosfera cultural, de formação de equipamentos de pressão política, e de crescente articulação entre ativistas, grupos e intelectuais públicos, se adensou e foi submetida à atenção de “círculos mediadores” (jornalistas, leitores cultivados), mais tarde responsáveis pelas “vulgatas” desse liberalismo renovado – tais são os efeitos imediatos dos “processos de comunicação dos quais certas teorias conquistam sua autoridade e influência”. (BOUDON, 1989, p. 167).

Essas vulgarizações do liberalismo renovado se propagaram até alcançarem as classes tecnocráticas emergentes, os organismos financeiros internacionais e as agências multilaterais de crédito.

3.4 O liberalismo desenvolvimentista e o modelo de ajustes estruturais

O arquétipo da renovação do liberalismo ocorreu em regimes latino-americanos e se reproduziu na esteira de formas híbridas de dirigismo interno e liberdade comercial nas relações internacionais, numa mescla *sui generis* entre liberalismo econômico e autoritarismo, para só então alcançar os países capitalistas desenvolvidos.

Para Gary Becker (*apud* KAISER 2020, p. 686), o “modelo de desenvolvimento das nações subdesenvolvidas” situa-se paradigmaticamente nas reformas de mercado conduzidas pelos *Chicago boys* funcionários do Ministério das Finanças do regime autoritário de Pinochet. Esse modelo atrairia ainda mais os olhares do mundo com as mudanças

decorridas em 1990, a partir da transição democrática politicamente articulada por uma coalizão de organizações partidárias de esquerda⁵⁷.

Mas, mesmo essa composição progressista, formalmente instituída para servir de oposição a tudo aquilo que foi construído sob o período de repressão, não buscou interferir de maneira decisiva na estabilidade do programa liberal e nas reformas aprovadas durante a ditadura. Semelhante fenômeno ocorreria com a terceira via no Reino Unido pós-Thatcher, quando o Primeiro-Ministro trabalhista, Sir John Major, resignou-se a aceitar os processos de privatização já instaurados, as leis antigreve e a desestatização em vários níveis e setores da administração pública.

Se no contexto anglo-americano o ressurgimento das ideias liberais se assenta sobre princípios democráticos já estabelecidos, e em disputas sociais institucionalizadas, no cenário latino-americano o liberalismo recém-desperto, de viés economicista, veio conjugado à *manu militari* de governos despóticos que violavam os direitos humanos, abusando para tal da edição de decretos-leis, atos institucionais e declarações de estado de sítio.

A adesão desses governos a uma “mecânica de gestão do mercado pelo Estado” iria constranger os adeptos de um liberalismo integral⁵⁸, dado que a eficiência administrativa desses supostos *cases* de sucesso se alinhava comumente a medidas iliberais de controle social. (SORMAN, 1989, p. 245).

Também nesse período, as economias emergentes do Oriente se voltaram à ideia de “planejamento racional das atividades produtivas”. Assim aconteceu, por exemplo, com a planificação industrial da Coreia do Sul no governo de Park Chung Hee, em 1961, seja através do Plano assinado pelo Korean Development Institute, ou do planejamento estratégico liderado pelos *chaebols*⁵⁹.

⁵⁷ A *Concertación de Partidos por el No* foi uma coalizão formada pela esquerda chilena e integrada por antigos membros do governo de Salvador Allende, deposto em 1976 pelo golpe de estado de Augusto Pinochet. Constituíam-se de quatro partidos: *Partido Demócrata Cristiano* (PDC), *Partido por la Democracia* (PPD), *Partido Radical Social-Demócrata* (PRSD) e *Partido Socialista* (PS).

⁵⁸ Isso, no entanto, não anula o fato de que alguns liberais demonstraram indiscutível preferência pela abertura econômica antes de realizada a descompressão política: “O nosso exemplo da década dos 70 e o da China, do Chile e México de hoje, parecem demonstrar que a *perestroika* social e econômica deve preceder a *glasnost* política. Os regimes com autoridade suscetível de manter a ordem interna, demonstram indiscutível superioridade na delicada transição para uma economia de mercado sobre aqueles que, como o Brasil e a Rússia, se abriram politicamente antes de desmontar o monstruoso edifício do corporativismo e dos interesses adquiridos de suas *Nomenklaturas*”. (PENNA, 1991, p. 170).

⁵⁹ *Chaebols*, segundo Sorman (1989, p. 248), são “conglomerados forjados pelo Estado a partir de um grupo de padrões selecionados”. O financiamento dessa estratégia de desenvolvimento envolveu a instituição de linhas de crédito com taxas de juros privilegiadas e endividamento externo, no intuito de cobrir a insuficiência do investimento em poupança nacional.

A tecnocracia coreana servia, desse modo, às conveniências do discurso liberal ao aliar estratégias de crescimento interno a princípios liberais economicistas de ordem geral – expansão do produto, incentivos setoriais, competitividade das empresas, etc. Esse viés pragmático, aliado a uma obstinada adaptação às cadeias de produção global, viabilizou a avaliação positiva dos resultados e a eficiência exigida pelas agências multilaterais de crédito e organismos financeiros internacionais.

Igualmente, os outros “tigres asiáticos” (Taiwan, Cingapura e Hong Kong), a Costa do Marfim, a “revolução verde” do sul e do norte da África, a Índia, a Malásia, a Indonésia, o Egito, o Paquistão, e a Tanzânia, cada um à sua maneira, levando-se em conta a diversidade institucional e o rigor na aplicação dos instrumentos fiscais disciplinadores, decidiram adotar essa estratégia tecnocrática de desenvolvimento “orientada para fora”, de impulso exportador (i. e., dependente de capitais externos) e fundamentada nas vantagens competitivas em âmbito internacional. (LEIPZIGER; THOMAS, 1994).

Superado o paradigma nacionalista de desenvolvimento, cujos métodos se resumiam ao regime de substituição de importações e à expansão do mercado interno, o “milagre do leste asiático” tornou-se igualmente um modelo de inspiração para as economias do bloco latino-americano, uma solução para o crônico atoleiro fiscal da região.

Os problemas fiscais deveriam ser resolvidos com a aplicação do mesmo receituário de medidas intituladas “modelo de ajustes estruturais”: um conjunto de injunções ortodoxas baseado em princípios liberalizantes, os quais haveriam de conduzir os países “atrasados”, “subdesenvolvidos”, e de “terceiro mundo” através do caminho da disciplina fiscal e do crescimento sustentável.

Para atingir as finalidades desse programa ortodoxo, seria necessário não apenas retirar poderes e funções do Estado e repassá-los à iniciativa privada. Ao contrário, exigia-se a disciplina dos instrumentos de intervenção do poder público para que se situassem como intermediários entre o anacronismo do *laisser-faire* e o planejamento coletivista da agricultura e dos ciclos industriais.

Essa formulação genérica de políticas econômicas bem-sucedidas acabou se tornando um padrão de medidas impositivas a serem cumpridas à risca, sem as quais não se poderiam verter os fluxos de investimentos transnacionais para as nações periféricas.

Não à toa que esses dispositivos, de acordo com Batista (1994), foram instrumentalizados quase de maneira uniforme⁶⁰, indiferentes às idiosincrasias nacionais, às dimensões territoriais dos países da região e ao patamar de desenvolvimento onde cada um se encontrava.

A literatura crítica, sobretudo a vulgata marxista, atribuiu ao FMI, ao BIRD e ao Departamento do Tesouro dos Estados Unidos, além da autoria dos relatórios técnicos relacionados a essa nova modalidade de desenvolvimentismo liberal, a iniciativa em torno das negociações com os países latino-americanos, bem como a imposição coercitiva da agenda de reformas. (SOUSA, 2010).

Os relatórios publicados discorrem, basicamente, a respeito da desregulação de leis trabalhistas, previdência pública – medidas de contenção e reversão do déficit estrutural/orçamentário; concessões à exploração de infraestrutura aeroviária, portuária, rodoviária, ferroviária, saneamento, irrigação, telecomunicações, maquinário, além de recursos naturais estratégicos – carvão, gás, minério de ferro, cobre, aço, energia; privatização de companhias e empresas estatais; estabelecimento de um calendário de reformas mercadizantes – administrativa, fiscal, tributária e previdenciária – com o intuito de liquidar despesas da administração pública e eliminar privilégios setoriais.

Por consequência, a articulação dos mercados no processo de globalização, a nova divisão internacional do trabalho, os desenvolvimentos da Terceira Revolução da Informática, a ampliação da cobertura das redes, dos meios de comunicação, e a ascensão de companhias multinacionais e organizações multilaterais teriam produzido as condições materiais ideais para a reivindicação do desenvolvimentismo liberal como lógica e racionalidade de governo dominante. Seus princípios reformistas mais elementares se resumiam a:

1. Reforma administrativa do Estado orientada ao novo modelo gerencialista;
2. Desestatização da economia;
3. Privatização de empresas e companhias governamentais;
4. Abertura de mercados;
5. Redução de encargos sociais relativos aos assalariados, abrangendo poder público, empresas e corporações privadas;
6. Informatização de processos decisórios, produtivos e de comercialização;

⁶⁰ Mas, ao que parece, na Ásia o intervencionismo seletivo das políticas industriais da primeira geração de economias recém-industrializadas (ERIs) foi bastante diversificado e não seguiu uma direção constante. Por exemplo, a Coreia do Sul, que havia concedido créditos e subsídios a indústrias escolhidas em troca de obtenção de metas de exportação e competitividade internacional, decidiu voltar atrás com as políticas industriais ativistas, optando pela liberalização (abertura) no final da década de 1970. (LEIPZIGER; THOMAS, 1994).

7. Busca da qualidade total;
8. Intensificação da produtividade e da lucratividade da empresa, corporação nacional e transnacional. (IANNI, 2010, p. 217-218).

A este elenco de princípios se juntaria uma síntese de medidas de ajustes fiscais consagrada num documento assinado por John Williamson, e mais tarde intitulada “Consenso de Washington”. As principais recomendações se referiam à disciplina fiscal, reorientação das despesas públicas, adoção de taxas de juros de mercado, competitividade no câmbio, desregulação de setores cartelizados, política comercial de integração global, e estabilidade jurídica – isto é, uma retaguarda jurisdicional a direitos e contratos de propriedade.

Da mera sugestão passou-se então à fase de conformação do modelo. O Plano Brady (*The Brady Initiative*), anunciado em março de 1989, tinha como alvo a redução da dívida fiscal em troca de “apoio financeiro condicionado à reforma política interna”. (WORLD BANK, 1989, p. 07). No que diz respeito ao diagnóstico de debacle econômico, e à necessidade de atenuá-lo pelo corte de gastos governamentais, os empréstimos de credores privados e de agências multilaterais de crédito se converteram na pedra de toque das novas formas de dominação em vigência.

A concessão desses empréstimos a taxas variáveis de juros visava à retomada de confiança junto aos investidores estrangeiros e agências de classificação, sendo realizada através do refinanciamento de dívidas comerciais e da redução do déficit na balança de pagamentos, conforme indica um relatório publicado em 1990 pelo Banco Mundial.

Several agreements providing for commercial debt reduction have already been concluded under the broad guidelines of the Brady initiative. These agreements, which are backed with financial support from the World Bank, the International Monetary Fund (IMF), and the Japanese government, vary in their structure and terms. Mexico's agreement, for example, covers 85 percent of its commercial bank debt. The Philippines bought back a portion of its commercial bank debt at a 50 percent discount and also received some new loans. Costa Rica's existing commercial bank claims were exchanged for new low-interest bonds. The results so far indicate that in addition to reducing the debt burden these agreements will encourage the countries concerned to strengthen their adjustment policies. This should help to restore the confidence of domestic and foreign investors. (WORLD BANK, 1990, p. 07-08, grifos nossos).

Apesar da artilharia retórica de Perry Anderson (1995), o balanço mostra que os resultados alcançados nos países da OCDE, ao menos durante a década de 1980, foram moderados. Se por um lado houve diminuição da inflação – redução média de 8,8% para 5,2% – e recuperação do lucro das indústrias – aumento de 10,7% na Europa Ocidental em 10 anos –, por outro, o crescimento do PIB permaneceu estagnado, as taxas de investimento, embora

positivas, seguiram tendência de queda – 5,5% nos anos 1960, 3,6% nos anos 1970, e 2,9% nos anos 1980 – e o desemprego duplicou no conjunto das nações desenvolvidas.

De acordo com Coutinho (2006, p. 109), o condicionamento econômico desses países ao “consenso internacional”, especialmente os da América Latina, é um efeito da crise do Estado nacional diagnosticada durante os anos 1980, e remete ao crescimento das despesas fiscais correntes e às dificuldades de serem conservados os patamares de investimento público das décadas anteriores. Em outras palavras, essa é a crise do modelo nacional-desenvolvimentista baseado no processo de substituição de importações, bem como a “incapacidade de o Estado atender às demandas da sociedade”. (SOUSA, 2010, p. 79).

De fato, o desenvolvimentismo liberal desses tempos se ancorou em práticas contraditórias que se afastavam do campo das abstrações ideológicas. Veja-se o caso das medidas de responsabilidade fiscal nos EUA. Se a disciplina fiscal e o equilíbrio orçamentário deviam ser observados no bloco latino-americano, por que não foram instrumentos em vigor nos Estados Unidos, país onde se originou o Consenso de Washington? (BATISTA, 1994).

Se se atribui essa ambiguidade à deflagração da Segunda Guerra Fria, em 1978, e ao financiamento subsequente da corrida armamentista via massivos déficits públicos, o mesmo não se pode assegurar aos Estados que, ao invés de diminuir a proporção absoluta do setor público no consumo do PIB, permitiram que houvesse um aumento de dois pontos percentuais, de 46% para 48%. (ANDERSON, 1995, p. 07).

Essa *contradictio in terminis* se justifica pelo aumento da procura popular pela distribuição de seguros sociais, em vista do crescimento do número de desempregados do período anterior, e dos gastos bilionários efetuados para pagar pensões e aposentadorias. (ANDERSON, 1995). Decorre-se daí também um outro problema frente à incapacidade política de se desarticular a arquitetura institucional do *Welfare State* e seus efeitos perversos, como certa vez alertou Václav Klaus em tom panfletário.

O sistema social da Europa está demasiadamente amarrado por regras e pelo controle social excessivo. O Estado de bem-estar, com todas as suas transferências de pagamentos generosos desligados de critérios, de esforços ou de méritos, destrói a moralidade básica do trabalho e o sentido de responsabilidade individual. Há excessiva proteção e burocracia. Deve-se dizer que a revolução thatcheriana, ou seja, antikeynesiana ou liberal, parou – numa avaliação positiva – no meio do caminho na Europa ocidental e é preciso completá-la. (KLAUS *apud* ANDERSON, 1995, p. 18).

Para os liberais, o Consenso de Washington é apenas a formalização de um seminário realizado em Washington em 1989, que apenas representa a síntese de políticas econômicas estruturadas sob instrumentos fiscais orientados ao mercado, além de servir como um balanço dos problemas estruturais enfrentados na região, sobretudo as crises

hiperinflacionárias, pedidos de moratória, cessação de investimentos, desequilíbrios cambiais e pobreza generalizada. (GIAMBIAGI; ALMEIDA, 2003).

O “Consenso” também seria mais uma contribuição intelectual do que um pacote de prescrições econômicas “imposto desde o alto” – isto é, elaborado por órgãos oficiais de Washington. Conforme os relatórios de 1990 a 1999 disponibilizados pelo Banco Mundial, as medidas são multimodais e contêm alguns contrassensos – geralmente ignorados pelas pesquisas de humanidades – quando comparadas à vulgata do liberalismo econômico.

Registram-se ao menos quatro discrepâncias nesse sentido: 1) redistribuição de terras (*land redistribution*) como estratégia de enfrentamento da pobreza rural, embora não recomendável em um ambiente institucional rico em políticas educacionais. (WORLD BANK, 1992, p. 03); 2) estabelecimento de um programa de redistribuição de riqueza que ofereça cobertura no curto prazo aos mais impactados pelos ajustes estruturais – tal medida ainda serviria como tática para fomentar divisões na oposição política às reformas de mercado. (WORLD BANK, 1991, p. 137); 3) investimento em saúde pública, mediante expansão e qualificação do capital humano em enfermagem e atendimento pré-natal, bem como a aquisição de ambulâncias de emergência, construção de hospitais distritais e postos de saúde, etc. (WORLD BANK, 1993, p. 158); 4) fornecimento de apoio ao ensino superior, especialmente às engenharias e aos setores científicos tradicionais, garantido o acesso dos mais pobres mediante políticas compensatórias. (WORLD BANK, 1997, p. 147).

Ressalta-se que o dito acima compreende as diferenças fundamentais entre o “código de conduta”, que neste caso está representado pelos relatórios publicados pelo Banco Mundial, e a “conduta efetiva”, ou seja, as práticas institucionais e as pressões exercidas sobre os governos latino-americanos, para não incorrer-se na tentação de interpretar o real pelas expectativas criadas a partir dos documentos técnicos.

O choque entre essas perspectivas, liberal e nacional-desenvolvimentista, é fundamental na medida em que assinala, durante determinados períodos históricos, a ascensão de uma racionalidade política associada à lógica de mercado. De uma forma ou de outra, seria impensável imaginar a dominância política de organismos financeiros, agências multilaterais e companhias transnacionais em uma conjuntura onde as ideias liberais estivessem em crise ou ultrapassadas.

3.5 Segmentos e frentes culturais influenciados pelo renascimento liberal

Para além das transformações realizadas no sistema político-econômico em vigência, o renascimento estendeu-se a outras frentes de atuação e seus efeitos compreenderam desde a esfera das liberdades existenciais à constituição de culturas alternativas antissocialistas majoritariamente refratárias a conservadores e tradicionalistas.

O liberalismo, deve-se repetir, é uma visão de mundo revolucionária em muitos aspectos, uma configuração abrangente com capilaridades em política, filosofia, economia, estilos de vida, subculturas, e num quantum de assuntos e projetos de mudança, que se convertem em propostas de alfabetização e ensino, modelos de administração, *financial coaching*, blocos transnacionais, laicismo moderno, interconexão de sociedades de consumo (aldeias globais), nova divisão internacional do trabalho, “uberização”, marketing digital, *smart jobs*, *sharing economy*, fábrica 4.0, dentre outros.

Logo, não pode haver liberalismo desinteressado das controvérsias contemporâneas, da mudança de costumes incorporada às regras de convivência social, da necessidade de estabelecer-se uma ordem livre que proporcione as condições ideais para o desenvolvimento pessoal – do “projeto de vida”, tão íntimo a Ortega y Gasset. Os liberais estão sempre em busca de novas linguagens que auxiliem a transformação em profundidade das *formas a priori* pelas quais concebemos o mundo.

3.5.1 Acepções de Justiça e direitos

Esse “forte renascimento do liberalismo” (MERQUIOR, 2014) se adensou por várias áreas acadêmicas e intelectuais, retomando em especial o “discurso contratualista dos direitos” através das novas concepções jurídicas inauguradas pelas obras de John Rawls, Robert Nozick e Norberto Bobbio. Basicamente, eles teorizaram sobre princípios de justiça referidos à reformulação da institucionalidade e do direito nas sociedades.

Em “Uma Teoria da Justiça”, de 1971, Rawls argumenta que a noção de justiça deve ser distributiva e atender minimamente a dois critérios permanentes: primeiro, o de que o direito deveria estar correlacionado ao mais abrangente sistema social de liberdades fundamentais e, segundo, que as “desigualdades econômicas devem ser dispostas para o máximo benefício dos menos favoráveis e vinculadas a uma condição geral e equitativa de igualdade de oportunidades”. (RÉ, 2015, p. 18).

Visto tratar-se de um neocontratualista em flagrante oposição aos clássicos modernos (Hobbes, Locke, Rousseau), Rawls não desejava resolver o problema das noções

clássicas de “autoridade e obrigação legítimas”, mas, sim, fixar regras de justiça mais equânimes. (MERQUIOR, 2014, p. 245).

Partindo disso, ele lançou mão do raciocínio dedutivo do “véu da ignorância” enquanto “posição original” hipotética capaz de instruir a obtenção de “princípios sólidos de justiça social”. Os pactuantes idealizados dessa situação abstrata, cuja posição social se definiria de acordo com situações de interdependência, tenderiam a minimizar os riscos das escolhas em vista da insegurança de serem prejudicados “num mundo em que a escassez tendesse a prevalecer”. (MERQUIOR, 2014, p. 246).

Opondo-se frontalmente ao modelo de Rawls, Nozick daria a resposta libertário-minarquista em sua obra fundamental, “Anarquia, Estado e Utopia”, de 1974. Nela, o professor de Harvard estabeleceu como pedra angular do jurisdicismo austrolibertário a “teoria de titularidade”, isto é, a noção fundamental que confere ao indivíduo a titularidade do seu corpo, talentos e capacidades, assim como das vantagens, diferenças e benefícios resultantes dessa tripla conjunção.

Para ele, a justiça deveria ser uma noção consensuada que respeitasse a 1) integridade física, 2) a propriedade legitimamente adquirida, e 3) as obrigações voluntárias celebradas mediante os acordos instituídos por um estado legítimo de indivíduos livres.

Nozick estava convencido de que a questão primordial da filosofia política era saber se a instituição do Estado poderia ser obrigatória ou não, pergunta da qual não se furtou de responder em sua obra. Desse modo, o filósofo norte-americano opôs-se a anarquistas e anti-individualistas na defesa de um “Estado minarquista” (*miniarchist state*), cujo complexo institucional seria compatível com as liberdades individuais, e alheio aos mecanismos coercivos que tendem a violar os direitos naturais.

Ambas as perspectivas sobre justiça e direitos, a liberal-progressista de Rawls (“à esquerda”), e a libertária radical de Nozick (“à direita”), mostram a força do paralelo criado pelas “ideias da liberdade”: a de que o liberalismo, enquanto sistema de referências pelo qual se definem posições revolucionárias e reacionárias, não contém uma essência ideológica una, podendo estar ou à direita, ou ao centro, ou à esquerda política segundo os sentimentos e as conveniências de cada circunstância.

Por sua vez, o jurista italiano Norberto Bobbio havia assinalado enfaticamente um neocontratualismo que orçava “uma combinação bem-sucedida entre busca da justiça e gosto pela igualdade no sentido forte de estruturas institucionais, tipos de regime, e seu respectivo valor, empiricamente avaliados”. (MERQUIOR, 2014, p. 256).

Mesmo pertencente à instância de um liberalismo menos ortodoxo, o social-liberalismo, o jurista de Turim, sem dúvida, havia reafirmado o seu compromisso intelectual com as ideias liberais, sobretudo no que se referia à preocupação quanto à definição das regras do governo, e pelo mérito atribuído ao renascimento dos anos 1980, que para ele era “[...] uma tentativa de justificação do liberalismo existente contra o socialismo existente”. (MERQUIOR, 2014, p. 257).

Por entender que as democracias deveriam se servir de controles constitucionais claros, a preocupação de Bobbio centra-se antes na *Constitutio Libertatis* – a fundação e preservação de um espaço público condizente com o exercício das liberdades políticas – do que no papel do mercado ou no mero concerto internacional das nações. Sua convicção no paradigma democrático-liberal é o testemunho genuíno de alguém que reconhece os benefícios da simbiose entre liberalismo e democracia.

Daí que para o próprio Bobbio, a “prática da democracia é uma consequência histórica do liberalismo”, e ainda mais inapelável é o fato de que “todos os Estados democráticos existentes foram originalmente Estados liberais”. (MERQUIOR, 2014, p. 257).

O resultado dessas reflexões, dedicadas a refundar os compromissos de um liberalismo de direitos, igualitário e “de esquerda” (porém, antissocialismo autoritário), é que Bobbio se afasta do “liberalismo-conservador” dos anos 1980 (Hayek, Nozick, Aron), ao mesmo tempo em que acena para o “novo liberalismo” do século XIX, uma vez que postula o alargamento da cidadania e do valor da liberdade positiva de participação política como praxis fundamentais.

Constituindo-se o tipo-ideal do “bom Estado”, este deveria apresentar ao menos cinco características: 1) conformação ao ambiente institucional, relegando a outros agentes o encargo das disputas ideológicas e da produção material; 2) limitações constitucionais aos poderes (direitos civis invioláveis); 3) participação cívica na elaboração de normas (“nomogênese autônoma”, em linguagem kelseniana); 4) competição entre grupos políticos para o preenchimento de cargos temporários; 5) respeito aos direitos civis, cívicos e minoritários. (MERQUIOR, 2014, p. 254).

Descreveu-se acima um dos segmentos influenciados pelo renascimento liberal. Iniciada no pós-Guerra e notabilizada durante os anos oitenta, as suas formas de atuação e manifestação não se limitaram apenas à esfera dos problemas econômicos, mas a um processo de revivificação que englobaria outros fundamentos presentes à dinâmica dos fatores culturais.

3.5.2 Reforma Educacional: a Proposta Paideia

Em 1982, o filósofo da educação Mortimer Jerome Adler, diretor do Institute for Philosophical Research, coordenou a publicação de um manifesto intitulado “A proposta Paideia” (*The Paideia Proposal*). Junto dos membros do Grupo Paideia⁶¹, Adler decidiu formalizar as bases radicais para a reforma do ensino público americano, através da implementação de um sistema de tronco único no qual “todos os estudantes, sem exceção, devem atingir os mesmos objetivos”. (ADLER, 1984, p. 29).

Inspirada na filosofia educacional de John Dewey, essa proposta seria um marco da equidade no ensino público, e a sua adoção pretendia garantir uma cidadania plenamente democrática, cujos meios de se ganhar a vida e os conhecimentos adquiridos se integrariam a um programa constituído por três objetivos: 1) crescimento pessoal ou autoaperfeiçoamento; 2) preparação adequada ao cumprimento dos deveres e responsabilidades da cidadania – no sentido de desenvolver virtudes republicanas e aprender sobre as estruturas de governo; 3) necessidade de aprendizagem em habilidades básicas comuns a todas as formas de trabalho da sociedade americana.

Na Paideia de Adler, o ensino básico deveria se articular num sistema educacional amplo, não-vocacional e não-especializado, de modo que os treinamentos a determinadas funções e postos de trabalho especializados seriam descartados em razão da ineficiência da aprendizagem.

Pois, tendo em vista as recorrentes mudanças no formato das técnicas e tecnologias, o treinamento realizado durante a fase educacional só poderia ser útil se fosse permanentemente atualizado, e o aluno, antes preparado, teria de ser reeducado mais uma vez para adquirir uma nova experiência prática, o que levaria o aprendizado técnico anterior à obsolescência.

Ao contrário, o currículo obrigatório de 12 anos interligaria três módulos de aprendizagem que aumentariam a complexidade e a dificuldade em gradações sucessivas, do primeiro ao último ano. Esses três eixos corresponderiam a “três modos diferentes por meio dos quais o intelecto pode ser melhorado” (ADLER, 1984, p. 33), seja pela aquisição de

⁶¹ O Grupo Paideia era composto por Mortimer Adler, presidente da Junta de editores da Enciclopédia Britânica, Otto Bird, professor da Universidade Notre Dame, Douglas Cater, do Institute for Humanistic Studies, Adolph W. Schmidt, do St John's College, John Van Doren, do Great Ideas Today, Jacques Barzun, conselheiro literário da Charles Scribner's Sons, Leon Botstein, presidente do Simon's Rock of Bard College, entre outros notórios acadêmicos.

conhecimento organizado, desenvolvimento de habilidades intelectuais, ou pela ampliação da compreensão, da introspecção e da apreciação estética.

Com efeito, esse sistema se subdividiria em áreas de competência diversas – do estudo da gramática às atividades manuais –, e, além do mais, a democratização das oportunidades educacionais não afetaria as diferenças individuais que caracterizam o temperamento e o desenvolvimento de habilidades, interesses e inclinações dos educandos individualmente. Pois, como argumenta o próprio Adler (1984, p. 48), as desigualdades individuais são sempre de grau, “nos vários modos que os tornam indivíduos únicos”, jamais de espécie.

Percebe-se, portanto, que a igualdade aventada por Adler provém de Tocqueville, que a enxergava como “paixão geral e dominante” das “sociedades modernas”. (BOUDON, 2010). De fato, essa exigência por uma igualdade em relação ao acesso de cada indivíduo ao currículo comum, diz respeito mais ao exercício dos direitos e menos às suas condições; estas podem variar segundo a estrutura familiar, a desigualdade nutricional entre os lares, as habilidades e aptidões inatas, interesses e volições, estratificação social e estratificação étnica, etc.

Em nossa sociedade democrática, além do mais, todas as crianças podem almejar um futuro que seja o mesmo num certo número de aspectos essenciais. Todas crescerão para tornar-se cidadãs completamente livres com o sufrágio e com a liberdade política que aquele confere. Todas podem exigir que seus *direitos humanos e civis* sejam protegidos pela Constituição e pelas leis que a estruturam. Esses direitos incluem, preeminentemente, *direitos a quaisquer condições necessárias à busca da felicidade* – necessárias a que as pessoas façam o máximo de si mesmas e que vivam tão bem quanto possível. Todas elas têm o direito de participar do bem-estar econômico geral de esperar um padrão de vida decente com suficiente tempo livre para desfrutar de uma vida boa. Esses são os fatos da igualdade que justificam a igualdade de objetivos aos quais visa nosso programa de ensino básico. Esses são os fatos da igualdade que justificam o mesmo currículo para todos e um padrão satisfatório de desempenho para todos. (ADLER, 1984, p. 48-49, grifos nossos).

A reforma do ensino público da Proposta Paideia transcendeu o mero esforço educacional e se postulou como recurso à continuidade de um governo democrático de instituições livres (sufrágio universal, direitos civis e humanos, liberdade política). Somente indivíduos bem ensinados, e eleitoralmente educados, podem desfrutar das oportunidades oferecidas por uma nação próspera e pacífica.

Já o contrário não é possível, conforme frisa Adler (1984, p. 79), pois se a indiferença fere de morte o futuro das sociedades livres, um país cuja população é precariamente escolarizada só poderá, ao fim, “saquear suas instituições e corromper-se”.

3.5.3 A Indústria Cultural e o Movimento Editorial

Na guerra pela ressignificação da cultura popular as vertentes do liberalismo se derramaram em recipientes culturais os mais diversos. Para finalizar, serão analisadas rapidamente a indústria fonográfica, cinema⁶², arte contemporânea (histórias em quadrinhos), e o movimento editorial.

Nas décadas de 1960, 1970 e 1980, as produções artísticas inclinadas “à direita”, além de nitidamente influenciadas pela conjuntura da Guerra Fria, por vezes refletiram a posição anticomunista do bloco ocidental capitalista, principalmente quando a “revolução conservadora” na política anglo-europeia havia se estabelecido no início dos anos 1980.

Esse criptosimbolismo também é referido pelo conceito de “ideologemas políticos⁶³”. Nas histórias em quadrinhos (HQs), a *Image Comics* se notabilizou com a publicação de títulos que continham linguagem e propaganda antissoviética em suas linhas editoriais – “*Spawn*”, “*Dragon*”, “*Witchblade*” e “*Angela*”. (VIANA, 2011, p. 10). Na *Marvel Comics*, àquela altura a maior editora de HQs do mundo, as histórias do “Quarteto Fantástico”, “S.H.I.E.L.D.”, e “Homem de Ferro” foram algumas vezes utilizadas como estêncil político para alimentar o clima bélico que sustentava o equilíbrio do terror entre as duas superpotências mundiais.

Por outro lado, a percepção geral de insegurança e o medo do apocalipse nuclear fizeram com que o temor pela extinção da civilização fosse objeto de críticas da produção cultural “à esquerda”. (CZIZEWESKI, 2013). Não por menos, outras edições fizeram referências negativas aos regimes da revolução conservadora – especificamente, Thatcher e Reagan. Os principais foram “*V for Vengeance*” e “*Watchmen*” de Alan Moore, e “*Batman – The Dark Knight*” de Frank Miller.

Na indústria fonográfica, as temáticas afeitas ao liberalismo (liberdade, capitalismo, anticomunismo, autonomia política) deitaram raízes no *rock n’ roll*, um ritmo

⁶² Não foram muitas as produções inspiradas na redescoberta do liberalismo, pois só se identificou de imediato uma conexão mais ou menos válida entre o cinema americano da época com o patriotismo dominante entre os americanos. À revelia da era de ouro das décadas de 1940 a 1950, cujo teor anticomunista havia dominado o roteiro de produções de excelência – “*The Iron Curtain*” (1948), “*Invasion of the Body Snatchers*” (1956), “*On the Waterfront*” (1954) –, pouco se fez em matéria ficcional que pudesse entregar algo além da fórmula padrão do “mundo livre” (EUA) versus o “mundo totalitário” (União Soviética). Nesse sentido, “*Rambo II e III*” (1985 e 1988) e “*Rocky IV*” (1985) são exemplos de obras que projetam de maneira superficial o clima de tensão produzido pela escalada da Segunda Guerra Fria durante os anos 1980.

⁶³ “Ideologemas políticos” são fragmentos de ideologia que, neste caso, podem ser instrumentalizados para otimizar os efeitos de comunicação de uma ideologia – complexa, sistemática, e muitas vezes inapreensível – a fim de transmiti-los para o universo ficcional dos quadrinhos – simplificado e popular. (VIANA, 2011).

musical cuja dominância progressista era perceptível desde o nascimento do movimento hippie, e dos festivais e protestos pacifistas que se popularizaram durante a Guerra do Vietnã (1959-1975).

Decerto, as jornadas estudantis de 1968 contribuíram para a redefinição de uma agenda progressista mais diligente aos novos acontecimentos históricos: questões identitárias (equidade de gênero, feminismo, políticas de liberação sexual), participação política e democracia direta (“microdemocracia”), ecossocialismo, políticas de imigração, música e contracultura, “políticas do prazer”, etc.

A revolução da juventude na música e na contracultura pôs em cena elementos antes inadmissíveis aos padrões estéticos e gerenciais da indústria fonográfica. O movimento punk, por exemplo, inovou quando desafiou a dependência artística aos grandes selos de gravação com o slogan “faça você mesmo” (*do it yourself*). Na prática, significava uma profunda transformação no fazer artístico que envolvia a criação de gravadoras independentes e formas de autocusteio. Os punks ofereciam à classe artística aquilo que Cohn-Bendit, líder estudantil de 1968, oferecia aos estudantes universitários, civis e trabalhadores: uma mudança não “na próxima vida”, mas agora, “hoje, onde vivíamos”. (ELEY, 2000, p. 408).

Mas, nesse clima de efervescência progressista, houve forte resistência no espectro oposto. Inspirada pelo conflito no campo dos dos tabus culturais, o ativismo da direita americana despertou durante a década de 1960, e reagiu às investidas dos movimentos identitários no campo da política e dos direitos, sobretudo no conflito com grupos negros, gays, feministas, ambientalistas, hispânicos, universitários, e coletivos de contracultura. (GROS, 2002).

Do final da década de 1960 até o início de 1990, uma parcela de artistas e bandas de rock decidiu inserir em suas composições determinados temas alinhados ao universo ideológico de direita, incluindo alguns princípios do liberalismo.

John J. Miller, jornalista da revista conservadora *National Review*, elaborou em 2006 uma lista contendo 50 músicas com temática liberal e conservadora, que variavam de temas tradicionais (família, identidade nacional) a críticas liberais vertidas à presença do Estado na vida do cidadão comum, a exemplo de “*Taxman*” dos Beatles, cuja letra é uma sátira, em tom de deboche, ao sistema de impostos progressivos adotado pelo governo trabalhista de Harold Wilson. (CONSERVATIVE..., 2006).

As composições selecionadas expressam desde a aprovação ao sistema capitalista – “*Capitalism*” (Oingo Boingo) –, e à liberdade econômica – “*Mr. Taxman*” (Cheap Trick) – à

condenação aberta aos regimes comunistas da União Soviética e da Alemanha Oriental – “*Winds of Change*” (Scorpions), “*Der Kommissar*” (After The Fire).

Certamente, as mais polêmicas foram escritas pelo ex-baterista do Rush, Neil Peart, como em “*The Trees*”, face ao seu nítido apelo anti-igualitarista, e em “*Red Barchetta*”, do disco “*Moving Pictures*” (1981) – a letra representa, ao mesmo tempo, um elogio ao motor de combustão 1.8 e uma provocação ao ativismo ambientalista ecossocialista.

No âmbito do movimento editorial, desde os anos 1960 os liberais lançaram no mercado diversas publicações que rapidamente se tornaram leituras de referência entre a sua base consumidora. Os autores do período – entre os quais judeus, católicos, e membros da família Scaife – também ficaram conhecidos como “neoconservadores” (*neoconservatives*, *neocons*), uma auto-referência ideológica que disputava a significação do termo com os novos liberais (ou “neoliberais”).

Fundações, centros de pensamento e meios de comunicação atuaram como lócus de organização e divulgação de ideias neoliberais e/ou neoconservadoras. De modo destacado, a família Scaife, proprietária de diversos negócios no ramo do alumínio, do petróleo e do capital financeiro, organizou três grandes fundações, a Sarah Scaife Foundation, a Allegheny Foundation e a Carthage Foundation. Fundações como essas financiaram a formação ou a transformação de centros de pensamento para abrigar neoliberais e/ou neoconservadores como a Brookings Institution, o Democratic Leadership Council, o Progressive Policy Institute, o American Enterprise Institute, a Heritage Foundation, a Hoover Institution e o Cato Institute. Ademais, financiaram periódicos como o *New Criterion*, o *The American Spectator* e o *The Public Interest*. (MOLL, 2015, p. 03).

Para finalizar, decidiu-se listar a seguir os mais representativos autores dessa nova linhagem ideológica:

1. Michael Novak (“O Crepúsculo do Socialismo”; “O Espírito do Capitalismo Democrático”);
2. Nathan Glazer (“*The Limits of Social Policy*”);
3. Peter T. Bauer (“*Reality and Rhetoric; Studies in the Economics of Development*”);
4. Norman Podhoretz (“*The New Defenders of Capitalism*”);
5. Paul Johnson (“*Intellectuals*”; “*The Recovery of Freedom*”);
6. Daniel Bell (“O Fim da Ideologia”; “As Contradições Culturais do Capitalismo”);
7. Jeane Kirkpatrick (“*The Reagan Doctrine and U.S. Foreign Policy*”; “*Legitimacy and Force*”);
8. Frank H. Knight (“*Laissez Faire: Pro and con*”; “*The Case for Communism: From the Standpoint of an ex-liberal*”);

9. Irving Kristol (“*What is The Neo-Conservative?*”; “*Reflections of a Neo-conservative: Looking Back, Looking Ahead*”);
10. Gertrude “Bea Kristol” Himmelfarb (“*On Liberty and Liberalism: The Case of John Stuart Mill*”; “*The Idea of Poverty: England in the Early Industrial Age*”)
11. Donald Kagan (“*While America Sleeps*”);
12. Peter Berger (“*A construção social da realidade: Tratado de sociologia do conhecimento*”; “*A Revolução Capitalista*”; “*The Capitalist Spirit: Toward a Religious Ethic of Wealth Creation*”);
13. Seymour Martin Lipset (“*The Confidence Gap: Business, Labor, and Government in the Public Mind*”);
14. Hugh Redwald Trevor-Roper (“*The Last Days of Hitler*”; “*Catholics, Anglicans and Puritans: Seventeenth Century Essays*”);
15. Ernest van den Haag (“*Punishing Criminals: Concerning a Very Old and Painful Question*”; “*The Death Penalty: A Debate*”);
16. George Gilder (“*Wealth and Poverty*”; “*The Spirit of Enterprise*”; “*Life After Television*”);

4 O RENASCIMENTO DO LIBERALISMO NO BRASIL DO SÉCULO XX: OS INSTITUTOS LIBERAIS E A BATALHA DE IDEIAS

O processo de socialização ou humanização transforma o indivíduo (entidade biológica) em pessoa (ser humano); introjetando-lhe valores e padrões de comportamento, o leva a desenvolver uma consciência e a impô-la sobre seus instintos, a assumir papéis e, afinal, a converter-se em ser político. Trata-se de um processo espontâneo, livre e anônimo, que dispensa um plano ou projeto imposto por alguém ou por alguns sobre os demais. A condição fundamental desse processo é a existência de liberdade. (Roberto Fendt, 2012, p. 07).

Confirmada a tese merquioriana de ressurgimento do “espírito liberal” – especialmente na Europa, na Ásia e nas Américas –, agora procederemos a um mapeamento dos renascimentos no Brasil, buscando estabelecer contrastes e aproximações entre os dois contextos. Seguiremos examinando as iniciativas em um período de quinze anos (2006-2021), analisando abrangência, disseminação de grupos de estudos, frentes culturais mobilizadas (editoras, projetos), atores individuais, ciberativismo, institutos e coletivos participantes, além da rede orgânica e horizontal que os uniu aos mesmos propósitos.

4.1 Contrastes e aproximações entre os dois renascimentos

Denominou-se de “dinâmica dos renascimentos” o método analítico que mapeia, registra e interpreta os processos de fluxo e refluxo, sístole e diástole, crise e renascimento das iniciativas liberais que foram fundadas em meados do século XX até o presente.

Insiste-se que essa abordagem compreensiva, fundamentada nos critérios paradigmáticos da sociologia da ação de Boudon, objetiva a preservação do sentido de continuidade da “razão liberal” no tempo histórico, seja como tradição intelectual (comunidade epistêmica e ideológica) e lógica organizacional do poder político (Estado mínimo/Sociedade de Mercado), seja como noção de indivíduo *uti singuli* referido como sujeito das liberdades naturais (liberdade, vida e propriedade).

Para justificar o recorte temporal atribuído a essas duas renascenças, estabeleceu-se como critérios a fundação do primeiro Instituto Liberal do Brasil – inaugurado em 1983 na

cidade do Rio de Janeiro⁶⁴ – e o falecimento do embaixador Roberto de Oliveira Campos (1918-2001), até então o publicista liberal de maior reputação perante a opinião pública⁶⁵. Já em relação ao segundo renascimento, a escolha decorre da oficialização do Instituto Millenium (Imil), em 2006, e se estende até a crise do movimento durante a pandemia por SARS-CoV-2 (2020/2021).

Atribuem a esses institutos a denominação de *think tanks*, isto é, organizações semiautônomas especializadas em assuntos de interesse econômico, político, militar, cultural, geralmente associadas a movimentos políticos e empresariais. De início, o propósito dos *think tanks* liberais era o de criar uma espécie de “internacional liberal cultural” que pudesse rivalizar com o socialismo na batalha pelas consciências e na guerra de posições⁶⁶.

Se antes os núcleos de difusão foram pensados numa circunstância de realinhamento das burguesias nacionais, e, segundo Gros (2004), a partir de uma trajetória *sui generis* de inserção corporativista da classe burguesa nos negócios do Estado, o renascimento contemporâneo difere do seu antecessor por apresentar uma horizontalidade peculiar aos movimentos sociais⁶⁷, atendo-se sobretudo à batalha no campo das ideias e do estado de direito, algo que subjaz “uma disputa de hegemonia a partir da sociedade civil e dentro de marcos democráticos”. (ROCHA, 2015, p. 276).

Por “horizontalidade” quer-se dizer que, ao ser comparado ao atual movimento liberal, o funcionamento dos institutos da década de 1980 ocorria à base de características centralizadoras, e as iniciativas em torno deles dependiam diretamente dos recursos empresariais que financiavam as organizações.

⁶⁴ O Instituto Liberal do Rio de Janeiro foi fundado pelo canadense radicado no Brasil, Donald Stewart Jr. (1933-1999), intelectual e empresário do ramo da construção civil, junto com a colaboração de frações da burguesia paulistana, carioca e rio-grandense. Stewart Jr., à época membro da Mont Pèlerin Société, inspirou-se diretamente na fundação do IEA de Anthony Fisher, e decidiu replicar a ideia de constituir uma rede de institutos que pudesse difundir o pensamento liberal entre as elites brasileiras: empresários, políticos, formuladores de políticas públicas, professores de universidade, e estudantes.

⁶⁵ Após o ostracismo da década de 1980, Roberto Campos experimentou momentos distintos nos anos seguintes. Até o seu falecimento, foi colaborador em colunas opinativas de revistas e jornais de grande circulação, a exemplo do Jornal da Tarde, o Diário do Comércio e a Revista Veja. Nas comunidades virtuais dedicadas ao liberalismo, costumava-se afirmar que Roberto Campos havia sido o último representante liberal no parlamento até a eleição de Marcel Van Hattem ao cargo de deputado estadual do Rio Grande do Sul pelo Progressistas (PP), em 2014.

⁶⁶ Para Gramsci (COUTINHO, 1989), a “guerra de posição” consiste na conquista de espaços e posições dentro da superestrutura/infraestrutura e no conjunto das associações da sociedade civil – “trincheiras” e “fortificações” permanentes nos *fronts* do combate cultural. Essa estratégia cria potenciais contra-hegemônicos que induzem ao consenso de amplos setores da população, e também à sua direção político-ideológica como condição de acesso e conservação do poder.

⁶⁷ Um caso emblemático é a práxis ciberativista do Movimento Brasil Livre (MBL), que, segundo as definições de movimento social, pode ser classificado como um novo tipo de movimento social em rede. Cf. TONETTO, 2018, p. 20.

Além do mais, não havia nas hostes do movimento liberal uma “massa crítica” de intelectuais e especialistas que influenciasse o conjunto dos formadores de opinião, ou seja, de um público específico que servisse de correia de transmissão à divulgação dessas ideias. Esse público seria dividido em duas categorias, de liberais e liberais potenciais (*prospects*), e os alvos se distribuiriam entre deputados federais e estaduais, prefeitos influentes, governadores e secretários, professores universitários, dirigentes de entidades empresariais, empresários militantes, líderes sindicais, estudantis, e de entidades civis. (ROCHA, 2017).

Ocorre que os líderes empresariais que abraçaram a finalidade de fomentar os núcleos de difusão em território nacional se depararam com duas controvérsias: 1) a dificuldade de conciliar os princípios da livre concorrência e os interesses materiais das indústrias que financiavam os institutos; 2) a ausência de círculos intermediários que pudessem vulgarizar essas ideias.

Tanto os sucessos quanto os fracassos dessa rede de *think tanks* podem ser apontados como fatores que contribuíram para a crise do movimento liberal brasileiro. Em relação aos insucessos, Winston Ling⁶⁸ havia citado a falta de profissionalização e comunicação entre os ILs, a organização centralizada dos institutos e a ausência de massa crítica. Mas, o fator determinante para essa decadência, segundo Arthur Chagas Diniz, vice-presidente do IL-RJ (1988-2013), foi a morte de Donald Stewart Jr, em 1999: sem o “corpo” e a “alma” do *think tank* carioca, os empresários envolvidos, “liberais sem convicção”, perderam o entusiasmo de se envolver com o ativismo puramente ideológico. (ROCHA, 2017).

De acordo com Rocha (2017), a acolhida parcial das medidas liberais, ao menos no sentido da agenda de privatizações e abertura dos mercados durante os governos Collor, Itamar Franco e FHC, poderia ter desaquecido as pautas desses institutos, desencadeando um “desânimo generalizado” entre os membros e ativistas do movimento.

Mas, como bem se observa nos registros da época, as demandas fundamentais desse liberalismo renovado, em especial na esfera econômica⁶⁹, seguiram intocadas mesmo

⁶⁸ Winston Ling é um empresário brasileiro do ramo imobiliário descendente de chineses – seu pai é o empresário petroquímico Sheun Ming Ling, fundador da Olvebra e da Petropar no Rio Grande do Sul. Ling dispõe de um extenso currículo na história do movimento liberal brasileiro, seja como presidente e fundador do Instituto Liberdade, como cofundador do Instituto de Estudos Empresariais (IEE) e do IL-RJ, além de ter patrocinado as traduções em português das obras da romancista russa Ayn Rand (“A Virtude do Egoísmo”, “A Revolta de Atlas”, “A Nascente”, entre outras).

⁶⁹ Nas duas décadas anteriores, os liberais concentraram-se muito mais no problema da abertura política – a chamada “política de descompressão” – e da redemocratização da sociedade civil. Não à toa, o ex-vice-presidente da República, Marco Maciel, fundador da Frente Liberal (FL), havia definido o liberalismo de então

após a adoção dos mecanismos modernizantes que notabilizaram o Brasil do início da década de 1990 – como a redução de tarifas sobre importações (de 32,2% em 1990 para 14,9% no segundo semestre de 1993) e bens de consumo duráveis (diminuição de 66 pontos percentuais), eliminação da lista de importação proibida, revogação de 113.752 decretos presidenciais de 123.370 despachados desde 1900, promulgação de novos dispositivos normativos antimonopólio, ampliação do processo de privatizações, reforma administrativa, etc. (PINHEIRO; GIAMBIAGI; MOREIRA, 2001).

Ainda que a década de 1990 seja reconhecida como época de transição entre modelos de política econômica, algumas estratégias de desenvolvimento orientadas ao mercado mantiveram-se ou relativamente incorporadas ou negligenciadas da ação política, a exemplo de: 1) taxa de câmbio flutuante – ajustada somente em reação à deterioração dos mercados internacionais e à moratória da Rússia em janeiro de 1999 –; 2) superávit fiscal primário; 3) aumento da renda *per capita*; 4) saneamento dos desajustes macroeconômicos revelados pela neutralização do quadro hiperinflacionário; 5) equacionamento das finanças públicas e transferência de ativos públicos de grande porte para o setor privado (Petrobrás, Eletrobrás, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, companhias de distribuição energética, etc.). (PINHEIRO; GIAMBIAGI; MOREIRA, 2001).

Assim, avalia-se que a agenda de modernização dos liberais contemporâneos permanecia em aberto e incompleta⁷⁰, não sendo possível inferir a partir daí que os liberais estivessem “desanimados” em vista da recepção de suas pautas pela política econômica dos governos da década de 1990.

Objetivando a propagação dos princípios do liberalismo no imaginário das elites, os liberais primaram pela inserção dessa agenda em três frentes: i) atividade editorial; ii) difusão de ideias na política, a chamada “guerra cultural”⁷¹, por meio do enfrentamento

como a “[...] luta pelo alargamento e pela generalização do sistema representativo, pela introdução de novas formas de participação, pela ampliação da legitimidade política [...] e pelo fortalecimento do pluralismo partidário”. (CORRÊA, 2006, p. 91). Já a priorização da pauta fiscal, consequência da crise interna herdada dos militares, da recessão mundial, e dos desequilíbrios estruturais causados pela Terceira Revolução Industrial, foi negligenciada e retomada apenas pela geração liberal seguinte. A propósito, o próprio Marco Maciel foi quem afirmou a dispensabilidade do liberalismo econômico para a instituição de uma sociedade genuinamente livre. Cf. MACIEL, 1985, p. 01.

⁷⁰ Para Antonio Paim (1997, p. 34-35), os três aspectos comuns da nova agenda liberal de então são (i) o reconhecimento de que a sociedade havia formulado regras consagradoras da proteção aos direitos sociais, razão pela qual não cabia a discussão abstrata acerca de questões pertinentes ao direito natural, (ii) a promoção da igualdade de oportunidades, e (iii) a concepção de sociedade como uma ordem não planejada.

⁷¹ “Guerra cultural” é um conceito em que se admite a necessidade de “obter, para além da hegemonia política, principalmente a hegemonia cultural”. O termo foi amplamente empregado pelo escritor Olavo de Carvalho e é parte constituinte de um (contra)campo intelectual “com epistemologia e enunciados próprios”. Cf. SANTOS; MIRANDA (Org.), 2020, p. 161.

ideológico em revistas especializadas, livretos, panfletos, jornais, publicações de *think tanks*, etc.; iii) “recomposição da liderança em torno da educação”. (PAIM, 2019, p. 128). Quanto aos dois primeiros pontos, o IL-RJ despontou como a vanguarda desse renascimento no Brasil.

Inspirados pela emergência das correntes austríacas, objetivistas e monetaristas em âmbito internacional, os mandatários do IL-RJ deram início ao processo de tradução e edição das obras que colaboraram, no campo ideológico e cultural, com a legitimação política das mudanças que resultaram na “integração dos países ao processo de globalização financeira, dos mercados e da produção”. (GROS, 2002, p. 73).

Algumas delas se sobressaem como obras-referências do pensamento liberal contemporâneo, e ainda hoje são citadas como leituras obrigatórias por líderes políticos, militantes e ativistas. A princípio, a tarefa do IL-RJ consistia na tradução, edição e publicação de vários desses títulos internacionais, uma vez que o catálogo liberal encontrava-se defasado, segundo informações do próprio instituto. (INSTITUTO LIBERAL, 2020). As principais foram:

1. Friedrich Hayek: “Caminho da Servidão” (*The Road to Serfdom*, 1944), a pedra angular do liberalismo contemporâneo; “Desemprego e política monetária” (publicado originalmente nos *Cato Papers* do Cato Institute, 1979); e “A desestatização do dinheiro” (*The Denationalization of Money*, 1976);
2. Ludwig von Mises: “A Mentalidade Anticapitalista” (*The Anti-Capitalistic Mentality*, 1956); “Liberalismo, segundo a tradição clássica” (*Liberalismus*, 1927); “Uma crítica ao Intervencionismo” (*A Critique of Interventionism*, 1929); “As Seis Lições” (*Economy Policy: Thoughts for Today and Tomorrow*, 1979); “Ação Humana: Um Tratado de Economia” (*Human Action: A Treatise on Economics*, 1949);
3. Eugen von Böhm-Bawerk: “Teoria da Exploração do Socialismo-Comunismo” (excerto de *Kapital und Kapitalzins*, 1884);
4. Murray Rothbard: “Direita e Esquerda: Perspectivas para a Liberdade” (retirado da Revista *Left and Right*, 1965); “Educação: Livre e Obrigatória” (*Education: Free and Compulsory* 1972); “Por uma nova liberdade: o Manifesto Libertário” (*For a New Liberty: The Libertarian Manifesto*, 1973); “Anatomia do Estado” (*Anatomy of State*), “O essencial Von Mises” (*The Essential von Mises*, 1973);
5. Frédéric Bastiat: “A Lei” (*La Loi*, 1850);

6. Ayn Rand: “A Virtude do Egoísmo” (*The Virtue of Selfishness*, 1964); “A Revolta de Atlas” (*Atlas Shrugged*, 1957); “A Nascente” (*The Fountainhead*, 1943).
7. Guy Sorman: “A Solução Liberal” (*La Solution Libérale*, 1986); “A Nova Riqueza das Nações” (*La Nouvelle Richesse des Nations*, 1987).

Do mesmo modo, as publicações contemplaram pensadores liberais nacionais, e estrangeiros radicados em solo brasileiro, como Alberto Oliva (“Entre o Dogmatismo Arrogante e o Desespero Cético: A negatividade como fundamento da visão de mundo liberal”, 1993), Mário Guerreiro (“Ética Mínima para Homens Práticos”, 1995), Ricardo Vélez-Rodríguez, José Osvaldo de Meira Penna (“Opção preferencial pela riqueza”, 1991; “Decência Já”, 1992; “Em berço esplêndido: Ensaio de psicologia coletiva brasileira”, 1999, etc.), Donald Stewart Jr. (“O que é o Liberalismo?”, 1988; “A Organização da sociedade segundo uma visão liberal”, 1997, “A Lógica da Vida”, 1999), Og Francisco Leme (“Entre os Cupins e os Homens”, 1988) e Roberto Fendt (“Mercosul”, 1993).

O IL-RJ firmou convênios e parcerias no mercado de editoração para a publicação de títulos do seu interesse, sendo a mais conhecida a editora José Olympio. Para fortalecer as frentes de batalha na “guerra cultural”, o instituto manteve ativo um conselho editorial ocupado com a “difusão de ideias na política”, lançando, simultaneamente, uma série de publicações cujo discurso submetia-se mais a aspectos “performáticos” (estratégias retóricas, formação de redes) e “relacionais” (dependentes de status, posição e contextos sociais) do que a uma produção intelectual “pura” – ou seja, preocupada com a produção do conhecimento como valor em si.

Ressaltam-se entre essas publicações as seguintes: 1) “Conselho dos Institutos Liberais”; 2) “Ideia Liberal – IL”; 3) “Ideias Liberais”, do Instituto Liberal de São Paulo (ILISP); 4) “IL Notícias”; 5) “Informe Liberal – IL”; 6) “Revista do Instituto Liberal do Rio de Janeiro”; 7) “Caderno Notas”; 8) “Revista Banco de Ideias”.

Segundo Gros (2002), a forma mais direta de divulgação eram os boletins informativos, geralmente resumidos em 04 páginas, e enviados mensalmente a sócios e mantenedores, bem como entidades empresariais, bibliotecas e associações comerciais. Por vezes discutia-se nesses encartes os problemas relacionados ao desenvolvimento econômico sob a perspectiva do liberalismo, ou apenas replicavam-se artigos publicados em *think tanks* norte-americanos, sobretudo da Heritage Foundation e do Cato Institute. (SANTOS; MIRANDA, 2020).

Mais do que traduzir e editar obras do pensamento liberal clássico e contemporâneo, os empresários ativistas do IL-RJ e do IEE se engajaram nas instituições culturais desse amplo sistema de produção e circulação de conhecimento, seja em jornais (Jornal da Tarde, Estado de São Paulo), revistas (Veja), programas de TV (“Henry Maksoud e Você” na TV Bandeirantes), etc. Nestes espaços eles polemizaram e debateram sobre os temas do dia, controvérsias internas do movimento⁷², reformas liberais, tópicos de política econômica, entre outros assuntos.

Para complementar a atuação no mercado editorial e fazer com que as ideias circulassem no imaginário social, os liberais promoviam eventos destinados a um público seletivo formado por jornalistas, políticos, empresários, intelectuais, militares, professores e estudantes universitários. O objetivo, novamente, era a instrução ideológica desses grupos, compreendidos como “*ideas originators*”. Nesse aspecto, o “Fórum da Liberdade”, realizado desde 1988, se distinguiu não apenas como instrumento de difusão de ideias, mas também como um “reduto das direitas no Brasil”. (CASIMIRO, 2020).

Por fim, há o esforço pela recomposição da liderança liberal em torno da educação. Para Antônio Paim (1997, p. 128), essa necessidade provém do fato de a educação brasileira ter sido “virtualmente destruída durante o ciclo dos governos militares”, e, além disso, aquele seria o momento de refletir sobre a forma como a vida se estruturava no cotidiano, para daí modificá-la em profundidade. Notável a influência da *Paideia* de Mortimer Adler nesse programa educacional redigido pelo filósofo baiano e por outros liberais.

O sistema social atual, que estatui uma primeira fase dedicada à instrução, uma longa fase intermediária dividida rigidamente entre o trabalho e o tempo livre, e uma última e longa fase de aposentadoria, obviamente não funciona mais. É preciso descobrir o modo de integrar, segundo novos critérios, todas estas atividades: a instrução, o trabalho, a aposentadoria e outros interesses humanos, o que implica grandes mudanças nas esferas econômica, social e política, que se distinguem apenas por comodidade.” (PAIM, 1997, p. 67).

Pensando na estruturação do conhecimento superior, Paim e outros liberais – como Leonardo Prota – elaboraram uma proposta de universidade distinta do atual sistema ultraspecializado de divisões estanques, centrada na consecução de três objetivos: 1) assegurar o desenvolvimento pessoal-mental, moral e espiritual do estudante; 2) garantir que o

⁷² Em 1994, Vicente Barreto, Osvaldo de Meira Penna, Roque Spencer Maciel de Barros e Ubiratan Borges de Macedo deram início a uma polêmica a respeito das vertentes do liberalismo, “social” e “conservadora”, e no que concernia a cada uma delas as atribuições e deveres do Estado, e as diferentes teorias de justiça, fundamentais para a abordagem dos problemas humanos. O tom dos escritos não era nada cortês, e alguns destes foram publicados no Jornal da Tarde, tendo sido continuados em incisivas epístolas enviadas de parte a parte. Cf. BARROS, 1998.

graduando se tornasse um “cidadão pleno” da República; 3) prover os meios para que os cidadãos ganhassem a vida de modo responsável e inteligente. (PAIM, 1997).

Esse projeto educacional de longo prazo consistiria numa tentativa de libertar a cultura política nacional do patrimonialismo e do social-estatismo, ambos fatores de bloqueio à ascensão de uma genuína Sociedade de Mercado. Daí que os recursos públicos precisariam estar alocados preferencialmente no ensino fundamental, a fim de atender a uma demanda por educação destinada à cidadania, com atribuições próprias, e desvinculada do modelo que direciona os formandos ao exame dos vestibulares. (PAIM, 1995, p. 197).

Similar à Paideia de Adler, o currículo brasileiro seria fracionado em 03 troncos básicos, constituído, primeiramente, pela “aquisição de conhecimento organizado” em i) Língua, Literatura e Belas-Artes; ii) Matemática e Ciências Naturais; iii) História, Geografia e Estudos Sociais. Segundo, pelo “desenvolvimento de habilidades intelectuais imprescindíveis à aprendizagem” – leitura, escrita, oralidade, audição, cálculo, resolução de problemas, capacidade avaliativa, julgamento crítico. Por último, para “assegurar a compreensão ampla de ideias e valores mediante a leitura e a discussão de livros (livros-texto diversos), proporcionando, também, o envolvimento em atividades artísticas”. (PAIM, 1995, p. 173).

As disciplinas e matérias obrigatórias do sistema convencional de aulas deveriam se diversificar entre esses três troncos de conhecimento, dando origem a estudos específicos sobre história da cultura política, história moral, história da religião e da filosofia, história das épocas modernas e contemporâneas, momentos decisivos da História do Brasil, história das artes, higiene pessoal, literatura universal, experiência em laboratórios, audição de compositores clássicos – Des Prés, Palestrina, Haydn, Mozart, Bach, Beethoven, Schubert, Stravinsky, Webern e Wagner –, entre outros⁷³. (PAIM, 1995, p. 177).

Mas essa virada ideacional do liberalismo, ainda que gestada em um ambiente de agitação intelectual e crescente efervescência de ideias (MERQUIOR, 1987), não se converteu em uma linguagem política capaz de “[...] responder à reprovação fundamental de que (eram) objeto: a de ignorar a justiça social e de praticar uma espécie de culto cego à empresa privada”. (SORMAN, 1986, p. 173).

⁷³ Diferente dos tradicionalistas católicos, para quem a cultura humanista seria apenas uma reinterpretação dos gregos à luz dos dogmas cristãos, os liberais veem no humanismo uma ampla comunhão entre antigos, medievalistas, renascentistas, modernos e contemporâneos, não se reduzindo, portanto, a nenhuma dessas denominações em específico. Para Paim (1998), as duas propostas que consubstanciam essa herança são aquelas que correspondem aos *Great Books*, da Enciclopédia Britânica, e aos estudos de humanidades que advém do programa de leituras do St. John’s College.

A Merquior (1987) coube lançar luzes para a causa desse problema, que, segundo ele, seria a associação indiscriminada dos liberalismos à tese da indivisibilidade da liberdade sustentada pelos “neoliberais”. De maneira a evitar a concentração do poder político e econômico em uma só estrutura de autoridade monocrática, isto é, o partido único, os “neoliberais” viram-se obcecados pela separação *whatever it takes* dessas duas categorias, tornando-os defensores de um antiestatismo “estadófobo” e uma filosofia paleoliberal de “Estado guarda-noturno”, cujas demandas populares livremente articuladas no mercado político seriam consideradas iliberais, fruto de um paternalismo dirigista irresponsável.

Portanto, essa negação da dimensão social e política da democracia pelos “fanáticos do Estado-mirim” é, em última instância, uma não-aceitação dos mecanismos democráticos instituídos sob a própria ordem jurídica do constitucionalismo liberal. Esse descompromisso entre liberalismo e democratismo no plano das ideias muitas vezes encerra um conflito de perspectivas que deterioram a legitimidade moral das reivindicações liberais, sobretudo as austríacas, acentuadamente mais radicais e antidemocráticas.

Já se viu que esse renascimento oitentista do liberalismo no Brasil foi marcado pela ascensão das associações civis privadas – *think tanks* e *advocacy think tanks* –, já um efeito do estabelecimento na América Latina da rede de organizações liberais nomeada Atlas Network⁷⁴.

Se o IL-RJ simbolizou o pioneirismo das iniciativas liberais no plano da difusão de ideias, outros aparelhos de difusão política das elites nacionais, surgidos no rastro desse cenário de realinhamento ideológico, irromperam como estratégia política à afirmação de um projeto de poder das direitas (CASIMIRO, 2016).

Pode-se citar como exemplos a Câmara de Estudos e Debates Econômicos e Sociais (CEDES), Grupo de Mobilização Permanente (GMP), Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF), Associação Brasileira de Defesa da Democracia (ABDD), União Brasileira de Empresários (UB), Movimento Cívico de Recuperação Nacional (MCRN), Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE), Frente Nacional pela Livre Iniciativa (FNLI), Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE), Instituto Ethos,

⁷⁴ Também conhecida por Atlas Economic Research Foundation (AERF), essa rede transnacional de institutos foi inaugurada em 1981 por Anthony Fisher, com o propósito de “promover em âmbito mundial a disseminação das ideias liberais, como as ideias da liberdade”. Para se ter uma noção da sua penetração na América Latina, a Atlas Network atuou durante muito tempo como provedora de recursos e fundos para as entidades liberais em formação, garantindo, ainda, treinamento para líderes, patrocínios e auxílio jurídico para a estruturação das associações. Além do mais, também era possível obter orientação técnica para o treinamento de sócios, e ajuda técnica com a formação de conselhos de diretores e curadores, muitas vezes integrados por membros da própria rede. Cf. FARIA; CHAIA, 2020.

Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), Grupo de Líderes Empresariais (LIDE).

Mesmo ideologicamente distintos dessas entidades, os *think tanks* liberais da época também se articularam em torno do pragmatismo do sistema político, embora se diferenciasssem no sentido da atuação institucional, em vista da preferência dos liberais à influência e aos segmentos culturais e ideológicos, ao invés de focarem na concepção de um amplo projeto de reconfiguração da estrutura do Estado. O objetivo geral, por assim dizer, centrava-se mais na circulação de ideias e em sua capacidade de modelar “um ambiente político propício à liberalização econômica”. (ARALDI; SVARTMAN, 2019, p. 319).

Logo, a Sociedade Tocqueville, criada em 1984, o IEE, os Institutos Liberais com sedes no Rio de Janeiro, Brasília, Porto Alegre, Curitiba, Belo Horizonte, Recife, Fortaleza, e Salvador, e o Instituto Atlântico (IA), conformaram-se a uma estratégia de persuasão em que os campos de disputas tradicionais, como as estruturas partidárias, foram substituídos por novos espaços onde os “ardis discursivos” (FARIA; CHAIA, 2020) eram mobilizados para “convencer a sociedade brasileira das vantagens de uma ordem liberal”, segundo a carta de fundação do IL-RJ. (ONOFRE, 2014, p. 07).

Diferente dos outros institutos, o IA, dirigido pelo economista Paulo Rabello de Castro e por Thomaz Magalhães, atuou na tentativa de popularizar as ideias de liberdade econômica. Para isso, ele se encarregou de distribuir entre o operariado industrial e assalariados do comércio materiais e cartilhas de elaboração própria. Em linguagem simplificada, esse material versava sobre políticas de livre mercado e medidas de “capitalismo popular” que poderiam beneficiar os trabalhadores. (ROCHA, 2015).

Não se deve, no entanto, confundir o “apartidarismo” dessas iniciativas com a despolíticação *per se*. Para Gros (2002; 2004), Rocha (2015) e Dal Pai (2016), os institutos liberais se inseriram em dois processos simultâneos de reconfiguração, um interno e outro externo.

Internamente, os autores sugerem que o fator decisivo para a fundação das organizações liberais no Brasil provém, de um lado, da crise fiscal do Estado brasileiro, seguida pelos efeitos de estagflação, crise da balança de pagamentos, insolvências, desvalorização cambial, etc., e do outro, da incapacidade de essa estrutura institucional recém-redemocratizada fazer frente ao desafio da modernidade capitalista através de uma estratégia de crescimento sustentável com redistribuição de renda e políticas de impacto social.

Já em relação aos fatores externos, ressalta-se a participação desses aparelhos privados no concerto do movimento liberal internacional, ele mesmo constituído por uma rede transfronteiriça de organizações ideológicas orientadas à defesa e difusão da hegemonia liberal no mundo, que à época vivia um momento de esplendor com as experiências reformistas da “periferia” (Chile, Argentina e México) e do “centro” capitalista (Inglaterra, EUA, Austrália).

Embora importantes, essas interpretações geralmente omitem da análise 1) as razões teleológicas referentes ao legado institucional das ideias liberais, 2) as tendências afetivas/identitárias, face à constituição de grupos de ativismo legítimos que se autoidentificam e significam suas condutas com base nessas variantes ideológicas, e 3) os aspectos culturais do fenômeno, isto é, àquilo que não se limita à organização e planejamento da produção material.

Mas não se quer dizer que o liberalismo renovado, representado pela *intelligentsia* e demais agentes ligados à disseminação ideológica (editores, tradutores, escritores, empresários e ativistas), se manifestou na cena pública desprovido de ligações com a esfera política.

Ao contrário, o que se observou na dinâmica do renascimento liberal é que os objetivos puramente ideológicos, destinados à formação de “massa crítica” e difusão de ideias, tornou-se coextensivo a determinados compromissos políticos e interesses na estrutura do Estado brasileiro.

4.2 Mudanças na orientação do papel do Estado, crise de ideias e de representação liberal

À medida que o conjunto das reformas liberalizantes transformou-se em agenda oficial de política econômica dos governos latino-americanos – especialmente no Brasil –, a tecnocracia liberal passou à dianteira na formulação das políticas de desenvolvimento. Isto foi possível devido à mudança de orientação do papel do Estado o qual, por efeito da deterioração macroeconômica e da crise fiscal, viabilizou a adesão ao modelo de acumulação via mercado, superando a estratégia nacionalista de industrialização por substituição de importações.

Com a promulgação da Nova Constituição Republicana a 05 de outubro de 1988, e, conseqüentemente, após a realização das primeiras eleições pós-redemocratização, em 1989, os políticos e tecnocratas liberais ocuparam assentos no Congresso Nacional, foram nomeados para cargos do primeiro e segundo escalão do governo, e auxiliaram na elaboração

e no ajuste dos programas de estabilização e modernização, dentre os quais se destacaram o processo de privatizações, as desestatizações e desregulamentações do governo Collor de Mello, e o Plano Real, em 1994, durante a administração provisória de Itamar Franco.

Antes disso, a lógica do processo de desenvolvimento dos *latcomers* fundamentava-se na ideia de que nas classes burguesas desses países não havia se formado um empresariado de tipo schumpeteriano. Daí que a burguesia deveria ser financiada por um Estado planejador/indutor, suplente do mercado quanto à alocação eficiente de recursos. Para tanto, recorreu-se basicamente às estratégias de desequilíbrio para estimular a indústria nacional, mobilizando-se capitais e investimento público a fim de neutralizar os gargalos da infraestrutura e demais pontos de estrangulamento. Estes ficaram conhecidos como “projetos de baixa rentabilidade privada, mas de elevado retorno social”, de acordo com Pinheiro e Giambiagi (1992).

Mesmo entregando balanços positivos durante os 33 anos de crescimento em que o PIB brasileiro se elevou a uma taxa média de 7,5% (1947 a 1980) – resultado alcançado, em parte, pelo aumento da participação da indústria de transformação no produto (de 20% para 32%) –, alguns fatores de ordem conjuntural e sistêmica contribuíram para que essa antiga estratégia de desenvolvimento fosse abandonada.

Primeiro, a estagnação do produto e a inflação causadas pelo aumento do déficit público corroeram o poder de o Estado encarar a crise fiscal e as turbulências provocadas pela sequência de choques externos. Ademais, em razão das frustrações relacionadas às medidas heterodoxas de estabilização dos anos 1980, culminando com as sucessivas mudanças de moeda, um relativo consenso se formou em torno do controle inflacionário via correção dos gastos públicos, sendo a desestatização o meio apontado pelo conjunto representativo da burguesia nacional para alcançar este objetivo⁷⁵.

Por outro lado, as privatizações simbolizam, de início, mais uma reação à crise fiscal de governos dirigistas do que um plano modelar concebido por tecnocratas liberais. Pois a estratégia pela qual se decidiu arbitrar controles financeiros e regulatórios sobre políticas de salários, preços, investimentos, contratações, importações, empréstimos, publicidades, entre

⁷⁵ Segundo pesquisa realizada em 1989 pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), 67% de 550 empresários industriais consideravam a privatização o terceiro elemento mais importante de uma política industrial, fato que levou Collor a adotar uma postura simpática à iniciativa privada, de modo a evitar o confronto e promover a participação dos líderes industriais na política de governo. Logo, pode-se afirmar que não houve no programa de privatizações vindouro um “engajamento ideológico”, diferente daquilo que se observou em outros regimes de direita, como por exemplo a Inglaterra de Thatcher, que usaram as transferências das propriedades estatais para enfraquecer os seus opositores e alcançar objetivos ideológicos. Cf. SCHNEIDER, 1992.

outros, reduziu as empresas públicas a ilhas de ineficiência, inviáveis do ponto de vista administrativo. (SCHNEIDER, 1992).

Apesar de haver uma sustentação ideológica débil à política econômica do governo Collor de Mello – sem quaisquer bases de articulação e apoio associado à sociedade civil organizada –, as reformas de mercado foram aprovadas e implementadas de maneira pragmática e (quase) sem oposição política aberta.

Não havia mesmo um núcleo de difusão de ideias e formulação de políticas públicas ligado à legenda do presidente, o Partido da Reconstrução Nacional (PRN), como por exemplo o IEA para a administração Thatcher, nem um corpo de economistas formado em universidades estrangeiras, assim como os *Chicago Boys* no regime de Pinochet, que ocupasse a maioria dos cargos nas áreas econômicas “de peso” – os Ministérios da Economia e da Infraestrutura. (SCHNEIDER, 1992).

Essa falta de apoio, no entanto, não impediu que as medidas pró-mercado subsequentes tornassem as ideias liberais publicamente aceitáveis, dando-lhes uma nova conotação no mercado político, ou seja, de que eram “modernas”, e alinhadas às melhores práticas internacionais. De outro modo, essa seria a “oportunidade de ouro” para que o Brasil se inserisse em definitivo nas economias industriais do Primeiro Mundo – deixando para trás a noção, segundo Roberto Campos⁷⁶, de que o Brasil poderia estar no “Jockey Club”, mas persistia na “gafieira”. (CAMPOS, 1998, p. 120).

De fato, mesmo sob um clima de inspiração liberal, as políticas governamentais estavam dissociadas do movimento que se desenvolvia em âmbito cultural. Ao passo que na esfera da “batalha pelas consciências” os liberais decidiram se concentrar na instrução das elites e na formulação de propostas de políticas públicas, no plano da política real essas ideias ainda não tinham uma adesão consistente.

Os três governos da década – Collor de Mello, Itamar Franco e FHC – se encarregaram de avançar os programas de estabilização e as reformas de mercado ao seu jeito, de maneira imperfeita, sem o apoio formal das hostes liberais, ou seja, sem a intermediação dos *think tanks*.

⁷⁶ Campos foi um dos articulistas liberais que mais denunciaram o “atraso” das condições de desenvolvimento do Brasil, e um dos que mais rejeitaram o rótulo de “economia globalizada” a que se tentava colocar como regra de ouro dos governos. Pois, até o início de 1999, ainda eram modestas a participação do comércio global nas exportações e importações do PIB (cerca de 15%), a criação de empresas multinacionais, e a capacidade de atração de investimentos estrangeiros diretos (IED), mesmo sendo a quarta destinação preferida por investidores do exterior em 1998. *Ipsa facto*, para o diplomata, o Brasil ainda não havia passado no “vestibular do liberalismo”. (CAMPOS, 1999).

Por mais que esses programas de estabilização (Plano Collor, Plano Real), privatizações, desestatizações e desregulamentações da administração estatal tenham se incorporado à agenda oficial, outros pontos fundamentais à modernização econômica, de ampla repercussão entre os núcleos ideológicos liberais, mantiveram-se intocados na discussão parlamentar e na ação executiva.

No campo dos direitos sociais, por exemplo, a reforma previdenciária e a flexibilização das leis trabalhistas eram as mais reivindicadas. Em entrevista ao programa “O Rio Grande Questiona”, uma das realizações midiáticas do IEE, Donald Stewart Jr. havia reforçado a sua predileção à experiência da previdência privada chilena, a qual ele julgava “um sucesso extraordinário”. Tal admiração se devia à forma com que os fundos eram capitalizados, ou seja, por meio de depósitos bancários regulares em cadernetas de poupança, não podendo ser resgatados antes de atingida a idade mínima. (INSTITUTO LIBERAL, 2019).

Para Stewart Jr., a formação econômica de custo atuarial da Previdência Social correspondia a um engodo que misturava, em termos globais, assistência social com aposentadoria, daí a necessidade de individualizá-la para torná-la sustentável no longo prazo⁷⁷.

No que concerne à flexibilização das leis trabalhistas, ajuste essencial à integração dos países periféricos nas cadeias de produção global e nos indicadores de competitividade, essas reformas não foram viabilizadas em sua máxima extensão no chamado “período hegemônico do neoliberalismo”.

Pode-se, hipoteticamente, atribuir as causas desse “bloqueio” à resistência imposta por centrais sindicais, movimento estudantil, organizações não-governamentais (ONGs), entidades religiosas e partidos políticos, cujas ações neutralizaram as incursões ortodoxas mais profundas à zona de proteção dos direitos dos trabalhadores, obstruindo propostas de emenda constitucional, projetos de leis e medidas provisórias. Além do mais, fortalecia-se a noção de que as reformas seriam perversas às camadas sociais mais vulneráveis.

De certa forma, essa hipótese flutua entre validades opostas, já que na gestão Itamar Franco (1992-1994) as alterações ocorreram de maneira dialógica, sobretudo com a

⁷⁷ A crítica liberal à seguridade social é extensa, mas surge de maneira sintética no que disse a seu respeito o economista Milton Friedman, para quem o sistema previdenciário era um esquema em que “os pobres costumam pagar impostos por mais anos e receber benefícios por menos anos do que os ricos”. Cf. FRIEDMAN, 2014, p. 120.

realização do “Fórum Nacional sobre Contrato Coletivo e Relações de Trabalho”, onde foram promovidas mudanças em circunstâncias de maior negociação e participação. (CAMPOS, A., 2015).

Por outro lado, nos governos Collor de Mello (1990-1992) e FHC (1995-2003), o calendário de reformas atingiu “aspectos referentes à contratação, ao uso e à remuneração da mão-de-obra”. (CAMPOS, A., 2015, p. 16). Portanto, as modificações foram mais densas e incidiram na alteração de contratos, jornada de emprego, remuneração, conflitos entre trabalhadores e empregadores, e organização coletiva do trabalho⁷⁸.

Uma outro ângulo de abordagem sugere que as elites políticas jamais abraçaram as medidas mais profundas do liberalismo econômico, tendo em vista a fragilidade social das camadas mais pobres, da crescente miserabilidade e do aumento da informalidade entre a população economicamente ativa. A discrepância entre o crescimento da atividade produtiva no passado e a promoção de justiça social havia impedido incursões pesadas às zonas socialmente sensíveis, as *no-go areas*, a exemplo da política de salários reais baixos.

Daí que, de acordo com Marco Maciel, mesmo diante de uma realidade de poder onde os critérios lógico-rationais do mercado estavam dominando o campo das decisões políticas, o Estado deveria intervir na economia para preservar as garantias sociais.

[...] com o objetivo específico de regular a *distribuição da renda e da riqueza*, orientar o desenvolvimento, condicionando o uso da propriedade ao seu papel social, evitando que a exploração indiscriminada dos recursos naturais finde por desagradar o meio ambiente, e, por fim, ensejando a vida [...] E ainda da proteção aos desempregados, garantia de *salários justos*, acesso à habitação, etc. (CORRÊA, 2006, p. 92, grifos nossos).

Mesmo que os instrumentos de mudança constitucional e infraconstitucional tenham sido empregados a fim de esvaziar o caráter estatizante da regulação do trabalho, as reformas limitaram-se a dispositivos regulatórios específicos, sem que fossem atacados os problemas de ineficiência associados ao “ente antediluviano da administração barroca” (PENNA, 1992), que estrangulava a competitividade do país em âmbito doméstico e internacional⁷⁹.

⁷⁸ Os instrumentos legais utilizados para as reformas trabalhistas durante a década de 1990 – súmula, leis, decretos, portarias, medidas provisórias, e emendas constitucionais – foram elencados no já referido documento do IPEA organizado por André Campos (2015, p. 17).

⁷⁹ Os escritores liberais desse período costumavam criar imagens anedóticas no intuito de retratar os problemas brasileiros em relação à presença do Estado na economia. Vale destacar três dessas perspectivas: 1) o “estado sindicalista”, de Stewart Jr.; 2) o “Dinossauro” e o “Estado cartorial”, de Osvaldo de Meira Penna (este último inspirado em Hélio Jaguaribe e no ISEB); e 3) a “República dos Alvarás”, de Roberto Campos. Todos tinham em comum a simbolização de uma relação de promiscuidade entre os interesses do Estado e os interesses de seus

Diante desse quadro de ortodoxia imperfeita, os atores do renascimento liberal, de empresários a intelectuais, não seriam poupados das campanhas de deslegitimação promovidas e incitadas por instâncias críticas as mais diversas, desde instituições acadêmicas a movimentos antiglobalização.

Essa artilharia ideológica era disparada por partidos políticos, entidades pastorais, fóruns de movimentos sociais (Fórum Social Mundial), associações internacionais (Association pour la Taxation des Transactions pour l'Action Citoyenne, a ATTAC), manifestos (Manifesto Dakar, p. ex.), além do oposicionismo estimulado na opinião pública com os protestos de rua no final dos anos 1990 em diante (em Colônia, Bolonha, Seattle, Genebra, Londres, Porto Alegre, Praga, Nice, Buenos Aires), e também as discussões efetuadas em comitês populares, organizações multisetoriais, sindicatos, e coletivos feministas. (CATTANI, 2001).

Durante esse período, os liberais foram impelidos gradualmente a uma postura defensiva. A oposição praticada por setores socialistas e progressistas mobilizou-se frontalmente contra o projeto do governo FHC, o qual, de maneira parcial, se alinhava ao discurso ideológico desse modelo particular de liberalismo renovado.

Considerando que essas políticas recorriam acima de tudo a medidas de contenção do déficit estrutural, nomeadas de “políticas de arrocho fiscal”, de controle da emissão monetária, de relativa abertura comercial, e de uma agenda de concessões e privatizações de empresas estatais e serviços públicos, essas ações de governo eram julgadas como se tivessem esgotado a totalidade do programa liberal contemporâneo.

Analisando-se os acontecimentos políticos e econômicos do segundo governo FHC (1999-2003), diversas razões ajudam a explicar a impopularidade da agenda de modernização perante a opinião pública, pois parte do programa governamental havia absorvido o receituário do liberalismo econômico – e deve-se observar que a estabilização objetivada pelo Plano Real continha ao menos três pilares fundamentais para os liberais⁸⁰.

Até o início do século XXI, a administração FHC apresentou o balanço a seguir:

dirigentes, isto é, a confusão clássica entre público e privado, fruto da persistência de um patrimonialismo-mercantilista culturalmente afixado às instituições, resistente e resiliente às tentativas de modernização da administração pública.

⁸⁰ Eram eles o ajuste fiscal, com total reestruturação financeira e administrativa do setor público, a reforma monetária, com a criação de uma moeda indexada, o URV, que seria convertida posteriormente em moeda nacional, e a abertura econômica, promovida pela liberalização comercial e uma nova política cambial. (ANDRADE, G., 1999).

1. Desequilíbrios macroeconômicos causados pelos choques externos da crise financeira asiática (1997), a moratória russa (1998), a desaceleração da economia norte-americana, a crise da oferta de energia elétrica, a crise da economia argentina, etc., gerando instabilidade e incertezas quanto à recuperação fiscal do governo, que teve de recorrer a empréstimos junto ao FMI para a quitação de dívidas (cerca de 47 bilhões de dólares);
2. Política de juros elevados como instrumento permanente de estabilização do governo FHC, cujo resultado é a diminuição do nível de atividade econômica interna, menor emissão de crédito, menor consumo das famílias, menor financiamento industrial, além de “acentuada transferência de renda para os detentores de haveres financeiros” (SALLUM JR, 1999, p. 37);
3. Apreciação cambial, substituída mais tarde pela maxidesvalorização do Real, em 1999, diminuindo a competitividade da indústria nacional e pressionando as taxas de desemprego, sobretudo em São Paulo, onde a FIESP e as massas sindicalizadas do ABC se aliaram em torno de um discurso favorável à desvalorização cambial (ANDRADE, G., 1999);
4. Deterioração das contas públicas e crescimento imediato do déficit estrutural como efeito do pagamento de juros da dívida interna, produzindo elevadas transferências de recursos da sociedade para o Estado, de modo a satisfazer os credores (SALLUM JR, 1999);
5. Reforma gerencial do Estado brasileiro de 1995, pela qual não se concretizaram os efeitos esperados de inserção social, de gestão democrática e descentralizada⁸¹;
6. Desemprego estrutural e manutenção de uma tendência ascendente nas taxas de desocupação entre 1997 e o início dos anos 2000 – média de 11%, conforme a nova metodologia da Pesquisa Mensal de Emprego (PME)⁸²;
7. Inovação industrial e dinamismo tecnológico ainda em processo de consolidação e integração, demonstrando-se certo atraso em comparação às nações industriais emergentes (do sudeste e leste asiático);

⁸¹ Cf. RIBEIRO; PEREIRA; BENEDICTO, 2013, p. 08-09.

⁸² Cf. CHRISTO, 2013, p. 21.

À vista disso, observa-se que dos quatro fundamentos de desenvolvimento liberal sintetizados por Roberto Campos, quais sejam, a estabilidade monetária, a competitividade microeconômica, a flutuação cambial e a abertura comercial, nenhum deles manteve-se de modo sustentável ao fim da “era hegemônica neoliberal”, à exceção da substituição da âncora cambial pelo regime de flutuação administrada durante o segundo mandato de FHC – conhecida por “flutuação suja”, devido à intervenção do Banco Central (BACEN) na venda de reservas internacionais e na oferta de títulos públicos indexados à taxa de câmbio. (OLIVEIRA; TUROLLA, 2003).

Essas adversidades em torno da estratégia do governo FHC, aliadas ao fato de que o ajuste fiscal progressivo permanecia em *stand-by*, refletiram seriamente na legitimidade das ideias liberais na política. Logo, o “tiro de misericórdia” viria com a morte de Donald Stewart Jr., em 1999. O falecimento do empresário carioca havia minado a dinâmica do movimento liberal em torno de sua liderança carismática à frente dos ILs. Conforme afirmou Arthur Chagas Diniz, ex-presidente do IL-RJ:

O Donald era corpo e alma do IL. Corpo por quê? Porque ele bancava, ele foi o alavancador. O Donald montou isso, me chamou pra trabalhar e pediu que eu fosse presidente porque ele tinha contatos com políticos e ele não queria misturar as duas atividades. Nessa época você tinha como figura de destaque um cara que era presidente da Shell, o Omar Carneiro da Cunha, ele também participava muito, mas uma boa parte das pessoas que participava era porque tinham interesse em se relacionar com o Donald, não era exatamente porque tinham interesse em suportar o liberalismo. Então quando o Donald morreu nós perdemos muita coisa, enfim, o ápice do IL foi com o Donald, o Donald dava uma força extraordinária. (ROCHA, 2015).

Passado esse longo ciclo de renascimento ideológico e cultural do liberalismo, as novas circunstâncias de mudança vieram carregadas de um ceticismo relacionado à capacidade que essas ideias tinham de sustentar politicamente um padrão social de regulação capaz de equacionar o programa de estabilização e desenvolvimento da atividade produtiva com políticas redistributivas, proteção social e diminuição da miséria.

Estigmatizadas como pertencentes a uma “cartilha neoliberal”, as políticas de *market friendly convergence* foram acusadas e responsabilizadas durante o pleito eleitoral seguinte, em 2002, pelo “caos socioeconômico do país”, ou seja, pelos reveses na área econômica (orçamentária, tributária, fiscal, monetária, cambial) e social.

As consequências respingaram no projeto da “sociedade liberal”. Em seu lugar, crise de identidade, de representação política, de legitimidade moral, de confiança, gerando, por conseguinte, um período de vazios e esquecimentos. O receio de identificar-se foi

satirizado pelos próprios liberais durante os anos 2000, quando eles mesmos sentenciavam que “[...] não conseguiam encher nem uma Kombi” (CONSTANTINO, 2016).

Ainda mais sintomático dessa crise foi a diminuição da presença geográfica dos ILs no Brasil à medida que o discurso pelas liberalizações se desgastava e não mais interessava às elites políticas (CASIMIRO, 2016, p. 246). Em 2007, os mandatários historicamente associados ao liberalismo do Partido da Frente Liberal (PFL) também aceitaram renomear a legenda para Democratas (DEM), na ânsia de reconquistarem o prestígio eleitoral e o espaço político de antes⁸³.

Mesmo o empresário Winston Ling, em entrevista ao Podcast 121 do IMB, admitiu ter sugerido a mudança de nome do Instituto Liberal do Rio Grande do Sul (IL-RG) para Instituto Liberdade, em 2004, pois o adjetivo liberal “soava mal” e estava “estragado”. (MISES BRASIL, 2014).

Sem “massa crítica”, ativismo profissional e empresários dispostos a liderarem o movimento após a morte de Stewart Jr., parte dos ILs encerrou as atividades em meio a formulações estratégicas de risco – a exemplo da proposta de instituição da Confederação Nacional dos Institutos Liberais, e dos problemas relacionados aos “desvios ideológicos” do Instituto Liberal de São Paulo (ILISP)⁸⁴.

Essa crise se alastrou pelo movimento fazendo com que os liberais se ressentissem da sua expressão definidora, uma vez que foram condenados a uma “existência sombria, discreta e envergonhada”. (VELASCO E CRUZ; KAYSEL; CODAS, 2015, p. 13).

Decerto, o liberalismo havia se convertido, tanto na política real quanto nos meios culturais, em um substantivo de conotação pejorativa. E os liberais, já isolados em posições minoritárias na representação parlamentar, se viram encurralados sem o engajamento necessário à constituição de uma Sociedade de Mercado.

Convém lembrar ainda que, à medida que a lógica das liberalizações do período anterior chegava ao ciclo final, os anos seguintes marcariam a ascensão de um novo projeto político com a eleição para presidente da República (2003-2011) do ex-sindicalista Luís

⁸³ Nas eleições de 2006, o PFL elegeu apenas um governador, José Roberto Arruda (DF), e perdeu 19 deputados federais e um senador. Cf. MATAIS, 2007.

⁸⁴ No podcast n.º. 121 do Mises Brasil, Winston Ling relatou que, embora contasse com muitos associados e vasta capacidade orçamentária, o ILISP havia sido administrado por socialdemocratas que tinham interesses contrários aos dos liberais. Por isso, eles decidiram editar, traduzir e publicar as suas próprias obras, além de se dedicarem à produção de *policy papers* para a burguesia paulistana. Não por menos, os recursos obtidos pelo instituto serviram mais à construção de uma sede luxuosa e à contratação de uma equipe de programadores e analistas, em vez de se concentrarem na tarefa primária de divulgação e vulgarização das ideias. Cf. MISES BRASIL, 2014.

Inácio da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), ante à sua intenção inicial, e em parte realizada, de alinhar o programa de estabilização do governo anterior com o refinamento das políticas de redistribuição e combate à fome.

A crise do liberalismo arrastou-se por quase uma década. As consequências poderiam ser postuladas em função da diminuição geográfica dos ILs e de outras associações civis fundamentais, falecimento de lideranças carismáticas e intelectuais históricos – Roberto Campos em 2001, p. ex. –, legitimação do projeto lulopetista por parte do empresariado liberal e do seu posterior alinhamento às políticas de governo – ao invés de servirem como oposição qualificada –, declínio do movimento editorial, a esta altura sem fundos para continuar publicando novas edições das obras do pensamento liberal clássico e contemporâneos.

Porém, mesmo durante esse “apagão”, algumas iniciativas liberais se mantiveram ativas, e lentamente a recomposição ideológica do movimento viraria a chave da decadência para uma fase de reflorescência cultural e política das ideias de liberdade.

Por isso mesmo, as associações civis, tal qual o Imil, fundado em 2005, e o IMB, fundado em 2007, surgiram nesses tempos de crise⁸⁵. Da mesma forma, as caravanas do “Liberdade na Estrada”, organizadas pelo Instituto Ordem Livre e os Estudantes pela Liberdade (EPL), passaram a ser realizadas em 2009, e percorreram, aproximadamente, 50 universidades em mais de 30 cidades brasileiras, levando intelectuais e novos líderes a instituições acadêmicas com a missão de promover debates e temas de interesse liberal.

Mais tarde, esses eventos produziram uma série de efeitos em cascata fundamentais à constituição de uma rede capilarizada de iniciativas em todo país. O renascimento contemporâneo do liberalismo, originalmente mais simpático aos princípios da Escola Austríaca de Economia (EAE), permitiu que grupos liberais se refundassem sob símbolos, interesses e projetos em comum, estabelecendo como prioridades a defesa das liberdades individuais e a construção de uma ordem livre.

⁸⁵ Segundo Bernardo Santoro, ex-presidente do Instituto Liberal e atual membro do conselho curador da Fundação da Liberdade Econômica, as discussões em fóruns de internet e redes sociais, especificamente no Orkut, fizeram com que o interesse pela política instigasse os participantes de uma comunidade (“Liberalismo Brasil”) a propor a fundação, ainda em 2006, de um partido político intitulado LIBER (Partido Libertários). Contudo, passados 12 anos desde a fundação em 2009, a formalização do partido segue em fase de registro, em vista da insuficiência do número de assinaturas coletadas – cerca de 6.000, sendo necessárias 500.000, de acordo com a lei eleitoral.

5 OS TRÊS CICLOS DO RENASCIMENTO LIBERAL CONTEMPORÂNEO

Portanto, não pode haver virtude onde não houver liberdade de escolha, onde não existir o direito de se fazer escolhas de natureza moral. A liberdade é condição necessária para a virtude. (IORIO, 2011, p. 214).

Se o renascimento de 1980/1990 se projeta via centralização administrativa dos ILs e demais associações civis/empresariais, o mapeamento do renascimento contemporâneo demonstra, com efeito, uma estrutura organizacional mais heterogênea, horizontal, abrangente e orgânica. O atual renascimento desenvolve-se sob três ciclos de reflorescimento das ideias de liberdade no Brasil: 1.^a fase (2006 a 2009); 2.^a fase (2010-2014); e 3.^a fase (2015-2021).

Ambas as renascenças se assentam numa clara divisão: de um lado, o liberalismo renovado sustentado pelas elites nacionais – o empresariado e parte da velha direita política –, e de outro, o liberalismo “libertariano”, defendido por estudantes, militantes e profissionais liberais de classe média empenhados em realizar o projeto da Sociedade de Mercado por meio da disseminação de princípios liberais e de arranjos político-econômicos que favoreçam a instituição de um ambiente de prosperidade material e paz social.

Para tanto, os liberais se organizaram em uma rede transfronteiriça de iniciativas e atividades, no intuito de constituir ou refundar novos grupos e associações civis através de modelos de gestão descentralizados – substituindo a lógica da “aranha” pela “estrela-do-mar”⁸⁶.

Isso demandou uma maior aproximação com entidades internacionais, presença proporcional no movimento estudantil, e divulgação na internet de assuntos de interesse do brasileiro médio – liberalização comercial, controle de gastos e transparência da administração pública, privatização e desregulamentação, eficiência, massificação do consumo, financeirização, popularização de investimentos, uberização, desburocratização, redução de impostos, fim dos privilégios políticos, e medidas anticorrupção.

Porém, antes dessa coleção de demandas sociais surgir no horizonte liberal, a fundação do Imil, em 2005, antecipou tendências observadas durante o reflorescimento da década seguinte (2011-2020), não obstante a concentração das atividades de então em “redes

⁸⁶ A analogia se baseia no livro “*The Starfish and the Spider*” (“Quem está no comando? A estratégia da estrela-do-mar e da aranha”) de Ori Brafman e Rod A. Beckstrom. Basicamente, a obra compara o funcionamento de organizações centralizadas, as “aranhas”, às descentralizadas, “estrelas-do-mar”, partindo de considerações a respeito das diferenças biológicas entre os dois organismos vivos. Cf.: BELTRÃO, 2011.

sociais e na promoção de seminários, envolvendo universitários e jornalistas”. (ARALDI; SVARTMAN, 2019, p. 326).

Isto porque o Imil não atua substancialmente como *think tank*, i.e., na dimensão do corpo-a-corpo da “guerra cultural” e da batalha de ideias, fazendo circular o sistema teórico e as correntes ideológicas do liberalismo, quer econômico, quer político. Antes, as ações do *advocacy think tank* limitaram-se mais à função de custeamento, financiando bolsistas e palestrantes, o capital humano do renascimento, cujo objetivo seria o de inseri-los nos meios universitários para estimular debates pertinentes ao movimento liberal: a salvaguarda das liberdades individuais, economia de mercado, democracia representativa e estado de direito.

Um dos méritos do Imil foi a manutenção de um corpo de especialistas composto por 200 profissionais originários das mais diversas áreas acadêmicas: sociólogos, cientistas políticos, economistas, advogados, jornalistas, educadores. (INSTITUTO MILLENIUM, 2005). Esse quadro funcional vincula-se ainda à AERF nos EUA, com sede em Washington, um conhecido núcleo dessa vasta rede transfronteiriça das ideias liberais.

Além do Imil, outras duas organizações emergiram em meio ao resfriamento de ideias e de representatividade política do movimento liberal: o Instituto Ordem Livre e o Instituto Ludwig von Mises Brasil (IMB). Ambos se consolidaram à época como domínios onde a publicização dos princípios de livre mercado serviam como bastiões de resistência do liberalismo econômico no campo da guerra cultural e da batalha de ideias.

5.1 O Primeiro Ciclo do Renascimento: Imil, Instituto Ordem Livre e IMB (2006-2009)

Num contexto mais amplo, a ascensão das ideias liberais no Brasil contemporâneo originou-se, sobretudo, dos efeitos disposicionais produzidos pela Grande Crise Financeira de 2008/2009 e do segundo mandato do governo Luís Inácio da Silva (2007-2011).

O primeiro se refere aos questionamentos sobre a “forma de organização e reprodução metabólica do capital” (DAL PAI, 2018), em que se presumia que o modelo sustentado pelo *mainstream* econômico mundial não se manteria indefinidamente sem produzir mais efeitos perversos ao homem comum⁸⁷.

⁸⁷ Claramente, essa interpretação marxista da crise financeira compreende mais a dinâmica de acumulação material e seu “viés espoliador” – i.e., a exploração das classes não-detentoras dos meios de produção pela elite detentora – do que a causa aventada por liberais/libertarianos, qual seja a de que o “veneno” da crise fora expelido em doses homeopáticas pelo Estado, devido à evolução do intervencionismo do governo americano e à

Já em relação ao segundo mandato lulopetista, percebeu-se a germinação de uma “reação anticomunista preventiva” (DAL PAI, 2018) por parte dos liberais, que passaram a pressionar a mudança na orientação geral da política econômica vigente, seja através da organicidade das redes sociais, seja pela promoção de debates, palestras, colóquios e fóruns organizados por *think tanks*.

Na medida em que a estratégia de crescimento e estabilização haviam incorporado uma certa “heterodoxia liberal ortodoxa”, modelo de inspiração aos ajustes fiscais do mandato anterior (2003-2007), as críticas sobre a “neoliberalização” do projeto petista, supostamente “submisso à ordem” e de viés “dependente” (MACIEL, 2011; BOITO JR., 2003), parecem extravagantes e não parecem se atentar à 1) persistência do fechamento da economia em termos comerciais⁸⁸; 2) introversão competitiva da indústria brasileira; 3) concessão de empréstimos subsidiados a empresas “campeãs nacionais” – intitulada “estratégia de substituição competitiva de importações”, marco de privilégios facultados a grandes complexos industriais⁸⁹ –; 4) investimento em infraestrutura a nações ideologicamente aliadas via BNDES, sem qualquer relação técnica com o conceito diplomático de liderança regional; 5) não realização de reformas estruturais – fiscal, tributária, previdenciária, administrativa, ou trabalhista⁹⁰.

De início, esse “dissenso neoliberal” latino-americano, cuja premissa é a de que “não há mercados fortes sem um Estado forte” (BRESSER-PEIREIRA, 2011), cumpre-se alinhando-se à hegemonia mundial, e, em vista da sinalização positiva dos petistas à regulação estatal (em função) dos mercados, logo se descontrola com a fórmula de ação institucional adotada como reação aos choques financeiros de 2008, estendida durante os dois mandatos de Dilma Rousseff⁹¹.

distorção gerada pelo uso abusivo dos seus instrumentos regulatórios. Cf. ROQUE, 2018. Veja-se também o que disse Peter Schiff a esse respeito: <<https://www.youtube.com/watch?v=UGL-Ex1CD1c>>. Acesso em: 09 dez. 2021.

⁸⁸ Antes da elevação do imposto sobre produtos importados (IPI) para carros importados e bicicletas, o Brasil já apresentava baixos índices de abertura comercial. Cf. EXAME, 2012.

⁸⁹ Da mesma forma, o BNDES se engajou na internacionalização das empresas brasileiras, fazendo com que as companhias obtivessem novas matrizes produtivas, bens de capital, *know-how*, etc. Daí a presença do Grupo Gerdau nos EUA, da Odebrecht no norte do continente africano, da instalação de cadeias produtivas da Embraer na China, além do aumento da capacidade de investimento internacional da Companhia Vale do Rio Doce (VALE).

⁹⁰ Para uma leitura distinta, a qual enxerga o modelo de desenvolvimento petista como projeto de transformação do país em plataforma de valorização financeira, veja-se: PAULANI, 2008.

⁹¹ A indisposição dos liberais em relação a essa agenda começou ainda sob a presidência de Luís Inácio da Silva. Pode-se citar como elementos primordiais i) a relação assimétrica entre investimentos do BNDES e produtividade industrial; ii) a estagnação do investimento internacional face à sobrevalorização das companhias nacionais internacionalizadas (gerando a relação perversa de “investimento público igual a benefício privado”); iii) a opção por medidas cíclicas (estímulos indutores de crescimento) para a superação da crise em detrimento

Então, as investidas liberais se materializam na adoção de um discurso “antipetista” e “anticomunista” enquanto “elemento de pressão da burguesia” (DAL PAI, 2018) para prospectar, treinar e formar intelectuais, estudantes ativistas e militantes comprometidos com a visão de mundo liberal.

Segundo Cibele Bastos⁹², ex-coordenadora do Estudantes Pela Liberdade (EPL) e uma das fundadoras do Grupo de Estudos Dragão do Mar (GEDM), um outro evento além da crise financeira de 2008 teria influenciado a redescoberta das ideias liberais no Brasil: a falência do modelo de *Welfare State* (Estado de bem-estar social).

Mas não há indícios históricos que sustentem essa avaliação no caso brasileiro. Primeiro, por não ter sido formado no Brasil um estado de garantias sociais nos moldes europeus. Segundo, porque a proposta institucional de um Estado de bem-estar no Brasil coaduna-se, em certa medida, à economia social de mercado propugnada pelos ordoliberalis, ou seja, a junção entre desenvolvimento econômico liderado pelo mercado e equidade social. Daí não ser nenhum “desvio ideológico” assegurar a instituição de redes automáticas de proteção social a fim de enfrentar problemas crônicos associados aos bolsões de miséria e às desigualdades regionais.

Diante desse cenário, avalia-se que três iniciativas despontam em meados da década de 2000 por se expressarem como associações civis genuinamente liberais/libertarianas. São elas o Instituto Millenium (Imil), o Instituto Mises Brasil (IMB) e o Instituto Ordem Livre.

5.1.1 Instituto Millenium (Imil)

O Imil é um projeto sediado no centro da capital fluminense, Rio de Janeiro, de autoria da economista Patrícia Carlos Andrade. Em que pese ter sido fundado em 2005 com o nome de “Instituto da Realidade Nacional”, a sua formalização só aconteceu em abril de 2006 durante o Fórum da Liberdade, em Porto Alegre, Rio Grande do Sul. (ARALDI; SVARTMAN, 2019).

Devido à ausência de correntes político-culturais de direita que orientassem a discussão pública na direção do discurso de modernização liberal, os sócios-fundadores do

de medidas estruturais (reformas para a contenção da despesa pública); iv) a transformação do Estado em um imenso balcão de negócios, privilégios e proteção aos grandes “sócios do governo” – pela qual se produziria perda de competitividade, ineficiência e restrição da concorrência, bandeiras fundamentais de qualquer liberalismo econômico, clássico ou contemporâneo.

⁹² MISES BRASIL, 2013.

Imil compreendiam que havia espaço na sociedade civil para o crescimento das ideias de liberdade – como por exemplo a meritocracia, eficiência, igualdade perante a lei, responsabilidade individual, transparência, respeito à tripartição dos poderes, etc.

Para que isso ocorresse, seria necessário formar uma entidade civil de referência, com forte inserção político-midiática, baseada em valores liberais/democráticos, destituída de ligações formais com partidos políticos, e que pudesse servir a opinião pública com articulistas técnicos e especialistas dos mais diversos segmentos profissionais.

Antes do crescimento do liberalismo nas redes sociais digitais como o Orkut, o Imil já era uma realidade *de facto*, um polo de ideias “intelectualmente mais sofisticado e mais bem instrumentalizado para realizar [...] a sustentação política ideológica liberal”. (FARIA; CHAIA, 2020, p. 1070). Em 2009, a associação recebeu a certificação de “Organização da Sociedade Civil de Interesse Público” (Oscip) através do Ministério da Justiça. A partir daí, o Imil qualificou-se legalmente e passou a receber doações dedutíveis de até 2% do imposto de renda de pessoas jurídicas. (INSTITUTO MILLENIUM, 2005).

A estrutura organizacional do *think tank* consiste em Câmara dos Fundadores (22 membros), Câmara de Mantenedores (25 membros), Conselho de Governança (07 membros), Conselho Fiscal (04 membros) e Comitê Gestor (06 membros).

A Câmara dos Fundadores é o núcleo decisório mais importante da organização, e compõe-se de: 1) executivos de mídia e jornalistas atuantes em veículos nacionais de imprensa; 2) professores de ciência política, relações internacionais e economistas de universidades públicas e privadas do Brasil e do exterior (EUA, Europa); 3) fundadores e sócios-majoritários de bancos e fundos de investimento (Brasil e EUA). (ARALDI; SVARTMAN, 2019, p. 326-327).

A estruturação do quadro funcional do Imil demonstra o vínculo dos membros da associação com a *realpolitik*, seja através dos laços mantidos com entidades de governo (federal, estadual, distrital e municipal), seja diretamente com os políticos profissionais⁹³. Pois esta é a característica primordial de um *advocacy think tank*: servir de mediador entre a discussão no plano das ideias e a formulação de políticas públicas *in vivo*, exercendo uma influência concreta junto aos tomadores de decisão.

Neste sentido, o quadro de membros do Imil também inclui personalidades públicas ligadas ao setor financeiro, indústria, imprensa e serviço público.

⁹³ Informações completas sobre o quadro funcional e os vínculos políticos do Imil podem ser encontradas no referido artigo (ARALDI; SVARTMAN, 2019) e no site do *think tank*, sempre atualizado e transparente quanto aos seus colaboradores regulares e convidados.

Distribuem-se pelo quadro funcional do instituto alguns executivos do mercado financeiro e do setor produtivo, diretores de fundos de investimento, empresários da construção civil, petróleo, aço e comunicação, além de fundadores de outros *think tanks* liberais: 1) Paulo Guedes, membro-fundador do banco BTG Pactual, fundador do grupo financeiro BR Investimentos, e atual Ministro da Economia do governo Jair Bolsonaro; 2) José Salim Mattar, membro-fundador e presidente da Localiza Rent a Car S/A, uma rede de empresas de alugueis de carros, e ex-secretário da Secretaria Especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados do governo Jair Bolsonaro; 3) Jorge Gerdau Johannpeter, presidente do Conselho de Administração e acionista controlador da Gerdau, 14.^a produtora de aço do mundo; 4) Odemiro Fonseca, fundador do Imil e ex-presidente do IL-RJ; 5) Paulo Gontijo, empresário e presidente do *think tank* Livres; 6) João Roberto Marinho, presidente do Conselho Editorial e do Comitê Institucional do Grupo Globo⁹⁴.

Perceptível a inserção de membros associados em posições-chave do atual governo federal. Isto porque o Imil se orienta em conformidade a uma estratégia política de viabilização da nova agenda de liberalizações. Esta seria complementada pela formação ideológica de lideranças políticas alinhadas às ideias de liberdade, de cuja responsabilidade o Instituto Ludwig von Mises Brasil (IMB) tratou de se encarregar.

5.1.2 Instituto Ludwig von Mises Brasil (IMB)

Entre novembro e dezembro de 2007, o IMB foi fundado pelos irmãos Fernando e Cristiano Fiori Chiocca juntamente do economista, investidor e filho do ex-ministro Hélio Beltrão, Hélio Coutinho Beltrão. Apesar do nome se assemelhar ao Mises Institute dos EUA, a atuação do IMB é autônoma e não está subordinada ao *think tank* norte-americano.

Segundo o portal do instituto, a associação destina-se “à produção e à disseminação de estudos econômicos e de ciências sociais que promovam os princípios de livre mercado e de uma sociedade livre⁹⁵”. Para isso, as ações do *think tank* devem manifestar a busca pela 1) promoção dos ensinamentos da Escola Austríaca de Economia (EAE); 2) restauração do papel da método austríaco – o apriorismo lógico-dedutivo – na economia e nas ciências sociais, em contraposição ao empirismo; 3) defesa inegociável da economia de

⁹⁴ Outras corporações apoiadoras podem ser conferidas em Faria e Chaia (2020): Pottencial Seguradora, uma das empresas de Sallim Mattar; Grupo Abril; Bank of America Merrill Lynch; Grupo Évora, dos irmãos Ling (IEE); grupo Ultra, e o próprio Hélio Beltrão.

⁹⁵ INSTITUTO LUDWIG VON MISES BRASIL, 2007.

mercado, da propriedade privada, da paz nas relações interpessoais, opondo-se às diferentes formas de interferência governamental/estatal no campo da economia e dos costumes.

Inicialmente, o IMB tinha como proposta disponibilizar livros digitais sobre a EAE e oferecer versões traduzidas de artigos libertários de autores estrangeiros – a exemplo de Hans-Hermann Hoppe, Lew Rockwell, David Friedman, Jeffrey Tucker, Stephan Kinsella, Stefan Molineux, e outros⁹⁶. Esse objetivo logo seria reforçado pela inclusão de outras funções e atribuições pedagógicas, como a pós-graduação em EAE, *summer school*, *winter school* e a publicação semestral da “Revista Interdisciplinar de Filosofia, Direito e Economia: Mises”.

Diferente do Imil, O site do IMB não disponibiliza a estrutura organizacional da associação. Portanto, os dados netnográficos coletados provém de fontes secundárias, mais precisamente da página dedicada ao *think tank* na Wikipédia Brasil. De acordo com ele, o IMB dispõe de dois Conselhos Soberanos, um administrativo e um fiscal, sendo o conselho administrativo encarregado de eleger a diretoria – atualmente presidida por Hélio Coutinho Beltrão.

Segundo Dal Pai (2018), a tensão levantada por ocasião das divergências ideológicas entre os irmãos Chiocca, “a ala sectária, idealista e radical do IMB”, e Hélio Beltrão, supostamente mais “pragmático” e “moderado”, produziu traumas e rupturas no que se refere aos rumos do Instituto e à realização de projetos da organização. Isso porque, segundo Cristiano Chiocca, Beltrão prezava pela necessidade de o *think tank* se aproximar do Partido NOVO e de seus correligionários a fim de influenciar a formulação de políticas públicas e tornar o IMB, por consequência, mais respeitado pela mídia e pela academia.

A mudança de orientação, no entanto, não significa que as atribuições de ensino e pesquisa do instituto foram abandonadas, uma vez que as funções educacionais citadas acima, e as recentes aproximações a estruturas partidárias, se aliaram às atividades no setor de políticas públicas e treinamento de líderes⁹⁷.

Apesar de definido como um *think tank* de produção e divulgação de conhecimento, não se pode desprezar o *approach* político do IMB, isto é, suas investidas aos

⁹⁶ A lista completa de artigos (por autores) está disponível em:

<<https://www.mises.org.br/Authors.aspx?type=articles>>. Acesso em: 08 dez. 2021

⁹⁷ Os membros desses *think tanks* (Imil, IMB, IEE, IL-RJ, e outros) costumam circular entre as associações, ocupando cargos estratégicos e formando, assim, uma rede permanente de contatos, seja no âmbito local e nacional, seja no plano mundial, pois não é incomum que os brasileiros chefiem as organizações estrangeiras de defesa das ideias liberais, como é o caso da Rede Liberal para a América Latina (Relial), atualmente presidida por Ricardo Santos Gomes, membro do Conselho Deliberativo do IEE. (ARALDI; SVARTMAN, 2019); (FARIA; CHAIA, 2020).

diversos setores liberais da atual legislatura brasileira (2018-2022), sobretudo ao NOVO, a representantes do MBL na Câmara, e até mesmo em escalões secundários do governo Bolsonaro – a exemplo da Secretaria de Desestatização e Privatizações do ex-secretário Salim Mattar, e da Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais do Ministério da Economia, liderada pelo ex-secretário Marcos Troyjo.

Segundo Hélio Beltrão (informação verbal)⁹⁸, os liberais ligados a estes centros querem estar no governo para “[...] devolver o poder soberano ao povo, implementar as melhores políticas públicas e se afastar das polarizações e alianças com o governo Bolsonaro”, sem que, porém, seja afiançado um projeto de poder com capilaridades transnacionais aos moldes do lulopetismo.

5.1.3 Instituto Ordem Livre

Julga-se pertinente salientar o papel do Instituto Ordem Livre nessa primeira fase do renascimento contemporâneo. Inicialmente, o *think tank* foi estruturado sob a direção do cientista político Diogo Costa, à época em que estagiava no Centro para Liberdade e Prosperidade Global do Cato Institute. A ideia básica era romper com a “hegemonia cultural estatista” e divulgar em língua portuguesa as ideias de liberdade do Cato Institute (ROCHA, 2015).

De acordo com as fontes primárias, a entidade foi constituída como uma “associação civil sem fins lucrativos”, e seus objetivos organizacionais inclinavam-se à “promoção da liberdade individual, da paz e do livre mercado no Brasil”, os quais em última instância deveriam auxiliar a “construção de uma ordem social mais livre, justa e próspera”, por intermédio de “eventos, cursos, estudos e publicações que influenciem o debate de ideias na sociedade brasileira e o processo de formulação de políticas públicas”. (INSTITUTO ORDEM LIVRE, 2014).

Embora em atividade desde 2009, a associação obteve personalidade jurídica apenas no dia 21 de dezembro de 2011, em Porto Alegre, Rio Grande do Sul⁹⁹. Nesse ínterim, desenvolveu-se também um site/blog para reunir artigos e divulgar eventos, como o “Liberdade na Estrada”.

⁹⁸ Informação verbal fornecida por Hélio Coutinho Beltrão no evento “Perspectivas do Movimento Liberal Brasileiro”, realizado pelo GEDM, em Fortaleza, em setembro de 2019.

⁹⁹ Cf.: INSTITUTO ORDEM LIVRE. Situação cadastral do Instituto Ordem Livre.

A missão institucional do Ordem Livre assemelha-se a do Imil e do IMB, ou seja, a de possibilitar a mudança do clima intelectual do país a partir da massificação das ideias de liberdade. Para isso, o instituto estabeleceu parcerias com organizações estrangeiras, entre as quais a AERF, sobretudo em Portugal e Moçambique, além de constituir vínculos fraternais com os outros institutos pertencentes ao renascimento contemporâneo, os já referidos Imil e IMB, o Instituto de Formação de Líderes, Instituto Liberal do Nordeste (Ilin), Estudantes Pela Liberdade (EPL), e, essencialmente, o IL-RJ. (CHAIA; FARIA, 2020).

À frente dessa organização estavam: 1) Diogo Costa, fundador, acadêmico bacharel em direito pela Universidade Católica de Petrópolis-RJ, mestre pela Columbia University, doutorando pelo King's College, e ex-diretor-executivo da Índigo, fundação ligada ao PSL¹⁰⁰; 2) Magno Karl, cofundador, doutor em ciência política pela Universidade de Erforte, Alemanha, ex-coordenador político de bancada do NOVO na Câmara Federal, e diretor-executivo do LIVRES em tempo integral¹⁰¹; 3) Elisa Lucena Martins, editora do site, formada em economia pela Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul, ex-estagiária da Koch Foundation e coordenadora de Relações Externas da AERF¹⁰²; 4) Fábio Ostermann, mestre em Ciência Política pela PUC-RS, filiado ao NOVO, fundador do MBL¹⁰³, cofundador do EPL, ex-diretor-executivo do Ordem Livre, diretor-executivo do Instituto Liberdade, *Fellow* da AERF, diretor de formação e conselheiro fiscal do IEE¹⁰⁴.

Outras lideranças intelectuais e ideológicas tiveram passagem pela associação, seja na qualidade de colaboradores, articulistas ou palestrantes. São eles: 1) Adolfo Sachsida, Ph.D., professor doutor em Economia pela Universidade de Brasília (UNB), e atual secretário da Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Economia e Secretaria de Fazenda¹⁰⁵; 2) Lucas Mafaldo, Ph.D. em filosofia pela Universidade de Ottawa, Canadá, ex-colaborador da Revista MISES do IMB¹⁰⁶; 3) Bruno Garschagen, escritor, tradutor, mestre e doutorando em ciência política pelo Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica

¹⁰⁰ INSTITUTO MILLENIUM, 2005b.

¹⁰¹ Cf.: KARL, Magno. LinkedIn: Karl Magno.

¹⁰² INSTITUTO MILLENIUM, 2005c.

¹⁰³ Segundo o próprio Ostermann, os fundadores do MBL são ele, Juliano Torres, ex-diretor-executivo do EPL, Felipe França e outros ativistas do movimento liberal da época – portanto, sua versão é diferente da que é divulgada na mídia e na academia em relação a Kim Kataguiri e Renan Santos como membros-fundadores originais. No que se refere a um grupo de ativismo político, o MBL nasceu em função da impossibilidade de o EPL servir de instrumento de militância política, tendo em vista que a legislação tributária americana não permite a fusão entre projeto de extensão acadêmico e proselitismo político, fato que desabonaria a AERF e o SFL de importantes incentivos fiscais. Cf.: FABIO OSTERMANN..., 2021. Veja-se também: AMARAL, 2015.

¹⁰⁴ Cf.: FÁBIO Ostermann.

¹⁰⁵ Cf.: SACHSIDA, Adolfo. LinkedIn: Adolfo Sachsida.

¹⁰⁶ Cf.: MAFALDO, Lucas. Escavador: Lucas Mafaldo Oliveira.

Portuguesa, ex-apresentador do podcast do IMB, e comentarista político da CNN Brasil no Prime Time¹⁰⁷; 4) Leandro Narloch, escritor, jornalista, ex-colunista da Revista VEJA, colunista da Revista Crusoé, ex-comentarista da Jovem Pan e da CNN Brasil¹⁰⁸.

Desde a sua formação, o Ordem Livre se prontificou a adotar um calendário de atividades regulares, abrangendo palestras e seminários, onde os temas de interesse eram abordados segundo as soluções de viés libertariano – como por exemplo, as perspectivas do modelo de desenvolvimento brasileiro, distribuição de renda, assistencialismo governamental, crise financeira e economia global.

A discussão desses assuntos ocorreu especialmente durante a realização de dois projetos da associação, o “Liberdade na Estrada” e o “Seminário Ordem Livre”, iniciados em 2009. O primeiro era uma espécie de caravana na qual os liberais/libertários, apoiados pelo próprio Ordem Livre e o EPL, cruzavam o Brasil promovendo encontros e debates em universidades públicas e privadas a respeito de tópicos sobre política e economia, além de outras questões de interesse público.

As cinco primeiras edições do projeto (de 2009 a 2013) visitaram cerca de 50 universidades em mais de 30 cidades. Entre novembro e dezembro de 2014, a organização havia agendado 10 eventos em 08 capitais brasileiras, na ocasião em que iriam debater o tema “Progresso ou Declínio: para onde estamos indo?”.

Por sua vez, o “Seminário Ordem Livre”, realizado entre 2012 e 2015, focalizou na formação de lideranças, ou seja, no treinamento de jovens brasileiros de renomado “talento acadêmico”, que seriam abonados com formação teórica (ideológica e doutrinária) “capaz de ser aplicada a questões políticas e econômicas atuais”. (INSTITUTO ORDEM LIVRE, 2014b).

O projeto dividia-se em “Seminário de Verão” e “Seminário de Inverno”: selecionava-se para cada um deles 30 estudantes para quatro dias de aulas (com carga horária de 30h), debates e elaboração de planos de ação. A programação do Seminário Ordem Livre incluía *happy hours*, passeios turísticos e espaços de livre interação no hotel-sede do evento, e

¹⁰⁷ Acesso em: 14 dez. 2021. Bruno Garschagen é autor de dois *best-sellers* prestigiados entre o público liberal e conservador: “Pare de Acreditar no Governo” (2012) e “Deveres Mínimos, Direitos Máximos” (2018), ambos publicados pela Editora Record. Cf. GARSCHAGEN, Bruno. LinkedIn: Bruno Garschagen.

¹⁰⁸ Leandro Narloch tornou-se referência no cenário das ideias da chamada “nova direita”, liberal e conservadora, com a publicação do *best-seller* “Guia Politicamente Incorreto da História do Brasil” (2009), e também pelas suas participações na grande imprensa, especialmente com a extinta coluna “O Caçador de Mitos” na Veja, e a coluna semanal na Folha de São Paulo.

o financiamento dessas atividades ficava a cargo de doações individuais e organizações parceiras não divulgadas pelo *think tank*¹⁰⁹.

O fim do Instituto Ordem Livre é uma incógnita e sobre isso não há informações disponíveis na internet. O desfecho parece ter sido desencadeado em 2015/2016 a partir de uma disputa jurídica entre o EPL e os *Students for Liberty Brazil* (SFL-BR). Além do mais, os membros diretores terem migrado para outras entidades do movimento liberal.

Em 2019, o LIVRES anunciou a publicação de parte do acervo audiovisual do Ordem Livre em seu canal do Youtube. A estreia se deu com “*Free to Choose*” (“Livre para Escolher”), uma série de cinco episódios em que o economista Milton Friedman defende a adoção dos princípios de livre mercado para as nações em desenvolvimento.

Para finalizar o primeiro ciclo do renascimento, deve-se observar que, em geral, o perfil socioeconômico dos indivíduos à frente dessas organizações gira em torno de estudantes, profissionais liberais e/ou empresários de diversos estratos da classe média e classe alta. Possuem formação superior em universidades públicas e privadas e, não raro, pós-graduação em faculdades e instituições acadêmicas estrangeiras.

No âmbito das organizações liberais, há bastante rotatividade dos membros entre a rede de institutos brasileiros e *think tanks* estrangeiros ligados a AERF e ao SFL, concentrando-se sobretudo nos programas de estágio remunerado que auxiliam tecnicamente a formação e o treinamento de novos líderes em nos EUA.

5.2 O Segundo Ciclo do Renascimento: o Fórum Liberdade, o Instituto Liberal do RJ, os “Dragões do Mar” e a Rede Liberdade (2010-2014)

Até o momento, delinear-se certas características do renascimento liberal contemporâneo e os primeiros núcleos de formação e disseminação ideológica.

No entanto, é difícil definir com precisão em que ponto específico se sucedeu a reconquista de espaços de mobilização e debate, e a maneira pela qual os grupos de atividades, *think tanks* e demais coletivos, foram se multiplicando até adquirirem essa consistência de rede orgânica e espontânea com ramificações autônomas e semiautônomas, solidárias e horizontais.

¹⁰⁹ No podcast “Fracasso Cast”, o apresentador Gustavo, de pseudônimo “Neoliberalindo”, ex-participante de um dos Seminários de Inverno, afirmou que a Friedrich Naumann Foundation for Freedom, núcleo do renascimento liberal alemão, havia sido uma das mantenedoras do referido projeto. Cf. FÁBIO OSTERMANN..., 2021.

Com efeito, a relação ambígua entre autonomia e dependência dos institutos concerne à filiação de alguns desses centros de disseminação a organizações estrangeiras e grupos industriais/empresariais nacionais.

Conforme Faria e Chaia (2020, p. 1061), a Atlas Economic Research Foundation (Atlas) atuou “[...] como a principal rede de transferência de fundos e diversos recursos no âmbito transnacional [...]”, cujo objetivo é o de financiar e promover ideias e políticas liberais no continente. Segundo as autoras, isso se devia, em última instância, ao comprometimento de se estabelecer uma rede transnacional de institutos liberais a fim de preservar a hegemonia do pensamento e da visão de mundo “neoliberais”.

Já se demonstrou, e se demonstrará ainda mais à frente, que os liberais não limitaram o seu domínio de atuação unicamente ao campo intelectual/ideológico/cultural, mas o estenderam a outras formas de conquista hegemônica, como prospecção e treinamento de novos perfis de liderança, elaboração de projetos de políticas públicas e cessão de quadros técnicos para a administração pública.

Na segunda fase do renascimento, observou-se que a retomada das ações dos *think tanks* liberais e empresariais, a constituição de associações e grupos de estudos, e, ainda, a inserção no movimento estudantil pavimentaram a estrada em direção à representação política.

5.2.1 O Fórum Liberdade e a volta dos Institutos Liberais

Seria impensável realizar a descrição e análise do atual renascimento sem mencionar o espaço onde as ideias de liberdade circularam livremente¹¹⁰, principalmente durante o período de crise, resguardando-se da hostilização na qual eram alvos em universidades, editoras e meios culturais massificados – cinema, teatro, documentários, festivais de música e cultura, movimento estudantil.

A essa tarefa incumbiu-se o Fórum da Liberdade. Fundado em 1984 pelos membros do IEE e a família Ling (William e Winston Ling), o primeiro evento do Fórum

¹¹⁰ Ainda que afirmado em ambiente liberal, o Fórum sempre se abriu a múltiplas correntes ideológicas. Desde o seu *début*, a organização já convidou personalidades políticas e intelectuais “de centro”, “de esquerda”, socialistas ou progressistas, como o ex-governador do Ceará, Ciro Gomes, o ex-ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Carlos Ayres Britto, o deputado federal pelo PT, José Genoíno, o ex-chefe da Casa Civil do primeiro governo Lula, José Dirceu, o ex-senador pelo PT, Eduardo Suplicy, além de Sérgio Paulo Rouanet, professor e membro da Academia Brasileira de Letras, Frei Betto, frade dominicano e militante de movimentos pastorais, João Quartim de Moraes, filósofo da Unicamp, Marcio Pochmann, economista filiado ao PT, entre outros *outsiders* do movimento liberal.

ocorreu em 1988, em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, tendo sido financiado pelos grupos Gerdau, Localiza, Suzano Araújo, Ipiranga, Mendes Júnior, Stemac, Banco Itaú, TAM e Évora. (VIDAL; LOPEZ; BRUM, 2020). Segundo a Revista da Forbes, o evento foi reconhecido em 2013 como o “maior espaço de debate político, econômico e social da América Latina.” (FÓRUM DA LIBERDADE, 2021).

No âmbito das atividades do Fórum, o IEE instituiu dois prêmios de reconhecimento a personalidades liberais de destaque: 1) Prêmio Libertas: estabelecido em 1997, conferido a empreendedores que, de acordo com o evento, “se destacam no trabalho pela valorização dos princípios de economia de mercado e pelo respeito ao estado democrático de direito”; 2) Prêmio Liberdade de Imprensa: criado em 2007, pretende “homenagear indivíduos dedicados ao desenvolvimento do pensamento crítico e à defesa e valorização da liberdade de imprensa”. (FÓRUM DA LIBERDADE, 2021).

De 1988 a 2018, o conteúdo de *live streaming* do Fórum da Liberdade foi assistido por mais de 500 mil usuários (*viewers*), e os painéis de discussão acompanhados por cerca de 5000 pessoas. Conforme Vidal, Lopez & Brum (2020, p. 61), ao menos 29 escolas de Porto Alegre e 48 universidades brasileiras inscreveram-se ao evento, o que mostra o esforço de aproximação do IEE com instituições acadêmicas – deve-se lembrar que a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) abrigava as edições anuais do Fórum.

De acordo com um levantamento feito no site do evento (2021), essas edições trataram majoritariamente de assuntos de política econômica (inflação, emprego, renda, desenvolvimento, intervencionismo), reformas, questões sociais, educação, globalização, livre comércio, empreendedorismo, cultura democrática, propriedade, direitos individuais, investimentos estrangeiros, economia digital, e o “futuro da nação”, ou seja, as perspectivas para o Brasil ante os desafios da nova ordem internacional¹¹¹.

Desse modo, o Fórum da Liberdade e o IEE sobreviveram como ressalvas em se tratando do cenário de crise de identidade e de representatividade política dos liberais, algo que não se sucederia com o IL-RJ.

O dismantelamento da estrutura seccional da cadeia de ILS, culminando no fechamento de filiais análogas e na incorporação de núcleos municipais pelas matrizes estaduais, significou, na prática, perda de influência cultural e política, além dos já citados

¹¹¹ A temática “desafios para o Brasil”, bem como as soluções apresentadas desde o ponto de vista do liberalismo contemporâneo, apareceu ao menos em nove edições – 1990, 1991, 1993, 1996, 1997, 2001, 2002, 2012, 2017; isso demonstra a preocupação dos liberais em relação aos problemas e oportunidades de desenvolvimento que se desenharam para o Brasil e para a América Latina durante diferentes momentos históricos. (VIDAL, LOPEZ & BRUM, 2020).

problemas de gestão, financiamento e ausência de massa crítica. A soma desses efeitos levou a organização a uma postura de contração, somente atenuada anos mais tarde com a renovação administrativa realizada a partir de 2013, com a chegada da nova diretoria composta por Rodrigo Constantino e Bernardo Santoro.

Desde o renascimento liberal dos anos 1980, as atividades dos ILs valiam-se de variadas fontes de financiamento mantidas por frações da burguesia nacional/transnacional, como a Aços Villares, Banco Itaú, Copersucar, Banco de Boston, Dow Química, Gradiente, Nestlé, Philco, Sharp e Votorantim. (FARIA; CHAIA, 2020).

Numa etapa posterior, outras empresas assumiram a função de mecenas do movimento liberal: Amil Assistência Médica Internacional, Arno, Banco Bamerindus, Banco Bozano Simonsen, Banco Fenícia, Bombril, Bradesco, Companhia Brasileira de Petróleo Ipiranga, Companhia Antarctica Paulista, Citibank, Companhia Nestlé Indústria e Comércio, Construtora Norberto Odebrecht, Eucatex Indústria e Comércio, Indústrias Gradiente, Rhodia, Indústrias Votorantim, White Martins, TV Globo, Unibanco Corretora de Seguros, Varig, Vasp e Xerox do Brasil. (FARIA; CHAIA, 2020, p. 1070).

Se a fase seguinte é modesta em termos de financiamento¹¹², a atuação dos liberais compensou essas adversidades por meio da formação ideológica e dos treinamentos recebidos por organizações norte-americanas (AERF, Cato Institute, Institute of Humane Studies, Friedrich Naumann Foundation, Hayek Global College). Nesses espaços, os liberais profissionalizaram-se como ativistas, aperfeiçoando as estratégias discursivas e o modo pelo qual se mobilizaram “sem dispor de grandes recursos iniciais”. (ROCHA, 2015).

Assim se diferenciam os dois renascimentos no que concerne aos ILs: a defesa das ideias de liberdade até se assemelham, mas a linguagem adotada dos contemporâneos é diametralmente oposta, mais “popular”, “descontraída”, e menos “elitista”, segundo Bernardo Santoro, ex-Diretor Executivo do IL-RJ. (ROCHA, 2015).

Porém, esse impacto não se produziu apenas devido à ação do movimento liberal/libertariano, em vista das circunstâncias de democratização das redes sociais, blogs e fóruns de internet no Brasil, e dos erros e malversações dos governos petistas, sobretudo em função da crise socioeconômica deflagrada durante o segundo governo Dilma Rousseff (2015-2016).

¹¹² Para comprová-lo, basta avaliar as mudanças de sede do IL-RJ: se em 2015 os membros dispunham de uma modesta sala no quinto andar do Edifício Rex (Rua Álvaro Alvim, 37, Cinelândia, região central do Rio de Janeiro), a antiga sede que abrigava o *think tank* de Stewart Jr. era uma sala do 27º andar de um edifício localizado à Avenida Presidente Wilson, 231, área nobre da região central da capital fluminense. Desde 2018, no entanto, o instituto não dispõe de localização física dada a escassez de recursos financeiros.

A quem eu credito esse aumento tão grande (do movimento) e em tão pouco tempo? Só tem uma coisa: *o governo*. A forma como o governo tá elaborando e construindo as políticas públicas, gastando dinheiro aos montes, as pessoas começam a perceber que alguma coisa tá errada, vão procurar outra resposta, e a gente tem outra resposta, isso fez crescer demais. A gente fez vários eventos ao longo do ano de 2013, não era só a Semana da Liberdade, a gente fazia debates dentro da Universidade, eventos maiores, chamava outras pessoas com outro tipo de ótica pra colocar em outra perspectiva. A gente percebia que tinha gente de todas as idades, tinha gente de todas as áreas querendo saber o que que era aquilo ali, o que aquilo poderia dar como resposta. Eu mesma senti isso, eu achei que deu o *up* porque a vida ficou mais difícil, a gente começou a pagar o preço das benesses¹¹³. (ROCHA, 2015).

Tais comunidades virtuais permitiram que pessoas ideologicamente semelhantes se aproximassem sem a necessidade de encontros presenciais. Em sua maioria, compunham-se de jovens de classe média, universitários procedentes de diferentes regiões brasileiras e identificados ao liberalismo, especialmente ao libertarianismo da EAE. Foram as vertentes mais radicalizadas dessa escola de pensamento que inspiraram, por sua vez, a proposta pela criação do primeiro partido libertário brasileiro, o Líber (V. nota de rodapé 89).

Esse experimento do Líber fez emergir a nova maneira de distribuição organizacional *bottom-up* do movimento liberal/libertariano: autônoma, espontânea e horizontal. Mesmo dispondo de poucos recursos e meios de financiamento, os liberais organizaram protestos de ruas e participaram de manifestações nos moldes de um movimento social, algo impensável para a geração oitocentista liderada por empresários. (ROCHA, 2015).

No início da última década, a partir de 2010/2011, a noção de autonomia dos ILs solidificou-se e o modelo descentralizado de fundação dos novos institutos liberais se difundiu entre as iniciativas contemporâneas, a ponto de cada uma se tornar uma ilha isolada em meio à rede liberal de *think tanks* e grupos desvinculados de Conselhos Nacionais e/ou controles de natureza centralista.

Atualmente, os ILs apresentam a seguinte configuração:

Tabela 2 – Institutos Liberais contemporâneos

Instituto	Sede/Localização	Atividades	Situação
Instituto Liberal do Rio de Janeiro (IL-RJ)	Rio de Janeiro/RJ	Renovação administrativa em 2013; realocação do acervo da biblioteca; criação de site para divulgação de artigos; militância política; núcleo de	Ativo

¹¹³ Informação verbal fornecida por Cibele Bastos, cofundadora do Grupo de Estudos Dragão do Mar.

formação sobre o liberalismo (NFL) a partir de 2020;

Instituto Liberal de São Paulo (Ilisp)	São Paulo/SP	Realização de eventos, palestras e debates; Criação de site para divulgação de artigos; militância e ativismo político;	Ativo*
Instituto Liberdade	Porto Alegre/RS	Substitui o antigo IL-RS; atual polo aglutinador de ideias e ativistas liberais da região sul; vinculado ao IEE e à Renovação Liberal;	Ativo
Instituto Liberal do Centro-Oeste (ILCO)	Brasília/DF	Realização de eventos, palestras e debates; articulação política com representantes parlamentares;	Inativo
Instituto Liberal do Nordeste (Ilin)	Fortaleza/CE	Realização e divulgação de eventos, palestras e debates;	Ativo
Instituto Liberal do Paraná (ILIPR)	Curitiba/PR	Realização de eventos, palestras e debates; Criação de site para elaboração de artigos de opinião;	Ativo*
Instituto Liberal do Triângulo Mineiro (ILTM)	Belo Horizonte/MG	Formado em 2014; Realização de eventos, palestras e debates;	Inativo
Instituto Liberal de Minas Gerais (IL-MG)	Uberaba/MG	Fomento ao empreendedorismo; Realização de projetos educacionais em instituições educacionais, empresariais, sociais; Criação de site para divulgação de artigos de opinião;	Ativo
Instituto Liberal de Rondônia	Porto Seguro/RO	Em formação desde 2014; não há mais informações.	Inativo

*Atividades não regulares

Fonte: Autoria Própria a partir de dados coletados na internet.

5.2.2 A Rede Liberdade

O reflorescimento do movimento liberal pouco a pouco se conduziu pela necessidade de instituir-se uma plataforma horizontal por onde a rede de iniciativas isoladas pudesse se comunicar e produzir novas linguagens cooperativas, abrindo mais espaços de interlocução entre as lideranças ativistas e os membros dos grupos estabelecidos.

À medida que as iniciativas amadureceram, a intenção de congregá-las tornou-se uma consequência lógica ante o crescimento de eventos, colóquios e palestras de responsabilidade compartilhada.

Assim, atribuiu-se à Rede Liberdade o papel de unificar as ações de impacto em território nacional e de organizar de maneira horizontal a rede de novas organizações disseminadoras das ideias de liberdade. Até 2020, o site da instituição apresentava a seguinte composição:

Tabela 3 – Os grupos da Rede Liberdade

Membros	Unidade Federativa
Acorda Brasil	SP
Centro Mackenzie de Liberdade Econômica	SP
Clube Farroupilha	RS
Instituto Ajuricaba	AM
Instituto Atlantos	RS
Instituto Carl Menger	DF
Instituto de Estudos Empresariais	RS
Institutos de Formação de Líderes	MG; SC; SP; DF
Instituto Democracia e Liberdade	PR
Instituto Liberal	RJ
Institutos Liberais	SP; CE; PB
Grupo de Estudos Dragão do Mar	CE
Instituto Juventude Libertária de Sergipe	SE
Instituto Liberdade	RS
Instituto Pro-Liber	SP
Líderes do Amanhã	ES
Livres	SP
Movimento Endireita Brasil	CE
Instituto Liberdade e Justiça	GO
Liderança nas Escolas	SP
Vox Brasilis	PR

Fonte: Adaptado de Rede Liberdade (antigo domínio virtual).

De início, a Rede Liberdade também era conhecida por “Rede Libertária” – denominação que ainda se mantém em grupos do Facebook. Porém, em 2015, a plataforma substituiu o “libertário” por “liberdade”, no intuito de abranger as expressões identitárias de grupos liberais (*classical liberalism*) e libertarianos (*libertarians*). Esse duplo qualificativo marca uma distinção fundamental entre “radicais” e “moderados” no interior do movimento liberal, compreendido aqui de maneira genérica e “evolucionária”¹¹⁴.

No registro informal dessa iniciativa constava a cidade de Ijuí, Rio Grande do Sul, e seus fundadores foram o cearense Rodrigo Saraiva Marinho, advogado e ex-diretor legislativo do partido NOVO na Câmara Federal; Cibele Bastos, economista, ex-diretora do IL-RJ, cofundadora do GEDM; Hélio Coutinho Beltrão, e Guto Belchior, assessor de investimentos da Vitreo, e ex-presidente do IFL-SP (2015-2016).

Em evento de inauguração a 22 de maio de 2015, durante a III Semana da Liberdade¹¹⁵, sediada em Fortaleza, Ceará, estabeleceu-se como principal objetivo da Rede as melhorias na coordenação (descentralizada) entre os institutos e as demais iniciativas já em andamento – incluindo-se os grupos de estudos –, almejando potencializar a divulgação de ideias e ações entre os formadores de opinião (os “*second-hand dealers of ideas*”, na expressão de Hayek) para que auxiliassem na batalha de ideias e na diminuição do intervencionismo estatal nos costumes (sociedade) e nos mercados (economia).

Até 2019, a Rede Liberdade constituía-se de 30 institutos e de mais de 100 grupos de estudos distribuídos pelo Brasil – alguns destes foram contemplados na Tabela 4.

No sentido de fazer vingar uma cultura de aproximação entre os grupos liberais, a Rede Liberdade mobilizou-se pelo “chopp sem impostos”, evento de conscientização que implicava desde consumidores, cadeias de empreendedores locais e o grande empresariado

¹¹⁴ Alguns teóricos libertários anarcocapitalistas contemporâneos foram além e passaram a negar mesmo o rótulo de “liberal”. Para Huerta de Soto (2007), o liberalismo clássico é historicamente um fracasso se julgado sob o ponto de vista da “limitação do poder”, aliás, missão pela qual ele foi destinado desde os seus primeiros escritos teóricos. Huerta de Soto e Rothbard avaliavam negativamente a limitação do poder do estado sob os regimes liberais, posto que estes se fundamentam principiologicamente numa “agência monopolista de violência” (o Estado), que é, por natureza, ineficiente pela incapacidade de apreender o quantum de informações produzido socialmente por milhões de pessoas em interação. Por outro lado, é o próprio Huerta de Soto (2007, p. 08) quem define o “anarcocapitalismo do século XXI” como uma “continuidade natural” das revoluções liberais clássicas dos séculos XVIII e XIX, daí a noção de um “liberalismo evolucionário” e inacabado. Quanto aos símbolos de cada movimento, os anarcocapitalistas estão representados por um estandarte auri-negro (ouro e anarquia), enquanto os liberais clássicos se distinguem apenas pela cor amarela.

¹¹⁵ Na ocasião de sua fundação, a governança da Rede Liberdade dispôs da seguinte estrutura organizacional: 1) Conselho Consultivo, formado por Bruno Zaffari, Hélio Coutinho Beltrão e Tomas Martin; 2) Conselho Gestor, ocupado por Debora Roichman, Rodrigo Saraiva Marinho e Ricardo Heller. Compareceram na condição de membros apoiadores os seguintes institutos: Imil, IEE, IMB, Ilin, IFL (Belo Horizonte, São Paulo, Rio de Janeiro), IL-RJ, ILISP, Instituto Líderes do Amanhã, EPL, Grupo de Estudos Carl Menger, Instituto Liberdade, ILCO, Expresso Liberdade, IL-MG e ILTM.

nacional. Segundo os organizadores, o chopp é uma bebida consumida por diversas classes sociais, e essa familiaridade com a bebida facilita a compreensão do impacto da carga tributária sobre o preço final do produto¹¹⁶.

Tabela 4 – A Rede Liberdade por estados da federação

Estado da Federação	Iniciativas
Rondônia	Grupo de Estudos Barão de Mauá; Instituto Liberal de Rondônia;
Alagoas	Grupo de Estudos Tavares Bastos (Não quebre a janela);
Bahia	Grupo de Estudos Ruy Barbosa;
Ceará	FIC Libertária; Grupo de Estudos Edson Queiroz; Grupo de Desenvolvimento Acadêmico e Empreendedor (GDAE); GEDM; Grupo de Estudos Maria Tomásia (Sobral); Grupo de Estudos Padre Cícero (Juazeiro do Norte); Liga Universitária Bárbara de Alencar (LUBA-IFCE); Grupo de Pesquisa Friedrich Hayek (Unifor); ILIN; Libertas (UECE);
Maranhão	Expresso Liberdade
Paraíba	Grupo de Estudos Joaquim Nabuco;
Pernambuco	Clube Monte dos Guararapes; Grupo de Estudos A Rede; Grupo de Estudos Libertários Leão do Norte; Instituto Liberal de Pernambuco (em formação);
Piauí	Clube de Estudos Heróis do Jenipapo;
Rio Grande do Norte	Grupo de Estudos André de Albuquerque Maranhão; Grupo de Estudos Liberdade e Resistência;
Sergipe	Núcleo Libertário Sergipano;
Brasília	Grupo de Estudos Lobos da Capital; Instituto Carl Menger; ILCO;
Goiás	Libertas (Raposas do Cerrado); Libertários do Médio Paranaíba; Clube Bastiat;
Cuiabá	Grupo de Estudos Roberto Campos;
Minas Gerais	ILMG; ILTM;
Rio de Janeiro	Grupo de Estudos Quintino Bocaiuva; IL-RJ; Núcleo de Estudos de Humanidades;
São Paulo	Grupo de Estudos Foro de Viena; Grupo de Estudos Roberto Campos (PUC-SP); ILISP; Grupo de Estudos John Galt (FGV-SP); IMB;
Paraná	IL-PR; Grupo de Estudos Liberalismo e Democracia (GELD);
Santa Catarina	Grupo de Estudos Anita Garibaldi;
Rio Grande do Sul	Grupo de Estudos Libertas; Libertários dos Pampas; Clube Miss Rand; Instituto Liberdade;

Fonte: Autoria própria a partir de dados coletados na internet.

¹¹⁶ Cf. <<https://www.redeliberdade.org/choppsemimpostos>>. Acesso em: 06 jun. 2020. Atualmente, esse domínio virtual sofreu modificações, tendo sido substituído por outro tipo de conteúdo.

Em 2019, a Rede Liberdade publicou a sua última postagem na página do Facebook: uma imagem editada de apoio à MP da Liberdade Econômica, expedida pelo governo Jair Bolsonaro em abril deste mesmo ano. Desde então, as atividades da plataforma seguem suspensas.

Mas, antes da constituição dessa rede, os liberais se empenharam num amplo repertório de atividades que cobriam as principais capitais brasileiras, destacando-se Fortaleza, Ceará, reputada entre alguns ativistas das ideias de liberdade como a “Meca liberal¹¹⁷”.

5.2.3 Os “*Dragões do Mar*” e a “*Meca Liberal*”

O marco da fundação do GEDM, também intitulado Instituto Dragão do Mar (IDM), é o ponto de partida da história do movimento liberal cearense na atualidade.

Fundado em 2009 na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará (FADIR-UFC), o GEDM é reconhecidamente “o grupo de estudos liberais/libertários mais antigo do país” (informação verbal)¹¹⁸, sendo, por isso mesmo, um grupo proeminente do renascimento liberal contemporâneo.

O grupo de estudos inaugura uma estrutura organizacional de organograma circular, cujas funções se distribuem entre I) Presidente; II) Vice-Presidente; III) Diretores (diretor de eventos, diretor de ativismo, diretor de comunicação); IV) Coordenadores (coordenador acadêmico, coordenador de gestão de pessoas, coordenador de atualidades, etc.[informação verbal]¹¹⁹). Tais cargos são cumulativos e rotativos, e a adesão ocorre mediante seleção assistida por critérios pré-estabelecidos em editais divulgados nas redes sociais – Instagram e Facebook.

A constituição do GEDM se deu em meio a uma conjuntura política hostil que conferia ao liberalismo, e principalmente à direita política, uma condição marginal no campo da representação político-partidária, pois raros eram os parlamentares e os partidos políticos que se autodeclaravam “direitistas”, ou “liberais”, por receio de sofrer rejeição e ser diretamente associados ao regime militar de 1964. Para alguns autores, essa atitude de

¹¹⁷ Escutei esta expressão pela primeira vez em 2018 durante uma abertura de semestre do GEDM, quando a ex-presidente do grupo, Vitória Santos, a proferiu.

¹¹⁸ Informação verbal fornecida por Rodrigo Saraiva Marinho no evento “Perspectivas do Movimento Liberal Brasileiro”, realizado pelo GEDM, em Fortaleza, em setembro de 2019.

¹¹⁹ Informação verbal fornecida por Letícia Sampaio em entrevista online concedida no dia 19 jun. 2020.

negação da identidade política, mesmo nos casos em que a noção seria adequada, está diretamente relacionada ao fenômeno da “direita envergonhada¹²⁰”. (QUADROS; MADEIRA; 2018).

À medida que os liberais se reagruparam sob novas bases de mobilização e difusão de ideias, sobretudo com ciberativismo e criação de associações, inaugurou-se aí uma espécie de ruptura com a comunicação política tradicional e, conseqüentemente, com a hegemonia do campo cultural das esquerdas.

O ponto de inversão que permitiu a ascensão dessas ideias é, ainda, indefinível, pois trata-se aqui de “história viva”, ou seja, processo em movimento, cujos dados históricos só se revelam com o passar dos anos. (SANTOS; MIRANDA, 2020).

A dinâmica horizontal trazida pelos novos institutos e *think tanks* abriu espaço para a produção e o desenvolvimento de grupos de estudos, auxiliando-os e incentivando-os desde a constituição do primeiro deles, o GEDM.

Isto porque, em setembro de 2009, algumas das lideranças que viajaram o Brasil pelo “Liberdade na Estrada” – entre eles, Adolfo Sachsida, Lucas Mafaldo, Diogo Costa e Bruno Garschagen – encorajaram um grupo de liberais de Fortaleza – Cibele Bastos, Raduan Melo, Jeová Costa Lima e Bruno Aguiar – a planejarem rodadas temáticas de discussões locais nos mesmos moldes do evento organizado pelo Ordem Livre.

Passado um mês, em outubro de 2009, o GEDM realizou suas primeiras atividades públicas na Faculdade 07 de Setembro (FA7) e na UFC. Segundo Garschagen, além dos “Dragões”, o Liberdade na Estrada constava como a principal referência ao estabelecimento de outras iniciativas em Fortaleza, como o Ilin e a fundação da Rede Liberdade na capital. (CATÃO, 2014).

Até a pandemia de 2020, o GEDM mantinha a regularidade dos encontros com reuniões agendadas quase sempre aos sábados no prédio da FADIR-UFC, lugar onde os membros intercambiavam suas afetividades e discutiam textos e temáticas previamente

¹²⁰ Neste artigo, os autores analisaram os questionários aplicados por outros pesquisadores (RODRIGUES, 1987; PIERUCCI, 1999; ZUCCO JR., 2011, etc.) sobre a identidade política dos parlamentares da Câmara Federal. Julgando-se unicamente pelo critério da autodefinição ideológica, a direita brasileira seria praticamente inexistente em 1987 (apenas 6% de deputados se declararam de “centro-direita”), sub-representada em meados da década de 1990 (consolidação do fenômeno da “direita envergonhada”) e minoritária entre 1990 e 2009, segundo os resultados exibidos por seis baterias de *surveys* submetidas ao Congresso Nacional – 88% dos parlamentares se posicionavam à esquerda dos partidos que integravam, enquanto 13,5% dos deputados e senadores se colocavam à direita deles. Logo, é possível afirmar que as liberalizações da década de 1990 não mitigaram a rejeição ao termo, nem renovaram o discurso das direitas no Brasil. Cf.: (QUADROS; MADEIRA, 2018, p. 487-489).

anunciados pelos expositores convidados – em sua maioria, estudantes universitários e profissionais liberais se revezavam na ministração das aulas¹²¹.

O grupo também promoveu debates, seminários e palestras no auditório da FADIR-UFC a respeito da regulamentação do Uber, do novo Código de Processo Civil (CPC/2016), e de assuntos correlatos, quase sempre relacionados aos mecanismos de intervenção do Estado, dirigistas ou regulatórios, na área econômica. Em 2017, o GEDM lançou alguns projetos de ativismo público, entre eles o “Dragão Solidário”, no intuito de ajudar instituições filantrópicas sem apoio governamental, especialmente associações educacionais.

Por sua vez, a longa permanência do GEDM no terreno da batalha de ideias serviu de modelo para a constituição de outras associações destinadas a pesquisa, estudo e divulgação do liberalismo/libertarianismo.

Mas esse *boom* de iniciativas liberais seria insuficiente para animar *per se* uma “primavera liberal sem equivalência no mundo (informação verbal)¹²²”, mesmo se elencados os grupos que surgiram nos rastros deixados pelos “Dragões”, como o Ilin e o Grupo de Estudos Hayek, ambos fundados em 2013, Clube Atlas, em 2015, Instituto Bárbara de Alencar, cujas ações se deram entre 2016 e 2017, e o Grupo de Estudos Ordem Espontânea, em 2016 (informação verbal)¹²³.

Tabela 5 – Constituição dos grupos liberais de Fortaleza – Ceará

GRUPO DE ESTUDO	ANO
Grupo de Estudos Dragão do Mar	2009
Grupo de Estudos Hayek; GDAE	2013
Libertas	2014
FIC Livre/ Clube Atlas	2015

¹²¹ Antes da elaboração do projeto de mestrado desta pesquisa em agosto e setembro de 2018, eu já havia participado em anos anteriores (2012 a 2016) de inúmeras aulas expositivas do GEDM, e essa experiência informal de observação direta acabou tornando-se determinante ao delineamento histórico do objeto de pesquisa. Além de estudantes e profissionais liberais, os dragões convidaram também ativistas latino-americanos, como Roderick Navarro, dissidente político do socialismo bolivariano da Venezuela, acadêmicos e professores universitários, a exemplo de Ubiratan Jorge Iorio, doutor em economia pela Faculdade Getúlio Vargas (FGV), Dennys G. Xavier, professor associado de Filosofia Antiga pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), e Catarina Rochamonte, doutora em filosofia pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), ex-presidente do ILIN e pré-candidata a deputada federal pelo Podemos-CE.

¹²² Informação verbal fornecida por Renan Santos no evento “Perspectivas do Movimento Liberal Brasileiro”, realizado pelo GEDM, em Fortaleza, em setembro de 2019.

¹²³ Informação verbal fornecida por Letícia Sampaio em entrevista online concedida no dia 19 jun. 2020.

Grupo de Estudos Bárbara de Alencar (antigo LUBA); Grupo de Estudos Ludwig Von Mises; Ordem Espontânea	2016
Sertão Livre; Boteco Liberal; Grupo de Estudos Tristão Gonçalves; Unifor Livre	2019

Fonte: Adaptado de Grupo de Estudos Dragão do Mar.

Das referidas iniciativas, tiveram suas atividades encerradas ainda durante o ano de origem o Grupo de Estudos Hayek, GDAE, Unifor Livre, FIC Livre, Grupo Tristão Gonçalves, entre outras que gradualmente reduziram o ritmo de encontros até a pandemia, em 2020.

Com efeito, desde a sua fundação o GEDM atuou como um “conglomerado de atividades”, segundo a ex-presidente Letícia Sampaio, e um clube de associados aberto ao público¹²⁴ (informação verbal), sempre rejeitando os canais de formalização do Estado para fins de registro. Para eles, principalmente os libertarianos, a oficialidade jurídico-estatal é ilegítima e contrária à defesa deontológica da liberdade a qual eles se comprometeram a fazer.

5.3 O Terceiro Ciclo do Renascimento: NOVO, Movimento Estudantil e a politização do movimento liberal (2015-2021)

Os ventos da liberdade pareciam soprar favoravelmente no âmbito da educação e da cultura – ideias, ações de disseminação e ciberativismo. Mas, com o crescimento da influência dessas correntes ideológicas no imaginário social, a política institucional transformou-se na joia cobiçada por liberais e libertarianos.

Ao final de 2014 e início de 2015, as jovens lideranças iniciaram um processo de conquista de espaços políticos como extensão da guerra cultural, dessa vez baseando-se na adesão a alas e partidos políticos recém-criados, e ao movimento estudantil. Esta fase denota o amadurecimento político do renascimento liberal e as consequências quanto à constituição

¹²⁴ Informação verbal fornecida por Letícia Sampaio em entrevista online concedida no dia 19 jun. 2020. A evolução do movimento liberal contemporâneo no Ceará confunde-se à emergência dos “Dragões” no campo da batalha de ideias. Durante os anos, os membros e organizadores se revezaram nas funções administrativas e por vezes atuaram como expositores dos temas em discussão. Cito alguns deles: Bruno Aguiar, Rodrigo Saraiva Marinho, Cibele Bastos, Rafael Saldanha, Jefferson Figueiredo, Débora e Thomaz Sátiro, Ávilla Regadas, Vanessa Rodrigues, Jonab Silveira, Dário Uchoa, Kalil Santiago, Pedro Cabral, Joesito Padilha, Pedro Arthur Salgado, Kaio Lukas, Caio Predes, Lucas Alves, Vitória Santos, Miguel e Rafael Serra, Isabelle Maria, Laircia Vieira, além da composição mais recente, com o presidente Tiago Muniz, a ex-presidente Letícia Sampaio, Leonardo Gomes, Pedro Ângelo, Gustavo Ítalo, Tiago Fernandes, entre outros que contribuíram de alguma forma com o grupo.

de uma hegemonia a ser perseguida pelos governos de então (Michel Temer, de agosto de 2016 a 2018, e Jair Bolsonaro, de 2019 em diante).

Visto que praticamente não há trabalhos científicos que tratem do atual momento do movimento liberal contemporâneo, três hipóteses devem servir de chave interpretativa para essa politização.

Primeiro, em função da instrumentalização dos protestos contra o governo Dilma Rousseff (de 2013 a 2016), bem como da permanência da rede, formal e informal, de atividades liberais no Brasil e na América Latina – *think tanks*, grupos de estudos, clubes, confrarias, ligas, sites especializados, blogs, mídias independentes, agências de notícias, alas suprapartidárias –, os liberais compreenderam que esse processo de construção hegemônica deveria se estender à esfera da representatividade política, sobretudo devido ao pioneirismo das novas estratégias de comunicação política aplicadas a domínios ciberculturais – em plataformas digitais e redes sociais. Não por acaso, entre 2007 e 2019, ao menos 50 iniciativas surgiram alinhadas à Rede Liberdade nas principais cidades brasileiras, muitas formadas apenas em ambientes digitais¹²⁵.

Ademais, esse crescimento orgânico da rede de institutos e do ativismo liberal abriu espaço para um leque de ações ofensivas em outras frentes culturais fundamentais, como o mercado editorial. O IMB, p. ex., inaugurou suas atividades de editoração em 2008, traduzindo e editando 61 títulos geralmente relacionados a EAE. Até 2016, mais de 100.000 exemplares de obras do pensamento liberal/libertariano haviam sido comercializados pelo *think tank* brasileiro¹²⁶. (BOLETIM DA LIBERDADE, 2016).

Em segundo lugar, a crise moral do lulopetismo no cenário político deu aos liberais muitas oportunidades para que informassem abertamente o seu projeto de nação, reforçando o que Cepêda (2018, p. 52) disse a respeito da heterogeneidade política que se estabeleceu no espectro das direitas com o declínio do PT: “[...] se a nova direita saiu do armário é preciso lembrar que mesmo um único armário possui inúmeras prateleiras”.

Por último, a ascensão dos conservadores no campo político, e a sua aproximação com os liberais na composição de uma aliança de interesses em 2018, definiu um acordo

¹²⁵ Cf.: REDE LIBERTÁRIA, 2015. O ativismo liberal/libertariano nos protestos de ruas se tornou conhecido na literatura acadêmica pelo slogan “Menos Marx e Mais Mises” emplacado durante as marchas realizadas contra o governo Dilma Rousseff, em 2015.

¹²⁶ Em 2015, durante a *Première Mises Brasil*, Geanluca Lorenzon, um dos palestrantes do evento, havia divulgado para uma plateia entusiasmada o salto no crescimento das vendas do site do IMB ainda no primeiro semestre daquele ano (maio e junho). Os títulos mais vendidos foram, respectivamente, “As Seis Lições”, de von Mises, “O Caminho da Servidão”, de Hayek, e “Anatomia do Estado”, de Rothbard. Cf.: PREMIÈRE MISES BRASIL, 2015.

informal no seio da “nova direita política” – sintetizada pela fórmula “liberal na economia e conservador nos costumes”. Essa nova correlação de forças intensificou, durante um tempo, os vínculos afetivos de ambos os segmentos ideológicos, culminando na inserção de quadros funcionais na atual administração do executivo federal¹²⁷.

Mas devido ao desgaste do atual governo e a aproximação deste com os correligionários da coalizão centrista da Câmara Federal, o “centrão”, os principais ativistas liberais compreenderam que seria necessário mais tempo para que suas ideias fossem convertidas em uma agenda política de convicção, propositiva, e não “emprestada”, como havia salientado Hélio Coutinho Beltrão: “os liberais querem estar no governo para devolver o poder ao soberano original, para implementarem as melhores políticas públicas¹²⁸”.

5.3.1 *Os liberais no Movimento Estudantil*

Afirmou-se acima a dinamização do movimento liberal e a diversificação das iniciativas que se orientavam em múltiplas direções. O surgimento de novas estratégias de comunicação política e a crise moral do lulopetismo enunciados como elementos unificadores do discurso anticorrupção, plasmaram as bases sob as quais os liberais se organizaram para reagirem ao vácuo representativo num segmento historicamente dominado por estudantes e facções políticas de esquerda: o movimento estudantil¹²⁹.

Já em 2008, a chapa “Aliança pela Liberdade” da UnB reuniu estudantes insatisfeitos com as formas de mobilização tradicionalmente à esquerda. Naquele momento, os alunos mais radicais decidiram ocupar o prédio da Reitoria como meio de pressionar pela

¹²⁷ Para fins de exemplificação, no início do governo Jair Bolsonaro alguns cargos do Ministério da Fazenda ficaram aos cuidados de “liberais puro-sangue”, alguns oriundos da iniciativa privada, como os empresários Paulo Guedes (atual Ministro da Fazenda), Salim Mattar (ex-Secretário Especial de Desestatização), o advogado e gestor Paulo Uebel (ex-Secretário Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital), além do professor e economista Adolfo Sachsida.

¹²⁸ Informação verbal proferida em 13 de setembro de 2019 em uma palestra de celebração dos 10 anos do GEDM no Anfiteatro da FADIR-UFC, em Fortaleza, cuja temática discutia as “Perspectivas do Movimento Liberal Brasileiro”.

¹²⁹ Na ampla bibliografia científica que trata sobre a relação da direita política com o movimento estudantil, verificam-se estudos históricos sobre a reação de segmentos direitistas – elites liberais, direitas cívicas e militarizadas – aos posicionamentos nacionalistas de grupos de esquerda, sobretudo durante as décadas de 1950 e 1960. Essa abordagem é fundamental na medida em que não encapsula os estudantes em uma imagem monolítica na qual eles são retratados servindo à mesma causa “subversiva”. *A contrario sensu*, inúmeros universitários tendiam à apatia, à despolitização, não participando de quaisquer atos convocados pela UNE, e, conseqüentemente, não a reconhecendo como entidade representativa de fato. Cf.: BRAGHINI; CAMESKI, 2015.

renúncia do reitor Timothy Mulholland, acusado de improbidade administrativa. (GABRIEL; AGUIAR, 2018).

Segundo um dos idealizadores da chapa liberal, André Costa, a insatisfação com as pautas externas à universidade, como por exemplo, a extradição de Cesare Battisti e a luta internacional dos trabalhadores, ajudou a unificar os estudantes em um projeto “pragmático, plural e apartidário” voltado a necessidades cotidianas e a-ideológicas – manutenção de banheiros, reposição de produtos de higiene, pinturas, jardinagem, etc.

Contudo, a presença do componente ideológico no movimento estudantil é inquestionável e pressupõe a questão política. Isto porque a gestão liberal do DCE da UnB se posicionou favorável ao financiamento privado da pesquisa científica – por meio de parcerias –, o qual, se por um lado reflete uma justa preocupação com os cortes orçamentários do ensino superior, também tende a fragilizar a autonomia da produção tecno-científica nas universidades.

Pois essas “gestões pragmáticas”, indiretamente, bebem das fontes ideológicas trazidas por correntes liberais heterodoxas, em especial as que aludem ao “empreendedorismo vulgar”, ou “*empreededormania*”¹³⁰, empenhadas em dinamizar os conhecimentos para que sejam absorvidos pelas estruturas sócio-profissionais. Logo, ao contrário do que avaliam os líderes da chapa, não há liberalismo desinteressado do seu próprio sistema teórico-ideológico.

Influenciados pelo surgimento da Aliança pela Liberdade, vários estudantes de outras universidades federais também se agruparam em chapas e coletivos na ânsia de fornecer novos vieses de atuação e representação estudantil, engajando-se ativamente contra o discurso dominante dos partidos e da militância de esquerda nos diretórios estudantis (DCEs) e centros acadêmicos (CAs).

Também sobrevieram outras iniciativas nos mesmos moldes da Aliança pela Liberdade, como por exemplo a UFPR Livre, em Curitiba, Paraná, a UniLivre, uma associação de representação estudantil concorrente da UNE, a USP Livre, em São Paulo, a Livre União Acadêmica, em Fortaleza, Ceará, a Chapa Zero, em Florianópolis, Santa Catarina, o Ateneu Pernambucano, em Recife, Pernambuco, e de maneira suplementar, o Clube Farroupilha, em

¹³⁰ Reforça-se a distinção feita por Puello-Socarrás (2021, p. 46) entre as teorias “austriacas neoclássicas” sobre o empreendimento, de Schumpeter e Mises, e o empreendedorismo vulgar “novo italiano”, de baixa relevância acadêmica, dos novos gurus financeiros, a exemplo de “Pai Rico, Pai Pobre”, de Kiyosaki e Lechter, ou o “Pequeno Porco Capitalista”, de Macías – ambos *best-sellers* do mundo financeiro.

Santa Maria, Rio Grande do Sul, o EPL e o SFL Brasil¹³¹. A Tabela 6 apresenta os principais grupos formados e os vínculos universitários de cada um.

Tabela 6 – Grupos liberais/libertarianos no movimento estudantil e os seus vínculos universitários

Associações Estudantis	Universidades Vinculadas
Aliança Pela Liberdade	UnB
UFPR Livre	UFPR
USP Livre	USP
Unicamp Livre	Unicamp
Unifesp Livre	Unifesp
UNESP Livre	UNESP
Livre União Acadêmica (LUA)	CAECO/UFC
Liga Universitária Bárbara De Alencar (LUBA)	IFCE
Chapa Zero (UFSC ZERO)	UFSC
Ateneu Pernambucano	UFPE
UniLivres	UFPR
UNIFAL Livre	UNIFAL/Alfenas - MG
UERJ Livre	UERJ
UEL Livre	UEL/ Londrina - PR
Libertas	UFSM/ Santa Maria - RS
MBL Estudantil	-
Clube Farroupilha; EPL; SFL, etc.	-

Fonte: Autoria Própria.

Num panorama geral, essa contraofensiva de liberais/libertarianos, muitas vezes alinhada a estudantes conservadores, se fortaleceu em 2016 a partir de uma percepção negativa da extrema politização das pautas estudantis, que, naquele momento, propugnava uma frente ampla de ocupações nos campi federais, em vista da conjuntura grevista associada às assembleias promovidas pelas correntes progressistas contrárias à PEC do “Teto dos Gastos” do governo Michel Temer (PEC 55/2016). Daí a reação, segundo os líderes das iniciativas estudantis liberais, ao que eles classificavam de ausência de “pluralidade de ideias”, “partidarismo”, e “perseguição ideológica”. (CORDEIRO, 2019).

¹³¹ A atuação dessas organizações indica um papel mais “supletivo” do que propriamente “militante”, uma vez que elas se encarregaram de fornecer cursos doutrinários para o treinamento de futuros líderes, promovendo a interlocução com outros ativistas, quer universitários, intelectuais ou empreendedores. O SFL, p. ex., que possui subsidiárias em 110 países, expandiu-se para as universidades brasileiras e, até 2017, mantinha em seus registros cerca de 1.500 membros cadastrados. (PÁDUA, 2017). A entidade também contava com 1.037 líderes em formação distribuídos em todas as unidades federativas. Por meio da abertura de editais de seleção e matrícula, esses estudantes recebiam qualificação através de eventos, palestras e cursos online.

No intuito de se alinharem a um discurso unificador, qual seja a reconciliação da representação estudantil com os problemas cotidianos enfrentados pela comunidade discente, a “despolitização” fomentada *ab origine* aos poucos foi cedendo ao reencantamento político viabilizado pelo crescimento da “nova direita” durante as campanhas eleitorais de 2016 e 2018.

Esse período consagrou não só a repolitização das pautas liberais no movimento estudantil, mas a intenção de buscar representatividade política em partidos, frentes parlamentares, suplências e cargos de diretoria e assessoria, num diálogo equilibrado entre a “guerra cultural” e a “guerra política”.

5.3.2 A representação política no renascimento liberal contemporâneo

Desde a redemocratização de 1988, os liberais se empenharam em modificar institucionalmente a arquitetura do Estado, segundo eles, uma fonte de privilégios, custos, ineficiência e encargos perversamente onerosos aos empresários e ao “homem comum”.

Basicamente, a retórica liberista assume a linguagem monolítica da “redução do Estado”. Esta poderia vir de uma remodelação da ação institucional – a partir de um viés regulatório ou desregulatório –, ou através de uma forma de atuação “lesseferista” (*laissez faire*), cuja prática política se orientaria à cessão, absoluta ou parcial, de serviços, companhias e patrimônios públicos para a iniciativa privada.

Visando atender a esses fins, os ativistas liberais se realinharam em torno de um novo projeto de conquista de espaços na esfera da representação política, ressignificando bandeiras e símbolos, complexificando maneiras de atuação e articulação institucional, “até assumir de forma declarada um discurso mais agressivo e radicalizado”. (SANTOS; MIRANDA, 2020, p. 90).

Esse novo *modus operandi* se constitui de processos modelares de erro e acerto. De início, houve o fracasso do projeto Liber (o Partido Libertário); depois, o ciberativismo em redes sociais, iniciativas de militância isoladas, o florescimento *a posteriori* de grupos e institutos, o estabelecimento de redes de interlocução – em fóruns, conclaves, palestras, eventos, reuniões e debates *live streaming* –, até o *début* na política tradicional.

Assim se viabiliza a formação dos três agrupamentos políticos mais proeminentes do renascimento liberal contemporâneo: o partido NOVO, o MBL e o Livres. Trata-se de empreendimentos políticos estruturados por atores desprovidos de carreira política prévia, ou

seja, de *outsiders* do sistema político, embora já estivessem envolvidos com ativismo social e outras questões correlatas.

Isto importa na medida em que, a exemplo do NOVO, os partidos recém-criados possuem como cláusula de entrada a possibilidade de ingressarem na competição política de maneira isolada, adotando de forma moderada estratégias de coalizão. Essa tática de disputa é, com efeito, principiologicamente, alinhada mais aos valores do estatuto partidário do que à noção de desempenho da sigla na arena política – a qual, para manter-se no jogo, deveria se inserir tradicionalmente em coligações eleitorais dos distritos de alta magnitude, e cooptar nomes conhecidos e competitivos para atrair o eleitorado. (ROCHA, D. 2021).

O NOVO é uma agremiação que se institucionalizou entre 12 de fevereiro de 2011, com a ata de fundação e registro do programa e estatuto, e 15 de setembro de 2015, momento pelo qual é reconhecido como legenda partidária junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE)¹³². O marco de fundação teve a participação de 181 membros e signatários, que escolheram João Dionísio Amoêdo como presidente e dirigente nacional, ao lado de Marcelo Lessa Brandão, vice-presidente e vice-dirigente nacional. (GORGES, 2017).

Sendo uma agremiação assumidamente liberal, o NOVO enunciou em seu site as seguintes orientações partidárias: a busca por um “Estado simples, leve e eficiente”; “fim dos privilégios e das mordomias com o dinheiro público”; “direitos iguais a todos os cidadãos”; “sistema político verdadeiramente representativo” e voto distrital; investimento em educação de base e ampliação das parcerias público-privadas para aperfeiçoar o sistema de saúde pública; sustentabilidade para as futuras gerações; armamentismo civil, e combate à corrupção. Na declaração de princípios, o partido se posicionou como uma “opção de simplicidade, seriedade, transparência e eficiência”, divididos os objetivos da sigla em três grandes tópicos (Sociedade, Partido, Estado), cada qual contendo diretrizes específicas para a aplicação da lógica privada à gestão da coisa pública.

Os fundadores do partido são, em grande parte, homens de classe média alta (empresários, engenheiros, advogados, médicos, etc.), e a maioria provém dos estados economicamente mais poderosos da federação, São Paulo e Rio de Janeiro. Além do trabalho voluntário necessário à coleta de assinaturas, a constituição do NOVO contou igualmente com o apoio das elites financeiras paulistas. (GORGES, 2017).

¹³² Em dezembro de 2014, estive presente à reunião dos voluntários e correligionários do NOVO que formavam a dianteira do processo de coleta de assinaturas em Fortaleza, ocasião em que se debatia a possibilidade de instituir-se um diretório estadual no Ceará. Naquela ocasião, os liberais da capital não obtiveram sucesso e o objetivo foi descartado poucos meses depois.

A associação partidária elegeu 25 representantes nos pleitos de 2016 e 2018: 04 vereadores em 2016, e 8 deputados federais, 11 deputados estaduais, 1 deputado distrital e o governador de Minas Gerais, Romeu Zema, em 2018¹³³.

Nas eleições de 2020, o NOVO obteve 29 vereadores em 19 cidades, desempenho modesto se avaliadas as projeções do partido¹³⁴ e o número de 620 candidaturas lançadas para prefeito, vice-prefeito e vereador. Atualmente, o partido atravessa uma crise institucional em razão das mudanças feitas à revelia do estatuto, as quais permitiram ao atual dirigente nacional, Eduardo Ribeiro, centralizar decisões e controlar diretórios municipais e estaduais. (PARTIDO NOVO..., 2021).

As disputas de poder e as clivagens internas asseguram que o partido já se firmou como organização do *establishment* político – daí os prejuízos quanto à unidade de atuação dos mandatários, revelando, de acordo com Amoêdo, uma “crise de identidade partidária”, especialmente na relação ambígua mantida entre os parlamentares, os correligionários e o governo Jair Bolsonaro¹³⁵.

Para Rodrigo Saraiva Marinho, “desde o Segundo Império não se via uma bancada de parlamentares autoidentificados ao liberalismo no Brasil (informação verbal)¹³⁶”. De fato, a frente de representantes liberais se expandiu durante as últimas legislaturas (55ª e 56ª), e esse crescimento foi acompanhado pela qualificação oferecida por núcleos de gestão e treinamento de lideranças, e também por meio da disponibilização de capital humano em escritórios de consultoria, assessoria técnico-normativa, política, e de comunicação¹³⁷.

Diferente do NOVO, o MBL se organizou primordialmente como lócus de mobilização onde a juventude liberal se engajou em torno de um programa de contestação do

¹³³ Cf.: NOVO, 2020.

¹³⁴ Considerando-se o estado com maior peso proporcional no ato de fundação do partido (Rio de Janeiro), a expansão eleitoral da agremiação não ocorreu, segundo Amoêdo, como desejado: “o nosso desempenho em 2020, diferente das duas eleições anteriores, ficou aquém daquilo que se esperava do Novo. Isso não tira o mérito e os parabéns aos eleitos e aos candidatos alinhados com os valores da instituição, mas deve servir como alerta e reflexão”. (CORDEIRO, 2019).

¹³⁵ Afastado da presidência, Amoêdo questionou, incisivamente, entre outras coisas, se o partido havia se tornado “linha auxiliar” ou “oposição frontal” a Jair Bolsonaro, e se a legenda seria reduto de pessoas que a usam para suas agendas pessoais de poder. Cf.: O PARTIDO..., 2021.

¹³⁶ Informação verbal fornecida por Rodrigo Saraiva Marinho em entrevista online realizada no dia 02 dez. 2021.

¹³⁷ Por exemplo, o Instituto Livre Mercado funciona como uma organização não-governamental formada por entidades representativas, empresas multisetoriais, e especialistas que, dentre algumas especificidades, oferecem estrutura para a Secretaria Executiva da Frente Parlamentar pelo Livre Mercado (FPLM) no Congresso Nacional. O objetivo é fornecer assessoria técnica a parlamentares liberais de diferentes partidos já estabelecidos no sistema político brasileiro, mobilizando, para tanto, a academia, representantes políticos, setor produtivo e sociedade civil organizada. Ao fim, essa assistência especializada contribui com a formulação de políticas públicas fomentadoras de “liberdade econômica, equilíbrio tributário, desenvolvimento social, eficiência estatal e segurança jurídica”. A FPLM originou-se na atual legislatura e possui agenda parlamentar para 2022.

lulopetismo e do *status quo*. Posteriormente, essa concepção originária se modificou a fim de lançar os quadros ativistas do MBL em legendas tradicionais abertas a perfis jovens e sem experiência política.

Por sua vez, o Livres nasceu como uma ala interna do Partido Social Liberal (PSL). O grupo se interessou de imediato em propor a renovação intrapartidária do PSL, através da modificação do programa do partido, do estatuto e declaração de princípios, transformando-o em uma “*startup*” de viés liberal/libertariano assentada em três eixos: liberdade, participação e transparência.

As duas organizações surgem na esteira dos protestos de rua ocorridos em 2013 nas chamadas Jornadas de Junho. Assim como no caso do NOVO, o MBL e o Livres são estruturas pensadas, em sua maioria, por atores de fora do sistema político, à exceção de Sérgio Bivar, um dos fundadores do Livres, filho de Luciano Caldas Bivar, deputado federal por Pernambuco (2018-2022) e ex-presidente nacional do PSL¹³⁸.

Com o anúncio da filiação de Jair Bolsonaro em 05 de janeiro de 2018, o Livres desembarcou da legenda alegando “incompatibilidade ideológica” com o antiliberalismo do então presidenciável. Segundo nota oficial do grupo, as falas e posicionamentos de Bolsonaro se opunham frontalmente ao projeto de construir no ecossistema político uma força partidária moderna, transparente e limpa.

Antes da desvinculação em 2018, o Livres havia criado 268 núcleos municipais em 22 estados da federação, com as novas lideranças assumindo 12 diretórios estaduais¹³⁹. Para isso, a associação se fortaleceu em dois campos de ação: 1) o *reset* do PSL: por meio de uma “*asepsia*” do espaço dominado pela “*velha política partidária*”, o Livres destituiu comissões, afastou dirigentes estaduais, derrotou mandatários e enfraqueceu caciques; 2) pela qualificação do braço programático do PSL/Livres, a Fundação de Inovação e Governança de Políticas Públicas (Índigo), os liberais criaram um guia amplo de políticas públicas para a próxima bancada parlamentar, e aperfeiçoaram a gestão partidária com governança compartilhada, programa de *compliance*, auditoria por intermédio de grande firma contábil, e convenção nacional online¹⁴⁰.

¹³⁸ O Livres tem como fundadores Sérgio Bivar, Fábio Ostermann, Mano Ferreira, atual diretor de comunicação, e Felipe Melo França.

¹³⁹ LIVRES, 2018.

¹⁴⁰ A missão de transformar a Índigo em um centro de difusão de políticas públicas liberais foi assumida pelo cientista político Diogo Costa, fundador do Ordem Livre, que assumiu o cargo de diretor-executivo da fundação em julho de 2016. Cf.: CIDADANIA 23, 2018.

A *contrario sensu* das recomendações liberais, o Livres obteve essas vitórias centralizando o poder partidário na figura do dirigente nacional, Luciano Bivar. Porém, a chegada de Bolsonaro deflagrou o processo de desfiliação dos liberais e forçou a adaptação do projeto original de renovação para a constituição de uma associação suprapartidária voltada à formação de lideranças políticas, divulgação das ideias de liberdade, e suporte técnico e ideológico aos tomadores de decisão, papel que se assemelha àquele desempenhado pelo IL-RJ durante as décadas de 1980 e 1990.

Embora seja anterior ao Livres, o MBL, de certa maneira, está ligado a ele graças a circulação de membros-fundadores entre as duas iniciativas – Fábio Ostermann e Felipe Melo França participaram do processo de fundação de ambas, antes mesmo do ingresso de Kim Kataguirí, dos irmãos Renan e Alexandre Santos, Arthur do Val, e Fernando Holiday¹⁴¹.

Nos atos de convocação pelo impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff (2011/2016), o MBL inaugurou, juntamente com o Movimento Passe Livre (MPL), uma era de ciberativismo social, de mobilização difusa, horizontalizada e heterogênea, onde os sujeitos políticos se empoderaram em questões sociopolíticas sem a mediação de instituições verticais, como estruturas partidárias e sindicatos.

A linguagem distribuída das redes se distanciou dos modelos de organizações verticalmente integradas e amplificou as hierarquias descentralizadas, criando novos espaços conversacionais, além de ondas de indignação e propagação de sentimentos coletivos. (TONETTO, 2018).

No entanto, uma vez que o *hype* das passeatas pelo impeachment de Dilma Rousseff foi superado, o MBL passou à ofensiva político-eleitoral, mobilizando suas bases apoiadoras e coordenando os membros para as eleições que se aproximavam. No auge da vitória do antipetismo, em 2016, o grupo lançou cerca de 42 candidaturas, divididas majoritariamente entre DEM e PSDB, e de menor proporção em mais 12 legendas (PP, PSC, NOVO, PTB, etc.).

Destes, apenas seis candidatos foram eleitos e dois alcançaram a suplência: Fernando Holiday (DEM-SP), Homero Marchese (PV-PR), Ramiro Rosário (PSDB-RS), Filipe Barros (PRB-PR), Marschelo Meche (PSDB-SP) e Carol Gomes (PSDB-SP); como suplentes, entraram Caroline de Toni (PP-SC) e Douglas Goy (DEM-SP).

¹⁴¹ Como já citado acima, O MBL é um projeto de Fábio Ostermann, Felipe Melo França, Juliano Torres e mais alguns ativistas diretamente envolvidos com o movimento liberal contemporâneo, a exemplo do advogado Raduan Melo, de Fortaleza.

Já para as eleições posteriores, o MBL aprimorou sua estrutura de governança, forneceu treinamento a correligionários, intensificou o processo de ocupação de siglas partidárias, declarando, mais tarde, apoio ao candidato Jair Messias Bolsonaro durante o segundo turno das eleições majoritárias de 2018. Conforme Tonetto (2018, p. 17), o período pós-impeachment marca a institucionalização do MBL na política, a expansão das ideias do movimento para outras esferas de poder e o aperfeiçoamento de suas práticas.

Essa aliança pragmática com o governo Bolsonaro rendeu severas críticas à organização, desconfiança da militância e ceticismo quanto ao perfil ideológico das jovens lideranças. Mas, em 2019, período em que houve um reagrupamento de forças em torno de uma atuação “dialógica” e “independente” dos líderes do movimento, o discurso oficial culminou na decisão da cúpula de se opor frontalmente ao atual executivo federal¹⁴². (MBL..., 2019).

Por fim, devido à persistência do cenário de polarização política, e à continuidade da pandemia do novo coronavírus, resta saber se a politização do renascimento liberal contemporâneo será suficiente a ponto de fazer emergir um novo ordenamento político-normativo, ou se ela se ressentirá dos mesmos vícios do renascimento anterior¹⁴³, ou seja, do risco de ter a sua agenda econômica instrumentalizada pelos partidos tradicionais e estratos políticos conservadores.

¹⁴² Na literatura acadêmica, o MBL é geralmente associado ao fenômeno constitutivo da Nova Direita, e da inauguração de novas estratégias de comunicação política (ciberativismo), incluindo a maneira pela qual o grupo organizou e capitalizou as movimentações de massa antipetistas junto a outros coletivos políticos, como o Vem Pra Rua e o Revoltados On-line. (TATAGIBA; TRINDADE; TEIXEIRA, 2015), (TONETTO, 2018).

¹⁴³ Sorman (1986, p. 55-56) alertava para os excessos do discurso conservador de Hayek e do voluntarismo liberal dos que anacronicamente desejavam unificar moral privada e virtudes públicas. Daí o seu mau-agouro com relação àquela renascença: “Se o liberalismo é assim datado, não tendo outro interesse senão o retrospectivo, não seduzirá as gerações ascendentes e seu renascimento será dos mais efêmeros”.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

It is the common fate of the indolent to see their rights become a prey to the active. The condition upon which God hath given liberty to man is eternal vigilance; which condition if he break, servitude is at once the consequence of his crime and the punishment of his guilt. (John Philpot Curran, 1989).

Até aqui, a “dinâmica dos renascimentos” abrangeu 03 momentos do ressurgimento das ideias liberais: o renascimento internacional nas décadas de 1970/1980, o renascimento brasileiro em 1980, e o renascimento contemporâneo, de 2006 a 2021, influenciado sobretudo pela redescoberta da Escola Austríaca e Escola de Chicago. Para fins de conclusão, resta fornecer um balanço das ideias de liberdade na presente conjuntura, e analisar se o movimento liberal permanece aquecido como antes.

No ciclo iniciado pelo projeto de pesquisa, que se fecha com a escrita deste documento final, são notáveis os contrastes em relação àqueles de crescente otimismo registrados em meados de 2018. Se se confirmaram as hipóteses acerca do renascimento liberal no período analisado, não menos verdadeira é a crise pela qual o movimento atravessa na atualidade, de 2020 a 2022.

Em certos meios de interconhecimento, as ideias de liberdade ainda parecem promissoras. Para Rodrigo Saraiva Marinho (informação verbal)¹⁴⁴, o liberalismo obteve avanços estruturais durante a pandemia do novo coronavírus – o SARS-Cov-2 –, pois a crise sanitária acabou pressionando as instituições de Estado pela simplificação e desburocratização de procedimentos clínicos, como a prescrição de receitas e consultas por teleatendimento. Ademais, os princípios liberais de livre iniciativa teriam servido de fonte inspiracional à produção e comercialização de imunobiológicos patenteados por laboratórios privados (as *Big Pharmas*) em velocidade e escala jamais vistas na História.

Num outro extremo, crê-se na ampliação de uma espécie de “razão paleoliberal” orientada a negócios, tecnologias de investimento e construção de cidades a-estatais geridas a partir de contratos voluntários de cooperação societária. As criptomoedas, em especial o Bitcoin¹⁴⁵, p. ex., já eram ativos comuns em *cold wallets* de liberais/libertários antes de serem recomendadas pelo discurso *mainstream* de gurus e *coachs* do mercado financeiro.

¹⁴⁴ Informação verbal fornecida por Rodrigo Saraiva Marinho em entrevista online realizada no dia 02 dez. 2021.

¹⁴⁵ Segundo Ulrich (2014, p. 17), o Bitcoin é “uma moeda digital *peer-to-peer* [...], de código aberto, que não depende de uma autoridade central”. A invenção é atribuída a um programador, ou conjunto de programadores

A razão é simples: essas moedas virtuais descentralizadas, cujas transações são registradas em tecnologia de blockchain (banco de dados de código aberto), não têm certificação de autoridades monetárias nacionais, e, por isso, funcionam na prática como investimentos para valorização patrimonial e proteção contra ordens judiciais de confisco e recolhimento tributário. Tanto em termos ideológicos quanto práticos, o Bitcoin surge como ferramenta ideal para a ordenação de Sociedades de Mercado desobrigadas de manterem uma moeda de curso forçado (*fiat money*) inflacionada pelo Estado.

No que se relaciona ao projeto de cidades independentes de direto privado, locus de afirmação de uma cidadania não-submetida aos instrumentos coercitivos do monopólio de violência do Estado-nação, as estratégias de implementação tendem à superficialidade, e muitas vezes não se atém ao descumprimento governamental de tratados e convenções internacionais sobre territórios, biomas e santuários marinhos de exploração em comum. Um *case* de início promissor e desfecho trágico refere-se aos *First Seasteaders*¹⁴⁶, *startup* de residências flutuantes para a fixação de comunidades políticas autônomas em águas internacionais. (THE SEASTEADING INSTITUTE, 2022).

Afirma-se a hipótese de que o renascimento liberal viveu o seu auge entre 2014 e 2019, pois este foi o período em que as iniciativas mais se capilarizaram sob a seguinte estrutura de atividades: 1) constituição de associações civis (*think tanks*) e entidades virtuais sem sede física; 2) fundação de círculos de estudos relativamente vinculados a universidades públicas e privadas; 3) ativismo social, político e estudantil; 4) núcleos de formação teórico-doutrinária (*Summer/Winter School*, pós-graduação em EAE) e treinamento de gestores e líderes; 5) movimentos de renovação política e intrapartidária; 6) parcerias editoriais; 7) mídias alternativas (Spotniks, Jornal O Coyote, p. ex.) e ciberativismo em redes digitais.

Mas o que sufocou a ascensão do movimento liberal contemporâneo? Quais causas inviabilizaram o otimismo em torno de suas várias agendas, da sua aparente indispensabilidade à reorganização fiscal, tributária e administrativa do Estado brasileiro?

Primeiro, o desgaste da ala liberal com o governo Jair Bolsonaro ocasionou cismas e fraturas no pacto eleitoral firmado em 2018; dadas as dificuldades de se aprovarem

anônimos, de pseudônimo Satoshi Nakamoto, o qual em 2008 originou o primeiro sistema de pagamentos global totalmente descentralizado, sem intermediários interpostos sobre as transações financeiras dos usuários.

¹⁴⁶ Em 2020, os *First Seasteaders* foram perseguidos e tiveram sua residência flutuante revirada e interdita pelas autoridades tailandesas. No Brasil, há uma iniciativa similar para a construção de ilhas artificiais próxima a uma cadeia de montanhas vulcânicas submarinas, localizada entre a costa brasileira do Espírito Santo (500 km) e o arquipélago de Trindade.

as reformas e as privatizações prometidas à época da campanha, vários liberais do núcleo duro decidiram pedir exoneração de seus cargos – Salim Mattar, Paulo Uebel, e Rubem Novaes.

Segundo, o antipetismo como sentimento mobilizador de indignação coletiva se enfraqueceu, deixando atrás de si apenas o cenário de polarização e clivagens sociopolíticas. Além do mais, o bolsonarismo e os discursos iliberais da “revolução conservadora brasileira” aprofundaram esse distanciamento entre os segmentos políticos “de direita”, antes unidos de maneira pragmática em torno de um inimigo público a ser combatido.

Por fim, o acúmulo de efeitos perversos provocados pelos decretos de isolamento social (*lockdowns*), despachados durante a pandemia, interferiu na regularidade das reuniões dos grupos da Rede Liberdade, especialmente os de caráter presencial. Sem a frequência dos encontros semanais, muitos se desfizeram ou suspenderam suas atividades por tempo indeterminado.

Consequentemente, junto às medidas de isolamento social sobrevieram as investidas coordenadas contra as liberdades individuais, alimentando tensões antigas entre os imperativos morais da liberdade e a necessidade de segurança. Sabendo disso, muitos articulistas liberais denunciaram o aumento da vigilância imposta por autoridades governamentais, sobretudo com o uso de tecnologias de reconhecimento facial e a instituição do “crédito social” (*social score*), a ilegitimidade do passaporte sanitário (*green pass*), as restrições de direitos civis a não-vacinados, entre outras controvérsias. Em abril de 2022, a 10ª edição da LibertyCon Europa 2022, o maior encontro liberal/libertariano da Europa, sediado em Praga, República Tcheca, irá discutir esses temas e as possibilidades para a reconstrução da perspectiva liberal no mundo – no sentido de suas instituições, políticas de desenvolvimento, projeto civilizacional, etc.

Quando questionei via *Facebook* a um dos sócios do IL-PR sobre as atividades realizadas pelo instituto, respondeu-me ele que as mesmas “[...] até agora, se resumem à fundação do IL-PR e a alguns debates entre os associados”. Na Rede Liberdade, organização estratégica à coordenação descentralizada de múltiplas ações liberais/libertarianas no país, o último *post* registrado até o presente (13 jan. 2022) marca a data de 29 de julho de 2019, ocasião em que os mantenedores demonstraram apoio à MP 881/2019 da Liberdade Econômica (Lei 13.874).

Esse cenário de abandono ressalta uma tendência de crise já iniciada em 2018/2019, com grupos se desfazendo desde 2016 e 2017. Algumas lideranças da atualidade, como Hélio Coutinho Beltrão, perceberam que as mudanças na arquitetura do Estado ainda não se tornaram viáveis porque os liberais não conseguiram amadurecê-las na sociedade. Por

isso, seria necessário buscar outra solução, a partir da reorganização das ideias na sociedade e do reagrupamento de forças para “uma nova rodada” (MORI, 2020).

Também Vélez-Rodriguez havia reforçado que o liberalismo praticado pelo atual governo é “meia sola”, dadas as alianças firmadas entre este e o “centrão”, arranjos que o mantiveram politicamente vivo, embora inanimado do ponto de vista das privatizações e consequente redução do Estado, a pedra de toque do movimento liberal contemporâneo. (VELEDA, 2020). A não liberalização de jogos de azar e cassinos no país, fruto das pressões incitadas pela bancada evangélica, parece representar o sepultamento das esperanças liberais na consolidação de medidas contrárias ao paternalismo estatista sob a atual governança política.

Além do que, em um cenário internacional de cerceamento de direitos individuais¹⁴⁷ e desarranjos bélicos entre nações – enquanto escrevo, Rússia e Ucrânia ensaiam um conflito militar em suas fronteiras por questões territoriais –, o discurso liberal de defesa irrestrita das liberdades perde fôlego dia a dia.

No Brasil não seria diferente. À revelia do estabelecimento de consensos sociais, e do acolhimento de amplos segmentos populacionais ao debate público, as instituições republicanas lançaram mão de mecanismos arbitrários de imposição coercitiva, olvidando as soluções educacionais tão fundamentais ao convencimento das massas.

As liberdades individuais, objeto de todos os liberalismos, seguem em xeque. Resta aguardar se essas medidas híbridas de enfrentamento sanitário e controle social, como por exemplo o passaporte vacinal, serão decisões efêmeras ou se representarão, ao arrepio das garantias fundamentais, a troca irrefletida da liberdade pela segurança.

Pois a liberdade sem a vigília de indivíduos livres está sempre por um fio. Daí por que o aforismo de Benjamin Franklin, que em discurso pronunciado para a Assembleia da Pensilvânia, em 1775, continua atemporal: “aqueles que abrem mão da liberdade essencial por um pouco de segurança temporária não merecem nem liberdade nem segurança”.

¹⁴⁷ Desde 2021, várias cidades europeias registram protestos massivos contra a legalização do *green pass/vax mandate* (passaporte/decreto vacinal) e das suas consequências para as liberdades individuais e públicas. Em Amsterdã, Londres, Paris, Nice, Melbourne, Sidney, Berlim, Milão, Roma, Madrid, Sófia (Bulgária), Viena, Belgrado (Sérvia), passando pela greve de estivadores no Porto de Trieste, Itália, aos piqueniques contra o passaporte vacinal em Calgary, Canadá, esses *swarmings* foram seguidos por ondas de raiva coletiva e indignação contra a instituição das novas exigências sanitárias. As revoltas estão se alastrando sobretudo em países ocidentais e reivindicam tão somente a revogação do passaporte vacinal enquanto fator discriminatório para trabalhar, viajar, frequentar espaços públicos e privados, e matricular as crianças em escolas.

REFERÊNCIAS

- ADLER, Mortimer. **A Proposta Paideia**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1984.
- AMARAL, Marina. A Nova Roupa da Direita. **Publica**. 2015. Disponível em: <https://apublica.org/2015/06/a-nova-roupa-da-direita/>. Acesso em: 17 dez. 2021.
- ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E.; GENTILI, P. (org.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.
- ANDRADE, Daniel Pereira. O que é o neoliberalismo? A renovação do debate nas ciências sociais. **Revista Sociedade e Estado**, v. 34, n. jan. abr., 2019, p. 211-239.
- ANDRADE, Gustavo Manso de Carvalho. **Crises Cambiais: um estudo do caso brasileiro**. 1999. 66f. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) – Departamento de Economia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.
- ARALDI, Lucas; SVARTMANN, Eduardo Munhoz. Rede Atlas, Think Tanks e a Construção da Liberalização Econômica no Brasil: Uma análise do Instituto Millenium e do Instituto Ludwig von Mises Brasil. **Conexão - Comunicação e Cultura**, v. 18, n. 35, jan./jun. 2019, p. 317-339.
- A SHORT History of the Mont Pelerin Society. Disponível em: <https://www.montpelerin.org/about-mps/>. Acesso em: 20 jul. 2020.
- BALL, Stephen J. Subjectivity as a site of struggle: refusing neoliberalism?, **British Journal of Sociology of Education**, jun. 2015, p. 1-18.
- BARROS, Roque Spencer Maciel de. **Introdução à filosofia liberal**. São Paulo: Editora da USP, 1971.
- BARROS, Roque Spencer Maciel de. **O significado do liberalismo atual: uma controvérsia brasileira**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1998.
- BASTOS, Maria Helena; ARRIADA, Eduardo. A democracia na América de Tocqueville: uma leitura para a história da educação. **Educação Unisinos**, n. 11, v. 1, jan./abr. 2007, p. 5-14.
- BATISTA, Paulo Nogueira. O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. In: **PENSANDO o Brasil: ensaios e palestras**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009, p. 115-161.
- BEAUD, Stéphane; WEBER, Florence. **Guia para a pesquisa de campo: produzir e analisar dados etnográficos**. Petrópolis: Vozes, 2014.
- BECKER, Howard S. **Segredos e truques da pesquisa**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.
- BELTRÃO, Hélio. **O outro-libertarianismo, uma estrela do mar**. 2011. Disponível em: <https://www.mises.org.br/Article.aspx?id=925>. Acesso em: 3 dez. 2021.

BENTIVOGLIO, Júlio. A história conceitual de Reinhart Koselleck. **Dimensões – Dossiê Formas da História, Sentidos da Historiografia**, n. 24, 2010, p. 114-134.

BIRCH, Kean. **A Research Agenda for Neoliberalism**. Cheltenham; Northampton: Edward Elgar Publishing, 2017.

BIRCH, Kean; SPRINGER, Simon. Peak Neoliberalism? Revisiting and rethinking the concept of neoliberalism. **Ephemera Theory & Politics in Organization**, v. 19, n. 3, 2019, p. 467-485.

BLANCHARD, Olivier J. **Macroeconomia: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Campus, 2003

BOAS, Taylor C.; GANS-MORSE, Jordan. Neoliberalism: From new liberal philosophy to anti-liberal slogan. **Studies in Comparative International Development**, v. 44, 2009, p. 137-161.

BOITO JR., Armando. A hegemonia neoliberal no governo Lula. **Rev. Crítica Marxista**, n. 17, Rio de Janeiro, Editora Revan, 2003.

BOLETIM DA LIBERDADE. Oito anos do Instituto Mises Brasil é citado em coluna do Estadão. **Boletim da Liberdade**, Rio de Janeiro, 24 dez. 2016. Disponível em: <https://www.boletimdaliberdade.com.br/2016/12/24/oito-anos-do-instituto-mises-brasil-e-citado-em-coluna-do-estadao/>. Acesso em: 20 set. 2020.

BONDI, L.; LAURIE, N. Working the Spaces of Neoliberalism: activism, professionalisation and incorporation - Introduction. **Antipode**, n. 37, 2005, p. 394-401.

BOUDON, Raymond. **Para que serve a noção de Estrutura?** A significação da noção de estrutura nas ciências humanas. Rio de Janeiro: Eldorado, 1974.

BOUDON, Raymond. **Efeitos Perversos e Ordem Social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

BOUDON, Raymond. **A Ideologia**. São Paulo: Editora Ática, 1989.

BOUDON, Raymond. **Tratado de Sociologia Reflexiva**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

BOUDON, Raymond. **O Relativismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2010.

BOUDON, Raymond. **A Sociologia como ciência**. Petrópolis: Vozes, 2016.

BOUDON, Raymond; BOURRICAUD, François. **Dicionário Crítico de Sociologia**. Cidade: Ed. Ática, 1982.

BOURDIEU, Pierre. **Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal**. Rio de Janeiro: Jorge Zaahar, 1998.

BRAGHINI, Katya Zuquim; CAMESKI, Andrezza Silva. Estudantes Democráticos: a atuação do movimento estudantil de direita nos anos 1960. **Educação & Sociedade**, v. 36, n. 133, out./dez. 2015, p. 945-962

BRESSER-PEREIRA, L.C. An account of new developmentalism and its structuralist macroeconomics. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 31, n. 3, 2011, p. 493-502.

CAMPOS, André Gambier. **Breve histórico das mudanças na regulação do trabalho no Brasil**. Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 2015.

CAMPOS, Roberto de Oliveira. **A Lanterna na Popa: memórias**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993.

CAMPOS, Roberto de Oliveira. **Antologia do Bom Senso**. Rio de Janeiro: Topbooks, Bolsa de Mercadorias & Futuros, 1996.

CAMPOS, Roberto de Oliveira. A História de 4 erros. **Revista Veja**, São Paulo, 15 abril 1998, p. 120.

CAMPOS, Roberto de Oliveira. Espantinho de Arrozal. [S. l.: s. n.]. 1999.

CARVALHO, Keila Lucio de. As Armas de Bourdieu contra o Flagelo Neoliberal. Dossiê racionalidade liberal e processos de subjetivação contemporâneos. **Mediações**, v. 25, n. 2, mai.-ago. 2020, p. 372-392.

CASIMIRO, F. H. C. **A Nova Direita no Brasil: aparelhos de ação político-ideológica e atualização das estratégias de dominação burguesa (1980 - 2014)**. 2016. Tese (Doutorado em História) – Programas de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

CASSIMIRO, P. H. P. Alexis de Tocqueville e o liberalismo francês: continuidades e rupturas sobre o conceito de democracia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 33, n. 96, jan. 2018.

CATÃO, Adrualdo. A Fortaleza da liberdade. **Cada Minuto**, Maceió, 2014. Disponível em: <https://www.cadaminuto.com.br/noticia/2014/05/27/a-fortaleza-da-liberdade>. Acesso em: 1 set. 2020.

CATTANI, Antonio David (org.). **Fórum Social Mundial: a construção de um mundo melhor**. Porto Alegre: Editora da Universidade (UFRGS); Petrópolis: Vozes, Unitrabalho, Corag, Veraz Comunicação, 2001.

CEPÊDA, Vera Alves. A Nova Direita no Brasil: contexto e matrizes conceituais. **Mediações**, Londrina, v. 23, n. 2, p. 75-122, mai./ago. 2018.

CERVANTES SAAVEDRA, Miguel de. **Dom Quixote de la Mancha**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

CHRISTO, Dirce Cristina de. **Evolução do Desemprego no Brasil de 1995 a 2010: análise dos governos Lula e FHC**. 2013. 57 f. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

CIDADANIA 23. PPS manifesta solidariedade ao movimento Livres. **Blog Cidadania 23**, 09 jan. 2018. Disponível: <https://23pps.blogspot.com/2018/01/pps-manifesta-solidariedade-ao.html>. Acesso em: 09 jan. 2022.

CLARKE, John. Living with/in and without neo-liberalism. **Focaal**, v. 51, 2008, p. 135-147.

CÓDIGO de ética da Sociedade Brasileira de Sociologia. Disponível em: <https://bitlybr.com/7yL35i>. Acesso em: 25 jun. 2020.

COLLIER, Stephen J. Neoliberalism as big Leviathan, or...? A response to Wacquant and Hilgers. **Social Anthropology/Anthropologie Sociale**, v. 20, n. 2, 2012, p. 186-195.

CONSERVATIVE Top 50. **The New York Times**, Nova Iorque, 25 mai. 2006. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2006/05/25/arts/music/25brockweb.html>. Acesso em: 20 maio 2021.

CONSTANTINO, Rodrigo. O papel dos liberais na imprensa e o lançamento da Rede Liberdade. **Instituto Liberal**, Rio de Janeiro, 28 nov. 2016. Disponível em: <https://www.institutoliberal.org.br/blog/o-papel-dos-liberais-na-imprensa-e-o-lancamento-da-rede-liberdade/>. Acesso em: 18 jun. 2019.

CORBANEZI, Elton; RASIA, José Miguel. Apresentação do Dossiê: racionalidade neoliberal e processos de subjetivação contemporâneos. **Mediações Revista de Ciências Sociais**, v. 25, n. 2, mai.-ago 2020, p. 287-301.

CORDEIRO, Tiago. Perseguidos, universitários de direita contam suas histórias. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 4 jun. 2019. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/perseguidos-universitarios-de-direita-contam-suas-historias/>. Acesso em: 5 jan. 2022.

CORRÊA, Arsênio Eduardo. **A frente liberal e a democracia no Brasil: 1984-1985**. São Paulo: Nobel, 2006.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

COUTINHO, Marcelo. Movimentos de Mudança Política na América do Sul Contemporânea. **Revista de Sociologia e Política**, n. 27, nov. 2006, p. 107-123.

CURRAN, John Philpot. Respectfully Quoted: A Dictionary of Quotations. 1989. Disponível em: <https://www.bartleby.com/73/1054.html>. Acesso em: 20 fev. 2022.

CZIZEWESKI, Grégori Michel. Posturas Políticas nas Histórias em Quadrinhos: As mudanças de visão de mundo a partir de V de Vingança e Os Invisíveis. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27., 2013, Natal. Anais [...]. Natal: ANPUH, 2013.

DAL PAI, Raphael Almeida. **Instituto Ludwig Von Mises Brasil: os arautos do anarcocapitalismo**. 2017. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação História, Poder e Práticas Sociais, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Paraná, 2017.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. A Nova Razão do Mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Editora Boitempo, 2016. Resenha de: QUEIROZ, Felipe. A Nova Razão do Mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. **Caderno CRH**, v. 31, n. 82, jan./abr. 2018, p. 187-191.

DAVIES, William. *The New Neoliberalism*. 2016. Disponível em: <https://newleftreview.org/issues/ii101/articles/william-davies-the-new-neoliberalism>. Acesso em: 21 fev. 2022.

DE PAULA, José Antônio. **Sobre o Conceito de Revolução Marginalista em Schumpeter**. 1977. Dissertação (Mestrado em Economia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 1977.

DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. *Managerial Capitalism: Ownership, management and the coming new mode of production*. Londres: Pluto Press, 2018. Resenha de: DAL ROSSO, Sadi. **Tempo Social**, v. 32, n. 1, jan./abr. 2020, p. 347-354.

ELEY, Geoff. **Forjando a democracia**: a história da esquerda na Europa (1850-2000). São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009.

ELIAS, Norbert. **A Sociedade dos Indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

ESPÓSITO, Katiuscia M. G. A globalização do Capital sob o prisma de Robert Cox e algumas consequências para os trabalhadores e Estado. **Revista de Estudos Internacionais**, v. 1, n. 2, p. 171-183, 2010.

EXAME. Os países mais abertos e os mais fechados, incluindo o Brasil. **Revista Exame**. 2012. Disponível em: <https://exame.com/economia/os-paises-mais-abertos-e-os-mais-fechados-incluindo-o-brasil/>. Acesso em: 10 dez. 2021.

FÁBIO Ostermann: Meu Fracasso Cast #001. Curitiba: [s. n.], 6 dez. 2021. 1 vídeo (157 min.). Publicado pelo canal Meu Fracasso Cast. Disponível em: <https://youtu.be/NK2XFgvaDrA?t=2081>. Acesso em: 17 dez. 2021.

FÁBIO Ostermann. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikipedia Foundation, 2022. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/F%C3%A1bio_Ostermann. Acesso em: 14 dez. 2021.

FARIA, Ana Lúcia B.; CHAIA, Vera. Os Institutos Liberais e a Consolidação da Hegemonia Neoliberal na América Latina e no Brasil. **Cadernos Metrópole**, v. 22, n. 49, set./dez. 2020, p. 1059-1080.

FERGUSON, James. The Uses of Neoliberalism. **Antipode**, v. 41, n. 1, p. 166-184, 2009.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da Biopolítica**: Curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FÓRUM DA LIBERDADE. Disponível em: <https://www.forumdaliberdade.com.br/>. Acesso em: 22 dez. 2021.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e Liberdade**. Rio de Janeiro: LTC, 2014.

GABRIEL, Ruan de Sousa; AGUIAR, Tiago. A onda liberal chega aos diretórios e aos grêmios estudantis. **Revista Época**, Rio de Janeiro, 22 dez. 2018. Disponível em: <https://epoca.globo.com/a-onda-liberal-chega-aos-diretorios-aos-gremios-estudantis-23321870>. Acesso em: 11 jun. 2020.

GARSCHAGEN, Bruno. São Paulo, SP. LinkedIn: Bruno Garschagen. Disponível em: <https://www.linkedin.com/in/bruno-garschagen-623a2521/>. Acesso em: 14 dez. 2021.

GIAMBIAGI, Fabio; ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Morte do Consenso de Washington?** Os rumores a esse respeito parecem muito exagerados. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 2003.

GOLDSTEIN, Daniel. Decolonialising actually existing neoliberalism. **Social Anthropology**, v. 20, n. 3, 2012, p. 304-309.

GORGES, Matheus ScharDOSim. **A Formação de Novos Partidos e o Caso do Partido Novo: o que há de novo no Partido Novo?**. 2017. 53 f. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

GROS, Denise Barbosa. **Institutos Liberais e Neoliberalismo no Brasil da Nova República**. 2002. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2002.

GROS, Denise Barbosa. Institutos Liberais, neoliberalismo e políticas públicas na Nova República. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 19, n. 54, fev. 2014, p. 143-160.

HALL, Stuart. The Neoliberal Revolution: Thatcher, Blair, Cameron – the long march of neoliberalism continues. **Soundings**, n. 48, jun./set. 2011, p. 9-27.

HARVEY, David. O Neoliberalismo: história e implicações. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HAYEK, Friedrich A. **O Caminho da Servidão**. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.

HILGERS, Mathieu. The Three Anthropological Approaches to Neoliberalism. **International Science Journal**, v. 61, 2011, p. 351-363.

HOBBSAWN, Eric. **A Era do Capital: 1848-1875**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

HOPPE, Hans-Hermann. **Democracia: o deus que falhou**. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2014.

HUERTA DE SOTO, Jesús. **Liberalismo versus Anarcocapitalismo**. [S. l., s. n.], 2007.

IANNI, Octavio. As Ciências Sociais na Época da Globalização. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 13, n. 37, jun. 1998.

IANNI, Octavio. **A Era do Globalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

INSTITUTO LIBERAL. **O Legado de Donald Stewart Jr. no documentário de Ana Stewart**. 2019. Disponível em: <https://www.institutoliberal.org.br/blog/o-legado-de-donald-stewart-jr-no-documentario-de-ana-stewart/>. Acesso em: 4 mar. 2022.

INSTITUTO LIBERAL. **Quem Somos**. 2020. Disponível em: <https://www.institutoliberal.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 4 mar. 2022.

INSTITUTO LUDWIG VON MISES BRASIL. **Quem Somos**. 2007. Disponível em: <https://www.mises.org.br/About.aspx>. Acesso em: 7 dez. 2021.

INSTITUTO LUDWIG VON MISES BRASIL. **Nossos Autores**. 2007. Disponível em: <https://www.mises.org.br/Authors.aspx?type=articles>. Acesso em: 8 dez. 2021.

INSTITUTO MILLENIUM. **Especialistas**. 2005a. Disponível em: <https://www.institutomillennium.org.br/institucional/especialistas/>. Acesso em: 8 dez. 2021.

INSTITUTO MILLENIUM. **Diogo Costa – Biografia**. 2005b. Disponível em: <https://www.institutomillennium.org.br/diogo-costa-biografia/>. Acesso em: 14 dez. 2021.

INSTITUTO MILLENIUM. **Elisa Lucena Martins – Biografia**. 2005c. Disponível em: <https://www.institutomillennium.org.br/elisa-lucena-martins-biografia/>. Acesso em: 14 dez. 2021.

INSTITUTO ORDEM LIVRE. **Situação cadastral do Instituto Ordem Livre**. Disponível em: <http://cnpj.info/Instituto-Ordem-Livre-Instituto-Ordem-Livre>. Acesso em: 13 dez. 2021.

INSTITUTO ORDEM LIVRE. **Quem Somos**. 2014. Disponível em: <http://ordemlivre.org/quem-somos>. Acesso em: 13 dez. 2021.

INSTITUTO ORDEM LIVRE. **Seminário Ordem Livre**. Disponível em: <http://ordemlivre.org/seminario>. Acesso em: 14 dez. 2021.

IORIO, Ubiratan Jorge. **Ação, Tempo e Conhecimento: A Escola Austríaca de Economia**. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2011.

KAISER, Alex. The Fall of Chile. **Cato Journal**, v. 40, n. 3, set.-nov. 2020, p. 685-700.

KARL, Magno. São Paulo, SP. LinkedIn: Magno Karl. Disponível em: <https://www.linkedin.com/in/magno-karl-80111191/>. Acesso em: 14 dez. 2021.

LEIPZIGER, Danny; THOMAS, Vinod. As Origens do Sucesso do Leste Asiático. **Finanças & Desenvolvimento**, v. 14, n. 1, 1994, p. 6-9.

LEME, Og Francisco. **Entre os Cupins e os Homens**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1988.

LEME, Og Francisco. Entre os Cupins e os Homens. Rio de Janeiro: José Olympio, 1988. Resenha de: FENDT, Roberto. Entre os Cupins e os Homens. **Revista Banco de Ideias**, n. 60, out./nov./dez. 2012, p. 5-18.

LIPS, Brad. **The Freedom Movement: Its past, present and future**. Arlington: Atlas Network, 2020.

LIVRES. **Leia o discurso de Paulo Gontijo à imprensa**. São Paulo, 22 jan. 2018. Facebook: Eu sou Livres. Disponível em: <https://www.facebook.com/EuSouLivres/posts/1670889016325208>. Acesso em: 08 jan. 2022.

LOSURDO, Domenico. **Contra-história do liberalismo**. Aparecida-SP: Ideias & Letras, 2006.

MACEDO, Ubiratan de. **Metamorfoses da Liberdade**. São Paulo: IBRASA; Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Material Escolar, 1978.

MACIEL, David. Hegemonia neoliberal e trabalhadores no governo Lula. **Anais Marx e o marxismo 2011: teoria e prática**. 2011. Disponível em: <http://marxismo21.org/wp-content/uploads/2012/07/D-Maciel-2.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2020.

MACIEL, Marco. O Liberalismo Revisitado. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, v. 2, n. 1, jun. 1985, p. 64-67.

MAFALDO, Lucas. S. I. Escavador: Lucas Mafaldo Oliveira. Disponível em: <https://www.escavador.com/sobre/610044/lucas-mafaldo-oliveira>. Acesso em: 14 dez. 2021.

MANENT, Pierre. **História Intelectual do Liberalismo**. Lisboa: Edições 70, 2018.

MARTINS, H. H. T. S. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educação e Pesquisa**, v. 30, n. 2, maio/ago. 2004, p. 289-300.

MARX, Karl. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da Crítica da Economia Política**. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

MATAIS, Andreza. PFL aprova mudança no nome para DEM e elege Rodrigo Maia presidente. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 2007. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/foha/brasil/ult96u90718.shtml>. Acesso em: 20 set. 2020.

MBL admite culpa por polarização no país e exagero em sua agressividade retórica. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 28 jul. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/07/mb1-admite-culpa-por-polarizacao-no-pais-e-exagero-em-sua-agressividade-retorica.shtml>. Acesso em: 25 fev. 2022.

MERQUIOR, José Guilherme. **Saudades do Carnaval: Introdução à crise da cultura**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1972.

MERQUIOR, José Guilherme. Renascença dos liberalismos: a paisagem teórica. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, 1987.

MERQUIOR, José Guilherme. **O Liberalismo: Antigo e Moderno**. 3. ed. São Paulo, SP: É Realizações, 2014.

MERQUIOR; J. G.; PAIM, A. KUJAWSKI, G. de. **O liberalismo social: uma visão histórica**. São Paulo: Massao Ohno, 1998.

MISES, Ludwig Von. **Liberalismo segundo a tradição clássica**. São Paulo: Instituto Ludwig Von Mises Brasil, 2010.

MISES BRASIL. **94º Podcast Mises Brasil**: Cibele Bastos. 2013. Disponível em: <https://www.mises.org.br/FileUp.aspx?id=291>. Acesso em: 3 dez. 2021.

MISES BRASIL. **121º Podcast Mises Brasil**: Winston Ling. 2014. Disponível em: <https://www.mises.org.br/FileUp.aspx?id=321>. Acesso em: 15 dez. 2021.

MOLL, Roberto. **Diferenças entre neoliberalismo e neoconservadorismo**: duas faces da mesma moeda? [S. l.]: Unesp, 2015. Disponível em: <http://unesp.br/semdiplomacia/opiniaio/2015/43>. Acesso em: 15 out. 2021.

MONTESQUIEU, Charles de Secondant, Baron de. **Do Espírito das Leis**. São Paulo: Martin Claret, 2010.

MOREIRA; L. B.; CAPELLE, M. C. A.; CARVALHO-FREITAS, M. N. A dinâmica identitária de pessoas com deficiência: um estudo no Brasil e nos Estados Unidos. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 16, n. 1, jan./fev. 2015, p. 40-61.

MORI, Letícia. Se Bolsonaro acha que vai tirar o lado liberal e continuar com o mesmo apoio, está enganado, diz presidente do Instituto Mises. **BBC News Brasil**, São Paulo, 14 ago. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53774028>. Acesso em: 25 fev. 2022.

NOVO. **Nossos Eleitos**. 2018. Disponível em: <https://novo.org.br/eleitos/>. Acesso em: 18 jun. 2019.

O PARTIDO Novo tem um problema de identidade, diz Amoêdo. **Isto é Dinheiro**, São Paulo, 30 set. 2021. Disponível em: <https://www.istoedinheiro.com.br/o-partido-novo-tem-um-problema-de-identidade-diz-amoeodo/>. Acesso em: 7 jan. 2022.

OLIVEIRA, Gesner; TUROLLA, Frederico. Política Econômica do Segundo Governo FHC: mudanças em condições adversas. **Tempo Social: Revista de Sociologia da USP**, v. 15, n. 2, nov. 2003, p. 195-217.

OLSON, Mancur. **A lógica da ação coletiva**: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

ONG, Aihwa. Neoliberalism as a mobile technology. **Transactions of the Institute of British Geographers**, v. 32, 2007, p. 3-8.

ONOFRE, Gabriel da Fonseca. A Nova Direita no Brasil: o caso dos Institutos Liberais brasileiros. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO, 16., 2014, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPUH, 2014. p. 2-10.

ORTEGA Y GASSET, José. **A Rebelião das Massas**. Campinas: Vide Editorial, 2016.

PÁDUA, Luciano. Ideias liberais estão em alta no Brasil: o que isso muda?. **Revista Exame**, São Paulo, 28 abr. 2017. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/revista-exame/a-chance-dos-liberais/>. Acesso em: 18 jun. 2019.

PAIM, Antônio. **O Liberalismo Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.

PAIM, Antônio. **A agenda teórica dos liberais brasileiros**: Cadernos Liberais. São Paulo: Massao Ohno Editor, 1997.

PAIM, Antônio. **História do Liberalismo Brasileiro**. São Paulo: Mandarim, 1999.

PAIM, Antônio. **Evolução Histórica do Liberalismo**. São Paulo: LVM Editora, 2019.

PARTIDO NOVO, reduto do liberalismo, leva sua crise ao judiciário. **Revista Veja**, S. l., 7 dez. 2021. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/jose-casado/partido-novo-reduto-do-liberalismo-leva-sua-cri-se-ao-judiciario/>. Acesso em: 7 dez. 2021.

PAUGAM, Serge. (org.). **A pesquisa sociológica**. Petrópolis: Editora Vozes, 2015.

PAULANI, Leda Maria. **O projeto neoliberal para a sociedade brasileira**: sua dinâmica e seus impasses. In: LIMA, J.C.F., NEVES, L.M.W., (org.). **Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006, p. 67-107.

PAYOT, Jules. **A Educação da Vontade**. Campinas: Kírion, 2018.

PECK, Jamie. Explaining (with) Neoliberalism. **Territory, Politics, Governance**, n. 1, v. 2, jun. 2013, p. 132-157.

PENNA, Osvaldo de Meira. **Psicologia do Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: APEC Editora, 1972.

PENNA, Osvaldo de Meira. **O Dinossauro**: uma pesquisa sobre o Estado, o patrimonialismo selvagem e a nova classe de intelectuais e burocratas. 1. ed. São Paulo, SP: T. A. Queiroz Editor, 1988.

PENNA, Osvaldo de Meira. **Opção Preferencial pela Riqueza**. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1991.

PESSOA, Fernando. **Livro do Desassossego**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

PETER SCHIFF Speaks for 1 Percent at Occupy Wall Street. [S. l., s. n.], 27 out. 2011. 1 vídeo (18 min. e 45 seg.). Publicado pelo canal Reason TV. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=UGL-Ex1CD1c>. Acesso em: 9 dez. 2021.

PIKETTY, Thomas. **O Capital no Século XXI**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

PINA-CABRAL, João de. **Aromas de urze e lama**: reflexões sobre o gesto etnográfico.

Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia, v. 11, n. 1, 2007, p. 191-2012.

PINHEIRO, Armando Castelar; GIAMBIAGI, Fabio. *As Empresas Estatais e o Programa de Privatização do Governo Collor*. Brasília: IPEA, 1992.

PINHEIRO A. C.; GIAMBIAGI, F.; MOREIRA, M. M. **O Brasil na Década de 90: uma transição bem-sucedida**. Rio de Janeiro: BNDES, 2001.

POPPER, Karl. **Lógica das ciências sociais**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.

POSNER, Eric A.; WEYL, E. Glen. **Mercados Radicais: Reinventando o capitalismo e a democracia para uma sociedade justa**. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2019.

PREMIÈRE MISES BRASIL: O Instituto Hoje (Geanluca Lorenzon). [S. l., s. n.], 19 ago. 2015. 1 vídeo (7 min. e 7 seg.). Publicado pelo canal Instituto Mises Brasil. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=MUm5rb_yy4. Acesso em: 2 dez. 2021.

PUELLO-SOCARRÁS, José Francisco. Novo Neoliberalismo: arquitetura estatal no capitalismo do século XXI. *Revista Eletrônica de Administração*, v. 27, n. 1, jan.-abr. 2021, p. 35-65.

QUADROS, M. P. R.; MADEIRA, R. M. Fim da direita envergonhada? Atuação da bancada evangélica e da bancada da bala e os caminhos da representação do conservadorismo no Brasil. **Opinião Pública**, v. 24, n. 3, Campinas, set.-dez. 2018.

RÉ, Flávia Maria. Um paralelo entre duas concepções liberais de justiça: o libertarianismo de Robert Nozick e o liberalismo-igualitário de John Rawls. **Caderno de Ética e Filosofia Política**, v. 2, n. 27, 2015, p. 6-33.

REDE LIBERDADE. Disponível em: <https://www.redeliberdade.org/>. Acesso em: 20 jun. 2020.

REDE Liberdade. **Instituto Liberal**, Rio de Janeiro, 15 abr. 2015. Disponível em: <https://www.institutoliberal.org.br/partners/partner-2/>. Acesso em: 10 out. 2018.

REDE LIBERTÁRIA. **Inauguração da Rede Libertária**. Fortaleza, 21 abr. 2015. Facebook: Rodrigo Saraiva Marinho. Disponível em: <https://www.facebook.com/groups/RedeLibertaria/permalink/886963544693133>. Acesso em: 30 dez. 2021.

RIBEIRO, Darcy. **O Brasil como Problema**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

RIBEIRO, L. M. D. P.; PEREIRA, J. R.; BENEDICTO, G. C. D. As reformas da administração pública brasileira: uma contextualização do seu cenário, dos entraves e das novas perspectivas. **Anais do 37º Encontro da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração**: Rio de Janeiro, 2013.

RIBEIRO, Marcelo Da Silva. **O fazer etnográfico no ciberespaço**. Anais III JOIN / Edição Brasil... Campina Grande: Realize Editora, 2017. Disponível em:

<https://www.editorarealize.com.br/index.php/artigo/visualizar/49984>. Acesso em: 19 fev. 2022.

ROCHA, Camila. Direitas em rede: think tanks de direita na América Latina. In: **Direita Volver!:** o retorno da direita e o ciclo político brasileiro. CRUZ, S. V.; KAYSEL, A.; CODAS, G. (org.). São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015, p. 261-278.

ROCHA, Camila. Passando o bastão: a nova geração de liberais brasileiros. **Nuevos Mundos Nuevos (online)**, Colóquios, out. 2017. Disponível em: <http://nuevomundo.revues.org/71327>. Acesso em: 1 out. 2020.

ROCHA, Camila. Imposto é roubo: A formação de um contrapúblico ultraliberal e os protestos pró-impeachment de Dilma Rousseff. **Dados**, v. 62, n. 3, 2019, p. 1-42.

ROCHA, Décio Vieira da. Organização de Novos Partidos Políticos: entre estratégias de cooptação e contestação. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 35, 2021, p. 1-39.

ROQUE, Leandro. Como ocorreu a crise financeira americana. 2018. **Instituto Ludwig von Mises Brasil**. Disponível em: <https://www.mises.org.br/Article.aspx?id=1696>. Acesso em: 24 fev. 2022.

ROTHBARD, Murray. **Esquerda e Direita:** perspectivas para a liberdade. Rio de Janeiro: José Olympio: Instituto Liberal, 1988.

ROTHBARD, Murray. O que fazer com a dívida do governo federal brasileiro. [S. l.: s. n.], 2010. Disponível em: <https://rothbardbrasil.com/o-que-fazer-com-a-divida-do-governo-federal-brasileiro/>. Acesso em: 30 jul. 2020.

RUGITSKY, Fernando. The Decline of Neoliberalism: a play in three acts. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 40, n. 4, out./dez. 2020, p. 587-603.

SAAD FILHO, Alfredo. Neoliberalismo: Uma análise marxista. **Marx e o Marxismo**, v. 3, n. 4, jan./jun. 2011, p. 6-19.

SACHSIDA, Adolfo. Brasília, DF. LinkedIn: Adolfo Sachsida. Disponível em: <https://www.linkedin.com/in/adolfo-sachsida-301266105/>. Acesso em: 14 dez. 2021.

SALLUM JR., Brasílio. O Brasil sob Cardoso: neoliberalismo e desenvolvimentismo. **Tempo Social: Revista de Sociologia da USP**, v. 11, n. 2, p. 23-47, out. 1999.

SANTOS, Mayara Aparecida Machado Balestro dos; MIRANDA, João Elter Borges (org.). **Nova Direita, Bolsonarismo e fascismo:** reflexões sobre o Brasil contemporâneo. Ponta Grossa: Texto e Contexto, 2020.

SCHNEIDER, Bem Ross. A Privatização no governo Collor: triunfo do liberalismo ou colapso do Estado desenvolvimentista?. **Revista de Economia Política**, v. 12, n. 1, jan./mar. 1992, p. 5-18.

SILVA, Lucas Trindade da. Gênese da Intelectualidade Neoliberal segundo Michel Foucault. **Repocs**, v. 15, n. 31, jan./jul. 2019, p. 181-207.

SMITH, Adam. **Inquérito sobre a natureza e as causas da riqueza das nações**. v. 1. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1980.

SMITH, Neil. As Cidades Após o Neoliberalismo?. **Revista Continentes (UFRJ)**, v. 6, n. 10, 2017, p. 88-107.

SORMAN, Guy. **A Solução Liberal**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.

SORMAN, Guy. **A Nova Riqueza das Nações**. 3. ed. rev. aum. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1989.

SOUSA, Fernando José Pires de (org.). **Poder e Políticas Públicas na América Latina**. Fortaleza: Edições UFC, 2010.

SPRINGER, S.; BIRCH, K.; MACLEAVY, J. **Handbook of neoliberalism**. London: Routledge, 2016.

STEWART JR., Donald. **O que é o Liberalismo**. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1988.

STREECK, Wolfgang. Tempo Comprado: a crise adiada do capitalismo democrático. São Paulo: Boitempo, 2018. Resenha de: MOURA, M. P. B. O fim de um casamento comprado: do capitalismo democrático ao neoliberalismo. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 34, 2021, p. 1-7.

TATAGIBA, L.; TRINDADE, T.; TEIXEIRA, A. C. **Protestos à direita no Brasil (1997-2015)**. In: CRUZ, S. V.; KAYSEL, A.; CODAS, G. (org.). *Direita, volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015, p. 197-212.

THE BEST SCHOOLS. The 50 Most Influential Think Tanks in the United States. Disponível em: <https://thebestschools.org/magazine/most-influential-think-tanks/>. Acesso em: 25 fev. 2022.

THE SEASTEADING INSTITUTE. **About**. 2022. Disponível em: <https://www.seasteading.org/about/>. Acesso em: 13 jan. 2022.

TONETTO, Maurício Bozzi. **Ciberativismo nas Redes Sociais: Um Estudo do Movimento Brasil Livre no Pós-Impeachment de Dilma Rousseff. 2018**. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Escola de Comunicação, Artes e Design, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

ULRICH, Fernando. **Bitcoin: a moeda na era digital**. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2014.

VARES, Sidnei Ferreira de. A Sociologia Durkheimiana e a Tradição Conservadora: elementos para uma revisão crítica. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 20, 2016, p. 79-120

VELASCO e CRUZ, S.; KAYSEL, A.; CODAS, G. (org.). **Direita Volver!:** o retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.

VELEDA, Raphael. Para Vélez-Rodríguez, com os olavistas no cangote não dá para governar. **Metrópoles**, [S. l.], 29 ago. 2020. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/para-velez-rodriguez-com-os-olavistas-no-cangote-nao-da-para-governar>. Acesso em: 25 fev. 2022.

VENUGOPAL, Rajesh. Neoliberalism as concept. **Economy and Society**, v. 44, n. 2, 2015, p. 165- 187.

VIANA, Nildo. **Quadrinhos e Política**. 2011. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/viana-nildo-quadrinhos-e-politica.pdf> . Acesso em: 23 fev. 2022.

VIDAL, Camila Feix; LOPEZ, Jahde; BRUM, Luan. The Power of Ideas: The Fórum da Liberdade, 1988-2018. **Contexto Internacional**, v. 42, n. 1, jan./abr. 2020, p. 55-79.

VOEGELIN, Eric. Liberalism and its history. **The Review of Politics**, v. 36, n. 4, out. 1974, p. 504-520.

WACQUANT, Loïc. Three steps to a historical anthropology of actually existing neoliberalism. **Social Anthropology**, v. 20, n. 1, 2012, p. 66-79.

WEBER, Max. Objetividade do conhecimento na ciência social e na ciência política. In: **Metodologia das ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 2001.

WELLER, S.; O'NEILL, P. De-industrialisation, Financialisation and Australia's Macro-Economic Trap. **Cambridge Journal Of Regions, Economy And Society**, v. 7, n. 3, 2014, p. 509-526.

WORLD BANK. Oxford University Press. **World Development Report 1989**. Washington, 1989.

WORLD BANK. Oxford University Press. **World Development Report 1990**. Washington, 1990.

WORLD BANK. Oxford University Press. **World Development Report 1991**. Washington, 1991.

WORLD BANK. Oxford University Press. **World Development Report 1992**. Washington, 1992.

WORLD BANK. Oxford University Press. **World Development Report 1993**. Washington, 1993.

WORLD BANK. Oxford University Press. **World Development Report 1997**. Washington, 1994.